

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**AS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS E O PAPEL
QUE NELAS EXERCEM OS RECURSOS ENERGÉTICOS**

GABRIEL PESSIN ADAM

Porto Alegre

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**AS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS E O PAPEL QUE
NELAS EXERCEM OS RECURSOS ENERGÉTICOS**

Dissertação apresentada como exigência para conclusão do curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GABRIEL PESSIN ADAM
Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo

Porto Alegre
2008

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as duas mulheres da minha vida, Regina Oliveira dos Santos e Catarine Oliveira Adam, as quais amo eterna e incondicionalmente. Tudo o que faço é para vocês.

Dedico este trabalho a Dealmo Alfredo Adam. Obrigado por ser um pai muito melhor do que mereço. O amor, a dedicação, a paciência e a compreensão que tens são incríveis. Por tudo que fazes e fizeste, tu és o meu maior exemplo. Dedico este trabalho a Lizia Pessin Adam (*in memoriam*). Sinto demais a tua falta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Professor Doutor Raúl Enrique Rojo, sem o qual a elaboração deste trabalho seria impossível. Sentirei falta dos encontros de orientação, os quais eram verdadeiras aulas ministradas por um mestre muito sábio, generoso e de uma memória prodigiosa.

Agradeço ao meu irmão de todas as horas Augusto Buchweitz e ao meu grande amigo Ricardo Barberena pelo exemplo, pelos conselhos e pela amizade inquebrantável.

Agradeço à Regina Buchweitz, pelo constante interesse por este trabalho, bem como por ser uma avó maravilhosa para a Catarine, ajudando a suprir as horas em que o papai não podia dar atenção à nossa Baixinha.

Agradeço aos Professores Doutores Marco Aurélio Chaves Cepik e Carlos Schmidt Arturi, os quais fizeram críticas, indicações e apontamentos muito valiosos quando da banca de qualificação do projeto de pesquisa.

Agradeço a Rodrigo Torsiano Martins e Fabrício Schiavo Ávila, dois colegas-amigos-companheiros dotados de uma paixão contagiante pelo conhecimento e de um coração enorme.

Agradeço aos colegas Denise Barreiro, Eduardo Bulhões, Leonardo Neves, Leonardo Sozinski, Marcos Carra, Paula Lavratti, Rafael Pons e Rodrigo Corradi. Vocês fizeram do mestrado uma experiência maravilhosa para mim.

Agradeço a todos os professores do curso de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi um grande e enriquecedor prazer ser vosso aluno.

Agradeço à Maria Beatriz Accorsi, pela eterna gentileza, simpatia, dedicação e bom humor no trato com todos nós, alunos do mestrado.

RESUMO

Após a dissolução da União Soviética, pela primeira vez na história Rússia, Ucrânia e Belarus passaram a conviver como Estados independentes. Nesta condição, eles precisaram estabelecer contatos entre si e com os demais países do sistema internacional. Para a Rússia, dentre todas as relações interestatais nas quais está envolvida, aquelas que mantém com Ucrânia e Belarus são dotadas de relevância ímpar. O mesmo ocorre com ucranianos e bielorrussos, no pertinente aos russos. O desafio proposto consistia em investigar o porquê de tais distinções. Os resultados demonstraram que três fatores estão entre as causas que conferem singularidade às interações observadas. São eles: a questão cultural e identitária, a geopolítica e a economia. Também foi revelado que os recursos energéticos cumprem papel de destaque nos vínculos estudados. Estes recursos não somente corroboram a incidência dos elementos citados nas relações observadas, como são de grande valia na compreensão dos motivos que levam tais fatores a reforçarem o caráter singular das interações entre os países em destaque.

Palavras-chave: União Soviética. Rússia. Ucrânia. Belarus. Identidade nacional. Geopolítica. Economia. Recursos energéticos.

ABSTRACT

After the Soviet Union was dissolved, Russia, Ukraine, and Belarus had to coexist as independent States for the first time in history. These countries had to establish communication channels anew between them, and with other countries worldwide. Among all other countries with which Russia maintains international relations, those that the country maintains with Ukraine and Belarus are uniquely important. The same is true for Ukraine and Belarus in their relation with Russia. The objective of the present study was to investigate why these relations are so important. The results indicate that there are three factors that render the interaction between these countries remarkably unique: culture and identity; geopolitics; and the economy. It was also observed that energy resources play a strong role in the relationship between the three nations. The relevance of energy resources corroborates the importance of the factors cited. Moreover, energy resources are of the utmost importance for the understanding of the reasons underlying the unique characteristics of the interactions between the countries studied.

key words: Soviet Union; Russia; Ukraine; Belarus; National Identity; Geopolitics; Economy; Energy Resources

LISTA DE TABELAS

1 – Produto Interno Bruto de Rússia, Ucrânia e Belarus – 1991-2007.....	270
2 – O petróleo e o gás natural nas exportações russas – 1992-2007.....	271
3 – Preço do barril de petróleo cru – 1991-2007.....	272
4 – Preços do gás natural vendido pela Gazprom para os países da CEI e países Bálticos e para os países europeus – 2002-2006.....	273
5 - Vendas da Gazprom de gás natural para seus principais consumidores – 2006.....	273

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS: RECAPITULAÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS	21
1.1. RUS KIEVANA E A ORIGEM DOS ESTADOS ESLAVOS ORIENTAIS	22
1.1.1. A Polêmica quanto ao Status da Rus Kievana	24
1.1.2. A Queda da Rus Kievana e seus Efeitos	25
1.2. O INÍCIO DO IMPÉRIO RUSSO	26
1.3. O GOVERNO COSSACO	28
1.4. O DOMÍNIO RUSSO SOBRE OS TERRITÓRIOS DE UCRÂNIA E BELARUS	29
1.5. A REVOLUÇÃO RUSSA E AS REPÚBLICAS DA UCRÂNIA E DA BIELO- RÚSSIA	31
1.6. O ENTRE-GUERRAS E A II GUERRA MUNDIAL	34
1.7. O PERÍODO SOVIÉTICO E A GUERRA FRIA	36
1.8. A <i>GLASNOST</i> E A <i>PERESTROIKA</i>	39
1.9. A INDEPENDÊNCIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, DA UCRÂNIA E DE BELARUS	41
1.9.1. A Federação Russa	42
1.9.2. Ucrânia	44
1.9.3. Belarus	46
1.10. A QUESTÃO IMPERIAL	47
2. HERANÇA HISTÓRICA, CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL	50
2.1. OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA DE BUZAN E WAEVER	51

2.2. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA	57
2.3. A QUESTÃO IMPERIAL E A IDENTIDADE NACIONAL	61
2.4. A IDENTIDADE RUSSA EM RELAÇÃO À UCRÂNIA E BELARUS	65
2.5. UCRÂNIA	73
2.5.1. As Regiões da Ucrânia	74
2.5.2 O Fator Histórico	77
2.5.3. O Fator Étnico	82
2.5.4. A Questão Lingüística	85
2.5.5. Religião	87
2.5.6. A Paradigmática Revolução Laranja	88
2.6. BELARUS	93
2.6.1. A Centralização do Poder em Minsk	93
2.6.2. O Nacionalismo Bielo-russo	89
2.6.3. O Fator Histórico	97
2.6.4. O Fator Étnico	98
2.6.5. A Questão Lingüística	99
2.6.6. Religião	101
3. A GEOPOLÍTICA NAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS	103
3.1. O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA A SER UTILIZADO	104
3.2. OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA E A GEOPOLÍTICA	110
3.3. AS PREOCUPAÇÕES GEOPOLÍTICAS RUSSAS REFERENTES À UCRÂNIA E BELARUS	111
3.3.1. A Ucrânia na Concepção Geopolítica Russa	118
3.3.2. Belarus na Concepção Geopolítica Russa	130
3.4. AS PREOCUPAÇÕES UCRANIANAS NO CONCERNENTE À RÚSSIA	133
3.5. A GEOPOLÍTICA REATIVA DE BELARUS	139
4. O ELEMENTO ECONÔMICO NAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS	141

4.1. OS FATORES ECONÔMICOS E SUAS RELAÇÕES COM PODER, IDENTIDADE E SEGURANÇA	143
4.2. RÚSSIA	148
4.2.1. A Turbulência Econômica Russa no Período Yeltsin	148
4.2.2. Vladimir Putin e a <i>Economização</i> da Política Externa Russa	151
4.2.3. A Importância de Ucrânia e Belarus na Economização da Política Externa Russa	154
4.3. UCRÂNIA: A VINCULAÇÃO HERDADA	161
4.3.1. O Fracasso da Opção pelo <i>Caminho Báltico</i>	162
4.3.2. A Interdependência Assimétrica Ucraniana em Relação à Rússia	165
4.3.3. Os Investimentos Russos	171
4.3.4. Ucrânia e os Processos de Integração	172
4.3.4.1. União Européia	173
4.3.4.2. GUUAM	175
4.3.4.3. Espaço Econômico Comum	176
4.4. BELARUS E A FIDELIDADE À EX-METRÓPOLE	177
4.4.1. O Governo de Alexander Lukashenko	178
4.4.2. Os Empréstimos e os Subsídios Russos	179
4.4.3. A Interdependência Assimétrica	182
4.4.4. A Participação nos Organismos de Integração do Espaço Pós-Soviético	185
5. O PAPEL DOS RECURSOS ENERGÉTICOS NAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS	188
5.1. A ESTRATÉGIA RUSSA	192
5.2. A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA	208
5.2.1. A Rússia Produtora <i>versus</i> Ucrânia e Belarus Consumidores	210
5.2.2. Rússia – País-produtor <i>versus</i> Ucrânia e Belarus – Países-corredor	211
5.3. A DIMENSÃO ECONÔMICA	222
5.3.1. Os Recursos Energéticos e a Interdependência Assimétrica	223
5.3.2. A Economização da Política Externa Russa e os Recursos Energéticos	227
5.4. A DIMENSÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS	234

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247
ANEXO I – LISTA DE SITES CONSULTADOS	268
ANEXO II – TABELAS.....	270

INTRODUÇÃO

No ano de 1991, o mundo presenciou um fato que alterou profundamente a configuração do sistema internacional: a dissolução da União Soviética (URSS). Seu desaparecimento extinguiu o equilíbrio de forças entre a superpotência soviética e a superpotência norte-americana, vigente desde o final da II Guerra Mundial. Os primeiros indícios de que o embate político-ideológico entre os dois pólos de poder da arena global, que passou para a história com o nome de Guerra Fria, poderia chegar ao final surgiram em meados da década de 1980. Nesta época, mais precisamente em 1985, Mikhail Gorbachev assumiu o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e deflagrou mudanças na estrutura interna do país, mediante o lançamento dos audaciosos projetos da *Perestroika* (reconstrução) e da *Glasnost* (transparência)¹. O impacto das mudanças foi enorme em todas as repúblicas que constituíam a URSS. Contudo, mesmo diante do ressurgimento dos nacionalismos periféricos em muitas das Repúblicas Soviéticas e da aparente perda de controle sobre o movimento por parte do Kremlin, poucos imaginavam que a superpotência comunista conheceria o seu fim menos de uma década depois, de forma relativamente pacífica e sem um derramamento de sangue de grandes proporções².

Os efeitos do fim da URSS para o sistema internacional foram de monta. Uma *Nova Ordem Mundial* de suposta cooperação e irmandade entre os povos foi

¹ A Glasnost e a Perestroika são abordadas no capítulo primeiro.

² Hélène Carrère d'Encausse foi uma exceção à regra, pois ainda em 1978, em sua obra *L'Empire Éclaté* alertou que os nacionalismos de algumas das repúblicas socialistas soviéticas potencialmente poderiam desagregar a unidade soviética. Angelo Segrillo pondera que, sem se retirarem os méritos da autora francesa, ela constrói seu argumento sobre uma visão que autonomiza a questão nacional como causa, “tornando-a uma variável em si dos vetores que afetavam o sistema” (SEGRILLO, 2000a, p.). Por causa deste viés, ainda segundo Segrillo (2000a, p. 180), Carrère D'Encausse deixa de observar que a questão étnica estava relacionada com outros fatores e, principalmente, com as dificuldades econômicas enfrentadas pela União Soviética nos anos pré-perestroika. O posicionamento de Angelo Segrillo acerca das causas da perestroika serão expostas no capítulo primeiro.

anunciada pela superpotência remanescente, os Estados Unidos. O avanço do neoliberalismo; a formação de blocos regionais que tentavam seguir os passos da União Européia, ainda que sem o mesmo desenvolvimento institucional desta, e o suposto fortalecimento de organismos multilaterais são alguns exemplos de fenômenos vislumbrados em vários cantos do globo. No *Campo Socialista*, a eleição de governos não-comunistas era a tônica. Na região que antes fora a União Soviética, mudanças igualmente profundas ocorreram. Quinze novos Estados surgiram na arena internacional. Alguns povos já haviam experimentado a sensação de serem independentes e terem esta condição reconhecida pela comunidade internacional, mas outros vivenciavam tal prerrogativa pela primeira vez em suas histórias.

Os desafios a serem enfrentados pelos Estados que foram Repúblicas Socialistas Soviéticas não eram desprezíveis. No plano interno, muita coisa havia de ser feita, pois era necessário criar instituições e legislação estatais (adaptando ou transformando aquilo que herdaram da URSS), uma economia nacional própria, que envolvesse relações capitalistas e a propriedade privada, além de outras tarefas de igual complexidade. No âmbito externo, a situação não era diferente. A transformação da condição de partes de uma mesma unidade federativa para a de países independentes no sistema internacional exigiu que entre todos os novos Estados fosse estabelecida uma série de relações antes inexistentes, as quais, mesmo que reproduzissem em algum grau os contatos havidos no período soviético, desses eram necessariamente diversas, posto que interestatais. Além disso, precisavam lidar com outros Estados que não os seus pares (re)nascidos com a dissolução do gigante soviético.

Do conjunto dos novos Estados, a Federação Russa merece destaque. Centro do poder da superpotência comunista, mesmo com o fim desta, a Rússia permaneceu com um enorme território, dotado de vastos recursos naturais (sobretudo energéticos), além de possuir a maior economia e o maior exército dentre os países do espaço pós-soviético e ser depositária o arsenal nuclear da URSS. Tais características, aliadas a eventos de conjuntura internacional favoráveis aos interesses russos, possibilitaram ao país retomar o papel de grande potência no sistema internacional, após enfrentar severas dificuldades econômicas nos anos 1990. A relevância global de Moscou é espalhada para o âmbito regional. No decorrer dos anos que separam o fim da União Soviética e o final da década de

2000, salvo por um breve período, a Rússia se manteve interessada e, na medida de suas capacidades, participante quanto aos destinos dos países que outrora dominara imperialmente. Quando a Rússia olha os países a sua volta, Ucrânia e Belarus sobressaem-se entre os demais. Estes Estados, os únicos do grupo com os quais os russos compartilham a origem eslava oriental, são casos ímpares para Moscou, o que torna singulares as relações mantidas com os mesmos. O inverso também é verdadeiro, pois bielorrussos e ucranianos tem na Rússia um foco de atenção especial e intenso, o que acaba por gerar relações distintas com a sua ex-metrópole, as quais são avaliadas por Kiev e Minsk a partir de valorações positivas ou negativas. Desde logo, vale ressaltar que Ucrânia e Belarus são dois dos Estados que antes de seu atual estágio de independência nunca possuíram uma experiência sedimentada como membros autônomos da comunidade internacional, o que será visto no capítulo primeiro. Portanto, o período que se inicia em 1991 representa a primeira vez na qual os três países eslavos orientais passaram a conviver e interagir na qualidade de Estados formalmente independentes.

O presente trabalho almeja investigar o porquê desta distinção. Por qual razão, afinal, as relações que envolvem Rússia, Ucrânia e Belarus são singulares para os três parceiros, diferentes das interações que eles mantêm com os demais Estados do espaço pós-soviético e do próprio sistema internacional.

Imagina-se que uma resposta satisfatória a esta questão apenas poderá ser alcançada por intermédio de uma investigação que aborde mais de um elemento com potencial de conferir um caráter distintivo aos contatos interestatais assinalados. Com este pensamento como norte, foi feita a opção de se trabalhar com um tratamento multicausal do problema. Ou seja, parte-se do pressuposto de que não há uma única causa, ou um único fator que converta as relações russo-ucraniano-bielorrussas em algo único do ponto de vista de cada um dos envolvidos. Assim sendo, foram selecionados três elementos a partir dos quais os vínculos hodiernos entre os Estados em epígrafe serão estudados. São eles: a questão cultural e identitária, a geopolítica e o fator econômico. A escolha destes enfoques de análise está baseada na crença de que os três conseguem abarcar muitas das questões de política externa de quase todos os países do sistema internacional. Além disso, tendo em vista quais são os Estados investigados no presente trabalho, acredita-se que tais elementos constituem campo fértil para observação, o que torna factível a tarefa proposta. Pondere-se que não se está aqui afirmando que a

utilização dos fatores citados esgota as complexidades inerentes à dinâmica interestatal em epígrafe. Longe disto. O que se procura fazer, dentro dos limites inerentes ao tipo de trabalho desenvolvido, é fugir o tanto quanto possível da análise balizada em tão somente uma possível causa, pois se assim o fosse, os resultados finais poderiam ser por demais incompletos. Uma vez mencionados os fatores que servem de base para a pesquisa empreendida, cabe apresentá-los, ainda que brevemente.

O primeiro elemento a ser observado é o cultural e identitário, o qual será tema do capítulo dois. Ressalte-se que é impossível descolar as questões identitárias e culturais de um Estado de seu passado, pois o estudo do processo formativo da identidade nacional dos países destacados é influenciado pela existência de uma origem comum e de um passado compartilhado, fatos que somados às práticas imperiais russas e soviéticas de russificação, acarretaram fortes proximidades culturais entre Rússia, Ucrânia e Belarus. Assim sendo, no capítulo primeiro há uma recapitulação histórica, de forma alguma exaustiva, de eventos que envolveram russos, ucranianos e bielo-russos, os quais são relevantes não somente para o processo formativo de suas identidades nacionais, mas também para os assuntos tratados nos capítulos seguintes deste trabalho. O vínculo entre os dois primeiros capítulos pode ser sucintamente exposto da seguinte forma: os fatos históricos são refletidos nas identidades nacionais russa, ucraniana e bielo-russa, que, por sua vez, repercutem em algum grau nas políticas externas desenvolvidas pelos três países, em especial, quando o vetor destas políticas está direcionado aos Estados vizinhos.

O segundo elemento utilizado é o geopolítico, o qual envolve aspectos de política internacional comumente relevantes para a Rússia, como balança de poderes e estabelecimento de zonas de influência. A localização geográfica de Ucrânia e Belarus por si só basta para acarretar preocupações estratégicas ao Kremlin. Além disso, há o temor russo de que outras grandes potências, notadamente a União Européia e os Estados Unidos, consigam se inserir no espaço pós-soviético por intermédio de uma aproximação com os ucranianos. Por seu turno, através da geopolítica pode se entender o objetivo por trás de alguns movimentos ucranianos no sentido de fazer alianças dentro e fora do espaço pós-soviético e se unir a organismos internacionais. Estas são algumas das razões que qualificam o elemento geopolítico como um bom rumo de investigação das relações russo-

ucraniano-bielo-russas. No capítulo terceiro serão expostas com maior detalhamento, além de outras, as questões estratégicas aqui referidas.

O último dos elementos a partir do qual será investigada a existência de singularidades nas interações entre os países estudados é o econômico. A crescente relevância do poder oriundo das capacidades econômicas de um Estado no sistema internacional se insere na dinâmica tripartite. Isto ocorre muito em função da linha de política externa adotada pelo presidente russo Vladimir Putin, a qual será vista no capítulo quatro. Contudo, há outras razões que tornam o fator econômico um importante parâmetro de análise. Um exemplo que pode ser aqui citado é a dependência que as economias ucraniana e bielo-russa têm da economia russa, sem que o contrário seja verdadeiro em idêntica proporção.

Cumprido ressaltar que não constitui objetivo fundamental do presente trabalho estabelecer uma graduação de relevância de cada um dos fatores investigados para o atual estágio das relações russo-ucraniano-bielo-russas. Eventualmente, poderá se fazer visível uma diferença de intensidade dos efeitos que um ou outro fator geram à dinâmica observada, mas se isto ocorrer será uma consequência da meta primeira de investigar se, efetivamente, cada um dos elementos selecionados influencia nas interações entre os países estudados, tornando-as, assim, singulares para cada um deles.

Um componente importante da pesquisa que ainda não foi mencionado é o papel dos recursos energéticos nas interações analisadas. Acreditamos que esses recursos servem de elemento corroborador das particularidades que as cercam. O motivo que leva os recursos energéticos russos a fazerem parte de nossa pesquisa é o fato de estarem invariavelmente presentes, de modo direto ou indireto, nos cálculos de política externa dos três países quando travam contatos entre si. A natureza deste tipo de recurso remete imediatamente a questões geopolíticas e econômicas. No caso dos Estados em epígrafe, isto resta cristalino, uma vez que a Rússia é uma grande produtora de gás natural e petróleo, e tem na venda de energia sua maior fonte de divisas externas, mas para obter tais lucros depende que os produtos sejam escoados via Ucrânia e Belarus até seus principais compradores. Portanto, justifica-se que os recursos energéticos russos sejam destacados como um elemento empírico que não somente confirma a presença das questões geopolíticas, econômicas e, em menor extensão, culturais nas relações interestatais estudadas, como até mesmo colabora na compreensão dos motivos que levam

aqueles fatores a transformarem as interações entre os três países em algo singular. Os recursos energéticos russos e seus efeitos nas políticas doméstica e externa de Ucrânia, Rússia e Belarus serão tratados no capítulo cinco.

É válido agora explanar um pouco sobre a divisão interna dos capítulos do trabalho. No primeiro capítulo há uma sucinta recapitulação histórica das relações entre os povos estudados, na qual é dado destaque aos fatos que são úteis no estudo desenvolvido nos capítulos seguintes. Ressalte-se que neste capítulo também há menção a algumas das características do imperialismo russo e soviético, o que se mostra necessário porque a questão imperial ainda é um componente muito forte nas relações mantidas pelos países observados.

Os capítulos dois, três e quatro pretendem auferir o impacto dos fatores escolhidos nas relações investigadas. A primeira parte dos capítulos contém uma exposição da teoria e dos conceitos atinentes aos assuntos tratados. Tal tarefa é indispensável porque cada um dos elementos selecionados carrega consigo uma carga teórica diversa e opera com conceitos diferentes. Por exemplo, no capítulo dois a teoria que percorre toda a sua extensão é o construtivismo e sua explicação de como se dá a formação das identidades nacionais, especialmente no caso de Estados que foram subjugados por um império. Da mesma forma, se no capítulo três não há o uso de uma “teoria geopolítica”, alguns conceitos afeitos à matéria como *zona de influência*, *jogo de soma zero* e *balança de poder* são amplamente utilizados, razão pela qual precisam ser explicados. Semelhante situação ocorre com o capítulo dedicado ao elemento econômico, no qual, por exemplo, o termo *interdependência econômica assimétrica* é importante no entendimento das fragilidades ucranianas e bielo-russas perante Moscou.

O que poderíamos classificar de “segunda parte” de cada capítulo é o espaço no qual ocorre a dialética entre as teorias e conceitos expostos e os fatos concretos. Em outras palavras, o mundo das previsões abstratas e ideais do imaginário teórico e conceitual é confrontado com as interações reais havidas entre os Estados estudados e outros atores do sistema internacional. Para fins de clareza, nestas segundas partes, as vicissitudes de Rússia, Ucrânia e Belarus são apontadas individualmente, ou seja, a formação das identidades nacionais, as preocupações geopolíticas, as fraquezas e os pontos fortes de suas economias serão estudados em seções próprias. Tal divisão possui como objetivo visualizar as situações sociais e políticas internas de ucranianos, bielo-russos e russos e como elas se envolvem

com os acontecimentos e as pressões provenientes do plano externo. Igualmente é possível desvendar a visão que cada um destes países detém de seus parceiros de política externa, sejam eles os outros dois Estados estudados, ou ainda terceiros países, blocos regionais (União Européia, fundamentalmente) e organizações internacionais (OTAN em especial). Outra vantagem da abordagem individual é poder perceber quais são os intuitos e as aspirações destes países no sistema internacional. Isto é de suma importância porque, devido às proximidades que os três Estados guardam, quando um deles se lança na busca de metas de política externa, tal movimento fatalmente ocasiona efeitos aos outros dois. Por todas estas razões, acreditamos ser este o modo mais profícuo no estudo da penetração que os elementos de análise escolhidos possuem nas relações mantidas entre Kiev, Moscou e Minsk.

O capítulo cinco detém uma organização interna diversa. Na medida em que os recursos energéticos que ingressam na dinâmica tripartite são russos, o capítulo inicia com uma exposição do tratamento que o Kremlin deu à indústria energética, salientando-se o período de Vladimir Putin como presidente do país, posto que foi em tal época que a comercialização de energia foi definitivamente alçada à condição de ponto estratégico da política externa russa. Ao invés de tratar os assuntos relativos aos recursos energéticos focando cada país, como feito nos capítulos precedentes, neste são as dimensões geopolítica, econômica e cultural que merecem sub-capítulos. A modificação estrutural deve-se ao fato de que a energia é tratada na presente pesquisa como instrumento que corrobora e, simultaneamente, reforça a presença dos fatores citados nos diálogos estabelecidos entre Rússia, Belarus e Ucrânia. Logo, não haverá perda analítica, pois as vicissitudes nacionais já terão sido referidas em momento anterior do trabalho.

Uma investigação que envolve múltiplas causas para explicar determinado fenômeno político-social corre o risco de gerar um resultado final composto por partes estanques, sem uma conexão que as aproxime e guie à indispensável coerência interna. Com vistas a evitar tal problema, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, formulada por Barry Buzan e Ole Waever, perpassa a integralidade do trabalho desenvolvido. O fato de esta abordagem teórica ter sido desenvolvida prioritariamente para tratar de assuntos de segurança não impede que seja adotada na pesquisa em voga. A fundamentação que justifica o uso dos ensinamentos de Buzan e Waever se encontra nos segmentos do trabalho em que a

conotação teórica é visitada, especialmente no capítulo dois, quando pela primeira vez a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é apresentada. Contudo, impende que seja feito intróito de tais justificativas. A base sobre a qual está erigida a teoria citada é materialista e construtivista. O aspecto material advém da localização geográfica dos países e das relações de poder que se eles estabelecem entre si dentro da região na qual se encontram. Por sua vez, o construtivismo está presente porque, ao estabelecerem contatos entre si, os Estados desenvolvem padrões de amizade e de inimizade baseados no passado histórico que compartilham e na percepção que guardam uns dos outros. Para os autores, o elemento econômico não está na raiz da formação dos Complexos Regionais de Segurança, porém ele se encontra presente numa concepção de segurança alargada defendida por parte daqueles. Na atual configuração da arena global, a situação econômica de um país há de ser encarada, entendemos, como um fator de sua segurança, não somente porque assim poderá financiar sua máquina de guerra, mas porque em algumas instâncias o poder, o qual, na maioria das vezes, gera segurança no sentido lato, é obtido ou exercido a partir das capacidades econômicas dos contendores.

Além de possuir o predicado de dialogar, de uma forma ou de outra, com todos os elementos a partir dos quais se investigam as relações russo-ucranianas e russo-bielo-russas, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é de grande valia, a nosso ver, por estabelecer uma concepção de sistema internacional que inclui o nível regional entre os consagrados planos unitário e global. Esta inserção possibilita que se vislumbrem com lentes mais potentes os movimentos de política externa de Rússia, Ucrânia e Belarus direcionados uns para os outros, pois o fato de estarem analiticamente circunscritos a uma mesma região, classificada pelos autores citados como o Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético, faz com que os três Estados precisem observar a balança de poder e as alianças políticas, econômicas e militares estabelecidas em tal realidade espacial³. A adoção desta perspectiva possibilita entender melhor algumas atitudes de Minsk, Kiev e

³ Buzan e Waever consideram que dentro do Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético há quatro sub-regiões, denominadas de Teatro Ocidental, Cáucaso, Países Bálticos e Ásia Central. O primeiro deles é composto por Rússia, Ucrânia, Belarus e Moldávia. Tal divisão é aqui citada porque nas vezes em que for adotado o termo “relações russo-ucraniano-bielo-russas” se estará fazendo referência às interações ocorridas dentro da sub-região citada, excluindo-se a Moldávia, tendo em vista os fins da pesquisa em voga.

Moscou que não poderiam ser captadas em toda a sua profundidade caso o foco de visualização fosse o âmbito global, ou o unitário.

No tocante às fontes, a presente pesquisa foi desenvolvida basicamente a partir de fontes secundárias. Alguns dados, sobretudo os mencionados no capítulo dedicado à economia, foram retirados de órgãos governamentais, como os bancos centrais dos países ou os ministérios que divulgam esta espécie de informação. Organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio ou o Comitê de Estatística da Comunidade dos Estados Independentes também serviram como local de coleta de informações. A utilização de tais fontes é consciente da possibilidade de que os números divulgados não correspondam exatamente à realidade, principalmente quando há governos autoritários no poder⁴. Contudo, na medida em que os dados em questão são divulgados em sítios eletrônicos e publicações governamentais, é forçoso considerá-los como oficiais, logo, se prestam aos fins para os quais foram aqui utilizados. Uma última menção a ser feita quanto às fontes diz respeito às pesquisas de opinião citadas. Algumas delas foram retiradas de livros e de artigos publicados em revistas científicas, enquanto outras foram obtidas diretamente dos instrumentos de divulgação dos institutos de pesquisa russos, bielo-russos e ucranianos que as realizaram.

⁴ Conforme se verá no capítulo quarto, alguns autores como David Marples questionam os dados estatísticos da recuperação econômica bielo-russa divulgados pelo governo do presidente Alexander Lukashenko.

CAPÍTULO 1: PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS: RECAPITULAÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS

O elemento histórico é fundamental nas relações mantidas por Rússia, Ucrânia e Belarus: tanto a formação das identidades nacionais de cada um destes Estados, quanto as considerações geopolíticas e as ligações econômicas que interferem na dinâmica tripartite na qual estão envolvidos, são influenciadas pelo passado que compartilharam ao longo de vários séculos. Por esta razão, antes da análise acerca dos elementos que particularizam as relações russo-ucraniano-bielorrussas, há que se realizar uma breve, e de forma alguma exaustiva, recapitulação histórica que aborde tais ligações. No concernente à seleção de eventos a serem retratados, cumpre frisar que, embora inegável a riqueza do passado dos três Estados, o objetivo do presente trabalho obriga a concessão de maior destaque aos momentos especialmente relevantes como retratos de experiências históricas compartilhadas, bem como aos atos praticados por um dos Estados, cujos efeitos se propagaram aos outros dois.

O segundo ponto a ser abordado neste capítulo é o *imperialismo russo*. Como restará demonstrado na recapitulação histórica, durante séculos Ucrânia e Belarus estiveram sob o domínio de impérios, sobretudo o russo. Já a experiência russa é inversa, dado que por séculos as dimensões territoriais e de poder da Rússia foram imperiais. Portanto, a questão imperial deve ser abordada não somente porque está ligada com a história dos países, mas também por ser um dado inafastável das relações atualmente estabelecidas pelos Estados em epígrafe.

1.1. RUS KIEVANA E A ORIGEM DOS ESTADOS ESLAVOS ORIENTAIS

O primeiro esboço de um Estado dos eslavos orientais foi vislumbrado no século IX, quando Riurik, um guerreiro de origem escandinava e mitificados feitos em batalha, tornou-se o primeiro príncipe de Novgorod. Seus súditos eram os *Russos Antigos*, povo que deu origem aos russos, pequenos russos (ucranianos) e russos brancos (bielo-russos). A mesma divisão dos povos oriundos dos Russos Antigos ocorreu com a língua que falavam, o *Antigo Russo*, considerada a nascente das línguas modernas faladas pelas nações descendentes da etnia ancestral. As origens étnicas e lingüísticas em comum levaram o historiador Ronald Hingley a classificar os, hoje, Estados independentes da Rússia, da Ucrânia e de Belarus como os últimos herdeiros da *Rus Medieval*, nome atribuído pelos Russos Antigos para descrever a si mesmos e as suas terras (HINGLEY, 2003, p. 02).

Ainda que o nascimento do primeiro Estado dos eslavos orientais seja datado formalmente como sendo o ano de 856⁵, a região no qual foi estabelecido já houvera sido sucessivamente ocupada por povos e etnias acerca das quais vale fazer uma sucinta menção. As condições geográficas do território onde atualmente se encontram os descendentes da *Rus Medieval* tiveram grande peso no desenrolar de sua ocupação primitiva, pois esta se deu de forma desigual na planície das estepes e na zona das florestas.

Nas estepes, os primeiros habitantes do sul do Estado russo atual foram os citas, uma tribo pertencente lingüisticamente aos iranianos, mas com estilo de vida similar aos turco-mongóis. Nessa época, o norte do Mar Negro era ocupado por colônias gregas, localizadas onde se encontra a região ucraniana da Criméia (VERNADSKI, 1944, p. 15). No século IV a. C, o povo dominante na região eram os sármatas, cuja tribo mais poderosa eram os alanos, de origem iraniana. Com o tempo, a tradição nômade desse povo cedeu espaço ao cultivo agrícola, processo durante o qual sua gente foi se misturando com as tribos eslavas orientais pertencentes ao complexo indo-europeu. Um dos clãs de alanos era conhecido como *Rukhs As*, ou “Brilhantes Alanos”. Provavelmente é desse nome que derivou a palavra *Ros*, ou *Rus*, que posteriormente identificará os Russos Antigos.

⁵ A data de fundação da Rus Kievana é controversa. Segundo George Vernadsky, apesar de quase toda a literatura atribuir o fato ao ano 862, na verdade a data correta seria 856 (VERNADSKY, 1944).

No século III d. C. os godos de origem germânica derrubaram o domínio dos sármatas no sul da Rússia. O domínio godo não durou muito tempo, pois no século seguinte os hunos vindos do Leste tomaram aquela parte das estepes. No século VI d. C., os ávaros substituem os hunos para posteriormente serem sucedidos por outra tribo turco-mongol, os *Khazar* (cazares). No meio do século VII, os cazares estabelecem um estado estável que se estendeu do Mar Cáspio e do Baixo Volga até o rio Dnieper e o Mar Negro.

Na região das florestas, que apresentava aos seus ocupantes maiores riscos e dificuldades que as planas estepes, três foram os povos que inicialmente nela habitaram. São eles os finos, os lituanos e os eslavos vindos do sul. Segundo a *Crônica de Nestor*, eles fundaram Novgorod (cidade nova). Esses eslavos constituem a etnia que formou o principal núcleo da história russa. Acredita-se que o surgimento dos eslavos se deu entre 1000 e 6000 a. C. Somente no século VI a. C. eles se dividiram em três grupos, sendo que os eslavos orientais, antepassados dos russos, ucranianos e bielo-russos, se ramificaram por um grande território. Apesar de não desenvolverem uma organização que os permitisse enfrentar os diversos invasores de suas terras, eles mantiveram sua unidade étnica, o que viria a ser fundamental quando da fundação de um Estado próprio.

Os cazares das estepes dominaram os eslavos orientais provenientes das florestas, deixando-os, contudo, com considerável parcela de autonomia. Desde meados do século VII, os cazares travaram várias guerras inconclusas com os árabes, sofrendo fragorosa derrota no ano de 737. No desdobramento da escaramuça, foram presos vinte mil eslavos e remetidos à Síria. O resultado político da vitória árabe gerou nos eslavos a perda da fé nos cazares como seus protetores, razão pela qual começaram a procurar novos aliados, que eventualmente encontraram nos escandinavos (VERNADSKY, 1944, p. 22). Como os suecos não eram muito numerosos, aos poucos foram influenciados pela cultura nativa eslava. No ano de 825, diante de nova derrota dos cazares ante os árabes, o comando sueco dos russos proclamou independência do domínio czar. Mas foi apenas com a ajuda militar dos varegos, escandinavos sob o comando de Riurik, que se tornou possível a construção do primeiro Estado russo.

Após a morte de Riurik, em 873, seu sucessor, Oleg, conquistou Kiev e fundou, em 878, o reino de Rus Kievana. Todas as terras dominadas pelo seu governo passaram a ser chamadas de *Rus*. Dada a sua importância histórica, Kiev,

hoje capital da Ucrânia, sempre foi considerada pelos russos como o berço de sua civilização, razão pela qual preferem chamá-la de “mãe de todas as cidades russas”, ao invés de “mãe de todas as cidades da Rus”, a sua qualificação original (LIEVEN, 1999, p. 13).

1.1.1. A Polêmica quanto ao Status da Rus Kievana

A Rus Kievana é disputada por russos e ucranianos como a origem de seus Estados. Durante os séculos de dominação imperial russa, a visão amplamente divulgada era de que a Rus Kievana é o berço da Rússia.

No tocante aos ucranianos e a relação destes com a origem de Kiev, houve uma variação importante na compreensão historiográfica sustentada pelo Kremlin. A imagem reinante no período do império russo, findo em 1917, era de que a Ucrânia era parte da Rússia, ou seja, desprovida de qualquer autonomia. Por sua vez, durante o regime soviético, a Ucrânia passou a ser vista como uma nação irmã da Rússia, ambas descendentes da Rus Kievana e ligadas por laços de cultura, religião, língua e história compartilhada (LIEVEN, 1999, p. 14). A distinção pode parecer apenas um detalhe, mas como lembra Andrew Wilson, “a diferença entre dois países serem nações irmãs antes de serem duas partes da mesma nação dividida é crucial. Entre irmãos pode ser esperado que exista um relacionamento de amor e ódio” (WILSON, 2005, p. 25). É inegável que a ótica das lideranças soviéticas conferia à Ucrânia um grau de independência antes inexistente. Contudo, mesmo este abrandamento de posição não esconde a auto-imagem imperial russa, pois no fundo permanece a compreensão de que a Ucrânia não possuiria uma origem nacional própria, diversa da russa. No máximo, os ucranianos poderia ser encarados como um povo irmão, com mesmos hábitos e cultura, mas restando subentendida nesse raciocínio a qualidade de irmão caçula, destinado a obedecer à parente de maior expressão.

A partir da independência da Ucrânia, em 1991, a versão oficial da história proveniente de Moscou foi amplamente contestada pelos historiadores ucranianos. Eles alegam que a sua nação é a verdadeira herdeira da Rus Kievana, ao passo que o Reino de Moscou, não necessariamente descendente de Kiev, seria a verdadeira

origem da nação russa. Assim como a descendência comum reforça o posicionamento imperial russo, o esforço revisionista ucraniano se insere perfeitamente na tentativa da Ucrânia de estabelecer a existência de uma identidade nacional o mais longínqua possível, cujo intuito é o de fortalecer a sua percepção como entidade autônoma diante da nação vizinha historicamente imperialista.

A discussão empreendida por nacionalistas de ambas as partes não leva em consideração o fato de ser perfeitamente possível que dois ou três povos (incluindo os bielo-russos) sejam originários de uma mesma cidade comum, no caso Kiev, sem que suas raízes sejam mutuamente excludentes (LIEVEN, 1999, p. 15). Mesmo que nunca se alcance um ponto pacífico aceito por todos os envolvidos, a discussão em voga é valiosa como demonstração da relevância dos fatos históricos como base para a formação da identidade nacional, o que será discutido no capítulo seguinte.

1.1.2. A Queda da Rus Kievana e seus Efeitos

A Rus Kievana foi o poder dominante na Europa Eurásiana desde a sua fundação até a invasão Mongol, corrida em 1237-1240. A terra original dos *Rus* foi dividida entre a Polônia, a Lituânia, a Hungria, o suserano mongol e Moscou. (WILSON, 2005, p. 26). A invasão mongol iniciou a separação entre as partes ocidental e oriental dos Russos Antigos, gerando duas seções culturalmente distintas (VERNADSKY, 1945, p. 46). Extensas áreas da *Rus* ocidental, incluindo toda a Belarus moderna e uma grande área da Ucrânia moderna, foram progressivamente se tornando parte do Estado expansionista da Lituânia (HINGLEY, 2003, p. 23), enquanto a *Rus* oriental ficou sob domínio mongol. Tal separação detém relevância considerável na história da Ucrânia e de Belarus, pois originou a divisão dos eslavos orientais em três ramos, os ucranianos, os bielo-russos e os russos.

Ainda no século XIII, o Império Mongol começa a experimentar uma divisão interna em principados chefiados pelos descendentes de Ganges Kahn. Moscou fica sob o comando do Principado de Djuchi, também conhecido como a Horda de Ouro. A principal cidade da Horda de Ouro era Saltai, localizada no baixo Volga, na junção entre as estepes e as zonas desérticas. Os mongóis possuíam tratamentos

diferenciados em relação ao credo e às instituições políticas dos russos. Enquanto a religião católica ortodoxa era completamente tolerada, a vida política do Reino de Moscou sofria restrições, sendo a principal delas a obrigação de que todos os príncipes russos fossem à sede da Horda de Ouro para serem coroados como Grão-Duques, bem como reconhecessem sua completa submissão ao *Khan* mongol. Enquanto viveu a Horda de Ouro, Moscou ganhou proeminência em relação aos principados russos do leste e do norte. A ascendência de Moscou servira de impulso para que a oeste as tribos lituanas passassem a se unir em meados do século XII.

Aproveitando a paulatina perda de poder da Horda de Ouro, o Grão-Duque da Lituânia conquistou territórios na porção ocidental russa, muitas vezes com o auxílio da população, que desejava se livrar da influência dos tártaros. Nesse período, os lituanos ainda sofriam grande influência cultural dos russos, posto que a instituição fundamental da época, a Igreja, era bem organizada na sua versão Ortodoxa russa, o mesmo não ocorrendo com o paganismo praticado pelos lituanos. Tal proximidade diminuiu a partir do final do século XIV, quando ao Grão-Duque lituano de Yagailo foi oferecido o trono polonês (VERNADSKY, 1944, p. 53). Com a aceitação da oferta, ele se converteu ao catolicismo romano em 1386, fato esse que teve inegável efeito na separação de russos, ucranianos e bielorrussos. As terras que circundavam Kiev foram, assim, formalmente divorciadas de Moscou.

1.2. O INÍCIO DO IMPÉRIO RUSSO

O domínio dos tártaros sobre os russos durou cem anos mais do que o exercido sobre ucranianos e bielorrussos. Somente em 1480 Ivan III livrou o Reino de Moscou dos últimos vestígios de domínio da Horda de Ouro, quando derrotou Khan Akhmed, mediante aliança com o Reino da Criméia e manipulações das disputas internas dos tártaros. Após se livrar do domínio estrangeiro, Moscou empreendeu conquistar os territórios russos que havia perdido. A expansão de Moscou significou muito mais do que um mero processo territorial, pois foi acompanhada por vasto aumento de prestígio. Tanto o Patriarca residente em Moscou quanto o Príncipe de Moscou passaram a incluir em seus títulos oficiais o de soberano ‘de toda a *Rus*’, frase que foi comum e perversamente mal traduzida para ‘de todas as Rússias’” (HINGLEY, 2003, p. 27).

Em 1547, Ivan IV, dito “o Terrível”, exigiu ser coroado como *czar* (do latim *ceasar*), reunindo na sua pessoa o título de Eleito por Deus, o que legitimaria a imposição de uma política absolutista, bem como a autocracia ortodoxa em Moscou. A ligação com os Césares Romanos não era gratuita, pois a Igreja Ortodoxa Russa era vista como a líder do ortodoxismo religioso, e Moscou como a Terceira Roma⁶.

A década de 1550 é considerada o marco inicial da expansão imperial russa, pois foi neste período que Ivan IV derrotou e conquistou os reinos tártaros de Astrakhan e Kazan⁷. A importância de tais conquistas reside no fato de aqueles serem os primeiros Estados islâmicos de sofisticada organização a ficarem sob as ordens de Moscou, o que reverteu uma lógica de trezentos anos de invasões islâmicas sobre o território russo (LIEVEN, 2002, p. 231). Ademais, o fato “marca a primeira expansão de Moscou para além dos territórios onde viviam predominantemente russos” (SEGRILLO, 2000a, p. 163).

As vitórias obtidas no leste insuflaram o desejo de retomar espaço no oeste, e, com isso, aproximar Moscou da Europa. A estratégia russa acarretou seguidas batalhas com a Lituânia, o que acabou por fortalecer a aliança lituano-polonesa. A Polônia, sabedora das dificuldades lituanas nas guerras contra a Rússia, procurou convencer a nação vizinha a unificar as duas entidades, que na época lutavam apenas como aliadas, apesar de compartilharem o mesmo rei. A assinatura do Acordo de Lublin, em 1569, selou a junção almejada pela Polônia, em condições desfavoráveis para a Lituânia (VERNADSKY, 1944, p. 62). A união tornou a Polônia o maior inimigo russo do Oeste. Além da guerra com a Polônia e Lituânia, Moscou também lutava contra a Suécia. O fato de guerrear em mais de uma frente, e de que uma dessas era comandada pelo polonês Stephen Batory, ocasionou sucessivas derrotas russas, até a assinatura de tratado de paz de 1583, cujo teor era muito desvantajoso para Moscou.

⁶ Moscou era o único Estado do Catolicismo Ortodoxo que era independente. Os moscovitas começaram a ver a si mesmos como o centro do cristianismo ortodoxo, uma doutrina promulgada pelo monge Philoteus em celebrada carta que enviou ao Grande Príncipe Vassili III. Na medida em que Roma e Constantinopla haviam caído como centros de poder, o lugar que ocupavam passou a ser de Moscou, como a Terceira Roma, a qual deveria durar para o resto dos dias, nunca dando lugar para uma Quarta Roma (HINGLEY, 2003, p. 37).

⁷ Moscou anexou o reino de Kazan em 1552, Astrakhan em 1556. Para celebrar essa última conquista, Ivan, o Terrível, mandou construir a catedral de São Basílio, o Bem Aventurado, na praça Vermelha (ou Praça Bela, em russo antigo). A Sibéria, por sua vez, foi conquistada em 1584.

1.3. O GOVERNO COSSACO

A união formal e definitiva entre Lituânia e Polônia não causou efeitos apenas aos russos. Bielo-russos e ucranianos igualmente sofreram com o seu novo dominador. Quando sob as regras da Lituânia, a região que hoje forma Ucrânia e Belarus usufruía de certa liberdade, consagrada pelo *laissez-faire* lituano. No entanto, com o Acordo de Lublin, a Polônia da contra-reforma trouxe uma tripla ameaça de “polonização”, consubstanciada na assimilação forçada da língua e cultura polonesa, no catolicismo e na servidão dos camponeses (WILSON, 2005, p. 26).

Diante de tal quadro, para os ucranianos manter sua igreja independente representava um obstáculo tanto aos avanços religiosos da Polônia, quanto às tentativas de imposição cultural e lingüística. A defesa da Igreja Ortodoxa de Kiev gerou três facções com posicionamentos distintos. Uma primeira pediu auxílio aos russos contra os poloneses, mas mais em termos religiosos do que étnicos. Uma segunda facção utilizou a mesma tática do catolicismo e desenvolveu uma espécie de contra-reforma na Ortodoxia de Kiev, misturando elementos da Igreja Ortodoxa com um quase-protestantismo, o que afastou o ramo ortodoxo ucraniano da Igreja de Moscou, reforçando, com isso, a incipiente separação identitária entre as duas nações. O terceiro grupo a reagir ao catolicismo polonês era formado pelos cossacos ucranianos, cujas tribos estavam localizadas no lado leste da corrente do rio Dnieper, ao sul de Kiev.

Os cossacos, conforme se verá adiante, têm grande influência na construção da identidade da Ucrânia como uma nação separada da Rússia. Entretanto, naquela época eles não eram identificados por defenderem uma nação ucraniana, mas sim pela sua aversão à forma de dominação polonesa, bem como pelo seu anticatolicismo. Algumas das atitudes do governo polonês, como aumentar o preço dos serviços e dos aluguéis de terras utilizadas pelos cossacos, acarretaram nestes o temor de serem transformados em servos. Real ou imaginário, o risco vislumbrado os impulsionou a exigir do governo da Polônia o título de nobres, o que evitaria a perda das terras. Não atendidos em suas demandas, durante as primeiras décadas do século XVII, os cossacos passaram a desafiar a autoridade do Estado que os dominava até que em 1648, sob a liderança de Hetman Bogdam Khmelnytskyi, irromperam em revolta armada. Com amplo apoio da população ucraniana,

conquistaram Kiev e porções a oeste da cidade, além de territórios que hoje pertencem à Polônia. O quase-Estado que se formou a partir das vitórias dos cossacos foi batizado “*Hetmanato*”. O contra-ataque não tardou, e com o passar dos anos se tornou cada vez mais irresistível (LIEVEN, 1999, p. 18). Sem alternativa melhor, os líderes do Hetmanato concordaram em se submeter à soberania do czar russo Alexei Mikhailovich, situação formalizada no Tratado de Pereiaslav, assinado na cidade de mesmo nome em 1654. A Igreja Ortodoxa de Kiev teve grande influência na feitura do acordo, pois reconhecia no patronato religioso russo a liderança da Ortodoxia⁸. A partir de Pereiaslav, o czar Alexei passou a se denominar “Czar da Grande e da Pequena Rússia”. Ressalte-se que o fato de chamar a Ucrânia de Pequena Rússia demonstrava o sentimento russo a seu respeito.

O Tratado de Pereiaslav não era de todo claro, razão pela qual deixou margem a várias interpretações, tanto na época na qual foi assinado, quanto hoje⁹. Parte das demandas dos cossacos foi atendida, pois receberam o título de nobres que desejavam, e às cidades da Ucrânia foi permitido escolher os seus líderes locais (LIEVEN, 1999, p. 20). Contudo, não houve o cumprimento de todas as promessas do czar, principalmente no tocante à autonomia dos ucranianos perante a Rússia. O Hetmanato sofreu seguidas perdas de suas liberdades políticas e administrativas até a sua extinção formal, em 1785.

1.4 O DOMÍNIO RUSSO SOBRE OS TERRITÓRIOS DE UCRÂNIA E BELARUS

Quando o Tratado de Pereiaslav foi assinado, a dinastia Romanov já comandava a Rússia. Foi sob esta linhagem que os russos experimentaram a magnitude de seu poderio imperial. Curiosamente, foi a partir dos desdobramentos de uma invasão polonesa que os Romanov chegaram ao poder. Entre 1584 e 1613, a Rússia enfrentou o “Período de Problemas”, marcado pela sucessão de vários czares desprovidos de apoio popular ou legitimidade. Os conflitos internos

⁸ Vale ressaltar que antes de perder sua independência em 1685-1686, por causa da submissão à Igreja russa, a Igreja de Kiev influenciou aquela para que passasse por um processo de modernização semelhante ao ocorrido em Kiev. O resultado foi o cisma na Igreja Russa entre os novos e os velhos fiéis do Patriarca Nikon, em 1667.

⁹ O conteúdo confuso do Tratado referido dá margem, na atualidade, à discussão entre nacionalistas russos e ucranianos. Estes sustentam que foi um acordo entre Estados, o que o tornaria nulo quando da quebra das promessas feitas pelo czar. Os russos, por sua vez, sustentam que o *Hetmanato* não era propriamente um Estado, e que o acordo na verdade teria reunificado todas as Rússias sob o domínio de Moscou (LIEVEN, 1999, p. 21-22).

ocasionaram a queda de Moscou, invadida pela Polônia. O patriarca ortodoxo, por se recusar a aceitar formalmente o jugo polonês, foi preso e deixado para morrer de inanição. A invasão e o tratamento ao líder religioso uniram os russos em torno de sentimentos nacionalistas. Um exército comandado pelo príncipe Pozharsky derrotou os poloneses e retomou Moscou em 1612. No ano seguinte, foi convocado um *Zemsky Sobor*¹⁰, no qual foi eleito Mikhail Romanov.

Apenas três anos depois de Pereiaslav, faleceu Khmelnytskyi, fato que gerou nova partição da política ucraniana, desta feita entre os povos a leste do Dnieper, simpáticos a Moscou, e os localizados a oeste do rio, apoiadores da Polônia. O Acordo de Andrusovo, firmado por Rússia e Polônia em 1667, estabeleceu o rio Dnieper como fronteira natural da Ucrânia. O território que hoje é Belarus ficou com a Polônia e importantes cidades ucranianas da margem oriental, como Kiev e Smolensk, permaneceram com Moscou.

Em 1713, Pedro, o Grande, oficializa o nome Rússia para o reino de Moscou, mas é somente no governo de Catarina, a Grande, que a expansão territorial russa atinge novamente as terras ucranianas e bielo-russas. A tripla repartição da Polônia, ocorrida em 1772, 1793 e 1795, colocou quase todo o território ucraniano e a integralidade do bielo-russo nas mãos da Rússia. Apenas a porção mais ocidental da Ucrânia ficou submetida ao Império dos Habsburgo, cuja tolerância e a intensidade da competição com os poloneses permitiu aos ucranianos da região “desenvolverem um forte senso de identidade distinta e, durante o curso do século XIX, a assentarem o nome ‘ucranianos’” (WILSON, 2005, p. 27)¹¹. No resto do território ucraniano, Catarina governava o Império Russo com mão de ferro, retirando o resto de autonomia legal da Hetmanato e levando os cossacos à servidão.

¹⁰ O *Zemski Sobor* era um Congresso Popular criado por volta da segunda metade do século XVI, cuja função era ser um foro de representação das diversas classes de Moscou, nessa época sujeita a um sistema político que combinava um forte poder central com comunas locais. A sua origem é encontrada nos departamentos de Moscou. Em cada departamento havia um congresso anual do qual participavam os representantes de todos os habitantes, com o intuito de escolher uma comissão jurídica, de poderes gerais, e uma comissão financeira, que não exercia poder sobre os proprietários de terra. O princípio de autogoverno local foi transportado para a esfera central com os *Zemski Sobor*, os quais eram compostos por todas as classes da sociedade – funcionários do Estado, donos de terra, comerciantes, artesãos e camponeses. Os poderes do *Zemski Sobor* eram determinados pelos costumes e não por lei. Os czares faziam uso de tal instituição quando necessitavam de assistência (VERNADSKY, 1944, p. 67 e 80).

¹¹ Até então os ucranianos se autodenominavam “rutênios”, a fim de evitar o nome de Pequenos Russos, que já naqueles tempos consideravam depreciativo e contrário à sua autonomia em relação aos russos. Para efeitos de clareza, na redação do presente capítulo os ucranianos sempre foram denominados dessa forma. Note-se, ao passar, que o nome de Rutênia Subcarpática reaparece depois da I Guerra Mundial nos tratados de Versalhes para distinguir o extremo oriental da Tchecoslováquia (Estado conformado ademais pela Bohemia e a Morávia austro-húngaras). Esta porção da Tchecoslováquia seria reivindicada pela URSS depois da II Guerra Mundial e anexada à República Socialista Soviética da Ucrânia.

Nas primeiras décadas do Século XIX, a cultura ucraniana foi tolerada pelo Império Russo, o que deu vazão, em 1840, à formação do movimento nacional ucraniano, de traços meramente culturais. O crescimento do nacionalismo no seio do Império já era um fator preocupante por si só, mas foi a rebelião na porção territorial polonesa dominada pela Rússia que incitou o medo de decomposição da ordem estabelecida. Temerosos, os russos aprovam o Decreto Valuyev em 1863, cuja medida principal é o banimento de livros religiosos e educativos escritos na língua ucraniana. O movimento nacionalista da Ucrânia passou, então, à condição de semi-clandestinidade, o que não impediu a criação do Partido Revolucionário Ucraniano, em 1900. A tentativa fracassada de revolução em 1905 acarretou um certo nível de abrandamento das regras direcionadas à formação de partidos políticos dentro do Império Russo, permitindo o funcionamento de organizações dessa estirpe na Ucrânia, desde que sob supervisão da polícia russa. Todavia, com a eclosão da I Guerra Mundial, a “liberdade vigiada” dos movimentos políticos ucranianos foi extinta.

Por seu turno, os bielo-russos foram submetidos a políticas culturais e lingüísticas de russificação durante todo o século XIX. Havia pequenos grupos nacionalistas, mas eles não detinham grande influência. A população bielo-russa, porém, não se considerava propriamente russa, mas parte de uma identidade eslava que acreditavam partilhar com ucranianos e russos (ABDELAL, 2001, p. 131).

1.5. A REVOLUÇÃO RUSSA E AS REPÚBLICAS DA UCRÂNIA E DA BIELO-RÚSSIA

Nas ocasiões em que um império entra em colapso por qualquer motivo, acontece um rearranjo de forças dentro das unidades que anteriormente o constituíam. A perda de poder, momentânea ou definitiva, do Estado imperialista gera períodos de turbulência nas nações dominadas, nas quais é comum virem à tona fortes sentimentos nacionalistas, acompanhados de desejos de autonomia política, de fato e de direito. A história da Rússia e dos Estados que fizeram parte por longos séculos de suas fronteiras imperiais ilustra muito bem tal padrão, repetido sempre que verificado o desfazimento de uma estrutura imperial russa. Na medida em que a Revolução Bolchevique de 1917 significou o desmantelamento da Rússia

imperial dos czares, não causa espécie que nos primeiros anos do que viria a ser a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), quando ainda em ebulição a guerra civil, houvesse convulsões internas, bem como tentativas de independência e estabelecimento como Estados de algumas regiões antes dominadas pelo Império Russo. Justamente isso ocorreu com a Ucrânia, que passou por um turbulento período entre 1917 e 1921, no qual foram fundadas duas repúblicas ucranianas distintas. Os efeitos dos acontecimentos na Ucrânia se alastraram a Belarus.

A Revolução de Fevereiro de 1917 intensificou o nacionalismo ucraniano, em movimento liderado pelo historiador Hruchevski. Em março do mesmo ano foi fundado o parlamento (Rada) ucraniano. Depois de negociações com o Governo Bolchevique Provisório de Petrogrado, é proclamada em junho uma república ucraniana autônoma, instituição ainda ligada à Rússia. Um mês após a Revolução de Outubro, em 20 de novembro de 1917, é constituída a República Popular Ucraniana, cujos laços com a vizinha do leste também não haviam sido formalmente desfeitos. Na época, o território ucraniano abrigava um quinto da população da Rússia czarista, além disto, nele estavam localizados os solos mais férteis do império desfeito, bem como a maior parte da indústria metalúrgica e da exploração de minas (LIEVEN, 2002, P. 57). Em função desses fatores, a União Soviética não podia prescindir da Ucrânia. Diante da crescente busca de autonomia ucraniana, os bolcheviques exigiram o realinhamento com a Revolução.

O endurecimento soviético levou o movimento nacionalista ucraniano a procurar ajuda externa, encontrando-a na Alemanha. Sentindo-se protegida, a República da Ucrânia proclamou sua independência total da Rússia soviética em janeiro de 1918, sendo reconhecida como Estado pelos alemães dez dias depois (CARR, 1977, p. 334). No mês seguinte, o governo soviético reconquistou Kiev. O domínio bolchevique durou três semanas, sendo extirpado pelas forças da Rada, secundadas pelos exércitos da Alemanha e da Áustria. Em março de 1918 é assinado o Tratado de Brest-Litvosk, pelo qual a Rússia perdeu os territórios do leste da Polônia, da Ucrânia, da Letônia, da Lituânia e da Estônia, que foram entregues à Alemanha¹². O apoio germânico acabou por custar caro aos ucranianos, pois no mês de abril a Rada foi desalojada do poder pelos alemães, que instituíram o governo

¹² A perda territorial ocasionou sensível redução do território russo, que ficou mais ou menos com as mesmas conformações que possuía antes das conquistas de Pedro I no ocidente (LIEVEN, 2002, p. 57).

marionete de Hetman Pvlo Skoropadskyi. A linha reacionária pró-germânica e pró-senhores de terra adotada por Skoropadskyi revoltou os camponeses da Ucrânia.

Com a derrota na I Guerra Mundial, a Alemanha foi forçada a assinar um armistício com as potências vencedoras. Entre os deveres germânicos estava a retirada das tropas do território ucraniano. Sem o apoio externo, Skoropadskyi foi retirado do poder pelas forças nacionalistas da Rada. Em fevereiro de 1919, os bolcheviques retomaram Kiev e mantiveram o poder sobre a cidade, salvo por breves períodos de perda de controle, ora para os poloneses, ora para os mencheviques. O movimento nacionalista ucraniano se deslocou, assim, para a porção mais ocidental do país. Em outubro de 1920, a Polônia assinou armistício com os líderes bolcheviques e dispersou as forças nacionais ucranianas de seu território. A perda do auxílio externo acarretou à Ucrânia o retorno ao completo domínio dos bolcheviques no ano de 1921.

Se a queda do império russo gerou a República Popular da Ucrânia, o fim do império dos Habsburgo possibilitou a criação da República Popular da Ucrânia Ocidental, em novembro de 1918. Esta reclamava os territórios da Galícia, Volyn, Transcarpátia e o que hoje são os territórios poloneses de Peremyshyl, Kholm, Pidlachia e a região de Lemko. No mesmo período, a Polônia declarou sua independência. Como havia disputa territorial entre poloneses e ucranianos ocidentais, as duas partes entraram em conflito. No mês de janeiro de 1919, as duas repúblicas ucranianas assinaram acordo, o qual foi meramente formal, pois entre ambas havia diferenças políticas e programáticas. Alguns meses depois, em julho de 1919, a Polônia conquistou a República Popular da Ucrânia Ocidental (WILSON, 2002, p. 127).

Muitos dos fatos acontecidos na Ucrânia nos anos que se seguiram à Revolução de 1917 se repetiram em Belarus, mas com intensidade bem menor, dado que o movimento nacionalista bielo-russo era incipiente e débil. Em agosto de 1917 foi estabelecida no Belarus uma Rada bielo-russa, a qual não obteve reconhecimento dos soviéticos, que a derrubaram e constituíram um Conselho de Comissários do Povo. No mês de fevereiro de 1918, o exército alemão invadiu Belarus, estabelecendo uma Rada sob seu poder. A derrota alemã na I Guerra Mundial forçou a retirada do invasor germânico no final do mesmo ano, oportunidade na qual os bolcheviques retomaram o poder sobre Belarus.

A escolha posta aos bielo-russos era criar uma república ou serem incorporados à Rússia. Em janeiro de 1919 o Partido Comunista decidiu pela gestação da República Socialista Soviética da Bielo-Rússia (CARR, 1977, p. 346), e no mesmo ano as forças polonesas invadiram a nova república, ocupando até mesmo Minsk. O acordo russo-polaco assinado em 1920, estabeleceu que parte do território bielo-russo ficaria em posse da Polônia.

Ainda que a análise das identidades nacionais como elementos de aproximação e de separação entre os Estados observados seja abordada em momento posterior, convém desde logo ressaltar as claras diferenças entre os movimentos nacionalistas ucraniano e bielo-russo. Enquanto na Ucrânia o sentimento de nação já detinha nível razoável de desenvolvimento, “para os russos brancos, observa um historiador recente, ‘a nacionalidade veio como um presente da Revolução Russa que quase não tinham solicitado’”, pois “os operários e camponeses russos brancos sempre se consideraram uma parte do povo trabalhador da Rússia e apenas uma parte insignificante da intelligentsia pequeno-burguesa russo-branca era partidária da independência” (CARR, 1977, p. 347).

No mês de dezembro de 1922 foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Já na sua formação, o Estado soviético contava com as três repúblicas eslavas: Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia. A quarta república fundadora era a da Transcaucásia, que englobava as futuras repúblicas da Geórgia, Armênia e Azerbaijão (SEGRILLO, 2000a, p. 347).

1.6. O ENTRE-GUERRAS E A II GUERRA MUNDIAL

Durante a década de 1920, a língua e a cultura ucranianas foram incentivadas no aprendizado escolar e nos livros. Até mesmo o retorno do antigo presidente da República Autônoma da Ucrânia, Hruchevski, foi permitido em 1924. O líder voltou à nação com o intuito de disseminar o sentimento nacional no povo. Segundo observa Andrew Wilson:

Os anos 1920 foram, então, uma era dourada para a Ucrânia de várias maneiras, produzindo uma revivificação cultural forte o bastante para desafiar o monopólio central secular russo da alta cultura, uma próspera economia local baseada na agricultura camponesa e na pequena indústria e

um breve renascimento da independência da Igreja entre 1921 e 1930 (WILSON, 2005, p. 28).

Todavia, a relativa paz ucraniana não durou mais que uma década, pois a liderança soviética acreditava existir uma dupla ameaça à manutenção do país como uma de suas repúblicas. Internamente, o nacionalismo ucraniano levava ao afastamento de Moscou, ao passo que, externamente, existia o temor de ataques provenientes da Alemanha ou da Polônia sobre a região. Não pode ser negada a relação desse medo soviético com o primeiro grande revés sofrido pela Ucrânia soviética, quando em 1930 a coletivização forçada dos campos implementada por Stalin resultou na morte ou deportação de duzentos e cinquenta mil ucranianos (LIEVEN, 1999, p. 34).

A situação se agravou nos anos seguintes. A característica da Ucrânia de, historicamente, servir como celeiro para a Rússia a transformou em principal alvo da política de coletivização nas zonas rurais, causando revolta nos fazendeiros ucranianos, os quais manifestaram sua contrariedade. O governo soviético, então, além de aprofundar a coletivização, impôs a colheita forçada dos produtos alimentícios. As medidas causaram “A Grande Fome” de 1932-1933, cujo resultado foi a morte de mais de cinco milhões de ucranianos¹³.

Nos anos 1930, Stalin também perseguiu bielo-russos, exterminando grande parte da elite da República Socialista da Bielo-Rússia, principalmente entre 1937 e 1939. A partir de então, o processo de russificação, que historicamente já havia sido intenso em Belarus, se aprofundou.

Em 1939, a União Soviética anexou ao seu território as províncias ucranianas da Galícia e de Volyn. Com o passar dos anos, o movimento se mostrou equivocado, pois na medida em que nunca antes essas duas regiões haviam sido dominadas pela Rússia czarista, elas não foram assimiladas pela cultura russa e soviética no longo período de poder comunista. Tal circunstância as tornou um constante foco de insurgência em busca de autonomia (LIEVEN, 1999, p. 33).

Durante a II Guerra Mundial, Ucrânia e Belarus se comportaram de forma diversa quanto à invasão nazista de 1941. Enquanto Belarus foi cenário de uma sangrenta resistência contra os invasores alemães, que gerou uma “república

¹³ Recentemente, o governo ucraniano considerou o ato de Stalin como genocídio. Tal gesto desagradou ao Kremlin. O debate entre historiadores e analistas dos dois países continua acirrado. Os ucranianos insistem na tese do genocídio, enquanto os russos alegam que muitos russos, assim como outras etnias, morreram por causa da política de Stalin, logo, não haveria genocídio.

partisan” dos bosques, mas também uma repressão germânica terrível (MIJAILOVICH, 2006), na Ucrânia se instalou um *Reichkomissariat*, com sede em Rovno, junto ao qual se envolveram milícias colaboracionistas: foram elas que perseguiram os judeus da Galícia Oriental, assim como eram ucranianos de uniforme negro os que se encarregaram da vigilância dos campos de extermínio da Polônia. Contudo, é certo que nem toda a Ucrânia apoiou os nazistas. Na Volyn ucraniana se desenvolveu um movimento clandestino, o OUN (sigla inglesa da Organização dos Nacionalistas da Ucrânia), o qual era hostil tanto aos nazistas quanto aos soviéticos. Seu líder era Stephan Bandera, que “em 30 de junho de 1941 proclamou o restabelecimento de um Estado independente ucraniano, presidido por Yaroslav Stetsko” (ROMERSTEIN, 2004). Dois anos depois, Stetsko fundou e foi o presidente de uma organização intitulada Bloco Anti-Bolchevique das Nações. O final da guerra não significou o término do movimento de Bandera, pois seus aliados continuaram lutando contra os bolcheviques por muitos anos ainda depois de 1945. Outro grupo ucraniano de resistência importante foi a UPA (sigla ucraniana para Exército Insurgente da Ucrânia), que, liderado por Roman Shukhevych, também manteve suas atividades até o começo dos anos 1950¹⁴.

Com o fim da II Guerra Mundial, Ucrânia e Belarus foram definitivamente reincorporadas à União Soviética, com seu território grandemente aumentado graças aos ganhos territoriais provenientes da batalha¹⁵. Ressalte-se que foi somente a partir da conquista da Rutênia subcarpática, em 1945, que, pela primeira vez, todas as regiões que hoje formam a Ucrânia passaram a estar sob o domínio soviético.

1.7. O PERÍODO SOVIÉTICO E A GUERRA FRIA

A vitória na II Guerra Mundial não significou a manutenção da aliança que derrotou o nazi-fascismo. Dois dos seus principais membros, Estados Unidos e

¹⁴ A UPA (Ukrainska Povstanska Armia) lutou contra os soviéticos de 1944 a 1952. Movida por um extremado nacionalismo ucraniano, manifestado no seu desejo de construir uma Ucrânia etnicamente homogênea, ou seja, sem a população polonesa, alemã e judaica situada no país, a organização chegou a contar com 100 mil combatentes. Eram cinco as províncias principais de atuação da UPA, todas localizadas no Oeste da Ucrânia: Ternopil, Lvov, Drogobych, Stanislavov e Rovno, sendo que 90% dos ataques da organização ocorreu na Galícia (DARDEN, 2006).

¹⁵ Após a II Guerra Mundial, Ucrânia e Belarus se tornaram membros fundadores da ONU junto com a URSS; com o pretexto dos sacrifícios sofridos durante a guerra e base jurídica no direito de legação conservado pelas mesmas (DEBORIN, 1977).

União Soviética, se tornaram as duas superpotências inimigas do período que passou para a História como Guerra Fria, cujos marcos são o fim da II Grande Guerra, em 1945, e a dissolução formal da União Soviética, em 1991. O poderio alcançado pela URSS durante a Guerra Fria teve impacto direto na submissão ucraniana e bielorrussa ao poder central de Moscou.

Após o fim da II Guerra Mundial, as zonas de influência dos comunistas soviéticos e dos capitalistas norte-americanos na Europa foram logo estabelecidas. Immanuel Wallerstein considera a Conferência de Yalta, na qual se reuniram Churchill, Stalin e Roosevelt, como o elemento definidor das restrições geopolíticas de segunda metade do século XX.

Quando a guerra terminou, no dia 08 de maio de 1945, as tropas soviéticas e as ocidentais (isto é, americanas, britânicas e francesas) estavam localizadas em pontos particulares – essencialmente ao longo de uma linha norte-sul, no centro da Europa, que se tornou conhecida como a Linha Oder-Neisse¹⁶. À parte de alguns ajustes menores, foi onde ficaram. Em retrospectiva, Yalta foi um acordo entre ambos os lados no sentido de que poderiam permanecer onde estavam e nenhum lado usaria a força para expulsar o outro (WALLERSTEIN, 2004, p. 23).

A Europa restou dividida em dois blocos de países, um deles composto pelos Estados do leste, comunistas sob a liderança da União Soviética, e outro formado pelos Estados do oeste, capitalistas. Os últimos receberam ajuda militar e econômica dos Estados Unidos para que freassem qualquer avanço comunista, fosse ele externo, fosse ele fruto da política doméstica¹⁷. No lapso considerado como a primeira fase da Guerra Fria, a situação na Europa permaneceu estável, devido à “política da detenção” adotada pelas duas superpotências, calcada no “equilíbrio do terror”.

A paridade de poder estabelecida na Europa repercutiu nas relações internas da União Soviética, entre elas as estabelecidas entre as Repúblicas Socialistas

¹⁶ Os rios Oder e Neisse constituíram, assim, a fronteira física entre Alemanha e Polônia, país este que “recuperava”, desta forma, os territórios da Prússia Oriental Meridional, da Silésia e da Pomerânia Oriental, que compensavam, de alguma maneira, os territórios orientais poloneses cedidos à URSS e incorporados por esta à República Socialista Soviética da Bielorrússia pela adoção da “Linha Curzon” como fronteira leste entre Polônia e União Soviética.

¹⁷ O bloco comunista era composto por União Soviética, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Hungria, Albânia, Romênia, Bulgária e Alemanha Oriental, ou República Democrática da Alemanha. A instituição militar do bloco comunista foi criada com o Pacto de Varsóvia, assinado em 14 de maio de 1955. Por sua vez, a OTAN, fundada em 1947, era a instituição militar das nações ocidentais, chefiada pelos Estados Unidos. Os seus países membros europeus eram a Inglaterra, Portugal, Bélgica, Turquia, Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Itália, Grécia, Islândia e Alemanha Ocidental, ou República Federal da Alemanha. Economicamente, os Estados Unidos financiaram a reconstrução da Europa Ocidental, por intermédio do Plano Marshall.

Soviéticas da Rússia, da Ucrânia e da Bielo-rússia. Moscou era a grande líder de toda a ordem soviética, e, conseqüentemente, exercia domínio sobre Kiev e Minsk. Como já visto, as tentativas ucranianas, e, em bem menor extensão, bielo-russas, de maior autonomia, ou mesmo de independência, sempre precisaram ser apoiadas por forças externas européias, pois nem uma nem outra detinham capacidade política e força militar para combater a subjugação que as assolava. Na medida em que a situação no continente europeu estava sedimentada, e que países como Polônia e parte da Alemanha também se encontravam submetidos ao controle russo, quando não incorporados ao território da URSS como os países bálticos (Lituânia, Estônia e Letônia), era inexistente a possibilidade de que Ucrânia e Belarus se tornassem Estados livres do domínio imperial soviético.

Uma vez diminuídos os rompantes de libertação ucranianos, a liderança russa passou a ver a Ucrânia, que era a segunda maior república da União Soviética, como uma parceira confiável, mesmo que as províncias do oeste da república continuassem a considerá-la como um território ocupado. A fim de sedimentar a posição da Ucrânia como república irmã da Rússia dentro da estrutura soviética, Nikita Krushev, um ucraniano, na seqüência de seus atos de “desestalinização” do sistema, adotou medidas que beneficiavam os ucranianos. A primeira delas foi a transferência da Criméia para a República Socialista Soviética da Ucrânia em 1954. Depois, foi permitido a Petro Shelest, primeiro secretário do Partido Comunista ucraniano, que desenvolvesse uma ucranianização moderada no sistema educacional e na mídia local (LIEVEN, 1999, p. 42). Nesse período surgiu a organização nacionalista *Rukh* (movimento, em ucraniano), que lutava contra a ameaça da assimilação da cultura russa e soviética (WILSON, 2002, p. 153). Entretanto, a partir dos anos 1970, já com Brezhnev, outro ucraniano, no topo do poder soviético, houve uma constante diminuição das liberdades de prática do nacionalismo ucraniano, pois Moscou considerava que ele era defendido com excessivo entusiasmo na república (LIEVEN, 2002, p. 292). Em 1972, o conciliador Shelest foi substituído pelo comunista linha-dura Volodymyr Shcherbytsky, que governou a república da Ucrânia até 1989.

No concernente à República Socialista Bielo-Russa, o período da Guerra Fria apenas manteve a russificação que já estava em curso desde a década de 1920. Como resultado, em 1980 a maioria da população falava o russo como primeira língua, diferentemente do que ocorria em 1944, quando o bielo-russo era a forma

mais comum de comunicação entre o povo da república bielo-russa (ABDELAL, 2001, p. 132).

1.8. A GLASNOST E A PERESTROIKA

A eleição de Mikhail Gorbachev, em 1985, para o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista, principal posto de comando da União Soviética, teve conseqüências profundas para o Estado Socialista. Com o objetivo de modernizar o sistema soviético, Gorbachev lançou os projetos da *Perestroika* e da *Glasnost*. A tradução de *Glasnost* é “transparência”, sendo tal plano voltado para os aspectos políticos do regime. Já a *Perestroika*, ou “reconstrução”, detinha fundo econômico, e sua meta era revitalizar a economia soviética¹⁸. Depois de detonado, o processo de modificação econômica e política do sistema comunista fugiu ao controle de seus líderes, o que resultou no desmantelamento da União Soviética no ano de 1991¹⁹.

Angelo Segrillo aponta duas causas principais para a *Perestroika*, quais sejam, a estagnação da economia soviética e a defasagem tecnológica entre o sistema comunista e o capitalismo ocidental, posto que nesse, a partir da década de 1970, foi impulsionada a Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Tecnológica-científica. Pode ser estabelecida uma relação entre os dois motivos citados. As características intrínsecas da Revolução Tecnológico-científica (flexibilidade, fluxos horizontais de comando e informação) não combinavam com o planejamento hierárquico e centralizado do Partido Comunista, mais afeito ao fordismo da era moderna do que ao toyotismo da pós-modernidade (SEGRILLO, 2000b, p. 12). As dificuldades da União Soviética de acompanhar os avanços ocidentais levaram sua economia à estagnação, uma vez que seus produtos perdiam competitividade no mercado no sistema internacional, no qual os comunistas eram forçados a negociar.

No início das mudanças, Gorbachev concedeu preferência ao elemento econômico, uma vez que nunca esteve em seu horizonte o desfazimento da unidade política soviética. Entretanto, o líder comunista logo percebeu que a primazia do

¹⁸ Angelo Segrillo aponta que “no contexto da experiência histórica soviética de meados dos anos 1980, o melhor termo para tradução talvez seja o de reestruturação” (SEGRILLO, 2000a, p. 17).

¹⁹ Dominic Lieven faz interessante comparação entre a queda do império czarista e o fim da URSS. Segundo o autor, o Império Russo enfrentou dificuldades ao procurar unir sua forma de governo autoritária com princípios liberais ocidentais, o que o levou à desintegração. Com a URSS teria ocorrido semelhante processo, culminando, também, na sua desintegração (LIEVEN, 2002, p. 302).

econômico sem a correspondência do político reduziria a *Perestroika* a uma revolução tecnocrática. Assim, a partir de 1986, o conteúdo político da *Glasnost* recebeu a atenção devida, e passou a caminhar, desde esse momento, lado a lado com a *Perestroika* (SEGRILLO, 2000b, p. 17).

A abertura política e a descentralização econômica tiveram como um de seus efeitos principais o renascimento de nacionalismos antes reprimidos pela mão-de-ferro soviética, e até mesmo o surgimento de sentimentos nacionais antes não manifestados com tamanha força²⁰.

A partir do momento em que as forças centrífugas no *campo econômico* começaram a se desenvolver e o poder político-econômico (antes concentrado primariamente no PCUS) começou a ser disputado por diversas outras correntes, a esfera das nacionalidades passou a ser um campo fértil de *catalisação* e *alavancagem* desta disputa de poder (SEGRILLO, 2000a, p, 176, grifo do autor).

Os países bálticos, Lituânia, Estônia e Letônia, que haviam sido Estados independentes durante o entre-guerras, lideraram o fenômeno separatista e serviram de exemplo aos movimentos autonomistas que se alastraram pelo solo soviético desde a segunda metade da década de 1980²¹. Gorbachev e a nova elite dirigente do país se mantiveram fiéis à postura mais democrática que pretendiam implementar e não lançaram mão da violência para reprimir as declarações de independência dos Estados que faziam parte da União Soviética.

Gorbachev foi o primeiro Secretário-Geral soviético a levar em conta que na política os meios podem ser tão importantes quanto os fins. Nesse caso, se os meios (a força suficiente) para manter a união tivessem sido aplicados, essa união seria diferente da que Gorbachev queria criar e preservar, e nela a inevitável consequência teria sido a inversão do processo de liberalização e democratização do sistema (BROWN, 2004, p. 43).

²⁰ No tocante ao conceito de nacionalidade entre os povos que formavam a URSS, convém trazer à tona a importante explicação fornecida por Angelo Segrillo. Segundo este, a nacionalidade dos povos que compunham a URSS era reconhecida pelo *ius sanguinis*, ou seja, é a descendência familiar que será considerada para a identificação da nacionalidade. Desta forma, uma pessoa pode nascer, por exemplo, em solo russo, mas será ucraniana se um de seus pais for ucraniano, bem como se um dos pais de seus pais igualmente for ucraniano, etc. Tal método ocasiona a perpetuação da nacionalidade de um indivíduo, não importando onde ele habite ou tenha nascido. Com isto, as diferenças étnicas tendem a ser perpetuadas (SEGRILLO, 2000b, pp. 59 e 60).

²¹ A Estônia foi a primeira das Repúblicas Socialistas Soviéticas a declarar sua independência, em novembro de 1988, sendo seguida por Letônia, em maio de 1989 e Lituânia em julho de 1989.

A escolha de Gorbachev, somada à sua indecisão entre manter o socialismo e aprofundar as reformas econômicas e políticas, o levaram a perder poder dentro da União Soviética em franca decomposição. Em março de 1991, já enfraquecido e enfrentando a ascensão, entre os defensores do liberalismo, de Boris Yeltsin, Gorbachev convocou um plebiscito, cujo intuito era angariar apoio popular para a criação de uma nova instituição que substituiria a União Soviética, mas a votação foi boicotada em importantes repúblicas²². Em agosto de 1991 houve uma tentativa de golpe de Estado, capitaneada por comunistas conservadores. No episódio, a defesa das liberdades conquistadas foi assumida por Yeltsin, já Presidente da República Socialista Federativa Soviética Russa, que assim se consolidou como o político mais festejado pela população da Rússia. Poucos meses depois, em 08 de dezembro do mesmo ano, as repúblicas socialistas soviéticas russa, ucraniana e bielorrussa retiraram-se unilateralmente da URSS. No dia 21 de dezembro do mesmo ano, em Alma-Ata, juntamente com outras oito repúblicas soviéticas²³, assinaram acordo que, ao mesmo tempo em que decretava o fim da União Soviética, sancionava a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), gesto que formalizou o fim do império soviético e levou Gorbachev à renúncia.

1.9. A INDEPENDÊNCIA DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, DA UCRÂNIA E DE BELARUS

O colapso da União Soviética permitiu que Rússia, Ucrânia e Belarus se tornassem Estados soberanos. Todavia, como é esperado, cada um dos três processos de independência guardou idiossincrasias próprias, as quais são relevantes para o estudo dos reflexos das relações atualmente mantidas pelos Estados em voga. Cabe, portanto, fazer um breve relato dos fatos importantes ocorridos nas três ex-repúblicas soviéticas que levaram os nacionalismos locais a construir Estados nacionais.

²² Lituânia, Estônia, Letônia, Geórgia (com exceção da região da Abkhazia), Moldávia e Armênia boicotaram a votação convocada pela liderança de Moscou.

²³ Lituânia, Letônia e Geórgia não fizeram parte do ato de fundação da CEI. Posteriormente, a Geórgia ingressou na organização.

1.9.1. A Federação Russa

A República Socialista Federativa Soviética Russa era a principal unidade da União Soviética. Daquela emanavam as decisões que guiavam não apenas as demais repúblicas, mas todo o bloco comunista do leste europeu sob o comando soviético. Não é por outra razão que tanto o Soviete Supremo, que era constitucionalmente considerado o órgão de governo central de um Estado composto por várias repúblicas, regiões e territórios autônomos, quanto o *Politburo*, composto pela elite do Partido Comunista Soviético, estavam localizados em Moscou. Aliás, as decisões do Politburo eram aquelas a serem obedecidas pelas demais células da organização partidária em todo o território soviético²⁴. Assim sendo, os eventos ocorridos e as decisões tomadas na Rússia, em qualquer esfera (econômica, política, militar), espriavam efeitos para toda a União Soviética. Por tal motivo, o processo de emancipação da Rússia como Estado soberano se confunde grandemente com os atos que levaram ao fim da unidade soviética, ainda que, por certo, a dissolução de um império não possa ser relegada aos acontecimentos de apenas uma de suas partes, por mais importante que esta seja.

As reformas implementadas por Gorbachev levaram à acentuação das divergências dentro do Politburo. De um lado estavam os conservadores, que apoiavam as reformas, desde que essas não ameaçassem a hegemonia do poder do partido ou instalassem uma economia de mercado que pudesse pôr em risco os fundamentos socialistas do país (SEGRILLO, 2000b, p. 31). No outro campo, que tinha à frente Aleksandr Yakovlev, era defendido o constante aprofundamento da *Glasnost*, acompanhada da abertura do mercado. Apesar da posição dos conservadores, em função do forte apoio popular e do entusiasmo das nações ocidentais diante paulatina abertura da Cortina de Ferro, a liberalização econômica e política do sistema adquiriram dinâmica própria desde que foram detonadas.

Diante da constatação de que o Partido Comunista não possuía mais o controle almejado na condução das transformações sistêmicas, o próprio

²⁴ Angelo Segrillo aponta que no início da *Perestroika*, ou seja, 1985, o Politburo, composto por 14 membros votantes, era o verdadeiro *locus* de poder máximo da União Soviética. Isso porque o Soviete Supremo apenas se reunia duas vezes por ano e o Comitê Central do Partido Comunista também não funcionava permanentemente. O Politburo era, assim, na prática, o órgão de governo permanente da União Soviética (SEGRILLO, 2000, p 1412-143).

Gorbachev, por vezes, se aliou a correntes mais tradicionais do partido em busca de apoio. A sua movimentação entre os campos políticos se tornou difusa, o que o fez enfrentar diversas críticas e, principalmente, perder espaço na política interna soviética e russa, apesar de ainda gozar de prestígio no exterior.

No mês de março de 1990, pressionado pelo crescimento dos movimentos nacionalistas dentro das repúblicas, Gorbachev aprovou o fim do monopartidarismo, acabando com a exclusividade do Partido Comunista na vida política do Estado. No mesmo dia foi criado o cargo de Presidente da União Soviética, para o qual Gorbachev foi conduzido mediante eleição indireta.

Apenas dois meses depois, Boris Yeltsin, político de carisma que havia se desligado do Partido Comunista em 1987, é eleito pelo voto popular direto Presidente do Soviete Supremo da Rússia. Segundo Angelo Segrillo, desde então “começaria a polarização entre a República Russa e o governo central da União Soviética” (SEGRILLO, 2000b, p. 46). Os liberais, que pretendiam a criação de uma plena economia de mercado, apoiavam fortemente Yeltsin, e “criticavam a União Soviética por ser um Estado hiper-centralizado, atacando-a a partir de uma perspectiva nacionalista ante o colonialismo. Crescentemente, eles enxergavam a solução na separação da Rússia em relação ao centro e na construção de suas próprias instituições estatais” (TSYGANKOV, 2006, p. 45).

Num de seus primeiros atos no cargo, Yeltsin declarou, em 08 de junho de 1990, que as leis russas tinham prioridade sobre as normas soviéticas, o que equivalia a dizer que a Rússia não respeitaria mais as ordens da URSS, passando a agir como uma entidade autônoma. Apenas três dias depois, foi declarada a independência da Federação Russa.

O já referido plebiscito de março de 1991 representou uma das últimas tentativas de Gorbachev de manter a união das repúblicas em torno de um projeto único. O resultado favoreceu aos seus intentos, pois 76,4% dos votantes aprovaram o destino comum das repúblicas. Seguiram negociações do governo central com os governos locais, restando decidido que a nova instituição não possuiria um poder central, pois as decisões seriam tomadas conjuntamente. No dia 20 de agosto de 1991 seria assinado um acordo selando tal compromisso entre Rússia, Belarus, Tadjiquistão, Cazaquistão e Uzbequistão (SEGRILLO, 2000b, p. 69). Contudo, antes desta data, dois eventos de grande magnitude ocorreram em Moscou.

O primeiro deles foi a eleição de Yeltsin para o cargo de Presidente da Rússia, em 12 de junho de 1991. O segundo, crucial para os destinos da Rússia e da União Soviética, foi a tentativa de Golpe de Estado de 19 de agosto de 1991, data na qual Gorbachev estava em sua casa de férias (dacha). Sem rumo claro, carentes de uma liderança determinada e desprovidos de apoio popular e militar, os golpistas desistiram do ato três dias depois. Yeltsin, que ficara sitiado no Parlamento Moscovita (a Casa Branca para os russos), surgiu como o grande líder da resistência e defensor das conquistas democráticas do povo russo. Seus gestos durante a crise o tornaram o político mais popular da Rússia, o que representou a ascensão de seu poder sobre o de Gorbachev. Este renunciou ao cargo de presidente soviético em 25 de dezembro de 1991, alguns dias depois da retirada unilateral da Rússia, da Ucrânia e de Belarus da União Soviética²⁵.

1.9.2. Ucrânia

Apenas um ano depois do início da implementação das políticas libertadoras de Gorbachev, ocorreu o desastre de Chernobyl, quando uma usina nuclear localizada em solo ucraniano explodiu. Houve grandes manifestações nas ruas da república, contudo, seu teor ainda era menos nacionalista e mais voltado contra a incompetência do governo de Moscou. Foi somente em 1988, em meio à ebulição por autonomia nas repúblicas bálticas, que os movimentos nacionalistas ucranianos ganharam força e surgiram as mobilizações populares contra o controle soviético. Andrew Wilson elenca quatro correntes de oposição ao Partido Comunista na política da Ucrânia no período. Duas eram de menor expressão; o sindicato dos mineiros do Donbas e a Plataforma Democrática. As outras forças, quais sejam, a União Ucraniana de Helsinque, formada por ex-prisioneiros do regime, e o Movimento de Apoio Popular à Perestroika eram identificadas com o nacionalismo. Este último ficou conhecido como Rukh, pois seus primeiros líderes eram os

²⁵ Note-se que a secessão das repúblicas socialistas soviéticas estava consagrada no Tratado fundador da União Soviética e nas suas constituições, mas sempre fora considerado uma relíquia meramente formal pelos governantes e juristas soviéticos.

mesmos da organização nacionalista homônima dos anos 1960 (WILSON, 2002, p. 157).

Antes das eleições parlamentares de 1990, o Rukh deu uma demonstração de força na porção ocidental da república, ao reunir um milhão de pessoas que deram as mãos de Lviv a Kiev. Contudo, o maciço apoio localizado não foi suficiente para garantir a vitória no pleito. De um total de quatrocentas e cinquenta cadeiras na Rada, o Rukh ficou com cento e oito, enquanto os comunistas elegeram trezentos e oitenta e cinco deputados, número reduzido para duzentos e trinta e nove após defecções partidárias. A Plataforma Democrática ganhou vinte e oito cadeiras. Em termos regionais, as províncias ucranianas ocidentais que estiveram fora do controle russo e soviético até a II Guerra Mundial votaram em favor do Rukh, enquanto o sul e o leste da república, mais industrializados e com destacada presença da diáspora russa, votaram nos comunistas (WILSON, 2005, p. 30).

O referendo convocado por Gorbachev para março de 1991 não sofreu boicote na Ucrânia, todavia, não se restringiu à pergunta formulada pelo governo soviético, a qual versava sobre a possibilidade de se fundar uma nova federação, baseada na igualdade entre as repúblicas, nas liberdades e nos direitos humanos. Ao lado do questionamento sobre o desejo de se fundar outra instituição federativa, foi perguntado se dentro de uma eventual nova organização, a Ucrânia deveria ser uma entidade soberana, o que aproximaria a instituição de uma união entre Estados, afastando-a, conseqüentemente, do federalismo. O resultado foi um tanto ambíguo, pois 70,5% dos ucranianos votaram pela construção de uma nova instituição federativa, e 80,2% dos votantes manifestaram o desejo de soberania para a Ucrânia. De qualquer sorte, a resposta afirmativa à segunda pergunta impulsionou o crescimento do nacionalismo.

O fracassado golpe de Estado conservador, ocorrido em agosto de 1991, fortaleceu ainda mais o Rukh, pois diante da repercussão negativa, os deputados comunistas abandonaram seu partido na Rada ucraniana, filiando-se a movimentos independentes. Aproveitando o momento, os nacionalistas convocaram uma votação especial no parlamento, referente à independência da Ucrânia. A aprovação à proposta foi contundente: trezentos e quarenta e seis votos contra apenas um. Foi, então, convocado um referendo popular, a fim de ratificar a escolha indireta. Assim, no dia 1º de dezembro de 1991 uma maioria de 90,3% de ucranianos decidiu pela independência de seu país. No mesmo dia, o ex-membro da nomenclatura soviética,

Leonid Kravchuk, foi eleito presidente ucraniano, com 61,6% dos votos (WILSON, 2005, p. 32).

1.9.3. Belarus

A política de russificação imposta pelo governo soviético obteve considerável sucesso em Belarus, razão pela qual os movimentos nacionalistas da República Socialista eram compostos apenas por uma reduzida elite intelectual e por uma minoria da população. O grosso do povo bielo-russo não fazia eco aos apelos por um resgate das tradições e costumes locais, em função de sua forte identificação com a cultura russa. Não obstante, a sucessão de fatos que levou ao fim da União Soviética também desencadeou a independência de Belarus.

A *Glasnost* permitiu que, em 1987, viesse à tona a revelação de uma sistemática perseguição de Stalin contra intelectuais e nacionalistas bielo-russos entre os anos de 1937 e 1939. Ainda que o grosso da população não tivesse ficado escandalizado com o fato, ele serviu para fomentar o surgimento, no ano seguinte, da Frente Popular Bielo-Russa. A organização se considerava um movimento de libertação nacional, cujas metas eram a luta pela democracia e pela independência genuína do Belarus, assim como o resgate de uma cultura bielo-russa específica, diversa da russa (IVANOVA, 1998, p. 03). A postura do movimento era francamente anti-comunista e anti-russa, característica que o afastava das massas.

Em meio às declarações separatistas de várias repúblicas soviéticas, o Soviete Supremo da Bielo-Rússia aprovou lei que tornava o bielo-russo a única língua oficial da república, com a exceção dos campos econômico e financeiro, nos quais a língua russa continuou a ser utilizada. De qualquer forma, a promoção da língua bielo-russa nos documentos oficiais, no sistema educacional, nas editoras e nos órgãos de imprensa se tornou um baluarte da elite e da pequena parcela da população que não era pró-Rússia (GOUJON, 2005, p. 13-24).

Uma prova da fidelidade à União Soviética foi dada pelos bielo-russos em março de 1991, quando, no referendo proposto por Gorbachev, 83% da população da república votou pela manutenção da unidade soviética, ainda que alterada. Como visto antes, a Bielo-Rússia era uma das repúblicas que assinaria em 20 de agosto o

acordo por uma nova união federal, proposta por Gorbachev. Contudo, a tentativa de golpe de agosto de 1991 alterou a situação. Diante dos atos ocorridos em Moscou e do poder angariado por Yeltsin, os governantes bielo-russos concluíram que a única forma de manter os fortes laços com a Rússia era declarar sua separação da União Soviética para, somente então, buscar uma reaproximação. E assim foi feito. No dia 25 de agosto de 1991, foi declarada a independência de Belarus, e em 08 de dezembro o país estava junto com a Rússia e a Ucrânia quando da criação da Comunidade dos Estados Independentes (NOGEE e DONALDSON, 2005, p. 208).

1.10. A QUESTÃO IMPERIAL

Conforme se depreende com clareza da breve recapitulação histórica precedente, a dominação imperial russa, assumida como tal no período czarista, ou mascarada sob a forma institucional da União Soviética, foi exercida sobre Ucrânia e Belarus. O período transcorrido desde o fim da subjugação imperial é muito menor do que o tempo de duração da mesma. Logo, o imperialismo é um elemento ainda presente nas relações russo-ucraniano-bielo-russas, e seus efeitos são sentidos nas esferas cultural, geopolítica e econômica de tais ligações. Convém, portanto, fazer menção às características do imperialismo exercido pela Rússia.

Hannah Arendt classificou o imperialismo exercido pela Rússia antes da I Guerra Mundial como continental, em oposição ao imperialismo ultramarino de Inglaterra, França e demais Estados com possessões territoriais em outros continentes que não a Europa. Segundo Arendt, o imperialismo continental pode ser caracterizado a partir de elementos geográficos e políticos. No tocante à geografia, ele se desenvolveu em Estados cujas conquistas ultramarinas não eram possíveis, razão pela qual se caracterizava por uma expansão terrestre a partir de um centro de poder. Politicamente, o imperialismo continental está fundamentado numa “ampliada consciência tribal, a qual (...) devia unir todos os povos de origem étnica semelhante, independentemente da história ou do lugar em que residissem” (ARENDR, 2006, p. 255). No caso da Rússia, a gênese de sua expansão imperial seria encontrada no movimento pan-eslavo, classificado pela autora como um movimento de unificação étnica fruto do nacionalismo tribal, baseado na crença

sobre a existência de um povo único, dotado de qualidades interiores inatas, as quais o tornavam diferente e superior a todos os demais.

Daniel Aarão Reis apresenta visão diferente quanto ao aspecto político do imperialismo russo czarista. Reis argumenta que o Império Russo “não afirmava superioridade da nação russa sobre as demais, mas exigia a submissão ao Estado e, particularmente, ao *Tsar*”, e que as propostas de russificação apenas foram retomadas no final do século XIX (REIS, 2005, p. 149). Andrew Wilson concorda com a posição de Reis ao dizer que somente os dois últimos czares da dinastia Romanov, Alexandre III (governo de 1881 a 1894) e Nicolau II (governo de 1894-1917) empreenderam projetos de aprofundamento da russificação nos domínios do império, o que era reflexo das medidas repressoras tomadas em 1863 e 1876 (WILSON, 2002, p. 78 e 82).

Durante o período soviético, a dimensão geográfica do império czarista, que ligava expansão territorial e poder, continuou guiando a política externa emanada de Moscou (LIEVEN, 2002, p. 295). Quanto à esfera político-identitária, a tônica foi uma alternância entre a sovietação cultural, a qual era próxima da russificação do século XIX, e as concessões às culturas locais. Angelo Segrillo aponta esta dualidade na política soviética. Por um lado, era defendida a internacionalização do proletariado, o que implicava em afastamento das questões nacionais. Por outro, na organização interna do Estado soviético, havia uma relação entre territorialidade e expressão cultural, ou seja, a divisão das repúblicas e regiões do país obedecia a princípios étnicos. O autor lembra que esta política cultural era fruto da tática de “dividir para governar”, empregada em função do objetivo do Kremlin controlar processos sociais para criar uma sociedade sem classes e sem conflitos étnicos, na qual, ao fim e ao cabo, viveria “um povo soviético” (SEGRILLO, 2000a, p. 159-160)²⁶.

Cabe ressaltar que além do temor da instabilidade interna, as ocorrências do sistema internacional eram fatores que também influenciavam o ritmo das mudanças políticas do Kremlin. Tais modificações podem ser vislumbradas nos processos de liberalização e repressão do nacionalismo ucraniano no transcorrer do século XX.

²⁶ Angelo Segrillo considera que a política cultural do governo soviético foi benéfica para diversas das nacionalidades espalhadas em seu território. A situação destas teria melhorado neste período, em comparação com o que ocorria no período czarista, posto que eram partes de um Estado multinacional e como tal podiam expressar suas culturas com maior amplitude. Contudo, o autor atenta para o fato de que o panorama não era de inteira calma, pois havia tensões de fundo étnico no país (SEGRILLO, 2000a, p. 169 e 170).

No império soviético, além dos aspectos político e geográfico, há de ser destacado o elemento econômico. Embora, ideologicamente, os criadores do Estado soviético criticassem com veemência o traço econômico do imperialismo das grandes potências ocidentais, e Lênin é o exemplo mais acabado disto, na prática, a centralização política e a economia planificada do regime soviético acabaram por gerar o domínio econômico da República Socialista Federativa Soviética Russa sobre as demais repúblicas do país. Conforme será visto com maior detalhamento no capítulo quatro, a economia soviética foi construída de tal forma a criar dependência de todas as unidades do país perante Moscou, situação que ficou bem clara quando da dissolução do Estado soviético. Portanto, não se pode afastar o fator econômico da formação do império soviético.

No concernente à Ucrânia e Belarus, ambos sempre foram importantes para as pretensões imperiais russas. Nos aspectos geográfico e econômico, o domínio sobre o território ucraniano foi fundamental para que a Rússia constituísse seus impérios. Na esfera político-cultural, manter as nações eslavas irmãs sob a tutela russa era questão de honra para Moscou. Tanto isto é verdade que o fortalecimento da cultura russa em Belarus foi uma constante ao longo dos anos. No pertinente à Ucrânia, as permissividades ao nacionalismo local, concedidas principalmente em função da porção oeste da república, somente eram toleradas enquanto não ameaçassem a unidade russo-ucraniana, considerada a pedra fundamental da União Soviética (LIEVEN, 2002, p. 293). Por este motivo é que qualquer entusiasmo excessivo dos movimentos nacionalistas ucranianos foi historicamente reprimido pelos líderes russos e soviéticos.

CAPÍTULO 2: HERANÇA HISTÓRICA, CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL

Com o final da União Soviética, pela primeira vez na história Rússia, Ucrânia e Belarus passaram a coexistir como Estados independentes, visto que durante a breve existência das Repúblicas autônomas ucraniana e bielorrussa a Rússia estava atravessando a transmutação que resultaria na União Soviética. A afirmação dos novos Estados como entes individualizados do sistema internacional, com suas próprias instituições e normas, não dependia na época, assim como não depende hoje, tão-somente dos instrumentos legais de reconhecimento fornecidos por outros países. Talvez mais importante do que a admissão externa como integrante do sistema internacional, seja a legitimação interna de cada um como nação soberana, comandante de seu destino. O sucesso na busca desse objetivo indispensável para o fortalecimento de um Estado passa pela construção de uma identidade nacional única, singular em suas vicissitudes, mesmo que guarde semelhanças identitárias com outras nações.

No presente capítulo será demonstrado que os fatores culturais e o passado compartilhado pelos países em comento são importantes na formação de suas identidades nacionais. Identidades estas que, por sua vez, inegavelmente possuem algum grau de influência nas políticas externas estatais. Assim, a partir de uma análise construtivista, procurar-se-á demonstrar que as ligações culturais e históricas de Rússia, Ucrânia e Belarus constituem elemento de incontestável importância nas relações que os Estados em estudo atualmente desenvolvem entre si.

A fim de atingir os objetivos propostos, o capítulo será assim dividido: em um primeiro momento, será apresentada a teoria dos Complexos Regionais de Segurança desenvolvida por Buzan e Waever. Sua função é a de contextualizar as relações russo-ucraniano-bielorrussas no cenário global. Ressalte-se que a visão dos autores acerca do sistema internacional não é importante somente ao presente

capítulo, mas sim à pesquisa como um todo, motivo pelo qual também será mencionada nos capítulos posteriores. Após, serão expostos os processos de formação das identidades nacionais, com base nos ensinamentos de Alexander Wendt e Andrei Tsygankov.

Por fim, a base teórica desenvolvida será confrontada com os elementos empíricos. Neste segmento, será observado como as identidades nacionais dos países estudados estão sendo formadas desde o fim da URSS, e de que forma os processos desenvolvidos geram singularidades nas relações que eles mantêm entre si.

2.1. OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA DE BUZAN E WAEVER

A partir do momento em que Ucrânia e Belarus se tornaram Estados independentes, eles passaram a interagir com atores do sistema internacional com os quais não mantinham contato direto quando eram repúblicas soviéticas. Por sua vez, a Rússia, mesmo sendo a república central da União Soviética, a partir da dissolução desta, precisou alterar o padrão de seus contatos com os demais Estados, pois não era mais uma superpotência. A inclusão dos três países citados em uma nova configuração do ambiente internacional não apenas para eles, mas também para o próprio sistema no pós-Guerra Fria, obriga a que se estude a dinâmica russo-ucraniano-bielo-russa a partir de determinada compreensão teórica acerca do cenário global, sob pena de se realizar uma análise desconexa da realidade. Ressalte-se que a escolha deve recair sobre uma teoria que possua coerência com a múltipla causalidade do atual estágio das relações entre os países enfocados. Tendo em vista tais fatores, no presente estudo, serão utilizados os ensinamentos de Barry Buzan e Ole Waever.

A visão do sistema internacional sustentada por Buzan e Waever confere destaque à dimensão regional, geralmente esquecida pelas teorias de relações internacionais, o que é bastante funcional ao estudo das relações russo-ucraniano-bielo-russas, conforme se comprovará. E também, os autores utilizam conceitos que colaboram na análise das relações atualmente desenvolvidas entre Rússia, Ucrânia e Belarus. Entre estes conceitos, podem ser citados o de *Complexo Regional de Segurança Centralizado*, *superpotência*, *grande potência* e *potência regional*. Apesar

tratarem prioritariamente de assuntos de segurança, os escritos de Buzan e Waever são balizados sobre considerações tanto culturais quanto geopolíticas. Além disso, a concepção alargada de segurança que advogam inclui o fator econômico, portanto, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança dialoga com os elementos propostos na presente pesquisa como causadores de singularidade à dinâmica tripartite observada, o que justifica sua utilização. Convém, assim, expor brevemente os conceitos dos autores citados que serão úteis no desenvolvimento do trabalho. E uma vez que este capítulo é centrado na questão identitária, serão mencionadas as influências dos elementos culturais na teoria escolhida.

Uma importante característica da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é a inserção que ela faz de dois níveis de análise comumente esquecidos pelas demais teorias de relações internacionais. Entre os dois níveis de análise tradicionais, o local (unitário ou estatal) e o sistêmico, Buzan e Waever inserem o regional e o inter-regional. A inclusão dessas novas dimensões não é gratuita. De acordo com os autores, o nível regional, e o conseqüente inter-regional, permite uma melhor compreensão dos desdobramentos da política internacional. É na dimensão regional que é possível analisar mais precisamente as relações entre os Estados, pois é nas interações regionais que se encontra o lócus de conflito e cooperação entre os Estados após a Guerra Fria (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 51 e 52). Isto o torna o plano regional a ferramenta a partir da qual a realidade empírica é mais clara e a dinâmica de segurança e da política internacional é, teoricamente, mais coerente. Ademais, os enfoques centrados nos níveis local e sistêmico são falhos. A visão estatal sofre de um eurocentrismo e de uma generalização dos Estados que a impede de vislumbrar as diferenças históricas e culturais entre as unidades do sistema. Por sua vez, a observação a partir do prisma sistêmico minora as questões regionais, deixando, com isso, de iluminar algumas vicissitudes e padrões de amizade e inimizade que nascem, se desenvolvem e são fundamentais nas relações entre Estados de uma mesma região.

A criação de um nível regional exige que se separe o globo em regiões. Obviamente menores do que o sistema do qual fazem parte, as regiões compreendem grupos de unidades que estão suficientemente ligadas, a tal ponto que suas questões políticas e de segurança não podem ser separadas. Cada região estabelecida pelos autores forma o que denominam de Complexo Regional de

Segurança²⁷. Esses, assim como as regiões, são compostos por unidades do sistema. De acordo com os autores da teoria:

Os complexos regionais de segurança são definidos por padrões duráveis de amizade e inimizade que tomam a forma de padrões de segurança interdependentes sub-globais e geograficamente coerentes. O caráter particular de um Complexo Regional de Segurança será constantemente afetado por fatores históricos, como inimizades duradouras [...], ou a abrangência da cultura de uma área civilizacional [...]. A formação de um Complexo Regional de Segurança deriva da interconexão entre, de um lado, uma estrutura anárquica e sua conseqüente formação de balanças de poder, e de outro, das pressões da proximidade geográfica (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 45).

A característica que torna um Estado pertencente a um Complexo Regional de Segurança é a maior intensidade da interdependência de seus assuntos políticos e de segurança com os demais partícipes do mesmo agrupamento, em comparação com um patamar menor de interdependência dos mesmos problemas com Estados que se encontram fora da região.

A formação dos Complexos Regionais de Segurança não transforma as regiões do globo em ilhas incomunicáveis e autocentradas. A ênfase na dimensão regional como foco de estudo não deve acarretar o descaso quanto aos níveis global, local e inter-regional. Na verdade, os quatro níveis estão constantemente em interação, todos operando de forma simultânea e fazendo com que cada Estado precise observar todos eles na elaboração de suas políticas. Assim, as questões de política interna de cada Estado, importantes na formação da identidade nacional e no surgimento dos padrões de amizade e inimizade, formam as relações locais, que naturalmente espargem seus efeitos à dimensão regional. Esta, basicamente, é formada pelos contatos entre os Estados de uma mesma região. Por sua vez, os assuntos de uma região podem influenciar a dinâmica interna de outra, o que é raro acontecer. Por fim, há a interação entre os níveis regional e global, a qual Buzan e Waever destacam como a mais relevante, razão pela qual deve ser examinada com maior detalhamento.

As grandes potências e/ou as superpotências podem intervir nos assuntos de um Complexo Regional de Segurança diverso do qual originalmente fazem parte.

²⁷ Os autores consideram haver oito Complexos Regionais de Segurança na atual conformação do sistema internacional. São eles os Complexos Regionais de Segurança Europeu; do espaço pós-soviético; Norte-americano; Sul-americano; do Sul da Ásia; do Leste Asiático; do Oriente Médio; Sul-africano e da África Central.

Para tanto, aproveitam as oportunidades geradas a partir das balanças de poder regionais e dos padrões de amizade e inimizade dentro de uma região para intervirem nos assuntos desta. Buzan e Waever denominam “penetração” o movimento através do qual poderes externos fazem alinhamentos políticos e/ou de segurança com um ou alguns dos partícipes de um Complexo Regional de Segurança. “A lógica da balança de poder age naturalmente como um encorajamento aos rivais locais para que chamem ajuda externa, e por intermédio deste mecanismo, os padrões locais de rivalidade se tornam ligados aos globais” (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 46). Cabe pontuar que, em alguns casos, não é necessário um chamamento dos rivais regionais para que as potências externas se envolvam nos assuntos da região. As próprias grandes potências podem almejar a inserção em determinada dinâmica regional, utilizando as rivalidades e as diferenças de poder regionais para alcançarem seus objetivos.

A compreensão plena do mecanismo de penetração demanda a clarificação das diferenças conceituais de superpotências, grandes potências e potências regionais. As superpotências são os países que reúnem exército de ponta, enorme poder político e uma economia que possa dar subsídios aos dois primeiros elementos. Estes atributos materiais, somados a uma capacidade de exercer o Poder Brando, devem ser consistentes a ponto de possibilitarem a interferência nos assuntos de todo o globo. Além disso, uma superpotência precisa ver a si mesma e ser reconhecida pelos demais como tal. De acordo com tal classificação, Buzan e Waever consideram que, hoje, apenas os Estados Unidos detêm este status.

Menos poderosas, as grandes potências não possuem todas as capacidades das superpotências ao mesmo tempo. Elas podem ter um exército forte, mas uma economia fraca, caso da Rússia²⁸, ou uma economia forte e um exército fraco, como o Japão, ou ainda economia, poder político e valores universais paradigmáticos, mas sem um exército robusto, como é o caso da União Européia. Contudo, ainda que não interfiram em todo o globo, elas não se subsumem aos assuntos de sua região, e se inserem em dinâmicas de outras regiões do globo. Uma grande potência precisa reconhecer em si mesma tal status e almejar o posto de superpotência. Esse reconhecimento também precisa vir de fora, com as demais grandes potências tratando àquela como uma igual e a incluindo em cálculos estratégicos sistêmicos

²⁸ Quanto à Rússia, cumpre sempre lembrar que ela continua sendo a segunda maior potência nuclear do sistema internacional.

(BUZAN e WAEVER, 2003, p. 34). Segundo os autores, seriam hoje grandes potências a Rússia, a China, o Japão e a União Européia.

Por seu turno, as potências regionais têm poder apenas na região em que se localizam. Globalmente, sua influência inexistente, não sendo reconhecidas pelas grandes potências como tendo capacidade de atuar de forma impositiva na arena mundial.

A definição de cada um dos tipos de potências do sistema internacional é útil não somente para melhor se entender a atuação das superpotências ou das grandes potências nos Complexos Regionais de Segurança alheios. A própria cadeia de ligações existente em determinada região é influenciada pelos poderes dos Estados que a constituem. Isso gera diferentes espécies de Complexos Regionais de Segurança. Ao presente estudo, cabe dar ênfase aos Complexos Regionais de Segurança do tipo centralizado.

Nos Complexos Regionais de Segurança Centralizados há um núcleo principal de poder, papel assumido por uma superpotência, uma grande potência, ou ainda por um conjunto de instituições que regule sua vida cotidiana, como ocorre com a União Européia. Nesse tipo de Complexo Regional de Segurança, espera-se que a potência de nível global domine a região, e que aqueles Estados que sejam, ou possam ser considerados potências regionais, não terão suficiente peso relativo para definir outro pólo na região (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 55). A existência de um Estado Central leva a que se pergunte qual o nível de assimetria de poder dentro da região e como é aceita a emanção de poder do Estado dominante. No caso do Complexo Regional de Segurança formado pelo espaço pós-soviético²⁹, o poderio da Rússia é muito superior ao dos demais países, o que impede, por exemplo, que a Ucrânia se firme como uma potência regional, mesmo que tenha condições formais para tanto (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 55). No tocante à aceitação do poder russo, é correto afirmar que ela varia dentro da própria região. Por exemplo, em função das questões identitárias, em relação a Belarus há uma legitimação pacífica de tal poder, enquanto que na dividida Ucrânia a legitimação pacífica convive com ameaças de uso de força econômica, militar e política.

A associação da teoria regional com a questão de identidade nacional, apesar de à primeira vista parecer estranha, é plenamente possível, posto que os

²⁹ Nome dado por Buzan e Waever à região formada pelos países que foram parte da União Soviética.

seus próprios formuladores acenam com a utilização de elementos do construtivismo. A recorrência dos padrões de amizade e de inimizade nas conceituações efetuadas demonstra a relevância que as questões culturais e históricas possuem na concepção teórica dos Complexos Regionais de Segurança. Segundo os autores, fatos históricos e questões específicas podem detonar relações de conflito ou cooperação entre os Estados de uma região. Com isto, é criada uma gama de relações influenciadas por fatores como história, cultura, religião e geografia, cujo teor pode variar desde medo, ameaça e inimizade até auxílio, lealdade e amizade. A reiteração de tais ligações e de seus conteúdos é parte do processo de formação de toda a constelação que define um Complexo Regional de Segurança (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 50). Destarte, o elemento histórico-cultural e a formação identitária a ele conectado estão na gênese dos Complexos Regionais de Segurança.

Ao trazer as conceituações abstratas da teoria abordada para o plano concreto do estudo em epígrafe, tem-se que o espaço de quinze países, constituído a partir do desmembramento da União Soviética, é um Complexo Regional de Segurança. A liderança do agrupamento informal cabe à Rússia, a qual exerce um duplo papel, sendo a potência central do complexo de segurança da ex-União Soviética, ao mesmo tempo em que mantém o status de grande potência global diante do cenário internacional (BUZAN e WAEVER, p. 398). Por sua vez, a Ucrânia é um Estado que poderia ser uma potência regional, caso não houvesse uma primazia russa tão acentuada na região. As tentativas de aproximações de Kiev com a União Européia podem ser compreendidas como a materialização do desejo ucraniano de sair da sombra do “urso russo” mediante a penetração de outras grandes potências na região. Já Belarus é um país que, desde a sua independência, mantém um padrão de amizade com Moscou, o que se explica muito pelo elemento identitário, como será visto. Vale aqui repisar que no entender de Buzan e Waever, os três países citados, junto com a Moldávia, formam uma sub-região dentro do Complexo Regional de Segurança estudado, denominada pelos autores de “Teatro Ocidental” (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 416).

Portanto, restando clara a compatibilidade da teoria dos complexos regionais conjuntamente com os escritos construtivistas de relações internacionais, bem como a relevância da necessária contextualização internacional, cumpre passar para a análise do elemento identitário propriamente dito.

2.2. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA

A teoria construtivista defende a utilização de categorias como a identidade nacional e a observação de fatores como a história e a cultura na análise dos fenômenos ocorridos no sistema internacional. A utilização desta corrente teórica exige uma delimitação precisa dos termos *Estado, nação, nacionalismo e identidade nacional*. Esta é a primeira tarefa a ser cumprida.

Estado e nação são duas construções históricas que estão intimamente relacionadas, mas que não se confundem. O conceito de Estado aqui adotado é pertinente com o modelo do Estado moderno burguês, o qual é fruto das conquistas da burguesia e da ascensão desta à condição de classe social dominante, a partir do fortalecimento do modo de produção capitalista. Esse Estado é constituído de um elemento subjetivo, qual seja, uma comunidade de pessoas que são a base de sua sociedade, e de elementos objetivos, tais como território, instituições administrativas e forças militares. Internamente, como afirmado por Weber, o Estado possui o monopólio da coação física, ou seja, somente ele pode utilizar a força para manter a ordem social (ROJO, 2007). Externamente, a soberania estatal faz com que cada estado seja um ator dotado de autonomia formal, igual aos seus pares, ainda que haja uma hierarquia material de poder entre todos.

As discussões acerca dos conceitos de nação e de nacionalismo geraram enormes controvérsias quanto aos significados possíveis dos dois termos. Adota-se, no presente trabalho, a definição de nação como sendo uma idéia de comunidade imaginada (apoiada em elementos culturais pré-existentes), lançada desde o Estado moderno pela classe dominante burguesa para produzir uma sociedade à feição do Estado e do território (ROJO, 2007).

A relação da nação com o Estado moderno é fundamental, pois aquela existe em função desse. Com o fim do Estado absolutista, no qual o poder se fundamentava em considerações divinas, era necessário o surgimento de um novo elemento que legitimasse o poder e justificasse a centralização política na sociedade liberal burguesa, marcada pela crescente atomização social. Sem a figura central do rei, e dividido entre grupos com interesses distintos, o Estado buscou legitimação no

único fator que poderia unir o seu povo: a origem comum, cuja simbolização era encontrada no conceito de nação. Disto decorre uma característica muito importante da nação, qual seja, a de que para desempenhar o seu papel legitimador, ela precisava ser considerada como algo inato, de existência imemorial, anterior, portanto, ao próprio Estado. Ocorre, então, uma inversão abstrata da ordem concreta dos fatos, pois o Estado-nacional, criador do conceito de nação, necessita, para a legitimação de suas relações de poder, que a sua criatura seja considerada anterior a si próprio³⁰.

O nacionalismo, obviamente, está relacionado com a nação. Em função de elementos como passado histórico, cultura, linguagem, mitos e símbolos uma comunidade enxerga a si mesma como possuidora de características próprias que a tornam única e a distingue das demais. Desta forma, uma coletividade se considera uma nação, e não um mero ajuntamento de pessoas. O nacionalismo é justamente este sentimento de pertencer a uma nação, vislumbrado nos âmbitos pessoal e coletivo.

O Estado idealizado é aquele no qual dentro de um território há uma única nação. Todavia, nem sempre isso ocorre, pois, por vezes, no mesmo território se encontram dois povos de hábitos e histórias diversas, que não constituem uma única comunidade imaginada. Nestes casos, temos dois nacionalismos, sendo que apenas um deles corresponde ao Estado. O outro nacionalismo, denominado periférico, é desenvolvido por uma comunidade inserida no território de um Estado, mas que não é a nação que corresponde a esse Estado. Na medida em que o nacionalismo periférico não desfruta do sentimento de pertencimento ao Estado no qual está localizado, há um descompasso entre o elemento objetivo do território e o elemento subjetivo da lealdade política ao poder central que governa o território. A sua condição de periferia faz com que considere o Estado no qual está inserido uma ameaça à sua existência e deseje a constituição de seu próprio Estado (ROJO, 2007). O conceito de nacionalismo periférico é de grande valia ao presente estudo, pois os impérios russos se caracterizaram pelas conquistas de territórios, o que

³⁰ Segundo Segrillo, há uma relação entre Estado nacional, nação como elemento legitimador de poderes e capitalismo, uma vez que “a formação da consciência nacional e de estados nacionais forte está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo. O desenvolvimento de estados nacionais centralizados e fortes foi, na verdade, uma das características e condições do desenvolvimento do capitalismo manufatureiro e industrial e da expansão do comércio que a acompanhou” (SEGRILLO, 2000a, p. 178).

acarretava a existência, em seu seio, de vários nacionalismos periféricos descontentes com o jugo imposto e espreitando por liberdade.

Estabelecidos os significados dos termos *nação*, *Estado* e *nacionalismo*, se torna mais fácil compreender o significado da categoria fundamental do construtivismo, a identidade nacional.

“Identidade nacional é uma identidade coletiva compartilhada por uma população e definida pela memória histórica e por símbolos culturais, sendo o mais importante entre todos a ‘nação’. Muitas identidades nacionais também são conectadas pela língua e pela religião. Identidades nacionais, então, são fatos sociais que adquirem poder porque as coletividades sociais acreditam nelas” (ABDELAL, 2001, p. 25)³¹.

Uma vez exposto o conceito de identidade nacional a ser utilizado, cumpre investigar como a perspectiva construtivista explica a formação da identidade nacional. A primeira consideração a ser feita diz respeito à presença de elementos domésticos e exteriores no molde da identidade nacional de um Estado. As características identitárias surgirão da conjugação de ambos fatores, sem que *a priori* se tenha a prevalência de um sobre o outro. A fim de compreender como ocorre a influência de cada um deles, é necessário que sejam observados em separado.

No sistema internacional, os Estados são entidades autônomas que dispõem de determinados meios e capacidades para atingirem os seus interesses nacionais, entretanto, a autonomia desfrutada pelos Estados de forma alguma implica em isolamento, uma vez que o meio no qual estão inseridos e buscam suas realizações é coletivo. Assim, é correto afirmar que o simples fato de existir leva o Estado a se relacionar com os demais atores da comunidade internacional. Esta interação será importante na construção da identidade nacional, pois é por intermédio da troca de informações com o ambiente externo que o Estado poderá compreender com maior exatidão qual o seu papel no sistema internacional³².

A fim de explicar o processo de aprendizado social³³ pelo qual passa o Estado no contato com seus pares, convém trazer à baila duas categorias

³¹ Impende ser lembrado que a concepção de identidade nacional da teoria construtivista tem como pressuposto a existência concreta de um Estado. Portanto, os nacionalismos periféricos não podem desenvolver identidade nacional até que atinjam o objetivo de constituírem um Estado no qual sejam a nação central.

³² Segundo Alexander Wendt, tal identidade precisa de legitimação externa, ou seja, os demais países precisam compartilhar com o Estado a visão que este desenvolveu sobre ele próprio (WENDT, 1999, p. 224).

³³ Alexander Wendt chama de aprendizado social (“social learning”) o processo que considera o mais eficiente para explicar a formação da identidade nacional a partir dos contatos de um Estado com o sistema internacional (WENDT, 1999, p. 326-336).

fundamentais à formação da identidade nacional, quais sejam, o *Eu* e o *Outro Significante*, ou *Oposto*. O *Eu*, na perspectiva construtivista, é o Estado que possui consciência de que é um ente separado dos demais, um foco de pensamento e de ação dotado de memória e capacidade de análise de seus atos. O *Outro Significante* é o ente com quem o *Eu* se relacionará, estabelecerá parâmetros de comparação e receberá informações que colaborarão na moldagem de sua identidade nacional. No contato entre o *Eu* e o *Outro Significante* cada um determinará para si e para seu parceiro um papel específico. Havendo a repetição da mesma dinâmica nos encontros posteriores entre os dois, os papéis da relação mantidos por ambos se definirão, o que será importante no estabelecimento da identidade nacional do *Eu*. Pode-se afirmar, portanto, que o *Outro Significante* estabelece o contexto significativo para a existência e o desenvolvimento do *Eu*, exercendo sobre este, uma influência decisiva. A comparação que o *Eu* faz de si próprio com o *Outro Significante* estabelece a dimensão distintiva da identidade nacional, a qual permite a um Estado compreender o quão similar ou diferente é uma nação em comparação com outros Estados membros da comunidade internacional (TSYGANKOV, 2001, p. 16).

Existe a possibilidade de que as ações do *Outro Significante* afetem uma percepção já constituída do *Eu*, o que revela uma faceta essencial da identidade nacional, a de não ser imutável. Mesmo após décadas de interação contínua e cristalizada alguns fatos podem levar à alteração na compreensão dos papéis do *Eu* e do *Outro Significante*, justamente por ser a construção da identidade nacional um processo ininterrupto. A origem de tais fatos pode se encontrar tanto em ações praticadas pelo *Outro Significante*, quanto em eventos ocorridos na esfera interna do *Eu*. Nesta última hipótese, os sinais emitidos pelo *Outro* se mantêm os mesmos, mas o *Eu* passa a avaliá-los de forma diversa, e, conseqüentemente, modifica seu comportamento em relação àquele. Isto se dá em função de modificações ocorridas no âmbito doméstico do *Eu*, restando, assim, descortinada a importância dos fatores internos de um Estado na formação de sua identidade nacional.

A representação do Estado como um bloco monolítico, sem qualquer separação interna, sustentada pelo realismo clássico, enfrenta críticas e objeções das quais não pode se desvencilhar. A valorização que várias teorias de relações internacionais, e também no construtivismo, conferem aos eventos ocorridos na seara interna de um Estado, está calcada na correta pressuposição de que, no seio destes, há diferentes grupos com interesses próprios, os quais se encontram em

constante disputa pelo poder político. Na medida em que as facções da política doméstica, por vezes, sustentam visões muito diversas acerca dos interesses nacionais e do papel do Estado ao qual pertencem no sistema internacional, dependendo da ascensão ao poder de um ou de outro grupo político, as condutas adotadas pelo Estado poderão variar bastante, ainda que o contexto externo permaneça rigorosamente idêntico³⁴.

A questão da identidade nacional está relacionada com os fatores domésticos citados, pois as diferentes coalizões de interesses existentes em determinada sociedade constroem visões diversas acerca do Outro Significante. A intensidade de tal divergência ocorre dentro de um espectro muito amplo, podendo ser mínima, circunstância em que a identidade nacional será dotada de maior homogeneidade, ou ser bastante acentuada, ocasião na qual o aspecto identitário da nação será mais fragmentado. A descrição de quão homogênea é uma nação ao compartilhar seus mitos e visões sobre sua história, instituições, linguagem e religião é avaliada e descrita pela dimensão unitária da identidade nacional (TSYGANKOV, 2001, p. 16).

Diante do exposto, pode ser dito que a constituição da identidade por parte de um Estado resulta de um equilíbrio entre fatores advindos do exterior e de suas disputas internas. À captação de dados oriundos das duas frentes segue o processamento dos mesmos, o qual resultará na elaboração da percepção que o Estado desenvolve acerca de si mesmo e do sistema internacional, que, por fim, será um dos impulsos de suas condutas direcionadas aos seus pares.

2.3. A QUESTÃO IMPERIAL E A IDENTIDADE NACIONAL

No item anterior foi ressaltada a essencialidade do Outro Significante para a formação da identidade nacional de um Estado. Outrossim, foi dito que a integralidade dos países do sistema internacional enfrenta semelhante processo. No caso dos Estados que um dia foram subjugados por um império, a escolha do Outro Significante, ao menos em um primeiro momento, recairá sobre o antigo dominador, fator que altera as dimensões unitária e distintiva de sua autocompreensão, acarretando algumas distorções na formação de suas identidades nacionais.

³⁴ Conforme se verá adiante, os atos da Ucrânia em relação à Rússia muitas vezes revelam as diferentes visões sustentadas pelos grupos políticos do país.

Relembre-se que as identidades nacionais podem se alterar com o passar do tempo, e é normal que percepções aparentemente imutáveis em dada época se modifiquem no futuro. Entretanto, esse movimento não pode ser ainda vislumbrado nas relações russo-ucraniano-bielo-russas, posto que o Estado soviético faz parte de um passado bastante recente e o período de independência efetiva de Ucrânia e Belarus ainda é muito menor do que a duração do domínio russo. Assim sendo, as dimensões de unidade e de distinção nas identidades nacionais dos Estados em epígrafe atualmente são bastante maculadas pela questão imperial que as cerca.

No tocante à dimensão unitária, quanto maior o grau de homogeneidade de um Estado, mais rápido e melhor ele desenvolverá o sentimento de união nacional em torno de uma identidade própria. Um Estado que foi dominado por império apenas pode desenvolver um nacionalismo periférico enquanto durar o período de subjugação. Por tal razão, a construção de sua homogeneidade identitária é mais difícil. Estes empecilhos geralmente são alimentados pelo estado imperial, o qual utiliza vários subterfúgios para manter o seu domínio, entre eles o de minar a coesão identitária dos povos dominados, fazendo com que estes passem a pensar e agir como se compartilhassem a identidade nacional do império, sem possuir uma própria (TSYGANKOV, 2001, p. 18)³⁵. O enfraquecimento da homogeneidade de um nacionalismo periférico surtirá efeito quando ele se livrar dos laços que o mantinham amarrado ao seu dominador e constituir um Estado autônomo³⁶.

Outrossim, a dimensão distintiva é severamente abalada pela subjugação imperial. Devido ao domínio sofrido, o Estado que antes fora uma nação periférica enxerga na metrópole o seu Outro Significante. Em função disso, segundo Andrei Tsygankov, a distinção nacional de um *Estado pós-imperial*³⁷ é formada quase que exclusivamente na sua relação com o *Estado pós-imperialista* (TSYGANKOV, 2001,

³⁵ Entre os artifícios usados podemos citar a revisão de um passado histórico, a desconstrução ou simples negação dos mitos e dos feitos da nação periférica, a imposição da cultura dominante como cultura de todo o império, além de perseguições religiosas e lingüísticas.

³⁶ Como visto no capítulo anterior, a Rússia considerava Ucrânia e Belarus como nações eslavas irmãs, fator que certamente favoreceu a implementação das políticas de russificação empreendidas pelo Império Russo czarista e pela União Soviética. Da mesma forma, as tentativas ucranianas de manter sua língua original e seus costumes religiosos durante os períodos de ocupação russa são exemplos da busca da manutenção de algum teor de sobrevivência de seu nacionalismo periférico, enquanto era impossível a constituição de um Estado separado do império.

³⁷ Tsygankov utiliza termo “nação pós-imperial” para denominar os países que já estiveram sob o domínio de um império. Tendo em foco as diferenças entre nação e Estado expostas alhures, entendemos que o melhor é adaptar o termo para Estado pós-imperial. O autor não estabelece um termo para o outro pólo da relação. A fim de estabelecer um contraponto, e respeitando a terminologia do autor, um país que foi dominante em uma relação imperial, caso da Rússia, será denominado de Estado pós-imperialista.

p. 18). Este pode ser vislumbrado a partir de uma avaliação positiva, ou desde uma conceituação negativa, ocasião em que se tentará afastar as similitudes com o Outro Significante e buscar uma identificação positiva com uma terceira parte. Cabe ressaltar que em um primeiro momento, quando o desejo de um Estado é permanecer autônomo, o trauma de não ter possuído o seu destino em suas próprias mãos o leva a ligar fortemente sua identidade à preservação de sua soberania. Logo, quanto maior o número de diferenças culturais, históricas, lingüísticas e religiosas encontrar em relação ao Estado outrora dominante, mais garantias aquele terá de sua manutenção como ente autônomo do sistema. Uma vez garantida a independência formal, muitos Estados pós-imperiais procuram a autonomia política de fato³⁸. Também neste momento, a busca de diferenciações para com o Estado pós-imperialista e a identificação com outros Estados será acentuada.

Os Estados pós-imperiais não são idênticos, pois a confluência dos fatores externos e internos que formam a identidade nacional diverge de um Estado para outro. Destarte, as considerações e os conseqüentes comportamentos dos Estados pós-imperiais em relação aos Estados pós-imperialistas não serão uniformes. Aliás, Ucrânia e Belarus constituem paradigmas desta divergência. Para o cumprimento da tarefa de distinguir os Estados pós-imperiais, Andrei Tsygankov arrolou os seguintes critérios: a experiência histórica pré-imperial como Estado; a homogeneidade étnica; as diferenças de língua e de religião em relação à metrópole; a existência de fronteiras estáveis; o nível de incorporação da elite política do Estado pós-imperial nos cargos do império e o nível de desenvolvimento econômico (TSYGANKOV, 2001, p. 19). O último dos critérios citados é abordado no capítulo quatro. No presente capítulo, tendo em vista suas limitações, serão aplicados os três primeiros critérios, os quais são mais representativos na formação das identidades nacionais de Ucrânia e Belarus.

A aplicação dos critérios citados resultará em Estados nos quais variarão o grau de coesão social, os desejos de manutenção da soberania nacional e de autonomia política, e as visões acerca da ex-metrópole. Genericamente consideradas, essas variações colaboram no estabelecimento de três grandes

³⁸ Por “autonomia política de fato” entende-se não sujeito à esfera de influência do Estado Pós-Imperialista.

grupos nos quais se encaixam os Estados pós-imperiais³⁹. O primeiro é formado por Estados que antes de serem subjugados possuíam um passado como ente autônomo, reconhecido pela comunidade internacional como um de seus integrantes. Mesmo com as imposições do império, eles mantiveram um conjunto de instituições, símbolos e costumes nacionais que não esmoreceu e manteve viva uma memória coletiva que veio à tona quando da libertação. Os Estados pertencentes a este grupo tendem a perceber a metrópole como mais ameaçadora à sua segurança do que o mundo exterior, o qual, a contrário senso, é visto sob um prisma amigável. Via de conseqüência, esses Estados dificilmente farão uma identificação externa positiva com a ex-metrópole (TSYGANKOV, p. 19).

O grupo que se situa no campo oposto é constituído por Estados que nunca antes foram entes independentes, ou se o foram, tal fato não gerou raízes. As suas identidades não são bem elaboradas porque a incorporação ao império não permitiu o desenvolvimento de um sentimento nacional homogêneo. Quanto à dimensão distintiva, há uma grande identificação com o Estado pós-imperialista, o que leva a um débil senso de pertencimento à comunidade internacional. Em decorrência, a ex-metrópole será enxergada como uma companheira e protetora, enquanto os demais atores do sistema internacional serão vistos com desconfiança.

Entre os dois grupos há um terceiro, uma espécie de zona mista, na qual ingressam Estados cuja herança histórica de independência existe, mas não é tão forte a ponto de criar uma memória coletiva que, univocamente, aponte para a dissociação com o Estado pós-imperialista. Da mesma forma, as suas sociedades não são inteiramente homogêneas, nem seus traços culturais, religiosos e lingüísticos são excludentes na comparação com aquele. A identidade nacional formada por esses Estados sofrerá maiores alternâncias no tocante à visão que têm da metrópole, que poderá ser considerada ora como aliada, ora como uma iminente tempestade a desabar sobre a segurança nacional.

A divisão proposta, dos Estados pós-imperiais em grandes grupos, é útil não somente porque o Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético é composto por Estados que se amoldam a um ou a outro grupo. Como método de trabalho, ela permite que se identifique mais precisamente o comportamento de

³⁹ Tsygankov estabelece em sua obra dois grupos (os dois primeiros a serem analisados). Além destes, incluímos um terceiro grupo, situado em uma zona cinzenta entre os dois outros. Essa inclusão é necessária porque a Ucrânia, como é reconhecido pelo próprio Tsygankov, não pode ser considerada parte de nenhum dos dois primeiros grupos.

Ucrânia e Belarus perante a Rússia. Uma vez especificadas tais atitudes, é possível perceber de que forma a formação das identidades nacionais dos países citados confere singularidade às relações que os mesmos mantêm desde suas independências.

2.4. A IDENTIDADE RUSSA EM RELAÇÃO À UCRÂNIA E BELARUS

Há uma evidente diferença de tamanho, de poder e de relevância no cenário internacional entre Rússia, Ucrânia e Belarus⁴⁰. Enquanto a primeira quase sempre foi um ator de destaque no “concerto das nações”, cujo auge de poderio ocorreu no recente período da Guerra Fria, as duas últimas se estabilizaram como Estados independentes há menos de duas décadas tão-somente. E o principal fator impeditivo enfrentado por Ucrânia e Belarus para serem entes autônomos foi justamente a política imperial russa. As dessemelhanças estruturais e históricas fazem com que, no processo de formação de sua identidade nacional no pós-União Soviética, a Rússia não vislumbre Ucrânia e Belarus como seu Outro Significante⁴¹. Contudo, ainda assim é possível analisar as relações russas com as duas ex-repúblicas soviéticas a partir da perspectiva construtivista, pois a identidade nacional russa ainda possui como um de seus elementos formativos traços de uma vocação imperial.

Assim como durante um certo lapso após o fim de um império, os Estados pós-imperiais mantêm uma visão acerca do Estado pós-imperialista na qual o poder⁴² deste (real ou imaginado, fonte de proteção ou de ameaça) continua sendo uma variável importante, o antigo dominador também estabelece para si uma

⁴⁰ A Rússia possui uma área de 17.075.400 km², para uma população de 142.200.000 habitantes (fonte: Serviço Estatal Federal de Estatísticas. Endereço eletrônico: <http://www.gks.ru/wps/portal/english>). A Ucrânia detém uma área de 603.700 km² e uma população de 46.192.300 habitantes (fonte: Comitê Estatal de Estatísticas da Ucrânia. Endereço eletrônico: <http://ukrcensus.gov.ua/eng/>). Belarus tem área de 207.60 km² e uma população de 9.714.000 habitantes (fonte: Ministério de Estatísticas e Análises da República do Belarus. Endereço eletrônico: <http://belstat.gov.by/homep/en/main.html>).

⁴¹ A questão envolvendo a definição do Outro Significante russo é muito interessante, pois revela a divisão interna da política russa e ajuda a compreender algumas das decisões tomadas pelo Kremlin. Contudo, a determinação do Outro Significante é um aspecto da identidade nacional russa de menor importância nas relações do país com Ucrânia e Belarus em comparação com a permanência do sentimento imperial em tal identidade. Por este motivo, tendo em foco as limitações do presente trabalho, não será exposta a discussão acerca do Outro Significante da Rússia.

⁴² O poder é aqui considerado, como nas demais oportunidades em que o termo for usado, como a capacidade que um Estado possui de impor seus interesses a outro(s) Estado(s), fazendo com que este(s) aja(m) de acordo com o desejo daquele(s), sem que a contrapartida seja verdadeira, ao menos no mesmo patamar de intensidade.

imagem na qual o poder recebe destaque, ao menos em relação aos seus antigos domínios. A Federação Russa se encaixa entre os Estados cuja identidade nacional é ainda dotada de fortes cores imperiais, o que a faz considerar vários dos Estados pertencentes ao Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético como se ainda fossem partes de uma única unidade governada pelo Kremlin. E no conjunto dos países do espaço pós-soviético, Ucrânia e Belarus são os mais caros à auto-estima russa, devido a elementos sobremaneira relevantes, como a origem comum e a proximidade cultural. Cabe aqui ressaltar que possuir uma auto-percepção com conotação imperial não implica, necessariamente, em tentar restaurar o império perdido, mediante conquista de territórios e absorção de Estados formalmente independentes. Mas quando um Estado pós-imperialista deseja manter uma hegemonia incontestada na região antes dominada, tal objetivo já revela resquícios de imperialismo em sua identidade nacional. A Rússia hoje não almeja reconstruir a União Soviética, posto que isto, além de lhe ser muito custoso sob todos os aspectos, não é uma prática bem vista no atual estágio das relações internacionais, principalmente depois da descolonização massiva ocorrida em meados do século passado. Entretanto, é impossível negar o desejo russo de estabelecer, tanto quanto for possível, uma posição de predomínio e influência na região formada pelos Estados que foram repúblicas socialistas soviéticas⁴³.

Antes mesmo do fim formal da União Soviética, a Rússia já indicava o desejo de manter unidas tantas partes da União Soviética quantas fossem possíveis após o inevitável desmembramento do Estado comunista. Yeltsin pretendia criar uma nova forma institucional que congregasse as ex-repúblicas socialistas em molde parecido com o do país desfeito⁴⁴. Todavia, diante da impossibilidade de fazê-lo de imediato, procurou estabelecer primeiro uma conformação menor. A participação da Ucrânia em tal instituição era uma exigência russa, o que é sintomático da sua importância para a Rússia, tanto no aspecto identitário quanto por considerações geopolíticas e econômicas. Assim, em 08 de dezembro de 1991, os líderes de Rússia, Ucrânia e Belarus se encontraram e concordaram em fundar uma conformação institucional

⁴³ Ao comentar o primeiro Governo Putin, Bobo Lo alega que “embora a síndrome imperial (da Rússia) não almeje a retomada física de suas terras, ela se manifesta na firme convicção de que a ex-União Soviética permanece como parte da esfera de influência de Moscou” (LO, 2005, p. 13).

⁴⁴ Archie Brown sustenta que Yeltsin talvez não desejasse a desintegração soviética como um objetivo em si mesmo. A perda de territórios do império russo era um preço a ser pago pela benesse de se tornar o principal político do país, pois sem a União Soviética, Gorbachev estaria fora da disputa pelo poder. Portanto, a saída da Rússia da União Soviética era fruto de brigas domésticas russas e não um desejo de fundar o império (BROWN, 2004, p. 68).

diversa da soviética, algo como uma Comunidade dos Estados Eslavos. A organização possuía menor profundidade institucional do que queria o presidente russo, mas foi o desenlace possível ante a recusa ucraniana de formar uma nova federação (NOGEE e DONALDSON, 2005, p. 181). Alguns dias depois, mais oito repúblicas socialistas soviéticas responderam afirmativamente ao convite feito por russos, ucranianos e bielorrussos, concordando, assim, em se juntar à incipiente organização, o que resultou na criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)⁴⁵.

Como será abordado no terceiro capítulo, a CEI era uma forma de Moscou institucionalizar sua influência regional, bem como um reflexo dos movimentos de integração que proliferavam na arena internacional nos últimos anos do século XX. Por ora, interessa observar que ao tentar criar uma organização na qual seria o centro e a liderança incontestável, a Rússia demonstrou o quão difícil era, para si, ser encarada apenas como um Estado comum, no sentido de ser desprovido de domínio formal sobre outro país.

Todavia, os planos russos não frutificaram. As medidas de integração militar política e econômica propostas por Moscou não foram aceitas por todos os países da CEI, e em especial pela Ucrânia, que desejava se afastar do seu domínio. Por causa do fracasso da CEI e de seus graves problemas econômicos, a Rússia ficou cada vez mais fragilizada no sistema internacional. Influenciado pelos jovens tecnocratas que o apoiavam (que mais adiante virariam os oligarcas perseguidos por Putin), Yeltsin procurou cada vez mais socorro junto às potências ocidentais. Na percepção do Kremlin, a ajuda apenas seria concedida se a Rússia demonstrasse que não tinha intenção de restaurar o império soviético. Desta forma, junto com seu Ministro das Relações Exteriores, Andrei Kosyrev, um político originalmente ligado aos organismos e países ocidentais, Yeltsin implementou uma forma de isolacionismo em relação aos Estados do espaço pós-soviético. No campo identitário, um dos projetos era estabelecer a cidadania russa não pela etnia, mas sim pela cidadania. Temerosa em perder sua identidade, a sociedade russa manifestou seu desejo de manter os fortes laços culturais com as ex-repúblicas soviéticas. Ademais, a situação dos russos que habitavam os novos Estados

⁴⁵ A transformação da Comunidade dos Estados Eslavos em CEI ocorreu em 25 de dezembro de 1991. Os membros iniciais desta eram Rússia, Ucrânia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Moldávia, Armênia e Azerbaijão. Posteriormente, pressionada pela Rússia, a Geórgia ingressou na organização.

independentes era fonte de preocupação, pois imaginava-se que com a cidadania cívica, aqueles fossem deixados à própria sorte, sem o apoio do governo russo.

A política isolacionista em relação aos países da CEI foi rechaçada no âmbito interno. Nas eleições parlamentares de 1993, a grande vencedora foi a parceria política que ficou conhecida como Coalizão Vermelha e Marrom, formada pelo Partido Comunista e pelo Partido Democrático Liberal, este de claras inclinações fascistas e liderado por um político polêmico, Vladimir Zhirinovski⁴⁶. A idéia de política externa expressada pelos dois partidos passava pela recriação do império russo, com o avanço sobre fronteiras dos Estados vizinhos, utilizando a força caso fosse necessário (NOGEE e DONALDSON, 2005, p. 127). Por certo, nem todos os eleitores que votaram nos partidos citados imaginavam ser possível a reconstrução do império, ou mesmo a desejavam, mas o resultado das urnas indicou claramente que uma plataforma nacionalista com arroubos imperialistas tinha grande aceitação entre os eleitores russos. Pressionado internamente, e sem resultados expressivos na arena internacional, o próprio Kosyrev procurou alterar os rumos de sua pasta, com a concordância de Yeltsin⁴⁷. A modificação não foi imediata. Entre os anos de 1993 e 1996, a política externa russa foi guiada por orientações ocidentalistas e eurasianistas, sem que houvesse uma base sólida sobre a qual se definissem os interesses nacionais ou uma estratégia coerente (WALLANDER, 2004, p. 69). Finalmente, no ano de 1996, Kosyrev, por demais associado com as forças liberais da sociedade russa, perdeu o cargo. O presidente Yeltsin, fiel à sua falta de ideologia e apego pelo poder⁴⁸, nomeou Yevgeny Primakov como Ministro das Relações Exteriores. Logo que assumiu o posto, Primakov rompeu definitivamente com o isolacionismo, reconhecendo a importância dos vizinhos para a Rússia. A partir de então, as lideranças políticas russas procuraram, de uma forma ou de outra, mediante um elemento de poder ou outro (político, econômico, cultural, etc.), manter

⁴⁶ O Partido Democrático Liberal foi o partido mais votado, tendo recebido 22,92% dos votos, o que representou 59 cadeiras na Duma. O partido Comunista recebeu 12,40% dos votos os quais equivaleram a 35 cadeiras do total de 450 da Duma.

⁴⁷ Em discurso proferido na Conferência de Cooperação e Segurança da Europa, em dezembro de 1992, Kosyrev surpreendeu a todos ao declarar que precisava reformar a política externa russa, pois o país era uma potência eurásiana, que, como tal, via limites na sua convergência com a Europa Ocidental, especialmente por causa dos planos ameaçadores da OTAN quanto à Bósnia e os Estados Bálticos (NOGEE e DONALDSON, 2005, p. 128).

⁴⁸ A falta de projeto político definido, a completa inexistência de planejamento de longo prazo, bem como o desejo pelo poder indissolúvel eram características muito fortes do governo de Yeltsin (SHEVTSOVA, 2004, p. 103 a 141).

a Rússia como o ator hegemônico no Complexo Regional de Segurança formado pelas ex-repúblicas socialistas soviéticas.

Portanto, desde o fim da União Soviética, apenas por um breve momento o Kremlin procurou desviar o país de uma autopercepção, de alguma forma, imperial. A este movimento das lideranças políticas, contudo, seguiu-se um descontentamento popular de grandes proporções. Este fato é bastante revelador, pois dá a dimensão de como a idéia de grande potência imperial está arraigada na sociedade russa⁴⁹, a ponto de esta rejeitar políticas que, a longo prazo, poderiam permitir a inserção de outras potências na região, o que levaria ao afastamento da preponderância russa na mesma.

Apesar de a visão imperialista que a Rússia guarda de si mesma ser direcionada para todos os Estados que fizeram parte da União Soviética, alguns aspectos tornam Ucrânia e Belarus figuras destacadas dentro do conjunto⁵⁰. Estes aspectos estão relacionados com o passado compartilhado, com a semelhança cultural e com as possibilidades de a Rússia ser capaz de exercer na integralidade o *poder brando*.

A realidade de ter dominado Ucrânia e Belarus por longos períodos⁵¹ por si só leva a Rússia a encarar os dois países como entes subjugados que devem permanecer sob sua influência, mesmo que não formalmente incorporados ao território russo, porém, ao incontroverso passado de dominação somam-se alguns outros elementos históricos específicos, os quais se conectam a fatores culturais que transformam Ucrânia e Belarus em casos únicos na formação do aspecto imperial da identidade russa⁵².

⁴⁹ Entre 18 e 22 de janeiro de 2008 o instituto *Yury Levada Analytical Center* realizou pesquisa cuja amostragem era de 1.600 russos. Perguntados sobre o que esperavam do novo presidente russo, 51% dos entrevistados afirmaram desejar que ele devolvesse à Rússia o status de superpotência. Ressalte-se que nenhuma outra expectativa acerca do novo governo recebeu tantas indicações. Fonte: <http://www.russiaprofile.org/page.php?pageid=CDI+Russia+Profile+List&articleid=a1202149612>

⁵⁰ Anatol Lieven sustenta que os russos e seu governo consideram o espaço que foi a União Soviética como área vital dos interesses russos. Todavia, alerta para o fato de que há diferença de comportamento da Rússia em relação aos diversos Estados que formam a região, pois nem todos eles são visceralmente vistos pelos russos como partes da “terra da Rússia”, como ocorre com a Ucrânia (LIEVEN, 1999, p. 148).

⁵¹ Considera-se aqui a existência de um domínio sobre a Ucrânia desde o fim do Hetmanate, pois neste período Kiev caiu sob o mando russo.

⁵² John O’Loughlin e Paul Talbot realizaram interessante pesquisa cujo intuito era investigar as preferências e as percepções dos russos quanto a assuntos culturais e geopolíticos relacionados aos países que foram repúblicas socialistas soviéticas. Uma das questões era: “Você gostaria de ver uma reunificação política e econômica entre Rússia e (nome do país)?” Os entrevistados respondiam sim ou não diante do nome de cada Estado do espaço pós-soviético. A Ucrânia recebeu a votação mais alta, com 91%, seguida de Belarus (90%), Cazaquistão (79%), Moldávia (72%) e Armênia (65%). O país menos voltado foi o Turcomenistão, com 55% de respostas positivas. Um dado importante da pesquisa é que antes de responder os entrevistados eram avisados de que as suas

O principal fato histórico a ser citado como exemplo é a própria Kievan Rus, considerada pelos russos como a origem não somente de seu Estado, mas também de Ucrânia e de Belarus. Na medida em que os três povos possuem o mesmo nascedouro, na perspectiva russa devem ser considerados como nações irmãs⁵³, o que acarreta forte identificação, tendo em vista os laços comumente estabelecidos entre irmãos. A Rússia não nega nem a irmandade nem a identificação dela decorrente, mas igualmente não deixa de enxergar ucranianos e bielorrussos como *irmãos menores*, inexperientes, que necessitam de mando externo e proteção. Isto porque por muito tempo, os russos se acostumaram a ser o “Grande Urso” que comandava diretamente os outros dois povos eslavos orientais, ditando-lhes o destino e tendo-os como fonte de apoio e poder. Uma compreensão de si mesmo deste tipo, que, ademais, correspondia à realidade, é difícil de ser esmaecida, e no, caso russo, continua bastante presente.

O sentimento de comunhão dos russos para com ucranianos e bielorrussos não se resume à origem dos três. Na medida em que são povos eslavos, muitos traços culturais aproximam os países: as línguas faladas nos três países são muito parecidas, sendo que os russos consideram as outras duas derivadas da sua; a religião católica ortodoxa é majoritária nos três Estados, ainda que Kiev possua uma linhagem diferente da de Moscou. Os períodos de dominação imperial, nos quais o que hoje são fronteiras eram meramente divisões administrativas de um único Estado, favoreceram a mistura de costumes, tradições e hábitos cotidianos entre russos, bielorrussos e os ucranianos do leste, do sul e, em menor extensão, do centro da Ucrânia⁵⁴. Pode ainda ser citado o grande número de casamentos interétnicos ocorridos durante o período soviético. A reforçar a intersecção das culturas há a circunstância de existir um grande contingente de russos habitando na Ucrânia e em Belarus. Os processos de russificação empreendidos pelos czares e pelas lideranças soviéticas inegavelmente contribuíram em algum grau na

respostas deveriam ignorar custos e dificuldades das reunificações propostas. As respostas indicam, entre outras, dois posicionamentos dos russos. Um é de que, eliminadas as dificuldades inerentes ao processo, os russos desejariam retomar seu domínio dos tempos soviéticos, pois o país menos votado ainda assim recebeu mais da metade de respostas positivas. O outro é de que Ucrânia e Belarus são os Estados em relação aos quais os sentimentos de unidade e de dominação russos são mais aflorados.

⁵³ Conforme visto nos capítulo anterior, a irmandade entre os povos descendentes da Kievan Rus é um entendimento proveniente do período soviético que se mantém até hoje na sociedade russa.

⁵⁴ Dmitri Trenin afirma que a população das regiões fronteiriças da Ucrânia e da Rússia é etnicamente mista, além de cultural e linguisticamente muito próxima, até mesmo simbiótica. O nacionalismo étnico em tais localidades seria virtualmente inexistente (TRENIN, 2001, p. 164).

intensificação das parecenças culturais entre russos, bielo-russos e ucranianos, por mais que estes tenham lutado pela preservação de sua cultura diante das políticas imperiais. Todos estes fatores culturais que são compartilhados pela Rússia com Ucrânia e Belarus, e com mais nenhum outro Estado do espaço pós-soviético⁵⁵, conferem singularidade às relações entre os três países, bem como trazem os dois povos eslavos para o centro do componente imperial da identidade nacional russa.

A capacidade de a Rússia manter a hegemonia política no Complexo Regional de Segurança do qual é o Estado nuclear não pode mais ser lastreada simplesmente na força bruta, como ocorreu em algumas passagens do período soviético. No atual estágio do sistema internacional, a economia e elementos mais abstratos como ideologia, cultura e valores, devem pertencer ao leque de opções de Moscou. Vladimir Putin compreendeu esta realidade e em seu governo procurou determinar para a Rússia o papel de *grande potência normal*, segundo definição de Bobo Lo. Uma grande potência normal, é um Estado que compreende a mudança do poder no século XXI e está preparado para conquistá-lo e exercê-lo. Se, antes, o poderio de um país se media em função de suas capacidades militares e políticas, no mundo atual, o poderio econômico, tecnológico e cultural é igualmente fundamental (LO, 2005, p. 59)⁵⁶. Os tipos de poderes elencados podem ser subdivididos em dois grupos, se tomarmos como parâmetro a classificação proposta por Joseph Nye Jr. A capacidade econômica e militar seria o *poder duro (hard power)*, e a sua contrapartida seria o *poder brando (soft power)*. Nas palavras de Nye, o último “emana em grande parte dos nossos valores. Valores que se expressam na nossa cultura, na política que adotamos internamente e no modo como nos comportamos internacionalmente” (NYE, 2002, p. 37). Ou seja, um país que deseje exercer o poder brando deve ser capaz de estabelecer valores que sejam compartilhados ou admirados por aqueles a quem se deseja dominar, pois

⁵⁵ Em pesquisa realizada por John O’Loughlin e Paul Tabot, havia a seguinte questão: “Culturalmente, entre todos os países do mundo, a Rússia é próxima de (colocar o nome do país)”. Os respondentes deveriam responder sim ou não para cada país de uma lista que continha os nomes dos Estados do espaço pós-soviético. Os cinco maiores percentuais de respostas positivas foram estes: Belarus (87%), Ucrânia (86%), Moldávia (46%), Cazaquistão (39,5%) e Armênia (30%) (O’ LOUGHLIN e TALBOT, 2005, p. 36). A diferença entre os dois primeiros dos demais denota que os russos consideram-se culturalmente muito mais próximos de ucranianos e de bielo-russos do que das demais ex-repúblicas socialistas soviéticas.

⁵⁶ Dmitri Trenin também adota a denominação de Grande Potência Moderna para se referir à Rússia idealizada por Putin. Segundo o autor, uma potência desta espécie seria “economicamente viável, tecnologicamente competente, social e culturalmente atrativa e militarmente forte. [...] Uma grande potência no século XXI deve ser capaz de atuar como uma unidade autônoma num mundo onde há vários pólos principais de atração” (TRENIN, 2005, p. 06).

assim não será necessária a coação, já que obterá seus interesses pela aquiescência alheia. Neste prisma, “a universalidade da cultura de um país e sua capacidade de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis que governem setores de atividade internacional são fontes decisivas de poder” (NYE, 2002, p. 39).

A União Soviética era um Estado multi-étnico⁵⁷, com povos cujas línguas, costumes e tradições divergiam entre si. Em função disto, a confluência de valores e da cultura russa com a maioria dos países que compõem a CEI nem sempre é imediata ou possível. Assim sendo, em um primeiro momento, os Estados do espaço pós-soviético com os quais a Rússia possui maiores possibilidades de utilizar o Poder Brando são Ucrânia e Belarus, ou seja, justamente aqueles que, com ela, compartilham uma origem comum, e que ao longo dos séculos experimentaram desenvolvimento cultural, religioso e lingüístico semelhantes. Logo, caso seja necessário à Rússia lançar mão do poder brando para manter sua hegemonia regional, o ponto a partir do qual seriam disseminados os valores russos deve ser focado em ucranianos e bielorrussos. Na hipótese de falha na capacidade de exercer influência ideológica e valorativa sobre estes, será muito difícil que alcance sucesso em relação aos demais Estados da região. A CEI pode servir como exemplo disto. Tomando por base as categorias utilizadas por Nye, pode-se considerar a CEI como uma organização internacional a ser guiada pela Rússia e vislumbrar-se o tipo de poder nela exercido como uma variável do poder brando. Desta forma, é possível concluir que parte da explicação do fracasso desta organização reside na incapacidade russa de colocar em operação uma instituição internacional baseada em seus princípios e valores, ou seja, manejar o poder brando, diante da recusa ucraniana em aceitar as normas propostas por Moscou.

A capacidade russa de exercer o poder brando sobre Belarus é considerável, dada a forte penetração da sua cultura no país vizinho, sobretudo no aspecto lingüístico. No concernente à Ucrânia, tendo em vista as características do país que serão abordadas na seção seguinte, as possibilidades russas de usar o fator cultural para angariar benesses políticas é controverso. Em algumas situações, o Kremlin foi

⁵⁷ No último censo realizado na União Soviética, em 1979, foram registrados 109 grupos étnicos, os quais eram divididos entre nacionalidades (grupos com mais de 300.000 pessoas), sub-nacionalidades (grupos com menos de 300.000 pessoas) e minorias estrangeiras (coreanos, finlandeses, eslovacos, etc.) (SEGRILLO, 2000a, p. 156-157).

feliz, como na eleição de Leonid Kuchma para presidente, em 1994⁵⁸. No entanto, nem outras ocasiões a tentativa de influência baseada em padrões de amizade entre os dois países naufragou. O exemplo mais clamoroso disto são os eventos que desembocaram na Revolução Laranja⁵⁹. Contudo, é preciso frisar que, mesmo nesta ocasião, a resposta do Kremlin foi baseada em aproximações institucionais e culturais entre os Estados (TSYGANKOV, 2006, p. 155).

Destarte, pelo exposto é permitido concluir que os elementos culturais em comum e o passado compartilhado com Ucrânia e Belarus tonificam a importância destes Estados para a Rússia, seja em função dos próprios elos interestatais que tais fatores edificam, seja porque reforçam a vocação imperial russa, ou ainda por causa da capacidade que eles acarretam à Rússia de exercer o poder brando.

2.5. UCRÂNIA

Como visto alhures, nos Estados pós-imperiais as dimensões unitária e distintiva de suas identidades nacionais sofrem os efeitos do período de subjugação imposto por um império, razão pela qual, por determinado período, aqueles qualificarão o Estado pós-imperialista como seu Outro Significante. A Ucrânia segue ambos padrões, pois a questão imperial atinge o seu processo de formação identitária e sua antiga dominadora, a Rússia, continua sendo o seu Oposto. Assim sendo, mediante a aplicação dos critérios sugeridos por Andrei Tsygankov cabe analisar de que forma e em que grau os anos de dominação russa afetam a construção da identidade nacional ucraniana. A partir de então, será possível verificar se o elemento identitário, umbilicalmente ligado a aspectos culturais e históricos, particulariza as relações estabelecidas entre Ucrânia e Rússia desde

⁵⁸ A vitória de Leonid Kuchma sobre o então presidente Leonid Kravchuk nas eleições de 1994 foi atribuída, em grande parte, à defesa que aquele fez de uma aproximação maior com a Rússia, e de uma mudança nos rumos do nacionalismo ucraniano, de modo que a minoria russa e as regiões do leste e do sul do país (onde residem os russos) não fossem prejudicadas pelo governo central. Por seu turno, Kravchuk advogava uma maior aproximação com a Europa e o aprofundamento do nacionalismo ucraniano. “A eleição, iluminou o conflito entre as versões nacionalista e soviética da identidade ucraniana, assim como também trouxe à baila o conflito entre a maioria ucraniana (73%) e a minoria russa (22%)” (WILSON, 2002, p. 184). Andrew Wilson salienta que a vitória de Kuchma também foi fruto do renascimento da esquerda ucraniana, diante do fracasso dos liberais e seus planos de modernização.

⁵⁹ Acerca da Revolução Laranja, ver o sub-capítulo “A Paradigmática Revolução Laranja”, pág. 88.

1991, sob o ponto de vista ucraniano⁶⁰. Outrossim, será possível observar se o modo como se deu, até o presente momento, a construção da identidade nacional da Ucrânia favorece ou atrasa o desejo de Kiev de angariar autonomia política em reação à Rússia.

2.5.1. As Regiões da Ucrânia

Uma característica fundamental da Ucrânia é a de ser um país fortemente regionalizado sob os aspectos cultural, político, étnico e lingüístico. As diferenças encontradas em cada região influenciam tanto a política doméstica quanto a política externa ucraniana⁶¹, o que acarreta conseqüências à formação da sua identidade nacional. Ressalte-se que, além da construção identitária, as considerações geopolíticas e as diretrizes econômicas ucranianas também sofrem os efeitos das divisões internas do país, o que acaba por atingir as suas relações com a Rússia, como será visto nos capítulos subseqüentes.

Alguns autores tendem a estabelecer uma dicotomia entre a porção oeste do país, de influência ocidental, e a leste, na qual haveria uma forte russificação. Em que pese a distinção não ser errônea, ela é incompleta. Tomando como critério o aspecto regional, o país pode ser dividido em quatro zonas: oeste, leste, centro e sul (WILSON, 2005, p. 34)⁶². No Oeste localiza-se a Galícia⁶³, região descendente do Império dos Habsburgo, formada pelas províncias de Lviv, Ternopil e Ivano-Frankvis'k, e que foi integralmente incorporada à União Soviética durante a II Guerra Mundial. Historicamente, foi na Galícia que os movimentos nacionalistas ucranianos ganharam mais força, o que se deve fundamentalmente a dois motivos: em primeiro lugar, porque o Império dos Habsburgo era menos repressor do que o russo, que

⁶⁰ Na seção anterior foi verificado que, sob o ângulo russo, as questões culturais, históricas e identitárias são fatores que fortalecem os vínculos entre russos e ucranianos.

⁶¹ A divisão da Ucrânia em regiões é um exercício teórico utilizado pelos observadores do país para fins de análise. Administrativamente, o Estado é repartido em vinte e sete unidades. São vinte e quatro províncias e três territórios (Criméia, Sevastopol e Kiev).

⁶² Dominique Arel concorda com a divisão proposta por Andrew Wilson. Outros autores, como Barrington e Herron, dividem o país em oito regiões, pois consideram o oeste, o centro e o leste subdivididos cada um em duas regiões. Já o sul permaneceria como uma região, mas apartado da Criméia, a qual é vista como um caso à parte dentro da Ucrânia (AREL, 2006, p. 03).

⁶³ Tecnicamente, há duas "Galícias", a oriental e a ocidental. Enquanto a primeira fica em solo ucraniano, a última integra a Polónia.

dominava o centro, o sul e o leste do país; em segundo, porque os austríacos, de certo modo, incentivavam o nacionalismo ucraniano com o intuito de diminuir a influência polonesa na região (ABDELAL, 2001, P. 107). Outras províncias importantes do oeste ucraniano são a Transcarpátia⁶⁴, a Bukovina e a Volyn⁶⁵.

A região central da Ucrânia é dividida pelo Rio Dnieper em duas partes, uma a oeste, que foi anexada ao império czarista apenas entre 1793 e 1795, e outra a leste, incorporada à Rússia após a extinção do Estado cossaco. A capital, Kiev, fica na porção ocidental da região central ucraniana. A repartição do Centro é sutil, o que permite que seja considerado como uma única região. Junto com a região ocidental, o centro da Ucrânia é considerado o núcleo histórico do país (WILSON, 2005, p. 35).

Na região leste estão localizadas as principais cidades industriais ucranianas (Donets'k e Dnipropetrovs'k) e as províncias que formam a zona de Donbas (Donets'k e Luhans'k), na qual é intensa a produção carvoeira. Historicamente, é a região que por mais tempo esteve sob o domínio russo.

O sul da Ucrânia é um caso especial por causa da discussão russo-ucraniana acerca da Criméia. Por séculos, os territórios que hoje formam a porção sul ucraniana foram motivo de disputa entre vários povos, entre eles gregos, otomanos, hunos e mongóis. No ano de 1784, o império Russo conquistou a região dos otomanos e passou a chamá-la de Nova Rússia. A Criméia foi mantida como domínio russo até 1954, quando foi passada ao controle da República Soviética da Ucrânia por Nikita Krushev, com o objetivo de marcar os trezentos anos da reunificação da Rússia com a Ucrânia. Após a dissolução da União Soviética, o domínio sobre a Criméia foi motivo de intensos debates, e até de ameaças parlamentares de ambos os lados. Em 1992, os presidentes da Rússia, Boris Yeltsin, e da Ucrânia, Leonid Kravchuk, assinaram um acordo no qual concordaram que nenhum dos dois países faria reclamações territoriais em relação ao outro. Com isto, Moscou tacitamente entregou o controle da Criméia a Kiev (NOGEE e DONALDSON, 2005, p. 188). O acordo não aplacou os sentimentos russos, mas desde então os ucranianos procuraram reafirmar sua soberania sobre o local. Não

⁶⁴ A região também é conhecida como Subcarpátia.

⁶⁵ Volyn é historicamente ligada à Galícia, o que justificou a recriação do Reino da Galícia e Londomeria em 1772 (Londomeria é a versão latina para o nome de Volodymir-Volinski, homenagem a Volodymir, o Grande, fundador da cidade de Volhynia, em 988). Logo depois, a região passou ao controle dos Romanov. No período entre as Guerras Mundiais, a região foi anexada pela Polônia, para em 1939 ficar sob o domínio soviético, como consequência da divisão da Polônia entre a URSS e o Terceiro Reich, estabelecida no Pacto Molotov-von Ribbentrop (WILSON, 2005, p. 34). Ocupada pelas forças nazistas, a região (como todas as regiões polonesas ao leste da Linha Curzon) foi incorporada *de jure* à URSS, depois de Yalta e Potsdam.

obstante, a partir de 1994, a Criméia goza de relativa autonomia do governo central, tendo inclusive estabelecido cidadania própria. Ainda que tenha sua situação aparentemente estabilizada, a Criméia não deixa de ser um território de intensa influência russa, eis que 62% de sua população é russa e 25% tem no russo a sua língua nativa (LIEVEN, 1999, p. 105).

A distribuição e a popularidade do movimento nacionalista ucraniano obedece às vicissitudes regionais do país. No oeste se localizam os nacionalistas mais ferrenhos, os quais entendem que a Ucrânia é um país europeu, sem raízes eurásianas, que foi vítima da subjugação perpetrada pelos russos. A imagem russa de Estado colonizador é largamente difundida, razão pela qual advogam pelo afastamento completo de Moscou. Aqueles que pregam a aproximação com a Rússia e falam o russo no seu trato diário são considerados, pelos nacionalistas, pessoas que ainda não se libertaram da dominação cultural russa, mas que cedo ou tarde descobrirão a verdadeira identidade ucraniana. Na região central igualmente existem nacionalistas, mas são mais moderados em comparação com os seus parceiros do oeste. No leste e no sul do país, devido às ligações culturais, étnicas e lingüísticas com os russos, a Rússia não é considerada *a priori* uma inimiga, mas sim um Estado com quem a Ucrânia possui fortes laços históricos e identitários, que devem ser levados em consideração pelos governos do país. Nestas regiões, o poder político dos nacionalistas é quase nulo.

Conforme se depreende, as diferentes regiões abrigam distintos grupos dentro da sociedade ucraniana. Grupos estes que possuem visões contrárias quanto à evolução da política interna e externa do país, e, no que mais importa ao presente capítulo, quanto à identidade nacional ucraniana⁶⁶. A falta de homogeneidade do sentimento nacional ucraniano acarreta dificuldades à dimensão unitária de sua identidade, o que leva à polarização política. Outrossim, a dimensão distintiva é atingida, pois a imagem acerca do Outro Significante variará de acordo com a região do país. Neste ponto é importante ressaltar que as diferenças regionais implicam em fragmentação identitária da Ucrânia, mas não representam risco à integralidade territorial do Estado, pois mesmo os cidadãos de origem russa e os que falam o russo como primeira língua, majoritariamente se consideram ucranianos e defendem

⁶⁶ A orientação política do eleitorado das quatro regiões ucranianas polariza o país em duas dimensões do fator russo, a primeira relacionada com o uso da língua russa no país e a segunda ligada ao tipo de relações que a Ucrânia deve desenvolver com a Rússia (AREL, 2006, P. 02).

a soberania de seu país e, até mesmo, sua autonomia política. Ou seja, eles desejam que a Ucrânia mantenha algum nível de alinhamento na política externa com a Rússia, ou ao menos não a veja como inimiga, mas não almejam nem a incorporação de suas regiões ao Estado russo, nem uma nova união entre os dois países⁶⁷.

A utilização dos critérios propostos por Andrei Tsygankov para investigar a formação da identidade nacional dos Estados pós-imperiais e das ligações destes com o Outro Significante ajudará a elucidar também o porquê do forte regionalismo ucraniano.

2.5.2. O Fator Histórico

O primeiro dos critérios a ser analisado é a existência de um passado ucraniano como ente autônomo, livre de domínio externo. Ao resgatar uma experiência histórica de independência, um Estado consegue reforçar a sua autoimagem de autonomia, bem como de pertencimento ao sistema internacional, o que facilita a construção de uma identidade nacional própria, distinta daquela da ex-metrópole. Assim sendo, os períodos sem qualquer subjugação externa são poderosos símbolos a serem utilizados pelos Estados em processo de separação identitária da metrópole.

No caso da Ucrânia, conforme já referido na recapitulação histórica, duas foram as ocasiões em que alguma espécie de organização estatal independente vigorou. A primeira foi a criação do Estado Cossaco, fundado em 1648 e extinto com a assinatura do Tratado de Pereiaslav, em 1654. Apesar de, na época, ter sido fundado como meio de enfrentar, principalmente, os atos imperiais poloneses, o governo cossaco, em que pese sua pouca duração, tem sido largamente utilizado pelos nacionalistas ucranianos como prova histórica de que a Ucrânia já foi um Estado independente, separado da Rússia imperial e com características culturais próprias. A fim de reforçar a separação em relação aos russos e solidificar o mito do

⁶⁷ A Criméia poderia ser considerada uma exceção, pois sua população não se sente ucraniana. Contudo, é provável que antes de retornar para o seio de Moscou, a Criméia desejaria a sua independência estatal, tendo em vista os movimentos nacionalistas na região, que são influenciados pelos tártaros que retornaram à província depois da revogação de sua deportação em massa ocorrida após a II Guerra Mundial.

domínio externo imposto, os nacionalistas da Ucrânia sustentam que extinção do *Hetmanate* não significou a união entre os povos da Rus, como é defendido na historiografia russa e soviética, mas sim a traição de um Estado em relação a outro, consubstanciada no descumprimento, por parte do czar, de garantias que ele havia dado quando da assinatura do Tratado de Pereieslav.

A existência do Estado cossaco colaborou sobremaneira para que o Século XVII detenha grande importância na formação identitária ucraniana. Foi nesta época que os ucranianos passaram a ser conhecidos pelos nomes de cossacos e pequenos russos, e o próprio termo “Ucrânia” começou a ser difundido⁶⁸. Outro fato importante da época é o embrião do mito de libertação de um povo específico, o cossaco-ucraniano, diante do domínio russo-czarista. Ou seja, pela primeira vez era reconhecida como tal a dimensão imperial da relação entre russos e ucranianos. Por tudo isto, Andrew Wilson alega que foi no século XVII que uma cultura ucraniana local e distinta da russa realmente emergiu, servindo de fundação para a moderna identidade nacional da Ucrânia (WILSON, 2002, p. 70 e 71).

A segunda experiência histórica ucraniana como Estado independente ocorreu entre 1918 e 1921, com a criação da República Popular da Ucrânia (1918-1921) e da República Popular da Ucrânia Ocidental (1918-1919). A formação de duas repúblicas ucranianas, uma erigida na área onde hoje se encontram as regiões central e leste da Ucrânia e outra constituída pela atual porção ocidental do país, é paradigmática, pois denota tanto a regionalização ucraniana, quanto a dificuldade perene de construção de uma unidade nacional. É verdade que ambas se uniram por alguns meses no início de 1919, mas a união foi superficial, fruto mais das fragilidades militares das duas repúblicas do que da existência de um nacionalismo homogêneo.

De qualquer sorte, as duas repúblicas foram importantes para a formação da identidade nacional ucraniana, cada uma por suas razões. A República Popular da Ucrânia possuía como um de seus fundamentos a continuidade histórica do povo ucraniano. Diziam seus fundadores que o novo Estado era descendente direto da Rus e do Estado Cossaco. Ao utilizar tais signos do imaginário ucraniano, a república em voga não somente os reforçou, mas acarretou para si mesma uma

⁶⁸ A denominação Ucrânia, contudo, perdeu sua força com o passar dos anos daquele século, à medida que o Estado Cossaco perdia sua autonomia e poder. Foi somente no século XIX que ele re-emergiu com força, como mencionado no capítulo destinado ao relato histórico.

representação simbólica relevante à formação da identidade nacional. Além disto, vários dos símbolos e elementos nacionais da Ucrânia atual foram criados e/ou utilizados na república ucraniana. São exemplos disto a moeda ucraniana, *hryvnia*, a bandeira nacional azul e amarela⁶⁹ e a insígnia do tridente (WILSON, 2002, p. 123)⁷⁰.

Por sua vez, a República Popular da Ucrânia Ocidental não desfruta da importância simbólica e histórica da outra república ucraniana, mas as idéias que continha acerca do Eu ucraniano são visíveis na sociedade ucraniana. Entre os fundadores da república em questão havia um forte sentimento anti-russo. Isto se devia a dois fatores principais: o primeiro era uma visão da Rússia como um Estado imperialista; o segundo era a inexistência de qualquer processo de russificação na região, antes dominada pelo Império dos Habsburgo, o que afastava a possibilidade de simpatias para com Moscou. A mistura gerou uma versão identitária ucraniana muito afeita à Europa (fruto do domínio do império dos Habsburgo) e contrária à Rússia, considerada como antípoda dos países europeus⁷¹. O movimento *Rukh* e o nacionalismo da região oeste da Ucrânia guardam evidentes semelhanças com a ideologia nacional da República Popular da Ucrânia Ocidental, motivo pelo qual pode-se dizer que esta, de algum modo, se encontra presente no debate hodierno acerca da identidade nacional ucraniana.

Partindo da consideração de que, apesar de suas diferenças regionais, a Ucrânia, como um todo, anseia por se manter como Estado independente e conseguir autonomia política de fato, a possibilidade de que os dois períodos nos quais formalmente constituiu Estados autônomos contribuam para tal objetivo pode ser avaliada de forma positiva.

A existência do Estado Cossaco, e, em menor extensão, das duas Repúblicas Populares da Ucrânia, reforçam a idéia de que o país reúne condições de construir um Estado independente, seja porque isto já foi feito no passado, ou ainda porque as sementes da cultura e dos costumes ucranianos já foram plantadas

⁶⁹ A bandeira ucraniana é dividida em duas faixas horizontais, uma azul que fica acima de uma amarela. Isto simboliza o céu sobre o milho, o que remonta ao mito da fertilidade do solo ucraniano.

⁷⁰ O tridente era o brasão de armas da dinastia Riurykovich, embora alguns ucranianos atribuam a origem do símbolo ao período Tripiliano (WILSON, 2002, p. 123).

⁷¹ O principal ideologista desta versão do nacionalismo ucraniano era Dmytro Donstov, o qual asseverava que “o conflito entre Rússia e Europa era um conflito entre ‘duas civilizações, dois ideais políticos, religiosos, sociais e culturais’. ‘Em virtude da população russa amorfa apenas poder ser guiada pelo absolutismo em todas estas esferas os líderes russos sempre viram a ordem social européia como seu oposto e procuraram destruí-la’” (WILSON, 2002, p. 130).

séculos atrás. O fato de que as sementes não geraram a autonomia estatal completa não se deu porque eram débeis, ou em função de uma fusão cultural inextinguível com a Rússia, mas sim por causa de imposições externas, praticadas por Estados já constituídos e mais poderosos. Porém, se não foi possível aos ucranianos vencer a força, numa época do sistema internacional em que as conquistas territoriais dos impérios eram a tônica, ao menos aquelas sementes geraram raízes que frutificaram uma coletividade diferenciada da russa, com nacionalismo próprio, o qual correspondeu a um Estado por pequenos períodos e se manteve periférico durante séculos. Mas mesmo que diminutos, os lapsos de independência em relação a Moscou foram importantes, pois serviram de lastro para o movimento nacionalista *Rukh* difundir na sociedade ucraniana, após a dissolução soviética, a idéia de que num cenário modificado (como resultou ser o do pós-Guerra Fria, leia-se: sem impérios), um Estado ucraniano poderia novamente se tornar uma realidade, desta feita duradoura.

Todavia, há reticências que precisam ser suscitadas quanto à capacidade das experiências históricas relatadas reforçarem uma autocompreensão ucraniana como Estado independente e separado da Rússia imperial. A primeira ressalva a ser feita diz respeito à duração dos Estados ucranianos pretéritos. A brevidade dos períodos nos quais a Ucrânia foi um ente autônomo no sistema internacional impediu a disseminação plena, na sociedade ucraniana, de um sentimento nacional, bem como obstou a que os governantes pudessem estabelecer instituições, regras e fronteiras estatais moldadas de acordo com os costumes de seu povo. Por esta razão, tanto a estrutura estatal quanto as fronteiras herdadas pela Ucrânia em 1991 são criações da era soviética. Os Estados ucranianos servem, pois, mais como mito de independência cultural e política do que como uma realização efetiva de uma organização estatal puramente ucraniana⁷².

O segundo aspecto a ser levantado é a forma como o Hetmanate e as repúblicas populares ucranianas se extinguiram. Sem exceção, houve a incapacidade dos ucranianos de manterem-se como Estados independentes, o que foi por eles mesmo admitido, na medida em que, para lutarem contra seus opressores de momento (poloneses, no caso dos cossacos, e soviéticos, no caso

⁷² Há de ser ponderado que a sucessão de eleições ocorridas na Ucrânia desde 2004 serve como exemplo de construção de um sistema político legitimamente ucraniano. Adiante, esta questão será tratada com maior detalhamento.

dos republicanos), solicitaram ajuda externa de outros Estados (russos, no primeiro caso, e alemães, no segundo). A recorrência deste tipo de atitude era um dos fatores que gerava dúvidas acerca da capacidade ucraniana permanecer como Estado separado da Federação Russa após o fim da URSS⁷³. Mesmo que hoje não se cogite uma anexação da Ucrânia pela Rússia, é possível traçar um paralelo, com as devidas proporções, entre o que aconteceu no passado e a busca das lideranças ucranianas por apoio de grandes potências (União Européia e Estados Unidos) e de organizações militares (OTAN) para que o seu país consiga sair da esfera de influência russa.

Portanto, sopesando os aspectos positivos e negativos, temos que os exemplos de autonomia pretérita no sistema internacional são elementos que alimentam o ideário ucraniano e são úteis na formação de uma identidade nacional própria. Contudo, esta identidade é fragmentada, pois o duplo processo de distinção perante a ex-metrópole e aproximação com outros Estados é abalado pelo fato de aqueles não serem exemplos cabais de soberania, o que dificulta aos ucranianos enxergarem a si mesmos como entes autônomos do sistema internacional, separados do império que os dominou por séculos.

Ainda abordando o fator histórico, convém fazer um pequeno desvio do critério estabelecido por Tsygankov, com o intuito de lançar luzes sobre outra espécie de influência dos registros históricos nas divergências regionais da Ucrânia. Conforme referido no primeiro capítulo, não há compatibilidade total quanto aos períodos de dominação e às figuras dos dominantes das regiões ucranianas. Enquanto o leste ucraniano esteve sob controle do império russo por séculos, a região central foi conquistada pelos russos em dois momentos distintos, e o sul foi subjugado à Rússia apenas no século XIX. Por sua vez, a região oeste pertenceu a impérios europeus e somente se tornou parte da União Soviética em 1945. A grande variação de experiências históricas e culturais dentro do solo ucraniano é um forte indicativo de por que a identidade nacional é heterogênea, não havendo um Eu ucraniano uníssono, mas sim compreensões conflitantes acerca do mesmo, sendo que, pelo menos uma delas, tem colorações russas.

⁷³ Ressalte-se que a desconfiança quanto ao sucesso da Ucrânia como Estado independente era compartilhado por russos e até mesmo por pesquisadores e lideranças políticas ocidentais.

2.5.3. O Fator Étnico

O primeiro aspecto a ser destacado quanto ao elemento étnico é a disputa travada entre historiadores russos e ucranianos pela primazia de considerar a Kievan Rus a origem de um ou de outro Estado, a qual vai além do orgulho ou da rivalidade entre os povos. No fundo da discussão, do ponto de vista ucraniano, está a diferenciação entre ser um povo destinado a estar sob o domínio da Rússia, ou ser um povo livre, com história, cultura e desenvolvimento próprios, logo, distintos dos de qualquer outro Estado.

Como já referido anteriormente, a historiografia imperial russa considera ucranianos e bielo-russos como descendentes dos russos, ao passo que os historiadores soviéticos classificam aqueles como irmãos eslavos, mas irmãos menores, sujeitos eternamente ao comando russo, povo líder dos eslavos orientais. De acordo com o olhar soviético, a Kievan Rus seria a sede de “todas as Rússias”, de onde surgiram russos, pequenos russos e bielo-russos. A historiografia ucraniana recente privilegia entendimento diverso, a partir do qual a Rus Kievana é a sede da Ucrânia, tendo Rússia e Belarus se desenvolvido em local e época distintos⁷⁴. Esta visão dos fatos, disseminada com fervor pelos nacionalistas, favorece o estabelecimento de uma identidade oposta à russa e, ao mesmo tempo, puramente ucraniana, pois leva a crer que os ucranianos sejam considerados etnicamente diferentes dos russos e não deles descendentes⁷⁵. Por extensão, a diferença étnica faz com que os constantes períodos de dominação da Rússia sejam compreendidos como demonstrações da política colonial de um Estado diverso, e inegavelmente mais poderoso, e não como a reunião dos povos eslavos sob o comando do irmão maior.

Vislumbrada a questão da origem dos dois povos, cabe observar como o elemento étnico se apresenta na sociedade ucraniana desde o fim do império

⁷⁴ Taras Kuzio defende a posição de que a historiografia é um fator essencial na construção da identidade nacional, e, conseqüentemente, nas relações que um Estado estabelece com seus pares. O autor identifica na Ucrânia quatro linhas de pesquisa histórica (russófila, ucrainófila, soviétófila e dos eslavos orientais), cada uma com um entendimento próprio acerca da Kievan Rus. A linha nacionalista ucraniana defende que a Kievan Rus é a origem apenas do Estado ucraniano, sendo que seu legado não se encontra em Moscou, mas sim no Principado da Galícia e Volynian, situados onde hoje é a região ocidental da Ucrânia (KUZIO, 2006, p. 422).

⁷⁵ Ao considerarem a Kievan Rus como ponto de partida apenas da Ucrânia, os nacionalistas ucranianos podem difundir a idéia de que os ucranianos são um povo europeu, sem nenhuma conotação eurásiana, como ocorre com os russos (KUZIO, 2006, p. 421).

soviético. Os dois últimos censos demográficos realizados na Ucrânia em 1989 e 2001 apontam um decréscimo da população etnicamente russa no país. Se em 1989 o número de russos na Ucrânia girava em torno de onze milhões e quinhentas mil pessoas, ou 22,1% da população, doze anos depois este contingente diminuiu para pouco mais de oito milhões e trezentas mil pessoas, ou 17,3% do total de residentes no país, o que não deixa de ser um contingente expressivo. A diminuição geral foi de 26,6% e ocorreu em todas as regiões da Ucrânia, ainda que de forma desigual (ZAZHIGAYEV, 2006, p. 187)⁷⁶. Entre os fatores que explicam este fenômeno estão a constituição de dois países diversos onde antes havia unidade; a animosidade dos nacionalistas para com os “ex-colonizadores” russos e as políticas de ucranização levadas a cabo pelos governos da Ucrânia.

Todavia, os números oficiais obtidos pelos recenseadores não captam com precisão a penetração da etnia russa, e de sua cultura, na sociedade ucraniana. Quanto a isto, um fator que primeiro vem à tona é a ocorrência de casamentos inter-étnicos, sobretudo no leste e no sul da Ucrânia. Os filhos destes casamentos são registrados majoritariamente como ucranianos, apesar de também possuírem sangue russo⁷⁷. Ao se analisar a questão étnica mais a fundo, a situação se mostra ainda mais complexa.

A respeito da extensão da etnia russa e de seus valores culturais na Ucrânia, Dominique Arel cita interessante pesquisa sobre a etnia dos ucranianos, feita pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kiev. Aos entrevistados eram oferecidas opções gradativas de identificação étnica. Eles poderiam se qualificar como exclusivamente ucranianos, mais ucranianos do que russos, indistintivamente russos e ucranianos, mais russos que ucranianos ou integralmente russos. Nas regiões oeste e central da Ucrânia, a porcentagem de total ou preferencialmente ucranianos foi de 83% e a de total ou preferencialmente russos de 14%. No sul e no leste do país, houve uma inversão, com 60% dos respondentes identificando-se como total ou preferencialmente russos e 40% como total ou preferencialmente ucranianos. Ressalte-se que no censo de 2001, apenas 30% dos ucranianos do leste e do sul do país se identificavam como etnicamente russos (AREL, 2006, p. 08).

⁷⁶ Na Criméia a população russa caiu 11,3%. Em Donets'k (leste do país) a queda foi de 20,4%. Na região ocidental do país a queda foi mais acentuada. Em Ivano-Frankovs'k foi de 56,3% e na Volyn de 46,4%. A população russa na capital Kiev diminuiu 37,1% em doze anos (ZAZHIGAYEV, 2006).

⁷⁷ No ano de 1989, portanto no final do período soviético, 55% dos nascidos na Ucrânia com pai ou mãe russos eram registrados como ucranianos (AREL, 2006, p. 08).

Outra pesquisa com semelhantes propósitos e que colheu resultados aproximados foi referida por Andrew Wilson. No ano de 1997, foi perguntado aos residentes na Ucrânia como se qualificavam etnicamente. Uma maioria de 56% se considerou apenas ucraniana, enquanto 11% dos respondentes se classificaram como apenas russos. Entre os dois grupos, 27% dos entrevistados se disseram russos e ucranianos ao mesmo tempo. A regionalização aqui também se fez presente, pois ao leste, na região de Donbas (Donets'k e Luhans'k) 51% dos entrevistados definiram-se como “ucraniano-russos” e na Criméia 55% se disseram russos e 21% “ucraniano-russos” (WILSON, 2002, p. 219).

Os resultados das pesquisas demonstram que quando é dada chance aos ucranianos de revelar uma etnia dual, essa vem a lume. Portanto, a quantidade de residentes na Ucrânia com forte ligação étnica com a Rússia é maior do que registrada nos números oficiais, posto que muitos dos que se declaram ucranianos, na verdade, consideram-se possuidores de duas nacionalidades.

A existência de russos na Ucrânia significa a manutenção da cultura russa na sociedade, a qual permanece exercendo uma poderosa influência na cultura e na identidade ucraniana (WILSON, 2002, p. 214). Por esta razão, a identidade nacional ucraniana não é uniforme em todo o país. A compreensão do cidadão médio do oeste da Ucrânia do que é ser ucraniano não será idêntica à compreensão do mesmo fato por parte de um cidadão ucraniano do leste, que se declara como tal, mas que etnicamente se considera preferencialmente russo. Outrossim, as percepções que ambos terão acerca da Rússia serão naturalmente diversas. Essa circunstância colabora para que as relações de Kiev com Moscou não possam ser alteradas de modo radical, pois apenas com a auto-confiança gerada a partir da homogeneidade identitária a Ucrânia poderia desenvolver um modo diferente de lidar com a Rússia, que implicasse em afastamento permanente, “algo com que o governo russo e os russos em geral não estão acostumados e algo com que os ucranianos do leste não se sentem confortáveis” (AREL, 2005, p. 11)⁷⁸.

⁷⁸ Um exemplo recente da impossibilidade do governo ucraniano de implementar políticas com uma forte conotação anti-Rússia é a eleição de Leonid Kuchma em 1994. O primeiro presidente da Ucrânia, Leonid Kravchuk procurou implementar uma série de medidas que procuravam aproximar o país das potências do Ocidente e negavam as históricas ligações com a Rússia. O resultado foi uma mobilização inédita nas porções leste e sul da Ucrânia, a qual desembocou na vitória de Kuchma e sua plataforma de retomada de contatos estreitos com a Rússia nas eleições de 1994. Este fato comprova que a negação dos russos residentes na Ucrânia é impossível para Kiev. Ressalte-se que o fator étnico não foi o único a gerar a mobilização do leste e do sul da Ucrânia. Como será visto, adiante questões econômicas também tiveram sua quota de importância, mas é

Portanto, quando a questão étnica é o foco de estudo, ainda parece bastante difícil para a Ucrânia fomentar uma identidade nacional completamente diversa da russa. O máximo a que o país pode aspirar neste estágio de sua história é a construção de uma identidade que misture elementos puramente ucranianos e traços russos.

2.5.4. A Questão Lingüística

A linguagem é outro fator fundamental na identidade nacional de um país, pois ela “age como um meio para representar um sistema de valores, códigos e entendimentos acerca do mundo. Linguagem é, neste sentido, uma lente que filtra, seleciona e interpreta informação” (BARRINGTON, 2004, apud AREL, 2006, p. 09). No caso de Rússia e de Ucrânia, por vezes ela é até mesmo mais importante como elemento de diferenciação entre os dois povos que a origem étnica⁷⁹.

Sabedores da importância da linguagem na constituição de uma identidade nacional libertadora em um Estado pós-imperial, os nacionalistas ucranianos procuraram implementar um processo de ucranianização no país. Por um lado era a resposta à russificação imposta pelos impérios czarista e soviético, e por outro representava a tentativa de diminuir a influência da cultura russa. O ápice da política de ucranianização lingüística ocorreu em 1996, quando a nova Constituição Federal da Ucrânia determinou o ucraniano a única língua oficial do país. Na mesma seara, a literatura russa passou a ser ministrada nas escolas como literatura universal. Ressalte-se que estas medidas foram tomadas durante o governo Kuchma, cuja campanha presidencial foi fortemente calcada em uma suposta aproximação com a Rússia. Entretanto, depois de eleito, ele adotou alguns posicionamentos defendidos pelos nacionalistas ucranianos, os quais consideram o russo a língua dos colonizadores.

inegável que o governo Kravchuk gerou nos russos residentes na Ucrânia um sentimento de exclusão étnica, o qual procuraram combater.

⁷⁹ Dominique Arel sustenta que a diferenciação dos votos entre as regiões da Ucrânia se dá preferencialmente em função da língua utilizada pelos eleitores, e não pelas suas origens étnicas. Assim, aqueles que sendo russos ou ucranianos que falam o russo em casa e nos seus contatos sociais votam nos candidatos cuja plataforma trata de uma aproximação externa com a Rússia, enquanto os que falam ucraniano, tendem a votar nos candidatos com uma linha na política externa mais voltada para as potências ocidentais (AREL, 2006).

As políticas adotadas pelo governo Kuchma tiveram pouco resultado prático nas regiões leste e sul do país, uma vez que boa parte dos governos de tais regiões continua usando o russo como meio de comunicação interno e nos contatos com o público⁸⁰. As proximidades entre as duas línguas, fruto dos laços culturais entre os povos, não tornam a tarefa de aprender russo um grande desafio para ucranianos, e vice-versa. Portanto, a resistência dos falantes de russo em adotarem o ucraniano como sua língua cotidiana tem mais a ver com a disseminação da cultura russa na Ucrânia do que uma dificuldade de se adaptar às novas regras. Ademais, entre a população, não apenas os padrões de linguagem mudaram pouco, como houve um crescente apoio a alguma espécie de reconhecimento formal do status da língua russa na Ucrânia (WILSON, 2002, p. 209).

As limitações encontradas pelo processo de ucranianização lingüística constituem outro exemplo de que as tentativas do movimento nacionalista de impor sua visão da identidade nacional ucraniana não são aceitas pelas regiões leste e sul do país. Logo, a forte presença da língua russa em boa parte do território ucraniano também é um indicativo de que uma identidade ucraniana totalmente separada da russa não é hoje verificável no Estado pós-imperial.

A questão lingüística permite que se faça alusão à suposta hierarquia entre as culturas ucraniana e russa. Tendo em vista o crescimento soviético durante o século XX, e a manutenção da Ucrânia como um país com larga exploração agrícola, estabeleceu-se uma diferenciação entre as duas culturas, típica das relações de dominação. A Rússia dominante e industrial seria detentora de uma cultura elevada, sofisticada, enquanto a Ucrânia, formada por agricultores, possuiria uma cultura rudimentar. Este sentimento de inferioridade complica sobremaneira a construção da identidade nacional ucraniana, pois é um desafio de monta fazer com que um povo esqueça décadas de rebaixamento comparativo de sua cultura e passe a vê-la em idêntico patamar ao da cultura da ex-metrópole. Enquanto permanecer na

⁸⁰ No censo de 2001, a língua ucraniana era utilizada por 67,5% da população, e a língua russa por 29,6%. Frise-se que o censo capta as línguas que são afirmadas como nativas pelos respondentes, mas não observa se eles utilizam tais línguas no seu trato cotidiano. A observação é importante porque muitos do que apontam sua língua como a ucraniana utilizam o russo no seu dia-a-dia. Ainda assim, o censo aponta que quase um terço da população ucraniana declara ser o russo a sua língua-mãe, o que é significativo. A regionalização foi captada pelo censo. No leste do país, na província de Donetsk apenas 24,1% da população tem no ucraniano sua língua-mãe, ao passo que na província de Luhansk 30% falam ucraniano e 68,8% falam russo. Nas regiões do oeste de L'viv e Ivano-Frankivtsk, o uso da língua ucraniana corresponde a 95,3% e 97,8%, respectivamente. No censo divulgado, não há dados sobre a divisão lingüística na Criméia, nem de Sevastopol. Fonte: All Ukrainian Population Census, 2001. Endereço eletrônico: http://ukrcensus.gov.ua/eng/regions/reg_ukr/. Último acesso em 22/03/2008.

sociedade ucraniana a idéia de império, a qual ainda deforma a imagem que o país tem de si mesmo, a liberdade cultural e psicológica da Ucrânia não será totalmente atingida (WILSON, 2002, p. 211). Tal situação atinge a construção da identidade nacional ucraniana.

2.5.5. Religião

Um último aspecto a ser suscitado é o religioso. Assim como nos demais países da Europa, na Ucrânia o sentimento religioso vem diminuindo, o que torna a influência da Igreja sobre a população significativamente menor do que era na época em que a divisão entre ortodoxos e os cristãos gregos estipulava as zonas de influência russa e polonesa sobre território ucraniano. De qualquer sorte, os ramos religiosos do Estado ucraniano refletem, em certo grau, os diferentes grupos visualizados na sociedade, bem como suas visões da identidade nacional (WILSON, 2002, p. 251).

No oeste do país, mais especificamente na Galícia, a religião mais praticada é o Cristianismo grego. Os Uniatas são próximos aos ortodoxos nos ritos, mas fiéis ao Papa⁸¹. Praticada exclusivamente por ucranianos étnicos, é a religião considerada o coração do movimento nacionalista ucraniano.

Outra religião professada apenas por ucranianos é o ramo autocéfalo da Igreja Ortodoxa, criada em 1991. Ela foi fortemente apoiada pelo governo de Kravchuk nos primeiros anos de independência ucraniana, pois o presidente entendia que o país deveria ter uma igreja própria. A meta de Kravchuk estava inserida no seu plano governamental de promover um radical afastamento ucraniano da Rússia, o que também gerou medidas econômicas e geopolíticas, conforme se verificará posteriormente. Os planos de Kravchuk falharam por duas razões: não houve o reconhecimento pelo Patriarca de Constantinopla à igreja ucraniana e inexistiu uma captação de fiéis da tradicional igreja ortodoxa ucraniana (LIEVEN, 1999, p. 76). Diante do fracasso e das críticas ao seu antecessor, o presidente

⁸¹ Trata-se de católicos de “rito oriental”, segundo o Direito Canônico.

Kuchma declarou que, na Ucrânia, Estado e religião não caminhavam juntos, determinando, assim, a neutralidade do governo quanto ao assunto religioso.

O ramo ucraniano filiado à Igreja Ortodoxa Russa continua sendo a religião mais importante e com o maior contingente de fiéis na Ucrânia (por volta de 75% da população), formado tanto por russos quanto por ucranianos.

Tendo em vista tais características, é possível afirmar que mesmo tendo perdido sua proeminência anterior, a religião mantém sua capacidade de servir de parâmetro para compreender a Ucrânia. De um lado temos o europeísmo acentuado do oeste ucraniano e a tentativa nacionalista de criar uma igreja nacional que fugisse da influência do patriarcado russo. Contudo, a maior religião do país continuou sendo uma que combina elementos russos e ucranianos e é seguida pelas duas etnias. Portanto, as divisões religiosas ucranianas reforçam a idéia de que russos e ucranianos são povos culturalmente muito próximos.

2.5.6. A Paradigmática Revolução Laranja

A Revolução Laranja de 2004, um dos maiores acontecimentos políticos do Complexo Regional de Segurança formado pelas ex-repúblicas socialistas soviéticas⁸², pode ser visto como um paradigma das divergências regionais e identitárias da política ucraniana e dos efeitos destas nas relações exteriores do país. A deflagração do movimento revolucionário ocorreu por causa da fraude nas eleições presidenciais de 2004. No primeiro turno do pleito, o candidato opositor Viktor Yushchenko, ex-primeiro-ministro de Kuchma⁸³, apoiado por uma coalizão que defendia uma maior aproximação ucraniana com as potências ocidentais, recebeu 39,9% dos votos. Seu adversário, Viktor Yanukovich, primeiro-ministro de Kuchma que advogava pelo estreitamento de laços com a Rússia, recebeu 39,3% dos votos. As pesquisas dos institutos ucranianos de opinião

⁸² Além da Revolução Laranja, ocorreram movimentos semelhantes na Geórgia (Revolução das Rosas, em 2003) e no Quirguistão (Revolução das Tulipas, em 2005). Contudo, estes dois processos não atingiram a dimensão regional e mundial alcançada pela Revolução Laranja, fundamentalmente porque esta ocorreu em um país-chave para a Rússia na região, a Ucrânia.

⁸³ Relativamente desconhecido antes de ser indicado para primeiro-ministro, Viktor Yushchenko era visto como um economista tecnocrata. No cumprimento do cargo, angariou respeitabilidade pelo combate à corrupção. Ao ser destituído sem razão aparente, Yushchenko viu sua popularidade aumentar. A vitória na eleição parlamentar de 2002 pavimentou seu caminho rumo à candidatura à presidência do país (McFAUL, 2006, p. 14).

apontavam vitória de Yushchenko no segundo turno, todavia, após a eleição de 21 de novembro, Yanukovich foi declarado vencedor com 49,5% dos votos contra 46,6% de seu adversário (WILSON, 2005, p. 116).

O surpreendente resultado final logo foi atribuído à ocorrência de fraude eleitoral no leste do país. Nesta região, foco do apoio a Yanukovich, a presença de votantes no segundo turno foi muito superior à média nacional (80,9%). A maior evidência de irregularidades aconteceu em Donets'k, onde compareceram para votar 96,7% dos eleitores registrados (destes, 96,2% votaram em Yanukovich), ao passo que no primeiro turno, os votantes na província não ultrapassaram 78,1%. Na região de Donbas, de um turno para outro, o acréscimo de votos de Yanukovich passou de um milhão, diferença que lhe garantiu a vitória.

Estava clara a fraude. Mesmo assim, a Rússia prontamente reconheceu o resultado das eleições, posição diversa da adotada pelos países ocidentais e pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)⁸⁴. No dia 22 de novembro de 2004 teve início o movimento popular que ficou conhecido como Revolução Laranja⁸⁵. O primeiro grupo organizado a assentar-se na Quadra da Independência da Ucrânia, popularmente conhecida como *Maidan*, foi o movimento estudantil *PORA* (*É Agora*, em ucraniano). Com o passar dos dias, o movimento se alastrou, recebendo centenas de milhares de adesistas. As potências ocidentais deslocaram políticos de peso para exigir novo pleito, entre eles a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleeza Rice (ZATULIN, 2005, p. 84)⁸⁶. Depois de doze dias de demonstrações massivas de inconformidade, em 03 de dezembro o pleito foi anulado. A nova votação foi marcada para o dia 26 daquele mês. Desta feita, Yushchenko saiu vitorioso com 51,8% dos votos contra 44,1% de Yanukovich, sendo que 4,1% dos eleitores anularam os votos ou rejeitaram ambos candidatos.

⁸⁴ O Ministro das Relações Exteriores da Holanda, Bernard Bot, falando em nome da União Européia (a presidência do bloco no segundo semestre de 2004 cabia à Holanda), asseverou que “Nós não aceitaremos este resultado, nós pensamos que ele é fraudulento”. No dia 23 de novembro, o Secretário de Estado norte-americano Colin Powel disse a repórteres nos Estados Unidos que estava preocupado com a “extensa e crível indicação de fraude” no processo eleitoral ucraniano (PIFER, 2007, p. 30).

⁸⁵ A Revolução foi assim batizada porque laranja era a cor do partido de Yushchenko, que foi adotada pelos seus apoiadores. Os eleitores de Yanukovich usavam a cor azul em suas manifestações.

⁸⁶ Uma comissão formada por importantes políticos europeus foi formada para participar das negociações entre as facções políticas ucranianas. Na mesa de negociação, além dos representantes de ambos os lados ucranianos, estavam o presidente polonês Aleksander Kwasniewski, o presidente lituano Valdas Adamkus, o representante da política estrangeira e de segurança da União Européia, Javier Solana, o Secretário-Geral da OSCE Jan Kubis, e o representante da Duma russa Boris Grizlov (PIFER, 2007, p. 31).

A Revolução Laranja e seus desdobramentos desvelam muito da situação política ucraniana, da formação da identidade nacional do país, das relações com a Rússia e de alguns aspectos do Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético. Dominique Arel alerta para alguns fatores interessantes do movimento, aos quais outros podem ser agregados. Arel sustenta que a Revolução Laranja viu o surgimento da sociedade ucraniana como ator político de peso. E o elemento que propiciou tal fenômeno foi o nacionalismo da região ocidental do país⁸⁷, a qual possuiria uma noção de identidade nacional muito mais coesa do que a multifacetada identidade do leste e do sul, com sua mistura de traços culturais russos e ucranianos. Isto teria proporcionado aos opositoristas uma organização ímpar nos eventos de novembro de 2004. Contudo, as províncias do oeste não bastariam para sustentar o movimento, o que foi alcançado com o apoio das províncias centrais da Ucrânia. Unidos, pela primeira vez, de fato e não apenas formalmente como ocorrera em 1919, o centro e o oeste do país atingiram a vitória. Na medida em que o leste-sul e o oeste ucraniano conformam uma acentuada polaridade e que nenhum dos dois possui força para governar sozinho, a Revolução Ucraniana confirmou que a decisão dos rumos políticos do país cabe à região central do país (AREL, 2006, p. 5-7).

Não há objeções a serem feitas ao raciocínio de Arel, mas convém acrescentar que mesmo com a vitória dos grupos de inspiração nacionalista nas eleições presidenciais de 2004, a política ucraniana continuou polarizada, como o é desde a independência do país. Os números demonstram isso. Yanukovich recebeu uma grande votação e sua distância para o vencedor, considerando que eram apenas dois candidatos, não foi tão acentuada. Nas regiões leste e sul do país Yanukovich recebeu 79% e 70% dos votos, respectivamente, enquanto Yushchenko recebeu 89% na região oeste, 72% na porção leste e 78% na porção oeste da região central. Logo, é certo afirmar que a sociedade ucraniana agiu como protagonista política nos eventos de 2004 a partir de uma união entre os eleitores das regiões central e o oeste, mas tal fato não concedeu impulso decisivo em direção à separação identitária da Ucrânia com a Rússia, nem resolveu o problema quanto à característica multifacetária de sua identidade nacional.

⁸⁷ O autor faz questão de conceituar o nacionalismo como sendo “um chamado de soberania baseado numa reclamação de distinção cultural” (AREL, 2006, p. 05).

Quando o foco sai do plano interno da Ucrânia e ilumina as relações exteriores do país, constata-se que a Revolução Laranja é útil como ferramenta para a compreensão das relações ucraniano-russas e da dinâmica do Complexo Regional de Segurança formado pelas ex-repúblicas soviéticas. A Rússia apoiou com ênfase o candidato situacionista Yanukovich e praticamente foi o único país a reconhecer o resultado do segundo turno. Os movimentos ocorridos na sociedade ucraniana demonstraram ao Kremlin que ele perdera parte da capacidade de manipular a política doméstica do país vizinho como fizera, por exemplo, nas eleições presidenciais de 1994. Não que a ascendência política russa tenha se extinguido, mas certamente desde 2004, a sua utilização demanda mais esforços do Kremlin do que os até então empregados. A Revolução Laranja também significou para a Rússia a concretização de seu maior temor, o de que outras grandes potências consigam se imiscuir na região da qual é o centro de poder político e econômico. Utilizando a terminologia de Buzan e Weaver, assim que as potências ocidentais perceberam na Revolução Laranja a emergência de um padrão de inimizade entre Rússia e Ucrânia, elas aproveitaram a brecha aberta pela última para penetrar nos assuntos da região mediante uma aproximação com Kiev, com o intuito de, a partir daí, tentar contrabalançar o poder russo na tradicional área de influência de Moscou.

Os desdobramentos posteriores da Revolução Laranja na política doméstica ucraniana demonstraram que a unidade sonhada pelos nacionalistas não seria atingida com a parceria do presidente Viktor Yushchenko com a primeira-ministra Yulia Tymoshenko, a segunda principal figura política e simbólica da Revolução Laranja. No mês de setembro de 2005 diferenças políticas entre as duas peças centrais da “coalizão laranja” fizeram com que Yushchenko destituisse Tymoshenko de seu cargo. Nas eleições parlamentares de março de 2006 o Partido das Regiões e seu líder, Viktor Yanukovich, voltaram à cena política⁸⁸. A rivalidade com Tymoshenko levou Yushchenko a se aliar com Yanukovich, o qual foi nomeado primeiro-ministro em agosto de 2006. O acordo entre os contendores de 2004 provou que a coesão entre os grupos mais “ocidentalistas” da Ucrânia não é indissolúvel e que as regiões leste e sul do país possuem força política, razão pela qual seus interesses não podem ser esquecidos. Menos de um ano depois, as

⁸⁸ Os três partidos mais votados foram estes: Partido das Regiões (partido de Yanukovich), 32,14% dos votos e 186 cadeiras; Bloco Yulia Tymoshenko, 22,29% dos votos e 129 cadeiras, e Nossa Ucrânia (partido de Yushchenko), 13,95% dos votos e 81 cadeiras. Fonte: Comissão Eleitoral Central da Ucrânia. Endereço eletrônico: <http://www.cvk.gov.ua/vnd2006/w6p001e.html>. Último acesso em 22/03/2008.

diferenças programáticas entre o presidente e o seu primeiro-ministro, que foram momentaneamente deixadas de lado em 2006, acentuaram-se, o que levou à nova dissolução do parlamento, em 02 de abril de 2007. No dia 18 de dezembro do mesmo ano, Tymoshenko voltou ao cargo de Primeira-Ministra⁸⁹, porém, suas relações com Yushchenko não são mais as mesmas de 2004.

A fragmentação identitária é uma das explicações para as dissoluções e formações de novos gabinetes na Ucrânia desde 2004, posto que é muito difícil que um governo consiga atender a grupos políticos cujas visões acerca da identidade e dos interesses nacionais são ainda bastante díspares. Até mesmo entre o bloco considerado vencedor da Revolução Laranja há dissonância entre o ocidentalismo mais radical de Tymoshenko⁹⁰ e o centrismo de Yushchenko. Apesar disso, os acontecimentos políticos ucranianos podem ser avaliados de um ponto de vista que, em tese, favorece a distinção da Ucrânia em relação à Rússia. A alternância de gabinetes revela um amadurecimento das instituições democráticas ucranianas que não é visto no país vizinho. A regra na Rússia tem sido a centralização de poder no Kremlin em eleições nas quais o partido do governo vence com ampla maioria, sob severas acusações de aproveitamento da máquina estatal⁹¹. Na Ucrânia, desde 2004, diferentes grupos com opiniões divergentes têm se revezado no poder mediante eleições, a princípio, sem contestações e que não geram crises sociais intensas. Pode-se então, dizer que há indícios de que a Ucrânia está se livrando do autoritarismo político herdado dos tempos soviéticos. Se hoje este fato pode não ser tão decisivo, no futuro ele poderá ajudar a Ucrânia na formação de uma maior distinção identitária com o seu antigo dominador.

⁸⁹ Nas eleições parlamentares de 30 de setembro de 2007, os resultados dos três maiores partidos do país foram estes: Partido das Regiões: 34,37% dos votos, Bloco Yulia Tymoshenko: 30,71% dos votos e Nossa Ucrânia: 14,15% dos votos. Fonte: Comissão Eleitoral Central da Ucrânia.

<http://www.cvk.gov.ua/vnd2007/w6p001e.html>. Último acesso em 22/03/2008.

⁹⁰ Presume-se que os Estados Unidos tenham apoiado Tymoshenko desde a Revolução Laranja até sua re-nomeação como Primeira-Ministra. O objetivo norte-americano seria de defender seus interesses na Ucrânia e, por conseguinte, na região. O modo de consegui-lo seria o fortalecimento da polarização da política ucraniana, o que, em teoria, cria um padrão de inimizade entre parte da sociedade da Ucrânia e a Rússia (TSYGANKOV, 2007).

⁹¹ Em 2004, Vladimir Putin foi eleito para um segundo mandato, com 71,31% dos votos. Nas eleições parlamentares de 02 de dezembro de 2006, o partido Rússia Unida, capitaneado por Putin, recebeu 64,1% dos votos (quase a maioria absoluta de 66%, o que garantiria a aceitação de qualquer votação na Duma). Recentemente, no pleito de março de 2008, o candidato à presidência apoiado por Putin, Dimitri Medvedev, recebeu 70,28% dos votos. As duas últimas eleições mencionadas foram amplamente questionadas pelos organismos de controle eleitoral europeus.

2.6. BELARUS

Dentre todos os novos Estados surgidos com o fim da União Soviética, Belarus é o que manteve maior proximidade com a Rússia, chegando até mesmo a desejar, em determinado período, um novo modelo de união formal com a ex-metrópole. Os laços culturais e históricos compartilhados com os russos fornecem um caminho para explicar a dificuldade que Belarus tem de seguir seu rumo como Estado autônomo, completamente separado de seu Outro Significante. Como visto no sub-capítulo anterior, a Ucrânia também está unida cultural e historicamente com a Rússia, e esta também é o seu Outro Significante, contudo suas atitudes perante a ex-metrópole são bastante diversas das tomadas por Belarus. Tal diferenciação pode ser esclarecida à luz dos processos de formação das identidades nacionais dos dois Estados. Para tanto, convém aplicar a Belarus os mesmos critérios de avaliação do estágio de autonomia da identidade nacional do país em relação ao ex-império que foram utilizados quando do estudo da realidade ucraniana. Antes de ingressar na análise dos critérios referidos, convém fazer breve referência à estrutura espacial do poder na política bielo-russa e ao movimento nacionalista bielo-russo, o que é útil não somente para compreender o processo de formação identitária do país, mas também para traçar um paralelo com a Ucrânia.

2.6.1. A Centralização do Poder em Minsk

Internamente, Belarus é dividido em seis províncias, sendo a principal delas aquela na qual está localizada a capital do país, Minsk. Situada no centro do território bielo-russo, Minsk abriga uma população de um milhão e setecentos mil habitantes, o que representa mais ou menos 20% do total da população do país⁹². A localização geográfica, a densidade populacional, a importância econômica e a tradição centralizadora herdada dos tempos soviéticos fazem com que a capital seja

⁹² Segundo o site da Presidência da República de Belarus, a população total do país é de 10.200.000 habitantes. Fonte: <http://www.president.gov.by/en/press28823.html>.

o grande foco de poder do Estado⁹³. Logo, no concernente às disputas políticas internas, a situação de Belarus é muito diferente da ucraniana, pois o regionalismo desta se opõe à centralização de poder bielo-russa. A diferença na distribuição do poder doméstico reflete na formação das identidades nacionais de Ucrânia e de Belarus, pois a centralização favorece à que bielo-russos desenvolvam um sentimento mais ou menos unívoco em relação à ex-metrópole, o que não ocorre em um Estado dividido como o dos ucranianos. Sentimento este que, ressalte-se, não aponta para o afastamento da órbita russa.

2.6.2. O Nacionalismo Bielo-russo

Assim como ocorre com a Ucrânia, Belarus possui um movimento nacionalista, a já citada Frente Popular Bielo-russa (FPB). Da mesma forma que o seu par ucraniano, o movimento nacionalista bielo-russo provém da porção oeste do país, incorporada definitivamente à União Soviética em meio à II Guerra Mundial. A plataforma de ambos é semelhante, posto que fundamentada no resgate da cultura e dos costumes nacionais, na identificação do país com a Europa Central e no desejo de afastamento da órbita da Rússia, considerada um eterno Estado imperialista. Todavia, as similitudes param por aqui.

Uma ressalva que há de ser feita quando se comparam os nacionalismos ucraniano e bielo-russo concerne à falta de uma regionalização profunda em Belarus, o que já foi mencionado acima. Falar no oeste bielo-russo e no oeste ucraniano significa aludir a duas realidades diversas. Além da centralização estrutural e organizacional de Belarus, a história explica as diferenças entre as porções oeste dos dois países. Esta parcela do território bielo-russo foi conquistada pelo Império Russo em 1795, após a terceira partição da Polônia, e permaneceu sob domínio de Moscou até 1921, quando foi cedida à Polônia pelo Tratado de Riga. O controle russo foi formalmente retomado em 1939, mas apenas consubstanciado

⁹³ O fato de estar localizada bem no meio do país faz com que Minsk seja o centro de todas as suas rotas comerciais. Isto a torna o principal pólo de atração da população que sai da zona rural e até mesmo de outras cidades do Estado. O seu predomínio foi acentuado na época soviética. Entre 1959 e 1973, Minsk cresceu 104%, abrigava por volta de um terço de toda a produção industrial do país e 58% dos estudantes do ensino superior. (MARPLES, 1999, p. 51). Portanto, desde os tempos da União Soviética, a cidade concentra o poder intelectual e econômico do país, o que também à acarreta o poder político.

cinco anos depois, com o fim da invasão alemã. Portanto, durante mais de cem anos e no transcorrer de todo o século XIX, época do florescimento do nacionalismo, o oeste bielorusso era parte do Império Russo, saindo de tal condição apenas por dezoito anos.

O longo tempo de subjugação ante a Rússia foi acompanhado de intenso processo de russificação que teve início no século XIX, foi interrompido entre 1921 e 1939, e depois seguiu na época soviética. Como se verificará a seguir, o resultado das políticas imperiais russas em relação a Belarus produziu efeitos em “todas as facetas da vida cultural e da consciência” do povo bielorusso (MARPLES, 1999, p. 107). Tal fato ajuda a esclarecer porque mesmo com a independência do Belarus em 1991 o movimento nacionalista não teve apoio popular, e nem mesmo das elites políticas do país.

Aliás, a própria declaração de independência de Belarus foi muito mais um reflexo do que ocorria no momento com todas as outras repúblicas socialistas soviéticas, e, em especial a russa, do que um ato ocasionado por amplas manifestações, passeatas e reivindicações do povo bielorusso por autonomia e liberdade do império. Ainda assim, alguns dos símbolos nacionais defendidos pela FPB foram adotados, como a bandeira branca com uma faixa horizontal vermelha e o brasão do Ducado da Lituânia.

Nos anos seguintes à independência, as disputas eleitorais bielorusas dão um panorama da pequena aceitação das idéias nacionalistas que implicam em afastamento da Rússia. Nas eleições parlamentares de 1990, quando Belarus ainda era uma república socialista soviética, a Frente Popular do Belarus recebeu menos de 8% do total de cadeiras no Soviete Supremo. A independência do país não alterou a constituição do Parlamento, amplamente dominado pelos comunistas e ex-comunistas.

Entre 1991 e 1993, as duas principais lideranças políticas eram Vyacheslau Kebich e Stanislau Shuschkevitch. Embora ambos fossem ex-membros da burocracia soviética, seus posicionamentos divergiam. O primeiro era contrário a reformas no país, fruto que era do pensamento soviético e comunista. Já o segundo, professor universitário, acreditava que Belarus deveria se manter como um Estado neutro no sistema internacional e internamente haveria de sofrer reformas rumo à democracia. A queda-de-braço pendeu para Kebich, que assumiu o poder em 1994.

No mesmo ano, ocorreram eleições presidenciais. No primeiro turno, o candidato Aleksandr Lukashenko recebeu 45,1% dos votos, seguido de Kebich, com 17,4%. O candidato do Partido da Frente Popular Bielo-russa (PFPB), Zyanon Pazniak, recebeu somente 12,9% dos votos. No segundo turno, Lukashenko foi eleito com 80,1% dos votos contra 14% de Kebich. Desde que assumiu a presidência do país, cargo que mantém até hoje, Lukashenko se revelou um homem de ação com pensamentos e práticas tipicamente soviéticas, o que o faz ser considerado por muitos um ditador⁹⁴. As seguidas tentativas de construir uma nova espécie de união com a Federação Russa⁹⁵, mas sem que a soberania de Belarus fosse perdida, revela tintas soviéticas nos atos do presidente, pois ao mesmo tempo em que procura uma aproximação definitiva com a Rússia, não deseja largar o poder de que desfruta⁹⁶.

O ano de 1995 foi revelador do encolhimento do partido nacionalista bielo-russo. Nas eleições parlamentares, o PFPB não conseguiu eleger nenhum deputado, nem mesmo seu líder Pazniak. Ainda naquele ano foi realizado amplo plebiscito, cujos resultados foram sensivelmente contrários aos interesses dos nacionalistas e favoráveis aos projetos políticos que ressaltassem uma espécie de irmandade eslava entre bielo-russos e russos. O plebiscito era composto por quatro perguntas. A primeira delas abordava o reconhecimento da língua russa como língua nacional ao lado da bielo-russa. Uma imensa maioria de 83,3% aprovou a proposta. O mesmo percentual de votantes aprovou a proposta presidencial de integração econômica com a Rússia. A troca dos símbolos nacionais foi sustentada por 75,1% do eleitorado⁹⁷, ao passo que 77,7% deram poderes ao presidente para dissolver o parlamento em caso de violação constitucional (MARPLES, 1999, p. 75).

A desilusão quanto aos rumos do movimento nacionalista pode ser medido por declarações de seus próprios líderes. Após o referendo e as eleições de 1995,

⁹⁴ As tendências francamente autoritárias de Lukashenko são consideradas as principais razões pelas quais Belarus não consegue se aproximar da União Européia. Em carta aberta à União Européia, o líder do Movimento pelo Belarus Livre, Aliaksandr Milinkevich (preso pelo regime de Lukashenko em 2006 em meio a manifestações contra o governo) clama à União Européia que reconheça no Belarus um Estado europeu e que ajude na busca de plena liberdade e democracia no país (MILINKEVICH, 2007).

⁹⁵ Tendo em vista que o desejo de Lukashenko de se unir à Rússia está relacionado também com fatores econômicos, uma análise mais detalhada sobre o assunto será realizada no capítulo destinado às ligações econômicas entre os países.

⁹⁶ A questão de como Belarus conseguiria manter sua autonomia sem ser engolfado pela Rússia numa hipotética junção entre os dois países nunca foi claramente respondida por Lukashenko.

⁹⁷ A bandeira nacional proposta por Lukashenko era idêntica à bandeira da República Socialista Soviética da Bielo-Rússia, mas sem a foice e o martelo. O símbolo nacional passou a ser um brasão também muito parecido com aquele utilizado durante o período soviético.

Pazniak afirmou que “a maioria dos bielo-russos é indiferente à sua cultura nacional e à cidadania recebida”, o que seria “conseqüência de um pensamento colonial e da inexistência de uma consciência nacional” (Pazniak, 1995, p. 150-152, apud ABDELAL, 2001, p. 139).

Cumpra agora analisar se os fatores históricos e culturais que incidem na formação da identidade nacional bielo-russa dão vazão ao pessimismo demonstrado pelo líder do BFPB.

2.6.3. Fator Histórico

Adotando idêntica ordem à utilizada no tocante à Ucrânia, o primeiro dos critérios a ser aplicado na análise de Belarus é a sua existência pretérita como Estado autônomo. A fim de justificar a independência do país e sedimentar o sentimento de soberania, os nacionalistas bielo-russos procuraram divulgar os feitos do Grande Ducado da Lituânia como conquistas imemorais do povo bielo-russo. Segundo o posicionamento que sustentavam, as elites do ducado eram compostas por eslavos que falavam o bielo-russo e todos os seus estatutos eram escritos nesta língua. Estes fatores demonstrariam a influência política e cultural dos bielo-russos no governo do ducado. A grande vitória militar dos lituano-bielo-russos ocorreu em 1514, quando derrotaram o exército de Moscou. O lapso entre tal data e o Acordo de Lublin, em 1569, era considerado pelos nacionalistas um exemplo de que Belarus já possuía um Estado próprio, excluído do domínio exercido pelo Império Russo e que fazia parte da comunidade cultural e política europeia (ABDELAL, 2001, p. 135).

O intuito nacionalista de utilizar o Grande Ducado da Lituânia como exemplo de organização estatal bielo-russa ancestral enfrentava dois problemas sérios. O primeiro era a dificuldade de se estabelecer uma relação étnica que ligasse direta e indiscutivelmente os guerreiros da época aos bielo-russos do século XX. O segundo, e mais grave, era intrínseco à própria história do ducado: glorificar a conquista de 1514 implicava em fortalecer uma visão negativa dos russos, que, afinal de contas, foram os inimigos derrotados daquela batalha. Quando da independência do país, logo após décadas de russificação e estabelecimento de laços com os russos, o

povo de Belarus não estava pronto para modificar tão prontamente a avaliação positiva que possuíam de seus vizinhos do leste (TRENIN, 2001, p. 161).

Afastada a possibilidade de o Grande Ducado da Lituânia servir como modelo de soberania, restava à elite intelectual nacionalista do país lembrar da República da Bielo-Rússia, formada em meio à confusão dos primeiros anos da União Soviética⁹⁸. Contudo, melhor sorte não aguardava os líderes da Frente Popular Bielo-russa. Além do fato de ter durado apenas dez meses, nos quais ficou sob as asas germânicas, a República Bielo-Russa foi, antes, um movimento de intelectuais bielo-russos do que um desejo da população por independência. Uma experiência elitista, de curtíssima duração e subjugada aos interesses de outra potência não poderia gerar uma recordação popular que servisse de esteio para a criação de uma forte identidade nacional autônoma, principalmente quando vangloriada por outro movimento proveniente da elite intelectual de Minsk como era a FPB.

Sem conseguir recuperar uma memória coletiva de soberania, a elite nacionalista bielo-russa não conseguiu disseminar a idéia de que Belarus já havia sido um Estado independente da influência russa e que isto deveria ser resgatado para o bem do futuro do país. Assim sendo, não pode ser vislumbrado no passado de Belarus um momento histórico relevante como ente autônomo do sistema internacional, nem mesmo a construção de mitos, lendas e heróis nacionais como os cossacos ucranianos, ou a origem primeira da Kievan Rus. Destarte, sob este prisma, é muito difícil para os bielo-russos desenvolverem uma identidade separada da dos russos, pois por muitos séculos fizeram parte dos impérios mantidos pelo vizinho eslavo.

2.6.4. O Fator Étnico

No tocante à questão étnica, cabe lembrar que, como os russos, os bielo-russos são eslavos orientais, o que já garante uma ligação cultural entre os dois

⁹⁸ Cabe frisar que a própria República da Bielo-Rússia também buscou estabelecer ligação com o Grande Ducado da Lituânia, escolhendo o símbolo nacional deste para ser o seu brasão. A fim de reforçar a existência de uma linhagem entre os três “Estados”, a Frente Popular Bielo-Russa escolheu como símbolo o mesmo brasão, que consiste num guerreiro vestido com uma armadura branca, montado em um cavalo. O brasão do Ducado da Lituânia foi escolhido mediante referendo como o símbolo nacional da Lituânia em 1992. No país ele é conhecido como *Vytis* (cavaleiro branco) e em Belarus ele é chamado de *Pahonia* (caçador).

povos. Ligação esta que foi reforçada durante os impérios czarista e soviético, tendo em vista o processo de russificação sofrido por Belarus. As políticas imperiais russas aproveitaram a inexistência de um nacionalismo ferrenho bielo-russo para reforçar a idéia de comunhão entre os dois povos. Os dados atuais de Belarus mostram que os planos russos atingiram seus objetivos. Apesar de o contingente de etnicamente russos em Belarus ser de apenas 11,4% da população frente a 81,2% de bielo-russos, a influência étnica russa é considerável⁹⁹. Isto porque, apesar de estabelecer diferença entre si e os russos, os bielo-russos consideram os dois povos irmãos, pertencentes a uma comunidade eslava mais abrangente, a qual abarca também os ucranianos (ABDELAL, 2001, p. 138).

Não é fácil enxergar uma nação irmã, com a qual habitualmente se fortaleceram laços culturais, como um oposto, alguém de quem é necessário se diferenciar. Logo, pode-se dizer que a proximidade étnica de russos com bielo-russos é outro elemento que dificulta sobremaneira o sucesso dos primeiros em estabelecer uma autonomia identitária que lhe possibilite o fortalecimento de uma autocompreensão como Estado independente, separado da ex-metrópole.

2.6.5. A Questão Lingüística

Por fim, cumpre lançar luzes sobre o aspecto dotado de maior poder complicador para a construção de uma identidade nacional puramente bielo-russa, qual seja, a língua do país. Os períodos de dominação russa ocasionaram efeitos deletérios à preservação da língua bielo-russa¹⁰⁰. Foi dito que no território bielo-russo não havia um nacionalismo exacerbado quando foi totalmente incorporado à União Soviética. No entanto, ao menos naquela época a maioria da população da República Socialista da Bielo-Rússia falava bielo-russo como sua primeira língua. Passadas algumas décadas, a situação mudou. Por exemplo, durante os anos 1970, nenhuma das noventa e cinco cidades da república possuía uma escola que ensinasse seus alunos a falar bielo-russo. E, em 1984, apenas um terço da

⁹⁹ Fonte: Portal de Internet oficial do presidente da República de Belarus: endereço eletrônico: <http://www.belarus.by/en/belarus/about/nationality/>. Último acesso: 19/03/2008.

¹⁰⁰ Durante os anos 1970, nenhuma das noventa e cinco cidades da república possuía uma escola que ensinasse seus alunos a falar bielo-russo (MARPLES, 199, p. 50).

população local falava em sua língua nativa no seu dia-a-dia, sendo que esta parcela estava desproporcionalmente concentrada na população rural com idades entre 35 e 40 anos (MARPLES, 1999, p. 50).

No caso bielo-russo, tal situação foi configurada devido a um duplo movimento inter-relacionado ocorrido na era soviética. A crescente industrialização da economia da URSS retirava as pessoas do campo e as levava para as cidades. Nestas, a utilização do russo como língua oficial em detrimento das línguas locais era amplamente difundido, logo, quanto mais a população praticava o êxodo rural, maior era o confinamento das línguas regionais aos campos, nos quais a população diminuía. Belarus sentiu os efeitos desta política, pois aos poucos o bielo-russo foi desaparecendo como língua oficial da república socialista, ficando muito restrito à parcela da população de idade mais avançada, que se recusava a abandonar suas terras para morar nas cidades.

A despeito das tentativas de combater a russificação, realizadas principalmente nos tempos da Perestroika, quando havia abertura para este tipo de movimento, a correlação do uso do russo e do bielo-russo não se alterou muito com a independência do Belarus. Em 1999 foi realizada interessante pesquisa que cruzou os dados entre nacionalidade e língua falada em casa pelos habitantes do país. Do total da população, 62,8% falava o russo em seus lares, enquanto apenas 36,7% falavam o bielo-russo. Entre os de nacionalidade bielo-russa, 41,3% falava a sua língua nativa em casa, ao passo que 58,6% do grupo falava o russo. Já entre os russos, a situação era bem diversa, pois 95,7% destes falavam sua língua-mãe em seus lares, sendo que apenas 4,3% falava o bielo-russo (DRAKOKHRUST, 2007, p.141)¹⁰¹. Os resultados demonstram com clareza o nível de penetração da língua russa na sociedade bielo-russa, eis que até mesmo os bielo-russos preferem falar o russo no aconchego de seus lares; são concordes com a decisão popular bielo-russa, manifestada no plebiscito de 1995, de conceder à língua russa o status de língua oficial do país. Diante destes dados, é impossível negar a considerável influência da cultura russa sobre a cultura bielo-russa, fruto da proximidade entre ambas, mas também dos séculos de dominação imperial imposta por Moscou.

¹⁰¹ Convém frisar que o alastramento do uso da língua russa ocorre muito mais em função dos próprios bielo-russos do que dos russos. Isto porque estes representavam, ao tempo da pesquisa em voga, apenas 12% da população total do país.

Já foi dito anteriormente que os movimentos nacionais bielo-russos, assim como todas as lideranças, provêm das elites intelectual e política do país. É natural que assim seja quando o Estado não possui um forte sentimento nacional arraigado pelas lembranças de um passado claro de autonomia. No caso de Belarus, o que merece questionamento é até que ponto as elites do país conseguirão fomentar uma identidade nacional distinta da russa quando o grosso da população continua fortemente apegada a alguns traços culturais do país vizinho, fruto de décadas de russificação (MARPLES, 1999, p. 54). O fato de que quase dois terços da população falar a língua russa no seu cotidiano é grave para as pretensões identitárias de Belarus, pois a língua é o traço mais elementar da cultura de um Estado. Se as pessoas não se comunicam diariamente em bielo-russo, como esperar que elas se sintam verdadeiramente bielo-russas, ao invés de identificarem-se como parte de uma irmandade eslava que engloba russos e ucranianos? David Marples fornece uma resposta negativa a esta questão, sustentando que, para Belarus, o desenvolvimento nacional sem a língua nativa, especialmente sob a sombra de um vizinho eslavo muito maior e com uma tradição histórica de império, é virtualmente impossível (MARPLES, 1999, p. 52).

2.6.6. Religião

Um traço cultural cuja importância é inegável quando se estudam as proximidades e distanciamentos entre dois países é a religião por eles professada. Ainda que o número de fiéis religiosos em Belarus tenha diminuído ao longo dos anos em relação aos ateus, o aspecto religioso é outro elemento que expõe o intenso imbricamento entre russos e bielo-russos, o que reforça a identificação entre os dois povos. Os bielo-russos que são fiéis à Igreja Ortodoxa Russa representam entre 73% e 80% da população. Os católicos romanos variam entre 13% e 15%, dependendo da pesquisa. Outros grupos representativos são os protestantes e os judeus, que possuem, cada um, por volta de 2% de fiéis do total (DRAKOKHRUST, 2007, p. 143). Conclui-se que a religião dos bielo-russos é a mesma dos russos, dado que garante entre ambos um certo nível de compartilhamento de ideais e visão de mundo, tendo em vista que a “religião organizada abastece muitos dos canais

pessoais e de comunicação coletiva dos símbolos e mitos étnicos. Os padres não apenas gravam e transmitem esses mitos e lendas, eles servem de guardiões e condutores do simbolismo...” (SMITH, 1999, p. 36, apud IOFFE, 2003, p. 1242).

Por todo o exposto, no tocante à formação identitária de Belarus é possível fazer as considerações que seguem. O país possui homogeneidade sócio-política, o que não é vislumbrado na regionalizada Ucrânia. Caso se considere que a dimensão unitária de um Estado é medida pelo compartilhamento que sua sociedade tem da sua história, de seus mitos, de sua linguagem e de sua religião, independentemente da exclusividade destes fatores em relação a outros Estados, então Belarus possui esta dimensão de sua identidade nacional bem formada. Todavia, a coesão vislumbrada não leva os bielorrussos a constituírem uma identidade nacional própria, forte e separada daquela do Estado que os dominou por séculos, eis que na base sobre a qual se sustenta a unidade encontra-se uma profunda influência cultural, étnica e historiográfica russa. Em função de tal situação, a dimensão distintiva da identidade nacional bielorrussa é abalada, pois a antiga subjugadora continua sendo encarada a partir de uma valoração muito positiva, o que fortalece os laços entre ambas e afasta o Estado pós-imperial dos demais entes do sistema internacional. Estas fraquezas da identidade nacional bielorrussa acarretam potenciais constrangimentos a sua política externa, posto que um eventual afastamento acentuado da Rússia, como já ameaçou o presidente Lukashenko, não se afigura possível. Por mais poder que o presidente segure em suas mãos, ele não poderá ignorar por completo os laços culturais que seu povo mantém com os russos, muito menos as afinidades provenientes desta forte ligação. E mesmo que os nacionalistas bielorrussos conseguissem chegar ao poder num futuro próximo, se afiguraria muito complicada uma mudança radical no vetor da política externa do Estado que é acertadamente considerado como o maior aliado da Rússia desde o fim da União Soviética. Destarte, conclui-se que os fatores históricos, culturais e identitários contribuem para as relações com a Rússia sejam fundamentais para Belarus, quadro este que não deve ser alterado no futuro próximo.

CAPÍTULO 3: A GEOPOLÍTICA NAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS

No capítulo destinado à recapitulação histórica das relações entre os Estados em foco vimos que existiu um padrão de conquistas e perdas territoriais por parte da Rússia desde a primeira invasão mongol sobre a Kievan Rus. As alterações na fortuna das guerras e das invasões fomentaram nas elites e no povo russo a noção de que a posse de territórios significava segurança e poder. Não é por outra razão que o imperialismo russo detinha no seu imaginário a extensão geográfica como medida de grandeza política¹⁰². Os movimentos de expansão e retração do império russo invariavelmente envolveram, integral ou parcialmente, os territórios que hoje pertencem aos Estados ucraniano e bielorusso. Dado o padrão de interação sedimentado durante séculos entre os países observados, cujo mote é o controle político territorial via dominação física baseada na força, os conceitos geopolíticos continuam presentes na formulação das políticas externas destes países, principalmente quando é observada a dinâmica que estabelecem entre si. Portanto, cumpre estudar qual o nível de penetração destes conceitos nas relações tripartites em epígrafe.

Mencionar a geopolítica como um elemento influenciador nas concepções de política externa de um Estado qualquer exige que se estabeleça criteriosamente qual a compreensão acerca do alcance teórico deste elemento na espécie. Essa é a primeira tarefa a ser enfrentada no presente capítulo. A segunda é realizar breve exposição dos conceitos teóricos da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

¹⁰² “Por séculos, a Rússia viu a si mesma como um mundo em si mesmo, uma Terceira Roma, um universo auto-sustentado. Políticas territoriais, desde a expansão geográfica até o controle irrestrito de fronteiras eram a chave tanto da vangloriada Idéia Russa (a qual era basicamente a de um universo imperial), quanto da percepção de uma missão russa no mundo, bem como da organização política e econômica do Estado russo” (TRENIN, 2001, p. 18).

de Buzan e Waever que são afins à concepção de geopolítica operacionalizada, e qual a capacidade de que os mesmos colaborem com o estudo da dinâmica tripartite. Após, será concedido destaque às visões que os três países estudados possuem sobre as questões geopolíticas que, atualmente, mantêm seus destinos imbricados.

O objetivo principal do capítulo é procurar demonstrar que as políticas externas desenvolvidas por cada um dos Estados observados com relação aos dois outros parceiros são influenciadas pelos fatores geopolíticos. E que esta influência, dada a sua proeminência, acaba por conferir singularidade às relações interestatais estudadas.

3.1. CONCEITO DE GEOPOLÍTICA A SER UTILIZADO

O conceito de geopolítica utilizado neste capítulo tem a ver com o seu aspecto mais elementar, qual seja, a ligação da geografia com a política, ou, em outras palavras, a análise dos efeitos do espaço geográfico sobre o poder. Não serão defendidas, nem mesmo abordadas, as chamadas teorias clássicas geopolíticas, como a do domínio marítimo de Alfred Mahan, ou do domínio terrestre, sustentada por Halford Mackinder¹⁰³. Da mesma forma, apesar de a região estudada pertencer à Eurásia, a análise não estará focada na correção ou não das teses sobre a conquista do *heartland*, também de Mackinder, ou dos *rimlands*, formulada por Nicholas Spykman¹⁰⁴. Não se está aqui duvidando ou menosprezando a validade das chamadas teorias de geopolítica, ocorre que o foco da observação está

¹⁰³ Alfred Mahan, ao analisar a história marítima, bem como o poderio do Império Britânico, sustentou que o Estado preponderante no sistema internacional seria aquele que dominasse os mares. Por sua vez, analisando os avanços tecnológicos como a estrada de ferro e o aumento exponencial dos veículos à combustão, Mackinder contrariou Mahan ao dizer que o Estado mais poderoso seria aquele que possuísse o domínio terrestre.

¹⁰⁴ Em discurso proferido na Royal Geographic Society de Londres, Mackinder lançou a tese de que a área mais importante da política internacional era a Eurásia, tendo em vista os recursos naturais de que dispunha e sua localização. A tese estava sustentada em três proposições: “Quem governa a Europa do leste controla o *heartland*. Quem governa o *heartland* domina a ilha-mundo da Eurásia. E quem controla a Eurásia, controla o mundo.” Posteriormente, com o advento das guerras mundiais e o avanço tecnológico, Nicholas Spykman asseverou que os *rimlands* (áreas que circundavam o *heartland*) é que eram as regiões a serem dominadas pelas grandes potências, pois com isto se tornaria possível criar linhas de comunicação e crescimento industrial que cercariam o *heartland*. O estudo de Spykman serviu de base para a política de contenção norte-americana em relação à União Soviética (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2003, p. 209).

centrado nos elementos que compõem a matéria geopolítica e não nas construções teóricas que se fizeram a partir deles.

Feita a ressalva necessária, cumpre retornar à compreensão de geopolítica a ser usada para o desenvolvimento da análise proposta. Nas palavras de Saul B. Cohen “a essência da análise geopolítica consiste na relação entre o poder político internacional e o contexto geográfico.” (COHEN, 1973, apud DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2003, p. 199)¹⁰⁵. A definição do autor, apesar de sucinta, é precisa. Uma das características principais do sistema internacional é ser uma arena onde a distribuição de poder entre seus atores é um elemento fundamental. Na falta de uma entidade superior que exerça um comando centralizado e indubitável, os partícipes do sistema precisam angariar poder, a fim de satisfazerem seus interesses. Não há o exagero do estado de natureza hobbesiano, mas existe uma disputa perene de poder na política internacional, a qual se revela através dos mais variados meios, tais como guerras, coações, alianças, negociações e até mesmo tratados e acordos baseados nas regras do Direito Internacional.

E quem são os principais atores que compõem este sistema? Os Estados. Estes continuam sendo o principal lócus de decisões políticas na arena internacional, ainda que não desfrutem do poder de outrora. A aceleração da globalização, a volatilidade do capital financeiro, o surgimento de blocos regionais que almejam a supranacionalidade (como a União Européia), e o fortalecimento de atores como as empresas transnacionais podem ter minado o papel do Estado, a ponto de vários autores falarem em crise do Estado-nação¹⁰⁶. Contudo, o poder

¹⁰⁵ A escolha por utilizar o conceito de geopolítica exposto é consciente acerca da posição de alguns especialistas que consideram tal definição ultrapassada em função das transformações ocorridas no sistema internacional, sobretudo a partir do fim da década de 1970, tais como a Terceira Revolução Tecnológica, a globalização, a intensificação do fluxo de capital financeiro, a migração, os avanços da comunicação, entre outros. Citamos John Agnew como exemplo dessa compreensão, digamos, “pós-moderna” da geopolítica (Agnew denomina a geopolítica dos séculos XIX e XX, centralizada em Estados e zonas de influência de geopolítica moderna). Preferimos utilizar um conceito mais clássico de geopolítica em função dos países focados, os quais ainda são Estados fundamentalmente “modernos”, que compreendem o sistema internacional a partir de uma visão estatocêntrica que abrange questões como zona de influência e balança de poderes, como será visto adiante. Ressalte-se que Buzan e Weaver consideram a Rússia um *estado moderno*, o qual é definido pelos autores como possuidor das seguintes características: politicamente, o governo exerce controle sobre a sociedade. No aspecto identitário, o Estado se enxerga como uma entidade auto-suficiente, dotada de uma cultura distinta. Economicamente, os governos de tais Estados adotam políticas mercantilistas. No tocante às fronteiras estatais, elas são consideradas como barreiras contra influências políticas, econômicas e culturais externas. Por fim, a soberania estatal é considerada sacrossanta (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 22).

¹⁰⁶ Em contraponto aos autores que advogam a crise do Estado-nação, Ellen Wood assevera: “No presente momento, deveria estar claro que a globalização não é um mundo economicamente integrado e também não é um sistema de Estados-nação decadentes. Pelo contrário, o Estado está no coração do novo sistema global [...] o Estado continua a desempenhar seu papel essencial de criar e manter as condições da acumulação de capital; e nenhuma outra instituição, nem agência transnacional, sequer começou a tomar o lugar do Estado-nação como

político internacional ainda é prioritária e fortemente disputado e exercido pelos Estados¹⁰⁷.

O segundo elemento citado por Cohen na sua definição de geopolítica, o contexto geográfico, ingressa na equação de por que os Estados que buscam poder e praticam a política internacional estão necessariamente localizados em determinadas regiões do globo, o que os faz deter um grupo específico de vizinhos com os quais precisam se relacionar de alguma forma. Os cálculos estratégicos, os contatos diplomáticos, a segurança, a obtenção e comercialização de recursos naturais ou de produtos manufaturados indispensáveis são variáveis existentes nas relações interestatais com as quais os líderes de um Estado invariavelmente lidam ao formularem a política externa de seus países. No trato com estas e outras variáveis, aqueles deverão levar em conta, em algum grau, o elemento ambiental, ou seja, o contexto geográfico mencionado por Cohen. Isto ocorre não apenas por causa de fatores objetivos, como a existência ou falta de recursos naturais, por exemplo, mas também porque em cada ambiente geográfico há uma distribuição relativa de poder entre Estados vizinhos, entre Estados de uma mesma região e, finalmente, entre estes e as potências globais e as superpotências¹⁰⁸.

É imperioso frisar que, no presente estudo, a concessão de relevância aos fatores geopolíticos das relações entre os Estados não significa elevar a geografia à categoria de valor absoluto, dotada da prerrogativa de determinar, sozinha, o poder das nações. As reticências de Morgenthau à degeneração da geopolítica em uma “metafísica política” são aqui lembradas e acatadas¹⁰⁹. Uma característica da própria geopolítica corrobora a crítica feita por Morgenthau: as perspectivas geopolíticas não são imutáveis. Tanto o contexto geográfico quanto o equilíbrio de poder entre os

administrador e garantidor coercitivo da ordem social, das relações de propriedade, da estabilidade e da previsibilidade dos contratos, ou de qualquer outra condição básica requerida pelo capitalismo no seu dia a dia” (WOOD, 2003, p. 159).

¹⁰⁷ Cabe ressaltar que o Estado aqui referido não é a representação de um bloco monolítico alheio a tensões e divisões de sua política interna. No seio deste Estado há diferentes grupos de pressão e interesse em disputa pelo poder interno. Também não se ignora que alguns destes grupos políticos internos, porventura aliados do poder, talvez pautem suas atuações a partir de eventos ocorridos na arena internacional ou mesmo mantenham contato com atores estrangeiros na sua busca pelo predomínio interno. Todavia, é apenas através do aparelho estatal que um grupo pode exercer uma política externa oficial e falar oficialmente em nome de um Estado. Por tal motivo, o termo Estado é o escolhido para representar a unidade clássica do sistema internacional.

¹⁰⁸ O conceito de região do mundo aqui adotado está relacionado com o de Complexo Regional de Segurança formulado por Buzan e Waever e exposto no Capítulo dois do presente trabalho.

¹⁰⁹ No clássico *Política Entre as Nações*, Morgenthau dedica algumas páginas a criticar a consideração de alguns geopolíticos de que a geopolítica era o fator único determinante do poderio das nações. Morgenthau lembra, com propriedade, que a geopolítica apresenta um aspecto da realidade do poder nacional, mas mesmo sendo correto, este aspecto acaba por ser distorcido por alguns geógrafos que contemplam a questão sob apenas um ângulo, o da geografia (MORGENTHAU, 2003, p. 308 a 310).

Estados pode ser alterado. Ocorrendo um ou outro, ou mesmo os dois conjuntamente, surgirá uma nova realidade geopolítica. O evento gerador das atuais relações russo-ucraniano-bielo-russas, qual seja, o desmembramento do gigantesco Estado soviético em quinze novos países foi considerado, com justiça, uma modificação de geografia política de grandes proporções. Além do surgimento de novas fronteiras em locais que antes eram apenas divisões internas de um único Estado, fato que por si só já gera impacto geopolítico substancial, o “Campo Socialista” se desfez, ocasionando correlações de poder regionais e sistêmicas muito diferentes das vigentes durante a Guerra Fria. Portanto, na medida em que até mesmo as fronteiras podem mudar radicalmente, não se pode afirmar que a geografia é o fator determinante das políticas dos Estados. Ademais, é possível que a dinâmica geopolítica de uma região sofra mudanças sem que haja sequer um ínfimo deslocamento de fronteiras entre os Estados que a compõem. Um movimento assim pode ocorrer devido à fluidez da política internacional e de sua distribuição de poder. Em tal circunstância, o aspecto geográfico (leia-se as fronteiras estatais) se mantém inalterado, mas o fator político fornece o elemento transformador. Neste caso, a geografia assume um papel secundário, o que vem ao encontro da observação de Morgenthau de que “embora o espaço seja estático, são dinâmicas as pessoas que vivem dentro dos espaços da terra” (MORGENTHAU, 2003, p. 308).

Por certo, a localização geográfica não é o único, e nem o principal, fator que determina o quinhão de poder, a sobrevivência e as relações com seus pares de um Estado. Entretanto, não deve ser ignorada a existência de uma proximidade entre a política internacional e a geografia, o que torna a geopolítica um aspecto, entre outros, repise-se, que há de ser levado em consideração tanto na formulação das políticas externas estatais quanto no estudo dessas.

A abordagem geopolítica traz para a discussão categorias que lhe são afeitas, tais como balança de poder, zona de influência e jogo de soma zero. Nas relações russas com Ucrânia e Belarus, estes temas ainda estão bastante presentes. Na medida em que eles serão recorrentemente mencionados quando da análise das políticas exteriores empreendidas ou tencionadas pelos Estados em voga, cabe destrinchar seus significados.

A balança de poder é considerada um dos princípios básicos da teoria realista das relações internacionais, contudo, cumpre lembrar que o poder é inerente à política. Assim, ainda que não se adote a teoria realista como guia de análise, ao

se estudar a política interestatal, as relações de poder necessariamente estarão presentes. A balança de poder já foi objeto de muita discussão, sendo que diferentes autores encontraram diversos sentidos para a expressão¹¹⁰. Aqui, a categoria em destaque será utilizada como a “representação de qualquer distribuição de poder existente em determinada região”. No caso singular, a região composta pelos quinze países nascidos da derrocada soviética. Os Estados partícipes da dinâmica estudada, bem como os atores externos que se envolvem, de uma forma ou outra, na política do Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético procuram angariar poder para si ou diminuir o poder alheio, com vistas a possuir a supremacia na região citada, ou evitar que um único país a desfrute de modo muito acentuado. O resultado da disputa será a configuração de uma determinada balança de poder, ou seja, a forma como este poder almejado é distribuído entre os contendores, partilha essa que pode espelhar um equilíbrio ou uma assimetria.

A segunda categoria acima citada é a zona de influência. Matéria corrente no período da Guerra Fria, quando as duas superpotências procuravam dividir o mundo entre países que gravitavam sob suas órbitas, a zona de influência continua em voga no pensamento russo, conforme se verá adiante. Ao procurar definir abstratamente a relação entre geografia e política, Dougherty e Pfaltzgraff forneceram indícios para uma definição de zona de influência. Essa existiria quando um Estado tem capacidade intertemporal de projetar o seu poder para influenciar ou controlar outro(s) Estado(s) desejado e considerado de importância geoestratégica (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2003, p. 202). O controle, ou influência, pode ser efetuado sobre um conjunto de Estados que formam uma região inteira, como ocorreu com o domínio soviético sobre o Leste Europeu, por exemplo. Já a relevância geoestratégica pode dizer respeito a questões econômicas, políticas ou de segurança.

O jogo de soma zero, por sua vez, é uma compreensão da política internacional na qual a resolução de uma disputa qualquer gerará, necessariamente, um perdedor e um ganhador. A vitória de uma parte está diretamente relacionada à - e é a causa da - derrota da outra parte. Inexiste a possibilidade de que ambas vençam e percam em alguma medida, ou que os dois vençam ou os dois percam. Como se observa, ele encerra uma visão beligerante das relações interestatais,

¹¹⁰ O já citado Hans Morgenthau a utiliza com quatro sentidos distintos, ao passo que Martin Wight, em sua obra também clássica, “*A Política do Poder*”, enumera nove significados em que ela pode ser usada.

sendo que, em última instância, o jogo de soma zero leva ao aniquilamento do derrotado.

Rapidamente, pode ser citado um exemplo de como as três categorias são interconectadas. A Rússia considera o aumento de influência dos Estados Unidos no espaço pós-soviético como uma nova configuração de balança de poder na região, cujo efeito é diminuir a possibilidade russa de restabelecer o local como sua zona de influência indiscutível. A perda direta de preponderância russa diante do avanço norte-americano demonstra um cálculo cuja raiz é o jogo de soma zero.

Por fim, impende ser ressaltado que o campo de estudo da geopolítica clássica, o qual incluía preocupações estratégicas voltadas unicamente para a política e a militar, foi alargado com a passagem do tempo e as conseqüentes modificações no cenário global. Algumas dessas alterações podem ser brevemente mencionadas. A tecnologia e seu constante avanço geraram mudanças profundas nas formas de comunicação, no modo de guerrear e em como os Estados podem usufruir suas potencialidades naturais. A escassez de recursos não-renováveis, como o petróleo, se mostra cada vez mais preocupante. A mobilidade do capital, as rotas de distribuição de produtos e o modo de produção das empresas transnacionais são fatores que aproximaram a economia da geografia e da política, gerando o que alguns autores chamam de mundo geoeconômico ou geopolinômico¹¹¹. Todos os exemplos citados de alterações no sistema internacional influíram nos estudos geopolíticos e, para os fins propostos neste trabalho, é de grande valia que isto tenha ocorrido. Todavia, não foi alterada a essência da geopolítica mencionada por Cohen, a qual está focada no poder e sua relação com o ambiente, pois possuir capacidade econômica, deter recursos naturais desejados pelos demais Estados, ou manipular tecnologia de ponta são fontes de poder e, justamente por tal razão, é que são almejadas pelos atores do sistema internacional.

¹¹¹ “No mundo geopolinômico ou geoeconômico, a relação entre geografia e poder encontra-se na capacidade de transferir, de um ponto para outro, bens, serviços e informação de forma mais eficiente e rápida.” (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2003, p. 202).

3.2. OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA E A GEOPOLÍTICA

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, de Barry Buzan e Ole Wæver, foi abordada no capítulo destinado à influência que os fatores culturais e identitários exercem sobre as relações russo-ucraniano-bielo-russas. A possibilidade de que a teoria em destaque seja novamente utilizada, desta feita em capítulo no qual a perspectiva geopolítica é privilegiada, é aberta pelos próprios autores, quando afirmam que o alicerce da mesma é uma mistura das perspectivas materialista e construtivista. A concepção de materialismo adotada na teoria em questão é relacionada com a territorialidade dos Estados e com a distribuição de poder entre os mesmos (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 04). Tal característica aproxima a Teoria dos Complexos Regionais da abordagem geopolítica, pois os elementos fundamentais desta, o espaço e o poder, estão também presentes naquela.

Especificamente, no tocante à geografia, pode-se afirmar que ela é uma variável importante na construção teórica de Buzan e Wæver. Isto pode ser comprovado quando se observa o destaque conferido pelos autores a alguns elementos que perpassam a Teoria dos Complexos Regionais, tais como o foco de observação centrado no nível regional, o que demanda enxergar o globo terrestre em termos de regiões bem definidas¹¹²; a premissa de que as ameaças reais ou potenciais sofridas por um Estado viajam mais rápida e facilmente por curtas distâncias do que por longas e o destaque à securitização forçada entre países vizinhos. A geografia aparece novamente nos escritos de Buzan e Wæver quando criticam a teoria realista clássica, afirmando que esta estaria baseada numa abstração geográfica e histórica que não reflete a realidade, tendo em vista que os Estados estão localizados em lugares concretos e são imóveis, logo, o espaço no

¹¹² É possível se traçar paralelos entre a concepção de Complexo Regional de Segurança Centralizado, formulada por Buzan e Weaver e exposta no capítulo segundo, e a noção de região geográfica funcional. Raul Rey Balmaceda define a região geográfica funcional como sendo aquela em que “a coesão interna e a conseqüente organização do espaço são produto de ação de um centro urbano que atua como verdadeiro centro ou ponto nodal em relação a um território próximo do qual a vida está sujeita, em maior ou menor medida, ao que determina esse centro organizador” (BALMACEDA, 1977, p. 24). Uma identificação completa entre os dois conceitos não será encontrada, nem seria lógico, tendo em vista abordarem realidades distintas que detêm variáveis próprias, mas em linhas gerais uma aproximação entre os conceitos é possível, o que se comprova ao substituímos os termos “região geográfica funcional” por “complexo regional de segurança”, “centro” por “grande potência” (ou “superpotência”) e “território próximo sujeito ao centro” por “capacidade da potência de nível global de dominar a região em que está inserido”.

qual estão inseridos importa nas políticas que desenvolverão em relação aos seus pares.

A utilização da geografia na edificação de sua teoria não obsta Buzan e Waever de censurarem as teorias geopolíticas puras e à ênfase que essas conferem ao fator espacial. Os autores fazem questão de ressaltar que a geografia importa, mas ela deve ser analisada dentro de um arcabouço político (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 70). A lembrança dos autores é útil para que se frise que não se está, aqui, afirmando que Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é uma construção teórica geopolítica, mas tão somente que é possível trabalhar com as duas perspectivas em conjunto, pois ambas detêm categorias afins.

Um último aspecto a ser abordado da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é que ela admite uma *noção de securitização* mais ampla do que tradicional. Dizem os autores da teoria:

Na atual era, a história da segurança global se tornou mais diversificada. Uma relativamente uniforme imagem de uma dinâmica de segurança político-militar deu lugar a concepções multissetoriais de segurança, a uma variedade maior de atores e a condições e dinâmicas que variam enormemente de uma para outra. [Assim, são incluídos] novos setores no estudo da segurança, tais como a economia, o meio-ambiente e as identidades” (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 19).

3.3. AS PREOCUPAÇÕES GEOPOLÍTICAS RUSSAS REFERENTES À UCRÂNIA E BELARUS

Como a Alemanha, a Rússia também tem sido um conceito geográfico. Suas fronteiras externas definiram sua identidade cultural e internacional; e sua organização territorial interna tem estado intimamente ligada com a natureza do seu regime político. Para citar umas das linhas mais parafraseadas do poeta Yevgeny Yevtushenko: “uma fronteira na Rússia é mais do que uma fronteira” (TRENIN, 2000, p. 11).

Nesta passagem, retirada do livro “*The End of Eurasia*”, o ex-membro do Exército Vermelho, e hoje pesquisador do Carnegie Endowment for International Peace, Dmitri Trenin, permite que se dimensione a relevância que os fatores

geográficos possuem para a Rússia, e como eles estão relacionados com a questão identitária do país e com seu comportamento no sistema internacional.

A relação direta entre extensão territorial e poder político no imaginário russo, exposta por Trenin, tem a ver com o fato de que em grande parte de sua história, a Rússia constituiu impérios. A constância de um poder imperial, aliada à sucessão de conquistas e perdas de territórios inerentes a tal situação, acarretou efeitos à auto-percepção russa que podem ser relacionados com questões geopolíticas. O primeiro deles é a noção compartilhada pela elite e pela sociedade do país de que a Rússia, por seu tamanho, riqueza natural e passado de participação em grandes conflitos mundiais, é um ator maior no sistema internacional, cujos interesses são globais e, por isto mesmo, devem ser respeitados pelos outros Estados¹¹³.

O segundo efeito a ser sinalado tem a ver com a segurança do país. Na medida em que, historicamente, a Rússia envolveu-se em várias guerras e disputas territoriais, ela sofreu ataques provenientes de todas as direções, talvez com exceção dos mares congelados do Norte que, porém, consistia na região fronteiriça mais vigiada do mundo durante o período da Guerra Fria. A recorrência das disputas com outros Estados sedimentou nas lideranças russas uma preocupação constante com a proteção do país. Isto leva a que conceitos típicos da geopolítica, tais como balança de poderes e esferas de influência, sejam moeda corrente no pensamento das lideranças russas, mesmo que hoje em dia a fonte de projeção de poder seja mais econômica do que militar e que não se fale abertamente em zonas de influência, tendo em vista a conotação negativa do termo. Os meios podem ter se alterado um pouco, mas os objetivos continuam os mesmos, ainda que um tanto escamoteados. Em suma, Moscou continua sendo guiada por idéias e prioridades oriundas da geopolítica tradicional, contudo, aprendeu a “empacotá-las” apropriadamente (LO, 2003, p. 95).

¹¹³ Em pesquisa realizada pelo centro de pesquisas russo, Instituto Yuri Levada, em 10 de agosto de 2007, a importância que os russos conferem ao seu país na arena internacional pôde ser confirmada. À pergunta “Qual é a influência da Rússia nos assuntos internacionais hoje?” os russos escolheram as seguintes respostas: Significante: 67%; insignificante: 26%; difícil de dizer: 7%. Fonte: Russia Analytical Digest nº 26, 2007, p. 08. Outro instituto de pesquisa, o Centro Russo de Pesquisa de Opinião Pública realizou pesquisa parecida, cujos resultados também foram semelhantes. Entre 24 e 25 de março de 2007, 77% de um universo de 1.600 russos entrevistados concordaram total ou parcialmente com a assertiva de que a Rússia começou a desempenhar um papel significativo na política mundial, enquanto 16% discordaram total ou parcialmente da assertiva citada. Fonte: <http://wciom.com/archives/thematic-archive/info-material/single/8305.html>. Último acesso em 26 de março de 2008.

Os dois efeitos citados, que estão intimamente ligados à conexão que os russos fazem entre poder político e área geográfica, são sentidos na política externa que a Rússia desenvolve no tocante aos países que constituem o Complexo Regional de Segurança formado pelo espaço pós-soviético. Dado o passado recente, de outra forma não poderia ser, pois estes países estiveram diretamente envolvidos no último período de expansão territorial russo, após a II Guerra Mundial, quando o fato de passarem a ser comandados por Moscou colaborou para que o poderio russo no sistema internacional atingisse o seu ápice. Da mesma forma, os Estados citados estão relacionados com a derradeira retração do território russo, gerada pelo fim da União Soviética, fato que marcou para a Rússia o início de um período de severo enfraquecimento e sucessivas humilhações no cenário internacional.

Diante das circunstâncias históricas referidas, sobre as quais a memória é recente, e da sua própria mentalidade geopolítica, é natural que o povo russo enxergue os Estados do espaço pós-soviético como fonte de poder de seu país. Assim sendo, se hoje é impossível reviver o domínio sobre aqueles países, seja pela falta de capacidade russa, seja porque a comunidade internacional não vê com bons olhos arroubos imperialistas, o raciocínio vigente é de que, ao menos, tal conjunto de Estados há de permanecer como zona de influência russa. Ressalte-se que se uma esfera de influência não significa domínio direto, também não deixa de simbolizar uma forma de projeção de poder sobre área geográfica superior às fronteiras nacionais. Isto contribui para explicar porque o ato de manter os Estados vizinhos sob sua órbita é percebido por Moscou como uma condição para que a Rússia seja considerada um Estado forte na balança de poder do sistema internacional, bem como para a continuação do desequilíbrio na distribuição do poder dentro do Complexo de Segurança Regional liderado por Moscou.

O objetivo da Rússia, ao liderar a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) não era outro que institucionalizar, de algum modo, a sua zona de influência¹¹⁴. Ao comandar uma organização internacional composta pelas ex-repúblicas soviéticas, o Kremlin acreditava que continuaria como a voz forte nos

¹¹⁴ Em documento oficial de 1995, Yeltsin declarou que “o principal objetivo da Rússia em relação à CEI era criar uma associação de estados política e economicamente integrada capaz de reclamar seu próprio lugar na comunidade internacional”. Além disso serviria para “consolidar a Rússia como a líder na formação de um novo sistema de relações interestatais econômicas e políticas no território da ex-União Soviética” (YELTSIN, 1995, apud BRZEZINSKI, 1997, p. 107).

assuntos da região, além de poder controlar as políticas externas dos novos Estados independentes, de acordo com os seus interesses (NOGEE e DONALDSON, 2005, p. 181).

Ao se falar em balança de poder e esferas de influência no pensamento do Kremlin, cabe atentar ao fato de que desde 1991 os termos em voga não foram tratados de forma idêntica pelos sucessivos Ministros de Relações Exteriores da Rússia. É interessante, assim, ressaltar algumas vicissitudes da política externa russa quanto a tais conceitos geopolíticos.

Como visto no capítulo anterior, nos dois primeiros anos do Governo Yeltsin, o Ministro das Relações Exteriores, Andrei Kosyrev, procurou uma maior integração russa com o ocidente. Por tal razão, neste período, termos como “balança de poder” e “esferas de influência” eram negados pelo Kremlin. Quando Primakov assumiu o posto de Ministro das Relações Exteriores, seu histórico político e suas concepções ideológicas o fizeram trazer para a linha de frente da política externa russa conceitos tipicamente geopolíticos. A intenção declarada do novo ministro era aproximar o país das potências emergentes do Oriente (China e Irã, sobretudo) a fim de estabelecer uma balança de poderes no cenário internacional baseada em uma multipolaridade, que substituiria a unipolaridade sustentada pelos Estados Unidos. Em relação aos países do espaço pós-soviético, a mudança de rumo da política exterior russa foi significativa, sendo a negligência dos primeiros anos de Kosyrev deixada de lado. Com Primakov, a Rússia retomou o pensamento de que a conquista de alguma espécie de poder global estava associada à manutenção dos Estados que compunham a CEI como uma zona na qual a projeção de seu poder fosse indiscutível.

Em setembro de 1999, Vladimir Putin, ex-chefe do serviço secreto russo (FSB), foi conduzido ao cargo de Primeiro-Ministro. O norte da política de Putin era o pragmatismo. A Rússia deixaria de ser um país voltado exclusivamente ao Ocidente ou ao Oriente para se transformar em um parceiro de todos que assim o desejassem. Poucos meses depois, em março de 2000, Putin foi eleito presidente russo. Ele nomeou para o cargo de Ministro das Relações Exteriores a Sergei Lavrov. Juntos adotaram, em relação aos assuntos externos, políticas afeitas tanto à primeira fase de Kosyrev, quanto ao período de Primakov¹¹⁵, sem que

¹¹⁵ Em artigo publicado na revista *Russia in Global Affairs*, o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov defende a multipolaridade no sistema internacional, a partir da formação de novos centros de influência,

abandonassem uma conduta pragmática. No concernente aos países do Complexo Regional de Segurança pós-soviético, Putin e Lavrov seguiram linha idêntica à de Primakov, porém com outra roupagem. Moscou tenta passar a imagem de que lida com os Estados vizinhos a partir de bases estritamente comerciais e objetivas¹¹⁶, porém a politização desta sua atitude é evidente. Como dito anteriormente, modificaram-se os meios, mas os objetivos russos relacionados ao poder continuam os mesmos. Destarte, não existe óbice em se afirmar que sob a presidência de Vladimir Putin, o comando dos conceitos geopolíticos de esfera de influência, balança de poder e jogo de soma zero continuam vivos na estratégia do Kremlin voltada para a região formada pelas ex-repúblicas socialistas soviéticas, bem como para o sistema internacional como um todo.

Aqui vale abrir parênteses para destacar que as alterações dos rumos da política externa russa sob o comando de Kosyrev, Primakov e Putin denotam a interação entre alguns dos níveis de análise propostos por Buzan e Waeber. O ponto de partida é o nível local, representado pelas diferentes correntes políticas russas que se alternaram no poder durante os anos Yeltsin, bem como pelo grupo político de Vladimir Putin, o qual fez uma síntese dos interesses e visões de mundo de seus antecessores, ora pendendo para o lado dos ocidentalistas de Kosyrev, ora para o eurasianismo de Primakov¹¹⁷. O patamar local se insere no regional na medida em que a variação do poder na política doméstica russa significou modificações nas atitudes de Moscou para com os Estados da região. Outrossim, pode ser constatado o entrelaçamento dos níveis local e global, tendo em vista que no período abordado todos os ministros de relações exteriores da Rússia manifestaram interesses ligados ao plano sistêmico, seja pedindo ajuda e buscando aceitação na comunidade internacional (Kosyrev), seja almejando a retomada de poder global e o estabelecimento de uma multipolaridade no sistema internacional (Primakov e Putin).

ao mesmo tempo em que advoga a inserção da Rússia em organizações internacionais criadas pelas potências do Ocidente, como a OMC, por exemplo. (LAVROV, 2006, p. 14).

¹¹⁶ No artigo de Lavrov citado há menção específica quanto a este posicionamento russo (LAVROV, 2006, p. 15).

¹¹⁷ A política doméstica russa se divide em duas facções principais. De um lado, temos os *Ocidentalistas*, os quais crêem que, com o passar dos anos, a Rússia absorveu instituições e valores suficientemente próximos daqueles existentes nos países europeus, o que torna os seus laços identitários com o Velho Continente muito fortes. A política externa do país há de seguir um rumo de aproximação com a Europa. Por outro lado, os *Eurasianistas* defendem a visão de que a Rússia é um país singular, com uma civilização bi-continental única, o que a faz colher benefícios geopolíticos de sua localização entre a Ásia e a Europa. No aspecto cultural, os eurasianistas consideram a cultura russa superior e não acreditam haver compartilhamento de valores com o ocidente. Aliás, os países ocidentais são vistos como a maior ameaça à Rússia, posto que historicamente o país teria sido vítima freqüente dos movimentos de expansão imperial das potências européias e dos Estados Unidos.

Quanto à última situação, vale frisar que os objetivos direcionados ao patamar global dependiam, em alguma extensão, da dinâmica regional, conforme referido anteriormente, o que intensifica a interação analisada. O caminho inverso também pode ser trilhado, uma vez que as respostas decepcionantes das grandes potências ocidentais aos anseios sistêmicos russos, logo após 1991, precipitaram a mudança de rumo na política doméstica do país e, conseqüentemente, na sua posição acerca dos assuntos globais. A conexão entre o plano regional e os níveis global e inter-regional também existe, mas ela fica mais clara quando entram em cena as relações russo-ucraniano-bielo-russas.

Dentre as ex-repúblicas socialistas soviéticas, Belarus e Ucrânia assumem papel de destaque para a Rússia também no tocante às questões geopolíticas. Antes de ingressar na análise das razões individuais que acarretam à Minsk e Kiev tal importância, impende que seja feita alusão a dois fatores estratégicos nos quais Moscou considera ucranianos e bielo-russos a partir de uma ótica muito similar.

O primeiro deles possui vinculação com a citação de Dmitri Trenin que abre o sub-capítulo: a identidade internacional da Rússia é medida pelos próprios russos em função da extensão de suas fronteiras. Em outras palavras, os russos apenas considerarão seu Estado poderoso se ele dominar a outros, ou, como visto antes, se ele possuir uma zona de influência. Embora valorosa por si mesma, esta assertiva possui uma circunstância a ser destacada. Na visão russa, sem exercer alguma espécie de domínio sobre ucranianos e bielo-russos a Rússia não alcança toda a sua capacidade de se tornar um Estado verdadeiramente grande no cenário internacional, pois a magnitude do país e o seu poder pressupõe a reunião dos três povos eslavos orientais derivados dos antigos russos sob o comando do irmão maior. Estas são idéias bastante difundidas na sociedade russa, já tendo sido tratadas no capítulo destinado às proximidades culturais e históricas dos países estudados.

Entretanto, não é apenas a questão identitária que está por trás do permanente desejo russo de domínio sobre os vizinhos do oeste. Há fatores de cunho geopolítico que reforçam esta visão. Durante os períodos imperiais, o sucesso da expansão russa em direção ao Ocidente passou pela conquista, integral ou parcial, dos territórios de ucranianos e bielo-russos. O alargamento das fronteiras para o oeste era importante para Moscou não somente em função do aumento da

porção ocidental de seu território¹¹⁸, mas também porque inseria a Rússia com mais força no concerto das nações européias, ao mesmo tempo em que afastava substancialmente o perigo de ataques ao coração político e econômico do império¹¹⁹, visto que as ameaças mais temidas pelo Kremlin eram as provenientes do Ocidente¹²⁰. Logo, para a Rússia, possuir ascendência sobre Ucrânia e Belarus significa um aumento de território que reforça a sua auto-estima, confere segurança ao país e lhe dá o poder necessário para que se realize como a “grande potência” que historicamente é. Ressalte-se que esta percepção é reforçada na atualidade, na medida em que Ucrânia e Belarus são os Estados que separam a Rússia da União Européia. Além disto, são os dois maiores países europeus ainda pertencentes à zona de influência russa. Logo, perder a ascendência sobre ambos, sobretudo no tocante à Ucrânia, significa para o Kremlin estar na Europa mas não possuir nenhum aliado com peso político e estratégico no continente, o que enfraquece em alguma medida a sua posição na política européia, assim como nos contatos inter-regionais dos Complexos Regionais de Segurança europeu e pós-soviético.

Tal enfraquecimento poderia levar à perda da proeminência russa na região da qual é o centro. Sem o poder regional, a Rússia correria o risco de se ver cercada pela superpotência norte-americana e pela grande potência da União Européia a oeste, assim como pelas grandes potências do Japão, ao leste, e da China, a sudeste. Um “cercamento” desta monta evocaria assuntos desagradáveis e temporariamente esquecidos para Moscou, como o da integridade territorial¹²¹, da

¹¹⁸ Ressalte-se que hoje, caso fosse possível o controle sobre a Ucrânia, este representaria para Moscou a absorção do segundo maior território nacional da Europa (603.700 km², atrás apenas da própria porção européia da Rússia) e de uma população de 46.806.819 habitantes, a imensa maioria de origem eslava. Historicamente, este foi o sentido da política de fronteiras soviética, com a reivindicação da “Linha Curzon” como fronteira com a Polônia (em 1939 e depois em Yalta), assim como a incorporação dos países bálticos, da metade setentrional da Prússia Oriental, da Bucovina do Norte e da Besarábia romenas e do istmo de Carelia e do corredor de Pachelga da Finlândia foi a raiz dos tratados de paz posteriores à II Guerra Mundial.

¹¹⁹ Dominic Lieven cita a invasão da Finlândia em 1808-9, a qual preveniria futuros ataques vindos da Suécia, e a aquisição da Polónia e das províncias bálticas após a II Guerra Mundial como exemplos da política russa de afastar as ameaças do ocidente do coração político e econômico dos impérios czarista (no primeiro caso) e soviético (no segundo), ou seja, Moscou (LIEVEN, 2000, p. 214 e 215).

¹²⁰ Brevemente, podemos citar a invasão napoleônica, a I e, principalmente, a II Guerra Mundial como severas ameaças à integridade de Moscou advindas dos Estados Ocidentais, às quais podemos acrescentar o conflito russo-polaco decorrente da Guerra Civil que se seguiu à Revolução de Outubro, e o confronto armado com a Finlândia de 1939. Pode ser incluída neste rol a ameaça norte-americana durante a Guerra Fria, pois mesmo que não tenha ocorrido uma invasão ao território russo, o temor nuclear foi, durante décadas, uma constante no imaginário russo. Ainda sobre as invasões à Rússia, vale desde logo destacar que elas ocorriam preferencialmente por um trajeto que cruzava o que hoje é o território bielo-russo.

¹²¹ Logo após o final da União Soviética, a minoração de força e o caos social na Rússia levaram muitos analistas a questionar se a Rússia conseguiria se manter com as fronteiras existentes em 1991, ou se perderia ainda mais territórios para Estados vizinhos ou com a criação de novos países em seu próprio seio.

ameaça islâmica interna¹²² e a sua sensível perda demográfica¹²³. Além disso, os Estados que formaram parte, durante a Guerra Fria, do chamado “Campo Socialista” aumentariam suas demandas contra uma Rússia internacionalmente enfraquecida¹²⁴. O resultado aqui sugerido pode ser catastrófico demais, mas não é de todo impossível, quando menos no discurso de diversos operadores políticos e, ainda, de cientistas sociais russos.

Destarte, a permanência do poder regional russo parece ser crucial para Moscou. E tal situação passa pelas questões atinentes à Ucrânia e Belarus. Como as preocupações geopolíticas russas no tocante aos dois países não são idênticas, cabe focalizar as duas situações em separado.

3.3.1. A Ucrânia na Concepção Geopolítica Russa

A Ucrânia é peça-chave à manutenção da liderança russa na região e no acréscimo de poder global almejado pelo Kremlin. Quando se observa as relações russo-ucranianas a partir do prisma da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança e de seus conceitos, é possível verificar com clareza tanto a dinâmica interna de um Complexo Regional de Segurança quanto as interações dos níveis de análise propostos pelos formuladores da teoria em destaque. As situações internas (nível local) de Rússia e Ucrânia afetam as relações que ambas mantêm entre si (nível regional) e estas relações permitem que potências externas à região procurem se imiscuir nos assuntos regionais (dimensão global e sua penetração no nível

¹²² O peso do islã aumenta sensivelmente dentro da Rússia. A Guerra da Chechênia, mesmo que não seja considerada uma guerra religiosa propriamente dita, não deixa de possuir uma conotação étnica, pois os rebeldes chechenos são islâmicos e reivindicam uma república deste cunho. A perda de poder internacional da Rússia tem sido vista por certos políticos russos como uma forma de enfraquecê-la no âmbito interno e, com isto, facilitar a batalha para os chechenos. Para essas mesmas fontes, o sucesso destes, por sua vez, poderia ocasionar um efeito cascata, com outras regiões russas de maioria populacional islâmica exigindo independência, como a Ossétia do Norte, o Daguestão e a Tartária.

¹²³ A Rússia perde quase um milhão de habitantes por ano, devido ao baixíssimo crescimento populacional. Em algumas regiões do leste do país, a situação é bastante complicada, principalmente naquelas que fazem fronteira com a superpopulosa China. Há o temor de que ocorra uma imigração descontrolada de chineses nas províncias russas com baixa densidade populacional, o que causaria um desequilíbrio étnico interno na Rússia, e potencialmente a enfraqueceria diante da China.

¹²⁴ Os países bálticos, Lituânia, Letônia e Estônia já condenaram a Rússia pela dominação dos tempos soviéticos. Durante as comemorações pelos 60 anos da vitória na II Guerra Mundial, em Moscou, os Estados citados não somente não mandaram representantes, como cobraram publicamente indenizações pelas perdas impingidas pelo governo soviético. Além deles, a Polônia é outro Estado que, por ter feito parte do “Campo Socialista”, seguidamente acusa a Rússia de práticas imperialistas.

regional) e até mesmo nos locais. O entrelaçamento dos níveis de análise colabora sobremaneira para o estudo dos contatos entre Rússia e Ucrânia, e, em especial, das questões geopolíticas neles existentes.

Como visto em oportunidade anterior, Ucrânia e Rússia desenvolveram ao longo dos séculos padrões de amizade e inimizade que variam constantemente. Não é necessário que se retroaja muito no tempo para verificar tal circunstância. Desde 1991, as disputas internas ucranianas geraram governos que eram francamente contra a Rússia (era Kravchuk), declaradamente apoiadores de um estreitamento de laços com os russos, mas que adotaram medidas até certo ponto contrárias a tal posicionamento (era Kuchma), ou ainda contrários à “influência perniciosa russa”, mas não aprioristicamente opositores aos vizinhos do leste (era Yushchenko). Os efeitos destas mudanças na situação interna da Ucrânia causaram, como de resto causam, preocupações de monta à Rússia. Sem a Ucrânia, é impossível para Moscou conceber a restauração, ainda que em novas bases, de seu poder imperial. Outro aspecto a ser citado é o temor russo de que a política externa ucraniana acabe por proporcionar uma inserção incisiva de outras grandes potências ou da superpotência norte-americana na dinâmica da região. Além do medo de influências exógenas, a Rússia não pode assistir ao afastamento completo da Ucrânia de seu círculo de relações próximas porque no território ucraniano estão localizadas algumas das mais importantes rotas de comercialização dos recursos energéticos russos, produto que está na base da retomada do crescimento econômico do país e da recuperação de parte do prestígio da Rússia na arena internacional. Mais uma questão de peso para a Rússia no concernente à Ucrânia é a condição estratégica do Mar Negro e da base naval russa localizada na cidade ribeirinha ucraniana de Sebastopol.

Zbigniew Brzezinski sustenta que sem a Ucrânia, a Rússia não pode retomar o seu império eurasiático. Uma Kiev independente e fora da órbita russa significaria para Moscou a perda das riquezas naturais e das potencialidades econômicas ucranianas, além de impedir a reconstituição de uma união dos povos eslavos e prejudicar a posição russa no Mar Negro. Isto seria dramático para os planos russos, pois “sem a Ucrânia e os milhões de companheiros eslavos, qualquer tentativa de Moscou de reconstruir um império eurasiático deixaria a Rússia enredada sozinha em conflitos prolongados com nacionalidades e religiões não-eslavas, dos quais a Guerra da Chechênia é o primeiro exemplo (BRZEZINSKI, 1997, p. 92).

Relativizando a posição de Brzezinski a partir da substituição do termo “império eurasiático” por “zona de influência russa eurasiática”, é forçoso considerar que o estrategista norte-americano possui razão em sua análise. Sem a Ucrânia, por tudo que ela representa em termos de população, território, posição estratégica, recursos naturais e europeísmo, a extensão do controle russo sobre o Complexo Regional de Segurança da ex-União Soviética restaria diminuído. Seja porque a Rússia se veria isolada como praticamente único país eslavo da região (Belarus também é eslavo, mas é muito diminuto em comparação com a Ucrânia), seja porque as demais ex-repúblicas soviéticas poderiam utilizar a própria Ucrânia para estabelecer contatos com outras potências e assim procurar minorar suas dependências políticas e econômicas em relação a Moscou.

A perda definitiva da influência sobre a Ucrânia prejudicaria o projeto de poder regional e global russo também porque favoreceria a penetração de grandes potências externas ao Complexo Regional de Segurança liderado pelo Kremlin. Este é o primeiro dos temores russos acima citados em relação ao posicionamento de política externa adotado por Kiev. Pode se dizer que eles advêm de duas fontes: os Estados Unidos, diretamente, ou via OTAN, e a União Européia. Os tipos de desafios que os dois representam à Rússia são diversos, mas o resultado a ser evitado é basicamente o mesmo, qual seja, a perda de capacidade de Moscou de comandar a região que considera uma zona de influência historicamente sua¹²⁵.

Inimiga de primeira hora da União Soviética durante a Guerra Fria, a OTAN não foi desfeita após o desmembramento daquela e o fim definitivo do perigo proveniente do comunismo internacional. Uma parceria entre Rússia e a organização militar (capitaneada pelos Estados Unidos), impensável durante grande parte do século XX, se realizou formalmente no ano de 2002, quando as partes formaram o Conselho OTAN-Rússia (NRC na sigla em inglês). A pretensão almejada era o estabelecimento de parcerias construtivas em assuntos de defesa militar e civil. Contudo, o acordo assinado não evitou que as desconfianças russas em relação à OTAN continuassem acentuadas. Bobo Lo sustenta que a aproximação russa da

¹²⁵ O sentimento de aversão à influência estrangeira na região pode ser medido por pesquisa realizada pelo instituto Yuri Levada. Diante da questão: “Qual a política que a Rússia deveria desenvolver em relação aos países da CEI?” as respostas dadas foram as seguintes: A Rússia deveria garantir que outros Estados não exerçam pressões danosas sobre estes países: 32%; A Rússia deve apoiar forças democráticas e mudanças progressivas nestes países: 18%; A Rússia deve apoiar os presidentes que estão no poder nestes países, não importando quem sejam, desde que professem lealdade à Rússia: 9%; e Difícil de dizer: 9%. Fonte Russia Analytical Digest, nº 26, 2007, p. 09.

organização militar ocidental teve como ponto de partida não o desejo puro de colaboração pela paz mundial, mas sim a percepção que este tipo de acordo era muito mais produtor na busca do objetivo de controlar o avanço da OTAN sobre o espaço pós-soviético e assim manter a predominância russa na região (LO, 2003, p. 80).

O pragmatismo que se esconde por trás da política russa de aproximação com a OTAN é gerado pela percepção do Kremlin de que a organização continua sendo uma contendora no mundo, e, principalmente, no Complexo Regional de Segurança cujo centro é Moscou¹²⁶. Na visão russa, os discursos norte-americanos em prol da ordem mundial e de pacificação de regiões específicas do planeta escondem as ambições hegemônicas dos Estados Unidos, exatamente como ocorria no período da Guerra Fria. A desconfiança russa é facilmente observada quando assuntos polêmicos de segurança vêm a lume, como, por exemplo, a instalação de mísseis supostamente defensivos em países do Leste Europeu. Sob a alegação de que ameaças à Europa poderiam vir do Irã e de seu programa de enriquecimento de urânio, os Estados Unidos pretendem instalar mísseis e escudos anti-mísseis na Polônia e na República Tcheca. Na prática, o sistema de defesa norte-americano acabaria por inutilizar a força nuclear estratégica russa, desequilibrando a paridade nuclear entre Rússia e Estados Unidos, em favor do último. O descontentamento russo foi manifestado pelo próprio presidente Vladimir Putin em discurso proferido em Berlin, no dia 10 de fevereiro de 2007, no qual o presidente russo declarou que se os planos de instalação dos mísseis não fossem depostos, a Rússia tomaria contra-medidas para garantir sua segurança¹²⁷. Nessa mesma ocasião, Putin demonstrou com clareza sua desconfiança acerca da expansão da OTAN

Eu acho que é óbvio que a expansão da OTAN não tem nenhuma relação com a modernização da própria Aliança ou com o aumento da segurança na Europa. Pelo contrário. Ela representa uma séria provocação que reduz o nível de confiança mútua. E nós [os russos] temos o direito de perguntar: contra quem essa expansão é tencionada? E o que aconteceu com as

¹²⁶ Em pesquisa realizada em março de 2007 e citada precedentemente, a OTAN e a América (EUA) foram os únicos “conceitos” que receberam avaliação negativa dos russos diante da questão: “Qual das designações abaixo evocam emoções positivas e qual das designações abaixo evocam emoções negativas?” O percentual de respostas negativa em relação à OTAN foi de 58%, diante de 19% de respostas positivas. Já os Estados Unidos receberam 50% de respostas negativas e 32% de respostas positivas. Fonte: Russia Analytical Digest, nº 26, 2007, p. 09.

¹²⁷ No discurso mencionado, Vladimir Putin foi bastante claro ao referir que as potências ocidentais, nominalmente os Estados Unidos, e suas organizações, como a OTAN, podem vir a ser consideradas como ameaças à Rússia, dependendo dos movimentos que fizerem no futuro.

garantias que nossos parceiros ocidentais fizeram após a dissolução do Pacto de Varsóvia? Onde estão estas declarações hoje? Ninguém se lembra delas (PUTIN, 2007).

O discurso foi criticado pela mídia ocidental, que hostilizou as preocupações geopolíticas russas, afirmando que elas pertenciam a uma época já extinta. Todavia, os planos de expansão da OTAN em direção aos países do extinto “Campo Socialista” continuam¹²⁸. Já o assunto dos mísseis supostamente defensivos permanece indefinido, apesar de a Rússia ter feito propostas alternativas aos Estados Unidos de controle das supostas ameaças iraniana e norte-coreana¹²⁹. Em 03 de abril de 2008, durante encontro da OTAN, a organização militar aprovou os planos norte-americanos referentes à instalação do sistema de mísseis em países da Europa Central. De qualquer sorte, a controvérsia demonstra que os acordos formais entre Rússia e OTAN não servem para apagar os medos e as desconfianças históricas. Igualmente, revela a verdadeira imagem que Moscou guarda da aliança militar, talvez nem tanto como uma ameaça real de ataque externo, mas certamente como um inimigo disputante pela predominância político-militar na região pós-soviética.

A Ucrânia está inserida na ainda operante rivalidade entre Rússia e OTAN. O interesse da organização militar e dos Estados Unidos pela Ucrânia deve-se a vários fatores, entre eles a extensão do território ucraniano; a posição estratégica do país e sua faixa litorânea voltada para o Mar Negro; a sua importância na distribuição de recursos energéticos à Europa; a relevância para a Rússia e a possibilidade de fincar definitivamente a bandeira norte-americana no Complexo Regional pós-soviético. Como se observa, os motivos que levam a OTAN e a superpotência norte-americana a se interessar pela Ucrânia são quase os mesmos que tornam insuportável ao Kremlin a perda definitiva da influência sobre o país. Do lado russo, podem ser acrescentadas preocupações como o status da Criméia; a existência da base naval russa na cidade ucraniana de Sebastopol, sede da frota russa no Mar Negro, que por óbvio não poderia cair em mãos da OTAN; e a sensação de

¹²⁸ No encontro da OTAN realizado em abril de 2008, na cidade de Bucareste, um dos assuntos em pauta foi a admissão de Albânia, Macedônia e Croácia como novos membros da organização.

¹²⁹ Em encontro realizado em março de 2008, as autoridades russas e norte-americanas não chegaram a nenhum acordo acerca dos mísseis e do radar a serem instalados na Europa Central. A Rússia reforçou sua posição de que os norte-americanos compartilhem parte do sistema de defesa russo que permite o monitoramento do Irã, o que não foi aceito pelos EUA. O Ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov, declarou que o melhor modo de resolver a situação da colocação de mísseis na Europa é o abandono de tais planos e o estabelecimento de planos conjuntos entre Rússia e Estados Unidos. Fonte: <http://en.rian.ru/world/20080328/102423424.html>.

insegurança que gerada pelo fato de que a admissão da Ucrânia na OTAN traria para a fronteira oeste russa os armamentos e as tropas da organização militar atlântica.

Consciente dos riscos que a aproximação de Kiev com a OTAN representam, a Rússia não viu com bons olhos quando a Ucrânia se tornou o primeiro país das ex-repúblicas soviéticas a assinar um acordo de Parceira para a Paz (PfP, na sigla em inglês), ainda em fevereiro de 1994. A contrariedade russa aumentou em 1997, quando Ucrânia e OTAN assinaram novo acordo, desta feita a Carta de Parceria Distintiva, que resultou em exercícios militares conjuntos realizados sem prévia notificação a Moscou.

Na virada do século, o processo de adesão ucraniano junto à OTAN arrefeceu. Isto ocorreu devido a fatores externos e às limitações internas do país. Os fatores externos estão ligados à Rússia, pois a tática de Moscou de se aproximar da OTAN ao invés de confrontá-la com o intuito de melhorar sua posição geopolítica na região, funcionou nos primeiros anos do século XXI. O apoio que Vladimir Putin deu ao presidente George Bush após o 11 de setembro, bem como a formalização do Conselho OTAN-Rússia, diminuíram, ao menos por determinado tempo, o ímpeto da organização militar em direção Ucrânia, pois tal movimento causaria evidente desgosto ao Kremlin. Internamente, a incapacidade ucraniana de reformar seu exército a impediu de levar sua parceria com a organização ocidental a um estágio mais avançado (WILSON e RONTROYANNI, 2004, p. 56). Outro fator de ordem doméstica que pode ser citado como um complicador da adesão à OTAN é a ampla rejeição da idéia junto à sociedade ucraniana¹³⁰.

Contudo, desde meados de 2007, quando a figura de Yulia Tymoshenko voltou com força à cena política ucraniana, o assunto da admissão na OTAN ressurgiu. É claro que isto não se deve exclusivamente a Tymoshenko, pois as relações entre Rússia e Estados Unidos deterioraram-se nos últimos anos, e, particularmente, após o já citado discurso de Putin em Munique. Mas não se pode negar que se o Primeiro-Ministro ucraniano ainda fosse Yanukovich, não se falaria no presente momento em uma união da Ucrânia com a OTAN. Em janeiro de 2008,

¹³⁰ Arkadi Moshes analisou as possibilidades de acesso da Ucrânia à OTAN após a Revolução Laranja e concluiu que o maior impedimento da Ucrânia em se tornar membro da organização é o sentimento público anti-OTAN. O autor cita pesquisa realizada pelo Razumov Center, cujo resultado indicou que até mesmo na porção ocidental do país o apoio ao ingresso na OTAN era de apenas 30% da população, enquanto que no leste e no sul do país, a rejeição à idéia era próxima de 80% (MOSHES, 2006, p. 152).

a Primeira-Ministra, o presidente Yushchenko e o porta-voz parlamentar Arseniy Yatsenyuk assinaram e enviaram para o Secretário-Geral da OTAN um documento no qual solicitavam formalmente o ingresso do país no Plano de Filiação (Membership Action Plan, ou MAP) da organização¹³¹. Yanukovich, hoje líder da oposição, chamou o documento de “carta dos três” e acusou seus assinantes de tentarem dar um golpe no povo ucraniano, que seria contrário ao ingresso na OTAN. A polêmica seguiu com o bloqueio das votações no Parlamento ucraniano, em manobra coordenada por Yanukovich. Apenas em março de 2008 as partes chegaram a um acordo, no qual acertaram a realização de um referendo nacional em que o povo ucraniano aprovaria ou rejeitaria o ingresso do país na OTAN. Somente em caso de aprovação os movimentos formais de admissão poderiam ser retomados. Ressalte-se que mesmo sem os atos de Yanukovich, seria pouco provável que a Ucrânia conseguisse colocar o assunto de sua aceitação no Plano de Filiação no encontro da OTAN a ser realizado em abril de 2008. Segundo Fyodor Lukyanov, alguns fatores dificultam o caminho ucraniano. O primeiro deles seria a divisão dentro da Aliança quanto à questão ucraniana. Enquanto os norte-americanos defendem a aceitação da Ucrânia, os europeus, especialmente França e Alemanha, não são favoráveis à proposta, pois temem o descontentamento e a reação russa diante do fato¹³². Em segundo lugar, há a instabilidade política ucraniana, oriunda não somente das divergências regionais, mas também do fato de Yushchenko e Tymoshenko não serem mais os aliados que eram antes. Em terceiro, há a esperança de que o próximo presidente russo, Medvedev, altere um pouco a atual retórica de Putin (LUKYANOV, 2008). Além dos fatores mencionados, há a desaprovação da sociedade ucraniana aos planos de seu governo. Em recente pesquisa, conduzida pelo *All-Ukrainian Social Service* entre fevereiro e março de 2008, apenas 11,1% dos entrevistados na Ucrânia disse que votaria a favor do ingresso do país na OTAN¹³³. Ira Straus argumenta que forçar o ingresso na OTAN, como o governo ucraniano vem fazendo desde o fim de 2007, levará à exacerbação

¹³¹ Cabe esclarecer que a aceitação no Plano de Filiação não indica imediato acesso à OTAN. Calcula-se um prazo de pelo menos quatro anos entre eventual aceite da Ucrânia no Plano de Filiação e o ingresso definitivo na Aliança Atlântica (FEDYASHIN, 2008).

¹³² A chanceler alemã Angela Merkel declarou que a Ucrânia não cumpre um dos requisitos básicos para a admissão na OTAN, qual seja, o de que sua população seja majoritariamente favorável ao ingresso do país na organização militar (STRAUS, 2008).

¹³³ Fonte: <http://en.rian.ru/world/20080317/101485174.html>. Último acesso em 17/03/2008.

da instabilidade política no país, sem que isto resulte em aprovação popular tanto à proposta quanto aos atuais mandatários do país (STRAUS, 2008).

No encontro da OTAN ocorrido em abril de 2008, a organização decidiu postergar o ingresso da Ucrânia e da Geórgia no Plano de Filiação. Contudo, foi dito que, eventualmente, no futuro os dois países poderão se tornar membros da aliança atlântica. A declaração oficial vaga, apesar do forte apoio norte-americano à proposta ucraniana, é reveladora das dificuldades que a admissão do país enfrenta no seio da própria OTAN. Em que pese a pouca probabilidade de que a Ucrânia efetivamente seja alçada à condição de membro da organização num futuro próximo, a Rússia continua encarando este cenário como possível, e os resultados daí advindos como uma desastrosa perda de seu poder no Complexo Regional de Segurança pós-soviético. A penetração da superpotência remanescente na região seria um abalo substancial na capacidade russa de manter o domínio regional que tanto preza. Por este motivo, os pronunciamentos de Vladimir Putin e de Sergei Lavrov têm sido duros quando abordam a expansão da OTAN no sentido do leste europeu. Na última entrevista coletiva anual como presidente russo, concedida em fevereiro de 2008, Vladimir Putin foi honesto e ameaçador quanto à reação russa caso a Ucrânia se torne membro da OTAN.

No tocante à situação na Ucrânia, de acordo com a informação que eu tenho, a grande maioria dos ucranianos se opõe ao ingresso na OTAN. Mas as lideranças ucranianas assim mesmo assinaram certo documento dando início aos procedimentos de acesso.[...] Se esta for a forma como as coisas estão sendo feitas, sem perguntar a opinião de ninguém, então talvez no futuro lá poderão ser estabelecidas bases e instalados componentes de sistemas de mísseis de defesa. E o que devemos fazer? Em tal situação, seremos obrigados a mirar nossos mísseis para esses lugares, os quais consideraremos uma ameaça a nossa segurança nacional (PUTIN, 2008).

Novamente, o presidente foi muito criticado no ocidente pela sua “retórica belicista”. A, até certo ponto, surpreendente ameaça de Putin de apontar mísseis para o solo ucraniano dá a dimensão do temor russo de que o país vizinho se torne membro da OTAN e, conseqüentemente, aliado dos Estados Unidos.

Por seu turno, a ameaça protagonizada pela União Européia não envolve diretamente assuntos militares e de segurança, mas isto não lhe retira o potencial ameaçador aos interesses russos. Pelo contrário. A concepção de Grande Potência Moderna sustentada por Vladimir Putin inclui a capacidade de exercer atração

mediante a pujança econômica como um das principais qualidades a serem buscadas por um Estado no atual estágio da política internacional¹³⁴. A leitura do sistema mundial de Putin levou a Rússia a um grau inédito de economização de sua política externa, o que será visto no capítulo posterior. O destaque concedido pelo próprio presidente russo ao potencial econômico como fonte de poder faz com que a ameaça européia granjeie para si maior periculosidade do que os movimentos da OTAN, uma vez que, se no aspecto militar, a União Européia é débil e irresoluta, sua economia é forte e desenvolvida.

O alargamento da União Européia para o leste, o que incluiu as ex-repúblicas soviéticas bálticas (Lituânia, Estônia e Letônia) e países oriundos do fenecido “Campo Socialista” (Polônia e Romênia), trouxe a grande potência formada pelo bloco regional para as fronteiras russas. Mais do que isto, fortaleceu a União Européia como um forte pólo de atração para todos os países do Leste Europeu. A Ucrânia não somente respondeu ao canto da sereia européia, pouco se importando o quão efetivo ele era, como manifestou prontamente seu desejo de fazer parte do bloco.

A inclusão ucraniana na União Européia seria muito prejudicial à Rússia. Em primeiro lugar, consagraria a perda definitiva da Ucrânia como Estado sob o qual a Rússia deteria projeção de poder, uma vez que a União Européia enquanto bloco político-econômico não parece que esmorecerá num futuro próximo e que não há registro de expulsão de seus membros após aceitos. Segundamente, em compasso com o que já foi dito anteriormente, a perda da Ucrânia geraria um enfraquecimento brutal da Rússia no espaço pós-soviético, posto que na visão dos demais países, se Moscou não consegue nem controlar a nação irmã ucraniana, seu poderio está insanavelmente diminuído. Além destes fatores, relacionados com zona de influência e balança de poder regional, um ponto estratégico da política externa russa restaria abalado, qual seja, o controle dos recursos energéticos da região e de sua distribuição, sobretudo para a própria Europa.

Pode ser alegado que as preocupações russas quanto à União Européia não devem ser exacerbadas, dado que as perspectivas de inclusão da Ucrânia no bloco regional são ainda mais improváveis nos próximos anos do que a inserção do país na OTAN. Todavia, há algumas particularidades que precisam ser ponderadas. O

¹³⁴ O conceito de Grande Potência Moderna já foi descrito no Capítulo dois. Ver pág. 71.

fato de que a força europeia reside na economia facilita sua capacidade de atrair Estados não-membros, pois negociações comerciais atravessam mais livre e facilmente fronteiras do que exércitos e armamentos. Ou seja, existe maior possibilidade de que a União Europeia fortaleça sua presença como parceira econômica da Ucrânia sem a formalidade da inclusão, do que a OTAN de realizar exercícios militares sem o ingresso ucraniano na organização¹³⁵. Outra circunstância que deve ser levada em consideração é que a sociedade ucraniana é favorável ao ingresso na União Europeia, o que não ocorre quando o assunto é a inclusão na OTAN. Mais um aspecto a ser citado, no caso ucraniano, é a auto-compreensão da população da região oeste do país como legítimos europeus ocidentais, desprovidos de qualquer traço eurasiático. Portanto, a penetração da União Europeia na região formada pelas ex-repúblicas soviéticas (e especificamente na política interna ucraniana, apoiando grupos pró-ocidente e anti-Rússia), tem maiores possibilidades de ocorrer do que a penetração norte-americana via OTAN. Assim sendo, o medo russo de perder sua zona de influência tradicional e ver a balança de poder da região na qual é o pólo dominante transformar-se em algo menos assimétrico é mais palpável quando o risco provém da União Europeia.

Destarte, não se pode negar que o poderio russo no Complexo Regional de Segurança do qual é a única grande potência sofre assédio de outra grande potência e de uma superpotência, que se aproveitam da relação de amizade e inimizade entre russos e ucranianos e da balança de poder desfavorável para os segundos, para tentarem se imiscuir na região, com o intuito de nela aumentarem suas influências. Em função dos motivos já expostos, pode-se concluir que tais ameaças incomodam de modo singular a Rússia quando o Estado visado por parte das potências externas é a Ucrânia.

Outra razão que confere essencialidade estratégica à Ucrânia nos planos russos é o fato de que considerável parcela dos seus recursos energéticos exportados para a Europa atravessa território ucraniano¹³⁶. No capítulo referente às proximidades econômicas entre Rússia e Ucrânia e, principalmente, no que abordará os recursos energéticos, essa questão será aprofundada. Todavia, convém, por ora,

¹³⁵ Não se está aqui considerando a complementaridade real das economias de Ucrânia e União Europeia, principalmente depois do ingresso dos países do Leste Europeu, mas tão-somente analisando as capacidades de atração e de formação de parcerias teóricas dos fatores econômicos e militares.

¹³⁶ Cerca de 80% do gás natural exportado pela Rússia para a Europa atravessa a Ucrânia. Fonte: http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/World_Oil_Transit_Chokepoints/Russian_Export.html.

lançar um olhar sobre os recursos energéticos russos e sua distribuição sob o prisma geopolítico.

Os recursos energéticos constituem exemplo de um produto que está necessariamente ligado à geografia, posto que suas reservas estão assimetricamente distribuídas no espaço e não podem ser alteradas. Os Estados detentores de reservas de petróleo e gás natural, que são os principais recursos envolvidos nas relações russo-ucraniano-bielo-russas, precisam distribuí-los, logo, necessitam de rotas de distribuição que façam os produtos chegarem ao seu consumidor. Novamente, a geografia se vê presente, pois muitas destas rotas precisam atravessar territórios alheios, o que implica na realização de acordos entre os *países-produtores* e os *países-corredores* que permitam a entrega dos recursos. Ao país-produtor não é bom manter relações conflituosas com o país-corredor, pois isto pode afetar a venda do produto. Da mesma forma, como muitos países-corredor obtêm lucro da taxa de transporte e, no mais das vezes, também precisam comprar parte dos recursos energéticos que passam por suas terras, não é desejável a estes que o país-produtor corte o fluxo desses recursos ou desenvolva rotas alternativas. Como se observa, entre ambos se estabelece uma relação de troca que envolve poder, com a balança inclinada favoravelmente ao país-produtor. O fato de que os recursos mencionados serem energéticos acresce a intensidade do poder inserido na relação, uma vez que o mercado internacional possui grande demanda por esta espécie de produto. Portanto, mencionar produção e distribuição de energia significa abordar a ligação entre espaço e poder. Desta forma, os recursos energéticos podem ser analisados a partir da concepção de geopolítica utilizada no presente estudo.

A Rússia é a maior produtora de gás natural do mundo e a segunda maior produtora de petróleo. A principal consumidora de seus produtos, sobretudo o gás natural, é a União Européia. Os principais gasodutos que levam o gás aos demais países europeus foram construídos ainda nos tempos soviéticos e hoje estão em solo ucraniano. Assim, a Rússia precisa da Ucrânia para que seus recursos energéticos sejam entregues aos consumidores europeus. Como se observará adiante, a comercialização de energia está na raiz do crescimento econômico russo e, conseqüentemente, na retomada de um papel de destaque de Moscou na arena global. A conjunção destes fatores faz com que os recursos energéticos sejam centrais na política externa russa. Resulta disto o desejo de manter Kiev como um

parceiro confiável e próximo, pois assim pode controlar, de acordo com seus interesses, tanto a produção quanto a distribuição de seus recursos energéticos. Isto porque com a pendência da balança entre país-produtor e país-corredor inclinada para o seu lado, a Rússia pode auferir vantagens das negociações com os ucranianos referentes aos preços de venda de gás e petróleo e de transporte. O mesmo não ocorreria caso a Ucrânia conseguisse sua adesão à União Européia, ou se a parceria entre ambas fosse fortalecida, pois uma vez concretizadas essas hipóteses, a Rússia se veria obrigada a negociar os preços da energia e de seu transporte não somente com os ucranianos e sua condição de país-corredor, mas com os ucranianos escudados pela União Européia, a mais importante consumidora da energia russa.

Destarte, ao manter a Ucrânia dentro de sua zona de influência, a Rússia consegue determinar parcela relevante da logística de produção e entrega de suas reservas de gás natural e petróleo, dois dos recursos naturais não-renováveis de maior importância geopolítica e estratégica no mercado mundial na atualidade.

Ainda no tocante à relevância geopolítica da Ucrânia para os interesses russos, vale destacar a situação do Mar Negro. Hoje localizado entre os Estados da Rússia, Ucrânia, Turquia, Romênia, Bulgária e Geórgia, nos tempos soviéticos o Mar Negro era o ponto de partida da projeção de poder naval da Rússia sobre o Mediterrâneo (BRZEZINSKI, 1997, p. 93). Não por outra razão, é nas margens do Mar Negro que se encontra a base naval de Sebastopol, motivo de intensas disputas entre Rússia e Ucrânia durante a década de 1990. Mesmo que devido à implosão da União Soviética e à independência de Ucrânia e Geórgia, a Rússia tenha perdido sua posição dominante no Mar Negro, a manutenção da Ucrânia como parceira permite que aquela ainda resguarde um papel a ser respeitado na região, sobretudo pela permanência de sua base naval, o que lhe permite acesso facilitado ao Mar Mediterrâneo¹³⁷.

¹³⁷ Em pronunciamento recente, o Ministro da Defesa russo, Anatoly Serdyukov, declarou que a Rússia tem planos de lançar uma expedição no Nordeste do Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo, similar à realizada no Mar de Barents e no Oceano Glacial Ártico em 2006. Os objetivos são assegurar a presença naval russa nestas áreas, além de garantir a segurança da navegação russa. Fonte: <http://en.rian.ru/russia/20071205/91056421.html>.

3.3.2. Belarus na Concepção Geopolítica Russa

Estado mais próximo da Rússia desde o fim da União Soviética, Belarus também detém singular relevância estratégica para Moscou. Dmitri Trenin considera que em termos puramente estratégicos, Belarus é talvez o mais importante país da Europa para a Rússia (TRENIN, 2001, p. 160). Afora as considerações feitas anteriormente e o fato de também ser um país-corredor no transporte de recursos energéticos, há razões geopolíticas que fazem Moscou prestar atenção em Minsk que são diversas das que atraem os olhos moscovitas para Kiev.

Desde logo, vale referir que o comportamento de Belarus para com a Rússia é muito diferente em comparação com o ucraniano. Enquanto Belarus sempre procurou se manter próximo da Rússia, tentando até mesmo uma integração física, a Ucrânia nunca escondeu o objetivo de se afastar do domínio russo, dentro das limitações que sua política interna e o ambiente externo lhe impingem.

A proximidade política de Minsk assegura a Moscou a improbabilidade de que uma eventual tentativa da OTAN de cooptação do país vizinho, nos moldes da existente em relação à Kiev, se concretize. A prova disto é a posição do governo bielo-russo, que sempre fez eco às denúncias russas contra a expansão da organização militar em direção ao Espaço Pós-Soviético. Em declaração proferida em Minsk, no dia 14 de dezembro de 2007, o presidente bielo-russo, Lukashenko, afirmou que Belarus está pronto para assumir seu papel ao lado da Rússia no que se refere à proposta de instalação de mísseis norte-americanos em países do Leste Europeu¹³⁸. É verdade que, em alguns momentos, Belarus procurou diminuir as hostilidades com a OTAN, entretanto, tais movimentos podem ser considerados como reativos às escolhas estratégicas russas de estabelecer algumas parcerias com a organização internacional (WILSON e RONTROYANNI, 2004, p. 57).

O estreitamento de laços de Belarus com a União Européia possui, hipoteticamente, maiores chances de ocorrer no futuro, tendo em foco as bases econômicas das ligações daí resultantes. Todavia, o caráter autoritário do governo de Lukashenko o afasta da União Européia e dos princípios democráticos e de respeito aos direitos humanos que não somente são defendidos por esta, mas

¹³⁸ Na mesma oportunidade, Lukashenko reafirmou que a Rússia é a principal parceira estratégica de Belarus. Fonte: <http://en.rian.ru/world/20071214/92556616.html>.

constituem condição para se tornar membro do bloco, vide o caso da admissão da Turquia¹³⁹.

A relativa impossibilidade de que as duas maiores ameaças do Ocidente à primazia russa no Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético se concretizem via contatos com Belarus impede a penetração das grandes potências ocidentais na região por este caminho.

Todavia, se por intermédio do caminho da penetração não é verificado o entrelaçamento entre os níveis global e regional nas questões geopolíticas envolvendo Belarus e Rússia, ao se focalizar o foco na segurança russa é possível vislumbrar a coesão dos diferentes níveis de análise. E é neste ponto que se encontra a singularidade estratégica de Belarus para Moscou acima referida. O território bielo-russo atual abarca o eixo de passagem leste-oeste pelo qual as potências ocidentais invadiram militarmente a Rússia ao longo dos séculos (TRENIN, 2001, p. 160). Por certo, o risco efetivo de que um ataque às fronteiras russas aconteça hodiernamente é muito pequeno, senão desprezível. Entretanto, cabe ser lembrado que os governantes russos têm na defesa do país e na manutenção das fronteiras questões de extrema sensibilidade, seja pelo passado de invasões, seja porque na Rússia “uma fronteira é mais do que uma fronteira”. Além disto, tais lideranças foram forjadas nos tempos da Guerra Fria, período em que a memória das Guerras Mundiais, a segunda delas identificada como a “Grande Guerra Pátria”, era constantemente avivada. Por tais motivos, na visão do Kremlin, por menor que pareça a chance de um ataque externo, ela deve ser tratada com seriedade, o que cerca o território de Belarus de muitas preocupações estratégicas russas. A existência de importantes bases militares russas no solo bielo-russo comprova o temor russo de ataques provenientes do oeste que utilizem Belarus como rota de passagem.

Ao mesmo tempo em que o eixo Leste-Oeste localizado em Belarus é fonte de perigos militares, ele constitui a principal conexão da Rússia com os países da Europa Central e Ocidental¹⁴⁰. Portanto, as trocas mercantis russas realizadas pela

¹³⁹ No mês de novembro de 1996, Lukashenko promoveu um referendo cujo resultado foi a concentração de poder na figura do presidente do país. Desde tal evento, Belarus se viu cada vez mais isolado econômica e diplomaticamente dos países do oeste (WILSON e RONTYANNI, 2004, p. 57). As tentativas bielo-russas de aproximação com a União Européia refletem, assim, mais as relações russas com o bloco regional do que uma clara política exterior de Minsk em tal sentido.

¹⁴⁰ Já no período soviético, a principal artéria de comunicação de Moscou com a Polônia e os países da Europa Central e Ocidental estava localizada em Belarus. Segundo Pokshishevski, essa artéria saía de Moscou, passava

via terrestre com sua maior parceira comercial, a União Européia, passam por Belarus. Assim, a segurança econômica russa precisa, em algum grau, da lealdade bielo-russa.

A característica de Belarus de ser um ponto de ligação russo não é vislumbrada apenas no concernente aos países europeus. O território russo de Kaliningrado¹⁴¹, que após o desmembramento da União Soviética ficou separado do resto do país, é acessado pela Rússia via Belarus e Polônia, tendo em vista que o acesso direto por intermédio dos países bálticos não é uma opção fácil a Moscou, devido às recentes escaramuças mantidas com tais Estados.

Voltando às questões de segurança, há ainda um ponto a ser analisado. Com a expansão da OTAN, Belarus foi transformada na fronteira russa frente à organização militar. Utiliza-se o termo “fronteira russa” em virtude da fidelidade bielo-russa em relação ao Kremlin. Dentro da perspectiva de segurança russa que consiste em alargar o máximo possível as fronteiras do Estado, a fim de proteger o centro emanante de poder (Moscou), a manutenção de Belarus como um aliado incondicional é um objetivo perene da política externa russa.

Conforme se depreende, sob o ponto de vista russo, a proeminência geopolítica de Belarus deve-se, basicamente, à posição geográfica deste. Assuntos como zona de influência e balanças de poder são menos vitais do que a manutenção de corredores de transporte de produtos e o bloqueio de eixos de possíveis ameaças militares vindas de fora da região. Claro que isto não significa que a Rússia não pense em Belarus em termos de projeção de poder, pois ela o faz. O que joga estas questões a um segundo plano é a lealdade bielo-russa, considerada pelos russos como algo imutável.

pelas cidades de Orsha, Minsk e Baránovichi até chegar na cidade histórica de Brest, onde se localiza a fortaleza na qual soldados soviéticos lutaram por um mês com os invasores nazistas. Em Brest, os trens que viajavam da URSS ao exterior, ou chegavam do exterior para seguir caminho no território soviético faziam os trâmites aduaneiros e trocavam seus jogos de rodas, tendo em vista que os trilhos soviéticos eram mais largos (POSHISHEVSKI, 1974, p. 181).

¹⁴¹ Até o final da II Guerra Mundial, Kaliningrado pertencia à Alemanha. Sua existência foi oficializada em abril de 1946, quando a principal cidade da província foi batizada de Kaliningrado, em substituição ao nome germânico Königsberg. No período soviético, a região, pertencente à República Socialista Soviética Federal da Rússia, era altamente militarizada, devido a sua localização no Mar Báltico. Com o final da URSS, houve sensível diminuição dos efetivos militares (de 103.000 para 10.500 soldados). Como não está ligada ao território russo, Kaliningrado possui algumas vicissitudes, como, por exemplo, ser alvo de grande fluxo migratório, o que, todavia, não alterou o perfil eslavo da região, fomentado durante a URSS, pois 94% da população é eslava (russos, ucranianos e bielo-russos). Geopoliticamente, Kaliningrado está “cercada” por países pertencentes à União Européia. Em função disto, em que pese a permanência de um medo diante de uma improvável re-germanização do local, a província é vista por Moscou como uma fonte de aproximação econômica com a Europa (ZVEREV, 2007, p. 09-37).

Por fim, impende que seja mencionada a inserção dos recursos energéticos russos nas considerações geopolíticas russas referentes a Belarus. Na medida em que o capítulo cinco aborda exclusivamente a questão da energia na dinâmica interestatal estudada, cabe fazer aqui apenas breves considerações. A condição estratégica bielo-russa na distribuição de energia proveniente das reservas russas é similar à ucraniana, com a diferença de que Belarus é mais importante como via de exportação de petróleo e a Ucrânia de gás natural¹⁴². As tensões que poderiam surgir para o Kremlin decorrentes da dinâmica país-produtor *versus* país-corredor e da eventual aproximação da União Européia com Belarus atualmente não possuem campo para vir à tona. No tocante ao poder de barganha que Minsk detém na qualidade de distribuidor dos recursos energéticos russos, o mesmo foi minorado sensivelmente a partir do momento em que a estatal do gás russo, Gazprom, adquiriu parte da estatal bielo-russa transportadora de gás natural, a Beltransgaz¹⁴³. Quanto à possibilidade da União Européia tentar trazer Belarus para sua órbita, e com isto minorar a posição russa nos assuntos estratégicos ligados à energia, já foi visto que as chances disto ocorrer são muito remotas.

3.4. AS PREOCUPAÇÕES UCRANIANAS NO CONCERNENTE À RÚSSIA

No Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético, a Ucrânia é o segundo Estado mais importante, devido ao seu tamanho, população, estrutura e localização. Em função de suas características, ela poderia ser considerada como uma potência regional, entretanto, por causa do poderio da grande potência russa, a Ucrânia não consegue atingir tal status (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 55) A utilização dos conceitos da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança explicita a grande dificuldade que a Ucrânia enfrenta na arena internacional: a impossibilidade de angariar prestígio e “liberdade de ação” na política mundial devido às limitações impostas pela Rússia.

¹⁴² Como será visto no Capítulo cinco, a construção do gasoduto de Yamal-Europa, que passa pelo território bielo-russo, é um projeto que visa diminuir a importância ucraniana como país distribuidor do gás natural russo para a Europa. Ao mesmo tempo, ele acresce o papel de país-corredor de Belarus.

¹⁴³ A compra da estatal bielo-russa será abordada no Capítulo cinco, onde também há um histórico dos conflitos entre Rússia e Belarus relacionados à distribuição do gás natural da primeira.

A falta de “liberdade de ação” no cenário internacional está relacionada com o principal objetivo geopolítico da Ucrânia: sair o máximo possível da esfera de influência russa. Nos primeiros anos de sua existência como Estado independente, a Ucrânia enfrentou a desconfiança de muitos analistas acerca de suas reais possibilidades de permanecer separada da Rússia, sem ser engolfada mais uma vez pela sua ex-metrópole¹⁴⁴. A partir do momento em que Moscou tacitamente aceitou a Criméia e Sebastopol como pertencentes ao território ucraniano, ficou claro que estava praticamente eliminado o risco de uma união forçada¹⁴⁵. Desde então, o interesse ucraniano passou a ser o de conseguir uma maior autonomia em relação à Rússia.

A delimitação do objetivo ucraniano faz com que sejam suscitadas duas ressalvas, uma delas relacionada com o regionalismo do país, e a outra com a distinção entre desejo e realidade no sistema internacional. No tocante à polarização da política interna ucraniana, há de ser repisado que quase todas as regiões da Ucrânia apóiam largamente a manutenção da independência do país e rejeitam com igual veemência uma hipotética reunião com a ex-metrópole¹⁴⁶. A unanimidade muda de figura quando o tema proposto é o afastamento da Rússia e a aproximação com as potências e organizações ocidentais, ou vice-versa. As quatro regiões da Ucrânia, abordadas em seus limites, geram dois posicionamentos de política externa distintos, os quais seguem a polarização verificada nos pleitos ucranianos desde 1994. Enquanto o oeste e o centro do país almejam a ampliação dos contatos com a Europa e a fuga da órbita russa, o leste e o sul preferem manter laços históricos com Moscou. Enquanto os anseios dos nacionalistas do oeste e do centro do país são claros, é difícil compreender se os ucranianos das últimas regiões citadas almejam a referida “liberdade de ação” do país e entendem que ela pode ser conseguida mesmo com a permanência de forte ligação com a Rússia, ou se eles calculam que o grau de perda da autonomia de fato da Ucrânia, que decorreria do estreitamento de relações entre os dois Estados eslavos consiste em preço justo a ser pago pelos

¹⁴⁴ Apesar da forte retórica que afirmava que, sem a Ucrânia, a Rússia nunca poderia retomar seu império e possuía uma única saída, se unir à Europa, Zbigniew Brzezinski, lançava, aqui e ali, dúvidas quanto ao sucesso da Ucrânia enquanto Estado independente. Sua obra *The Great Chessboard* foi escrita em 1997, o que comprova que a desconfiança quanto ao futuro ucraniano durou muitos anos.

¹⁴⁵ Ver página 75.

¹⁴⁶ A Criméia poderia ser considerada uma exceção, não porque deseje uma reunião com a Rússia, mas sim pelo seu desejo de independência tanto de Moscou quanto de Kiev. Todavia, é de se destacar que entre permanecer sob as ordens ucranianas e as russas, por certo a Criméia preferirá o primeiro caso, pois não conseguiria com o governo de Putin a autonomia que hoje desfruta.

ganhos oriundos dessa aproximação. Há uma terceira hipótese, a de que os ucraniano-russos do leste e do sul estão, na verdade, preocupados com a situação interna do país, e desta forma sua rivalidade política com os nacionalistas do oeste tem como sua principal motivação o desejo de serem respeitados e o temor de que estes imponham uma versão de identidade nacional excessivamente ocidentalizada. De acordo com esta visão, os assuntos de política externa e alinhamentos internacionais seriam fundamentalmente um meio de fortalecer os grupos da política doméstica, permanecendo as questões geopolíticas em um segundo plano.

As divisões internas ucranianas refletem na formulação da política externa do país, porém não chegam a desviar o foco de seu objetivo primeiro, escapar da zona de influência russa. Tanto isto é verdade que a Ucrânia é freqüentemente apontada como a ex-república soviética que mais procura se afastar da Rússia (excluindo-se aqui as repúblicas bálticas). Ressalte-se que mesmo que considerássemos as regiões leste e sul do país como fontes de contrariedade ao objetivo nacional de autonomia de fato, o que é questionável, as atitudes do governo ucraniano a partir de 1991 demonstraram que até hoje elas conseguiram no máximo atrapalhar os planos governamentais, mas não os extirparam da política externa do país. Como visto anteriormente, os governos de Leonid Kravtchuk (1991 a 1994) e Viktor Yushchenko (desde 2005) são considerados pró-ocidente, logo é de se esperar que sejam autonomistas em relação à Rússia. Contudo, mesmo o governo de Leonid Kuchma (1994 a 2004), o qual constantemente foi apontado como pró-russo, adotou medidas que agradaram aos nacionalistas por deterem como meta a diminuição da ascendência russa sobre a Ucrânia. Podemos, rapidamente, citar alguns exemplos: foi durante a presidência de Kuchma que o ucraniano foi gravado na Constituição Federal do país como língua oficial nacional; a Carta de Parceria Distintiva com a OTAN foi assinada em 1997, sendo que nesse mesmo ano foram realizados exercícios militares conjuntos da Ucrânia com a organização militar no solo daquela; em várias oportunidades o presidente Kuchma ou seus assessores reafirmaram a vontade ucraniana de fazer parte da União Européia. As atitudes de Kuchma de se negar a participar de órgãos multilaterais na CEI igualmente podem servir de exemplo do afirmado. Diante desses fatos, resta visível que a política externa ucraniana teve um fio condutor que foi seguido pelos seus governantes, ainda que em velocidades diferentes, qual seja, o de tentar conseguir liberdade de movimentos nos planos regional e global, sem tanta interferência do Kremlin.

Todavia, a coerência quanto ao desígnio geopolítico de política externa não impediu que a situação local tenha servido de sensível óbice ao sucesso dos desejos de Kiev, juntamente com os impedimentos advindos do plano externo. Deste modo, existem fatores cruciais, entre eles os que são investigados neste estudo, que não deixam que a Ucrânia fuja por completo da órbita russa. Neste ponto, cumpre mencionar a segunda ressalva citada, a que diz respeito à distinção entre desejo e realidade. O fato de que quase duas décadas após sua independência a Ucrânia não tenha conseguido fugir da esfera de poder russa não quer dizer que ela não deseje adquirir maior autonomia e talvez se firmar como uma potência regional. Suas divisões internas e suas limitações perante a Rússia não eliminam tal objetivo, elas apenas o tornam mais complicado de ser alcançado. Ressalte-se que a diferenciação entre desejo e realidade precisa ser feita, a fim de que não se alegue contradição quando se diz que as políticas ucranianas desejam maior liberdade em relação à hegemonia regional russa e uma inserção mais incisiva no que se considera a “comunidade européia”.

Várias das atitudes da Ucrânia ao longo de seu período de independência revelam seu objetivo maior, o qual pode ser encarado tanto como uma concepção geral da política externa do país, quanto como um movimento geopolítico. Frise-se que Moscou é tão presente nas preocupações de Kiev que as demais metas ucranianas de cunho geopolítico acabam por ocupar um espaço bastante secundário na política externa do país. Por tal razão, as manobras políticas ucranianas na esfera internacional serão observadas no presente trabalho a partir de uma ótica decorrente do principal objetivo estratégico da política externa da Ucrânia aqui identificado.

Logo na formação da Comunidade dos Estados Independentes era possível enxergar os intentos da Ucrânia, posto que esta via a criação da organização não como uma nova instituição substituta da União Soviética, mas sim como a separação definitiva do domínio material russo. O presidente ucraniano Leonid Kravchuk declarou que não era interesse ucraniano que a CEI possuísse lei, cidadania comuns, nem mesmo status de ente formal perante o direito internacional (NOGEE e DONALDSON, 2005, p. 182). No transcorrer dos anos, com a única exceção da criação do Espaço Econômico Comum, que será abordada no capítulo seguinte, a Ucrânia se negou a ingressar em órgãos da CEI, principalmente quando o tema em voga era a criação de forças de segurança coletiva ou órgãos de política macro-

econômica. Até hoje, a atitude ucraniana é a de travar conversas bilaterais com Moscou, pois considera, corretamente, que o fortalecimento institucional da CEI equivalia a fortalecer a hegemonia russa na região.

No cálculo ucraniano, o afastamento da CEI não era suficiente, pois apenas dificultava formalmente um domínio que a Rússia acabava por exercer na prática. O alcance de uma maior autonomia somente poderia ser obtido com o estabelecimento de alianças com outros Estados desgostosos com a primazia russa. Assim, em outubro de 1997, a Ucrânia se juntou a Geórgia, Azerbaijão e Moldávia e fundou o GUAM¹⁴⁷. Menos de dois anos depois, o Uzbequistão foi aceito como membro da organização, que passou a se chamar GUUAM. A meta principal da GUUAM era contrabalançar o poderio russo no Complexo Regional de Segurança¹⁴⁸. Uma paridade completa era impossível, e deste fato todos os participantes estavam cientes, mas, sem dúvida, o raciocínio de que unidos eles teriam maiores possibilidades de evitarem a dominação russa era teoricamente correto.

Os membros do GUUAM se esforçaram em dar passos específicos em direção à cooperação na área de segurança. Todavia, as realidades nacionais acabaram por minar a organização. Em janeiro de 2000, um governo menos contrário à Rússia foi eleito na Moldávia e em 2002, o Uzbequistão saiu da organização, supostamente porque com o estreitamento de relações com os Estados Unidos tornava menos importante a parceria com os países da região (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 413). Sem conseguir o seu objetivo principal, ao menos a GUUAM serviu para criar um canal de acesso aos seus participantes junto à OTAN.

Já foi dito que a Ucrânia mantinha relações com a organização militar atlântica desde 1994, assim, é mais do que mera coincidência que a formação da GUUAM tenha ocorrido justamente no ano em que OTAN e Ucrânia começaram a realizar exercícios militares conjuntos. Os fatos envolvendo a GUUAM demonstraram a Kiev que as alianças em nível regional não têm estofamento suficiente para minar a centralidade russa na região, uma vez que a balança de poderes regional é muito assimétrica. Diante deste quadro, a solução para o problema de

¹⁴⁷ O nome GUAM provém da junção das iniciais de seus primeiros membros, Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia.

¹⁴⁸ Os objetivos declarados da organização não deixavam dúvida quanto a isto, pois entre eles estava a não aceitação de esfera de influência, a constituição de um corredor comercial que perpassaria Europa, Cáucaso e Ásia, além de aprofundar relações com a OTAN.

fugir da influência russa deve ser buscada junto a Estados de fora do Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético. Tais potências estão localizadas no ocidente. Isto se explica tanto pelo fato de a Ucrânia ser um país europeu, e possuir na sua porção oeste uma população fortemente ligada às tradições ocidentais, quanto pela circunstância de as grandes potências orientais (China e Japão) não pertencerem ao horizonte de relações ucraniano¹⁴⁹.

Assim sendo, permitir que a superpotência norte-americana ou a grande potência européia se intrometam nos assuntos da região da qual faz parte é considerado pela Ucrânia um meio possível de libertação da hegemonia russa. As repetidas declarações ucranianas manifestando desejo de ingressar na OTAN e na União Européia, bem como a sua aceitação da intromissão dos países ocidentais em suas questões internas, como se viu na Revolução Laranja, são, desta forma, expressões do objetivo geopolítico da Ucrânia de sair da zona de influência de sua ex-metrópole.

Outro aspecto que deve ser abordado é localização geográfica ucraniana e sua potencialidade de tornar o país um caminho para a distribuição de recursos energéticos provenientes da Ásia Central na Europa. No Capítulo cinco, este assunto será tratado com maior abrangência. Todavia, vale referir brevemente que esta condição espacial ucraniana faz parte das estratégias traçadas por Kiev para minorar sua dependência econômica e política em relação a Moscou e, ao mesmo tempo, minorar a posição russa na região.

Destarte, geopoliticamente, a Ucrânia almeja afirmar sua autonomia em relação à Rússia. Seu objetivo passa pelo direcionamento de sua política externa, o tanto quanto for possível, para a Europa e os Estados Unidos, potências que podem vir a rivalizar com o poder russo no Complexo Regional de Segurança pós-soviético. Infelizmente para os ucranianos, seu intento não de fácil obtenção, razão pela qual até o presente momento não se completou. Entre outros motivos porque nos últimos anos a Rússia retomou parte do poder perdido na arena global e se firmou como grande potência. A exposição das ponderações geopolíticas russas acerca da Ucrânia demonstrou que este Estado é único em suas singularidades para os planos do Kremlin de angariar poder não apenas regional, mas também global. Via de conseqüência, a Rússia não mede esforços na busca do intento de manter a Ucrânia

¹⁴⁹ Até mesmo o Brasil estabeleceu pesquisas no campo aeroespacial com a Ucrânia, em parceria efêmera.

como uma zona de projeção de seu poder quase irrestrito. E para tanto utiliza todo o arsenal de que dispõe, desde o exercício do Poder Brando, baseado nas semelhanças identitárias dos países, até pressões econômicas, lastreadas nas vulnerabilidades ucranianas e na dependência que esta tem dos recursos energéticos russos. As armas de persuasão russas não significam, entretanto, o fracasso total do objetivo ucraniano. O fato de que a meta nunca foi perdida de vista, mesmo diante das disputas regionais internas, é um fator positivo. Outro ponto favorável diz respeito à permanência da receptividade da União Européia e da OTAN aos anseios ucranianos. Vacilações existem, principalmente em função dos receios de eventuais respostas russas, mas em nenhum momento a Ucrânia foi formalmente “abandonada” nem pelo bloco regional e nem pela aliança militar. Portanto, a “saída ocidental” não pode ser descartada no futuro ucraniano, e isto concede a Kiev algum grau de autonomia em relação à Moscou, situação que lhe acarreta poder de barganha em questões como, por exemplo, a negativa de aprofundamento da CEI. É um nível de autonomia menor do que o desejado, mas não deixa de existir.

Assim sendo, na medida em que os cálculos estratégicos ucranianos estão intrinsecamente ligados a Moscou, resta cristalino que sob o ponto de vista geopolítico, a Rússia é o país mais presente nas preocupações ucranianas. Este fato igualmente comprova que as relações com Moscou são ímpares para Kiev.

3.5. A GEOPOLÍTICA REATIVA DE BELARUS

O alinhamento quase imediato de Belarus com a Rússia depois do fim da União Soviética reduziu sensivelmente as escolhas geopolíticas daquele. A eleição e permanência no poder de um governo autoritário diminuíram ainda mais as chances bielorrussas de buscar um caminho próprio no sistema internacional. A sua política interna não dispõe de grupos de oposição que ameacem o poder do presidente Lukashenko, por isto são parcas as possibilidades de que a dimensão local venha a alterar as relações regionais mantidas pelo país com a Rússia.

Belarus faz parte da zona de influência russa e não parece ter força ou mesmo vontade ferrenha de modificar sua situação. Inclusive, por muitos anos Minsk procurou algum tipo de reunião com a ex-metrópole, mas não atingiu seu objetivo,

num primeiro momento pela sede de poder de seu presidente e após a eleição de Putin na Rússia, em função do desinteresse do Kremlin¹⁵⁰. As questões identitárias, já abordadas, e a severa dependência econômica da Rússia, o que será visto adiante, não colaboram em nada para uma eventual mudança de rumo.

Os fatores expostos acarretam à política externa bielo-russa a característica de ser reativa. Ela segue a linha russa e, de tempos em tempos, precisa se adaptar às estratégias da ex-metrópole. Assim ocorreu quanto à OTAN, após o 11 de setembro, quando a Rússia aproximou-se da aliança, o que levou o governo bielo-russo a suavizar a sua retórica anti-OTAN e a procurar melhorar suas relações com a organização militar (WILSON e RONTROYANNI, 2004, p. 57).

Uma questão que é importante para Belarus, na qual ela não segue fielmente os interesses russos é a distribuição de recursos energéticos. Sua economia frágil e sua dependência dos recursos naturais russos obrigam Minsk a lutar para permanecer estrategicamente como um país-corredor de recursos naturais. Os interesses russos de construir gasodutos e oleodutos que não atravessem território bielo-russo, e com isto, diminuir seus custos de transporte, sobressaltam Belarus. Primeiramente porque tal situação lhe minoraria a posição estratégica de rota obrigatória de recursos energéticos russos para a Europa. Em segundo lugar, o poder russo na relação interestatal se tornaria ainda maior, pois a capacidade de barganha oriunda do fato de ser um país-corredor diminuiria. E, por fim, a perda econômica que isto representaria potencialmente levaria à desestabilização do governo.

Pelo exposto, impende concluir que as ambições geopolíticas bielo-russas não vão além de acompanhar as políticas adotadas pela Rússia na matéria. O único assunto estratégico realmente bielo-russo é a manutenção de seu status de país-corredor dos recursos energéticos russos. Na medida em que a geopolítica bielo-russa é um reflexo dos interesses russos, salvo a exceção mencionada, é possível concluir que os fatores geopolíticos tornam as relações de Belarus com a Rússia singulares para o primeiro, posto que distintas daquelas que mantém com os outros Estados do sistema internacional.

¹⁵⁰ O histórico dos tratados assinados entre Rússia e Belarus está exposto no capítulo quarto.

CAPÍTULO IV: O ELEMENTO ECONÔMICO NAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS

O fato de que Ucrânia e Belarus pertenceram ao império russo e à União Soviética faz com que, também sob o aspecto econômico, os três países mantenham uma ligação muito próxima. Ao se tornarem independentes, todos os Estados que hoje compõem o espaço pós-soviético precisaram desenvolver economias nacionais, pois enquanto Repúblicas Socialistas Soviéticas estavam econômica e politicamente subordinados às ordens provenientes de Moscou. O processo de criação dessas economias nacionais necessariamente deveria encarar uma interdependência econômica natural entre novos Estados que antes constituíam um único país, e, em especial, de cada um deles em relação ao centro da unidade desfeita, ou seja, a Federação Russa. Interdependência esta, na maioria das vezes, bastante assimétrica, posto que dentre as Repúblicas Socialistas Soviéticas, a russa era a que detinha a economia mais desenvolvida e diversificada, em comparação com as demais partes da URSS. Diante disto, duas escolhas eram possíveis: ou aqueles buscavam independência econômica de Moscou, ao custo de severas dificuldades sociais no curto, e talvez até mesmo no médio prazo, ou aceitavam a influência russa como algo não totalmente maligno, da qual a fuga exigia um preço muito alto a ser pago.

Assim como ocorreu no tocante às questões culturais e geopolíticas relacionadas com a ex-metrópole, logo após 1991 Ucrânia e Belarus tomaram rumos distintos no concernente à condução de suas economias. A Rússia, na qualidade de Estado pós-imperialista, procurou manter aquelas sob suas asas e para tanto as ligações econômicas oriundas do período soviético constituíram ferramenta de considerável valor.

As escolhas dos três países quanto às suas políticas externas econômicas são o foco de análise deste capítulo. O sucesso de suas empreitadas será investigado com o intuito de verificar se o nível de interconexão ainda existente entre as economias dos Estados observados realmente é um fator que dota a dinâmica tripartite de singularidade.

Os aspectos econômicos das relações russo-ucraniano-bielo-russas não devem ser encarados a partir de um ângulo exclusivamente economicista, baseado em dados objetivos de trocas comerciais e balanços de pagamento. Fatores já referidos nos capítulos anteriores, tais como a influência política, o imperialismo russo e os cálculos estratégicos e de segurança, de alguma forma, se imiscuem na condução das economias dos três países. A primeira parte deste capítulo procurará dar conta destas proximidades, sem olvidar que o seu foco são as questões econômicas.

Após, será apresentada a política externa russa desenvolvida principalmente a partir do Governo Putin, a qual procurou utilizar os canais de proximidade de sua economia com as economias ucraniana e bielo-russa a fim de obter sucesso em seu projeto regional de se manter como o Estado central do Complexo Regional de Segurança pós-soviético, bem como no seu objetivo no nível global de aumentar sua projeção de poder na arena internacional. Conforme se verá, o poderio econômico russo¹⁵¹ passou a ser um elemento estratégico do Kremlin para manter sob sua órbita os antigos satélites que lhe são mais caros.

A Ucrânia merecerá destaque a seguir. Nos primeiros anos de independência, os ucranianos procuraram um afastamento da economia russa, a exemplo do que fizeram as repúblicas bálticas da Letônia, Lituânia e Estônia. Contudo, os liames que a uniam à Rússia eram muito fortes, os quais, acompanhados do temor de Kiev de pagar o preço exigido pelas reformas necessárias para atingir seus objetivos primeiros, forçaram uma troca de rumo de sua política econômica.

¹⁵¹ Quando se adota aqui o termo “poderio econômico russo”, tem-se em mente a comparação da economia russa com os demais países constituintes do Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético. Portanto, não se deseja afirmar que a Rússia detém uma das maiores economias do sistema internacional, ou que sua economia possa ser equiparada com outras grandes potências como o Japão, a União Européia ou até mesmo a China.

Último dos Estados a ser observado, Belarus representa o grupo das ex-Repúblicas Socialistas Soviéticas que, sabedoras de sua fragilidade estrutural procuraram manter os vínculos econômicos que as uniam à Rússia.

Em resumo, o capítulo procurará mostrar que a herança dos tempos imperiais e soviéticos aflige a economia dos dois parceiros mais fracos, e torna ímpares as relações que desenvolvem com Moscou. Ao virarmos o foco para o parceiro forte, temos que a Rússia tem em Ucrânia e Belarus dois países sobre os quais precisa manter influência econômica, tendo em vista os planos russos de sedimentar sua condição de grande potência no sistema internacional, ou até mesmo de retomar o papel de superpotência revigorada no mundo multipolar com o qual sonha.

4.1. OS FATORES ECONÔMICOS E SUAS RELAÇÕES COM PODER, IDENTIDADE E SEGURANÇA

No mundo pós-Guerra Fria, as potencialidades econômicas de um Estado colaboram sobremaneira na sua missão de granjear poder no sistema internacional, a fim de alcançar seus interesses. Não há nada de novo em tal afirmativa, visto que desde a formação do próprio sistema interestatal, os países que dominaram a cena política internacional eram aqueles que lideravam determinado ciclo econômico de acumulação de capital¹⁵². Convém aqui citar Giovanni Arrighi:

[...] a competição pelo capital circulante entre estruturas políticas de grande porte, mas aproximadamente equivalentes, tem sido o fator mais essencial e duradouro na ascensão e expansão do poder capitalista na era moderna. A menos que levemos em conta os efeitos dessa competição sobre o poder das nações concorrentes [...] nossas avaliações das relações de força do sistema mundial estarão fadadas a ser fundamentalmente falhas (ARRIGHI, 2003, p. 16).

O diferencial da época atual é a menor probabilidade de que as grandes potências se envolvam diretamente em guerras, confrontando-se umas contra as outras pela conquista de territórios, zonas de influência e poder, em comparação

¹⁵² Sob os ciclos sistêmicos de acumulação e os países hegemônicos no sistema internacional, ver a obra seminal de Giovanni Arrighi, “*O Longo Século XX*”.

com o que ocorria há cem ou cinqüenta anos atrás. Sem que a alternativa militar seja a primeira escolha viável na briga entre os grandes jogadores do sistema internacional, a busca de poderio econômico assume proporções inauditas. É claro que não se pode esquecer a importância para os Estados de manter exércitos vigorosos e, dentro das limitações de cada país, tecnologicamente avançados, posto que as forças armadas continuam sendo um parâmetro válido de medição de forças no cenário global, e, em última instância, são indispensáveis na garantia da segurança de um país diante de ameaças externas¹⁵³. Portanto, o que se afirma aqui é que as potencialidades econômicas ganharam proeminência na arena global nos últimos anos, principalmente quando comparamos o início deste século com as Guerras Mundiais e a Guerra Fria, eventos marcantes do século XX, mas tal situação não contraria o fato de que a segurança e o fator militar ainda são fundamentais no cenário internacional.

Vale, igualmente, ponderar que, em que pese a preponderância desfrutada pelas questões econômicas no estágio atual do sistema internacional, isto não significa que a política (e o poder a ela inerente) tenha perdido sua essencialidade. Não é correto qualificar os lucros transações econômicas como o objetivo último a ser alcançado pelos Estados. Nem mesmo asseverar que as capacidades econômicas refletem diretamente nas políticas externas de um Estado. Muitas das decisões tomadas pelos governantes dos países que compõem o sistema são tomadas com base em cálculos estritamente políticos, o que por vezes pode representar um lucro pecuniário menor, ou mesmo a falta dele, o que seria absurdo segundo a lógica puramente capitalista¹⁵⁴. O contrário não é verdadeiro, pois mesmo nas decisões governamentais que privilegiem o lucro em desrespeito a uma aliança política, aquele lucro será utilizado, de uma forma ou de outra, em ganhos de poder futuros. Isto ocorre porque os Estados não são empresas, mas sim entes políticos por natureza. Assim sendo, mesmo que estejam inseridos num sistema capitalista,

¹⁵³ Joseph Nye faz interessante comparação ao afirmar que “desdenhar o papel e a importância central da segurança seria o mesmo que desdenhar o oxigênio. Em circunstâncias normais, o oxigênio é abundante e recebe pouca atenção. Mas quando as circunstâncias se alteram e nós começamos a sentir falta dele, não conseguimos pensar em mais nada” (NYE, 2002, p. 34).

¹⁵⁴ Um ganho econômico absoluto pode ser um ganho político apenas relativo. Por exemplo: um determinado Estado (A) pode estar diante de uma situação na qual receberá enormes dividendos em negociar determinado produto fundamental para o vizinho (B). Todavia, este vizinho não é politicamente confiável. Ao fechar a negociação, o Estado A terá ganhos financeiros absolutos, mas poderá ter reforçado o Estado B, que não é seu amigo. Logo, aqueles ganhos se tornarão apenas relativos. Seguindo a lógica do lucro, a negociação deveria ser feita, mas analisando a questão politicamente, seria indispensável um estudo dos custos e benefícios trazidos pela negociação.

nas relações que os Estados mantêm com seus pares a pujança econômica não é um fim em si mesma; mas um meio de obtenção de poder¹⁵⁵. Nos sub-capítulos dedicados à Rússia, Ucrânia e Belarus tal situação ficará mais clara quando for vislumbrada a utilização que tais Estados fazem de suas possibilidades econômicas.

O poder aqui referido não é unicamente aquele que implica em dominar ou projetar influência sobre outros Estados. Para determinado Estado, o poder pode significar tão-somente a capacidade de buscar sua autonomia de fato em relação aos seus semelhantes. No caso de países que foram dominados por impérios, usar suas capacidades econômicas para atingir poder é nada mais do que juntar forças a fim de se afastar da submissão frente à ex-metrópole. Por exemplo, os ucranianos não utilizam eventuais capacidades econômicas que possuam para controlar Belarus ou qualquer outro país; sua prioridade é conquistar “liberdade de ação política efetiva” em relação à Rússia.

Rawi Abdelal denomina de abordagem realista da economia política internacional a busca estatal de vantagens econômicas voltada para fins políticos de autonomia e poder na arena global. Nas palavras do autor:

O Estado na teoria realista persegue autonomia em relação a outros Estados e às forças do mercado, e entende dependência econômica frente a outros Estados, especialmente no concernente aos mais poderosos, como uma ameaça à segurança estatal (ABDELAL, 2001, p. 41).

O autor citado não considera errôneas as premissas da posição realista. Ele até mesmo admite, indiretamente, que os Estados almejam tais objetivos. Contudo, sustenta que a visão *nacionalista* da economia política¹⁵⁶ é mais completa em comparação à perspectiva realista, pois consegue indicar em relação a quem os Estados buscam sua autonomia ou aceitam a interdependência econômica. O propósito nacional na economia mundial defendido por Abdelal está ligado com o construtivismo e com a formação de identidades nacionais. Segundo o autor,

¹⁵⁵ Robert Gilpin sustenta que no centro dos estudos de economia política internacional está a divergência entre a lógica do mercado e a lógica do Estado. “Enquanto a lógica do mercado é alocar atividades econômicas aonde elas seriam mais eficientes e lucrativas, a lógica do Estado é capturar e controlar o processo de crescimento econômico e acumulação de capital com o intuito de aumentar seu poder e o bem estar de sua nação” (GILPIN, 2001, p. 81).

¹⁵⁶ Abdelal alega que a perspectiva *nacionalista* da economia defendida por Gilpin está focada no Estado, e na sua atuação na economia como forma de se fortalecer interna e externamente. Não haveria nacionalismo nesta perspectiva, mas sim *estatismo*. Já Abdelal adianta que sua perspectiva nacionalista tem a ver com a identidade nacional do país, portanto está relacionada mais com a influência da sociedade sobre os governos do que com a concepção de que é o Estado (na pessoa dos governantes) que dinamiza a economia e elabora a política externa econômica (ABDELAL, 2001, p. 19).

principalmente nos Estados pós-imperiais¹⁵⁷, a política doméstica é importante na definição da política econômica externa. A identidade nacional de um Estado “influencia como os governos interpretam a realidade material de sua economia e sua relação com as economias de outros Estados” (ABDELAL, 2001, p. 38). Assim, de acordo com a compreensão que determinado país possui de seu Outro Significante, ele pode interpretar a interdependência econômica em relação a este como uma ameaça a sua segurança ou como algo benéfico. E aquele mesmo país que vê a interdependência econômica quanto ao Outro Significante como pernicioso, pode enxergar a mesma interdependência em relação a outro Estado poderoso como boa para os seus interesses. Um exemplo que ilustra tal situação é fornecido pelas regiões oeste e central da Ucrânia, pois ao mesmo tempo em que elas não vêm com bons olhos um estreitamento econômico com a Rússia, não pestanejam frente à possibilidade de estabelecerem uma interdependência ainda mais profunda entre a economia ucraniana e as economias das grandes potências européias.

Ao jogar luzes sobre a questão identitária, Abdelal sustenta ser esta a melhor explicação acerca das decisões de economia política dos países constituintes do Complexo Regional de Segurança pós-soviético, uma vez que, por seu intermédio, se torna possível compreender porque alguns Estados procuraram a reintegração econômica com a Rússia enquanto outros buscaram se afastar de Moscou. Cabe frisar que, no tocante às capacidades econômicas estatais (dados materiais e estruturais) e às questões de poder, o autor não os descarta como influências presentes nas decisões governamentais, apenas as insere em patamar menor.

Tendo em vista que o presente estudo é pautado pela investigação de múltiplas causas que conferem distinção às relações russo-ucraniano-bielo-russas, e, entre as razões propostas, merece destaque a formação das identidades nacionais e a influência deste fator na dinâmica estudada, a teoria nacionalista de economia política de Rawi Abdelal pode ser útil. Entretanto, ela há de ser manejada com cuidado¹⁵⁸. É inegavelmente interessante suscitar a questão identitária nas

¹⁵⁷ Aqui se usa a terminologia de Andrei Tsygankov, exposta no Capítulo dois. A objetivo da escolha é limitar ao máximo o uso de termos distintos para determinarem as mesmas situações fáticas.

¹⁵⁸ Em artigo muito bem fundamentado, Robert Legvold e Celleste Wallander afirmam que o melhor ponto de partida para a compreensão dos caminhos diferentes que Belarus e Ucrânia escolheram após 1991 realmente era a diferença em suas identidades nacionais. Entretanto, no transcorrer de sua argumentação, alegam que várias forças estruturais que mitigaram as preferências iniciais de Ucrânia e Belarus quanto à reintegração ou afastamento da economia russa (WALLANDER E LEGVOLD, 2004, p. 25).

relações econômicas mantidas entre os três Estados referidos, porém tal elemento não deve ser considerado mais relevante do que os dados econômicos materiais (estrutura de circulação de bens, recursos naturais, parque industrial operante, etc.) ou as questões políticas de projeção de poder e de influência, destacadas no capítulo destinado à geopolítica. Conforme se verificará, por exemplo, no subcapítulo dedicado à Ucrânia, fatores puramente econômicos, como a herança dos sistemas de circulação de mercadorias e recursos energéticos ou a aceitação de produtos ucranianos no mercado internacional, foram muito significativos para a guinada de Kiev em direção a uma reaproximação com a economia russa. Assim sendo, entre as causas possíveis dos rumos das negociações comerciais russo-ucraniano-bielo-russas é possível se levar em consideração o elemento identitário. Contudo, as identidades nacionais não podem assumir o papel de fator preponderante nas escolhas de política externa econômica dos países citados, mas tão-somente o de elemento acessório.

O fator econômico, outrossim, está ligado diretamente à questão de segurança. Na medida em que o poderio econômico assume papel de destaque nas relações interestatais, a defesa da economia de um país passa a fazer parte das preocupações atinentes à segurança nacional. Neste ponto, é possível identificar a noção alargada de segurança constante na Teoria dos Complexos Regionais de Buzan e Waever, mencionada no capítulo anterior. A securitização de um Estado pode ser econômica, ou seja, estar seguro (de sua soberania efetiva, de sua autonomia) significará a não-subjugação econômica e política diante de um Estado mais forte, sobretudo quando este for uma ex-metrópole. Um exemplo de securitização econômica pode ser extraído da noção compartilhada por parte da população ucraniana e, em especial, pelas ex-Repúblicas Socialistas Soviéticas bálticas, de que a permanência dos liames estreitos com a economia russa era uma ameaça ao objetivo destes países de sustentarem a independência conquistada.

A imbricação entre economia e segurança não reside apenas na consideração daquela como elemento de securitização *per se*. A segurança nacional de um país necessita que o mesmo possua poder político, e este poder é construído, em parte, sobre a capacidade produtiva de sua economia, a qual, por sua vez, deriva do crescimento econômico (WALLANDER e LEGVOLD, 2004, p. 03). Ou seja, o crescimento econômico é um meio de alcançar poder, o qual é indispensável para a segurança estatal. Segundo Ellen Wood, o próprio poder econômico capitalista,

mesmo em sua versão mais madura, que corresponde ao imperialismo capitalista, precisa do suporte das forças extra-econômicas, arroladas pela autora como sendo as forças políticas, militares e jurídicas (WOOD, 2005, p. 04 e 05). Celleste Wallander é mais sucinta ao afirmar que “a saúde econômica de um Estado precisa da segurança e esta precisa daquela” (WALLANDER, 2004, p. 64). A partir destas considerações, observa-se que os fatores econômicos, o poder e a segurança de um Estado estão intimamente ligados.

Portanto, quando se aborda os aspectos econômicos da política externa que Rússia, Ucrânia e Belarus mantêm entre si estarão envolvidas disputas de poder, projeção de influência, questões identitárias e até mesmo preocupações quanto à segurança dos três Estados. Por tal razão, nas partes dedicadas a cada um dos países enfocados, os fatores econômicos terão o devido destaque, mas estarão secundados pelos outros elementos aqui referidos.

4.2. RÚSSIA

4.2.1. A Turbulência Econômica Russa no Período Yeltsin

A transição do modo de produção comunista para o capitalismo levou a Rússia a uma acentuada instabilidade econômica, cujo ápice foi a crise cambial de 1998, quando a fuga em massa de capital estrangeiro mergulhou a economia do país em severas dificuldades. A complexidade e a profundidade do processo de transformação econômica levaram conceituados economistas russos, como Vladimir Mau e Irina Starodubovskaia a sustentarem que durante a década de 1990, o país passou por uma revolução sem derramamento de sangue¹⁵⁹. Ângelo Segrillo contesta a conclusão dos autores, preferindo denominar o fenômeno experimentado pela Rússia de contra-revolução ou restauração, tendo em vista que o mergulho no desconhecido, no imprevisível, que caracteriza uma revolução não estava presente

¹⁵⁹ A principal obra, na qual defendem a tese de que a Rússia enfrentou uma autêntica revolução na década que seguiu à débâcle do Estado soviético, é *The Challenge of Revolution: Contemporary Russia in Historical Perspective*. Em dois artigos publicados no Brasil, os autores expuseram as principais linhas de seu pensamento (MAU, 2005 e STARODUBROVSKAIA, 2005).

no processo. O fim último das transformações russas, qual seja, a criação de uma democracia liberal capitalista já havia sido amplamente estudado e adotado no sistema internacional. Ademais, o movimento da Rússia seria de retorno a um sistema que, mal ou bem, praticava rudimentarmente antes de 1917 (SEGRILLO, 2005, p. 317-318)¹⁶⁰.

As dificuldades experimentadas pelas repúblicas socialistas nos últimos anos do Estado soviético se agravaram quando este chegou ao fim. Houve o rompimento da cadeia produtiva construída durante décadas pelos governos comunistas, o que foi catastrófico, tendo em vista que a economia soviética era muito integrada, com cada república socialista sendo especializada em determinado tipo de produto. Ainda que possuísse a economia mais diversificada entre todas as partes da União Soviética, a Rússia sentiu os efeitos da impossibilidade momentânea de recebimento de diversos artigos de consumo. O desabastecimento crônico experimentado no fim de 1991 levou o presidente Boris Yeltsin a promover a liberalização dos preços no dia 02 de janeiro de 1992. Vários produtos voltaram às prateleiras, contudo seus preços eram constantemente remarcados, fruto da inflação, que naquele ano foi de 2.580%.

Nos primeiros anos do governo independente russo, as rédeas da economia ficaram a cargo de jovens economistas que preconizavam o liberalismo pleno. A figura proeminente do grupo era Yegor Gaidar, o qual defendia que somente um choque de mercado poderia levar a Rússia ao capitalismo e à bonança por este prometida. O governo russo buscou ajuda dos países industrializados do ocidente e dos organismos internacionais como o FMI. A receita macroeconômica seguida foi semelhante à brasileira na década de 1990. A economia foi aberta para produtos estrangeiros e os juros foram elevados como forma de atrair capital especulativo. Em virtude de tal política, a indústria nacional foi muito prejudicada, posto que não conseguia crédito interno e concorria com produtos vindos de fora, e de qualidade superior. Após intensas críticas provenientes do Parlamento Russo (Duma) e da

¹⁶⁰ Ângelo Segrillo também discorda de Mau e Starodubrovskaja quanto às causas do fim da derrocada econômica da União Soviética. Em suma, Segrillo entende que alguns dos fatores apontados pelos economistas russos como causas da crise do modelo soviético na verdade foram causados pela própria Perestroika (reestruturação). O movimento de liberalização econômica de Gorbachev seria, assim, um dos motivos da ruína econômica soviética e não um dos efeitos inevitáveis de uma crise anterior a 1985. O autor defende que dentro dos limites da planificação soviética, era possível ao regime durar alguns anos mais do que durou, mesmo diante de fatores como a queda dos preços do petróleo. Ele cita a China e o Vietnã como exemplos de países que floresceram economicamente após 1990 mesmo com regimes socialistas. (SEGRILLO, 2005).

população russa, Gaidar foi demitido e no seu lugar assumiu Viktor Chernomyrdin, veterano integrante do Partido Comunista Soviético.

Por causa de seu passado, era esperado que Chernomyrdin protegesse as indústrias russas diante da invasão de produtos externos, entretanto, diversos fatores o impediram de fazê-lo. O receituário do FMI pregava a valorização do rublo perante o dólar, a manutenção da abertura do mercado e a continuação dos juros elevados. Ou seja, o capital financeiro era valorizado em comparação com o capital produtivo nacional. Os resultados para a sociedade eram muito ruins, pois o aumento da pobreza e do desemprego gerava instabilidade política. Com o intuito de manter-se no poder diante do avanço das forças nacionalistas e comunistas, Yeltsin tornava-se, cada vez mais, refém político do poderio econômico dos oligarcas, grupo que conseguiu o controle sobre as maiores empresas do país (sobretudo as energéticas) no processo de privatização, e que lucrava muito com os rumos da macroeconomia russa¹⁶¹. A obrigação de atender aos interesses dos oligarcas e de suas companhias, de satisfazer os organismos internacionais e de abraçar uma espécie de populismo para não perder o apoio popular fez com que na economia o governo Yeltsin tomasse um rumo errático, com normas diversas sendo emanadas a toda hora. A fraqueza do poder central o levava a perder comando sobre as regiões do país e o impedia de recolher tributos de forma ordenada. Sem receber dinheiro de impostos para saldar suas dívidas, o Kremlin era obrigado a cada vez mais emitir títulos da dívida pública com juros altíssimos e com curto prazo de pagamento para atrair investidores estrangeiros.

Apesar das dificuldades, em 1997 a economia russa conseguiu crescer positivamente pela primeira vez na década (0,8%). Todavia, no final daquele ano a crise das bolsas foi um sinal de que a bola de neve criada pelo governo russo estava prestes a explodir, pois a fuga de capitais significaria a impossibilidade de pagamento das dívidas governamentais assumidas e do cumprimento do orçamento previsto. A crise russa estourou em agosto de 1998. Suas conseqüências foram

¹⁶¹ Angelo Segrillo lembra que os oligarcas começaram a ganhar destaque ainda no governo Gorbachev. Eles eram todos ex-burocratas do período soviético ou empresários que começaram suas carreiras quando da abertura econômica russa. Sua proximidade com o governo de Yeltsin e com as novas lideranças econômicas do governo garantiu que adquirissem, mediante métodos legais, influência e práticas escusas as melhores companhias estatais russas a baixos preços (SEGRILLO, 2000, p. 101). Além das indústrias, geralmente eles comandavam empresas de mídia e algum banco, logo, possuíam empresas de capital produtivo (somente as lucrativas), especulativo e meios de divulgar os fatos de acordo com seus objetivos. Segrillo aponta sete oligarcas principais durante a década de 1990. São eles: Vladimir Potanin, Boris Berezovsky, Vladimir Guzinsky, Mikhail Khodorkovski, Petr Aven, Vladimir Vidogranov e Alexandr Smolenski (SEGRILLO, 2000b, p. 103).

graves. O rublo se desvalorizou em um terço, o governo declarou moratória de 90 dias quanto ao pagamento de credores estrangeiros e filas de pessoas tentando resgatar suas economias se formaram na frente dos bancos (SEGRILLO, 2000b, p. 113).

Em meio ao temporal, Yeltsin nomeou como Primeiro-Ministro Yevgeny Primakov. Como visto anteriormente, no cargo de Ministro das Relações Exteriores, Primakov era um nacionalista que, na política externa, advogava o afastamento da Rússia das potências ocidentais e a aproximação com os países asiáticos. Internamente, o novo primeiro-ministro promoveu o fortalecimento dos setores produtivos da economia, em detrimento do volátil capital financeiro. Com isto, a Duma, dominada pelos comunistas, ganhou força enquanto os oligarcas começavam a perder sua influência política. A desvalorização do rublo permitiu a retomada da indústria nacional, que, incentivada pelo governo, passou a substituir os produtos que antes eram importados. Fatores externos como o aumento da demanda por petróleo e a conseqüente alta dos preços do produto colaboraram com a política econômica russa (STARODUBROVSKAIA, 2005, p. 211). O PIB russo em 1999 cresceu 6,4%, e no ano seguinte o seu crescimento atingiu 10%¹⁶². Mesmo com a retomada do crescimento, Primakov foi destituído por Yeltsin. Depois de um breve período de Sergei Stepashin (19/05/1999 a 09/08/1999) como Primeiro-Ministro, Vladimir Putin foi nomeado para o cargo.

4.2.2. Vladimir Putin e a *Economização* da Política Externa Russa

Ao ser eleito presidente russo, em março de 2000, Putin não somente seguiu a linha econômica adotada por Primakov, como concedeu grande importância ao crescimento da economia russa, seja no papel de elemento de fortalecimento da ordem interna, seja como meio de projeção de poder no sistema internacional. Ressalte-se, por oportuno, que durante o Governo Yeltsin por várias vezes foram feitas declarações no sentido de que a economia deveria ser o caminho para a

¹⁶² Antes de 1999, durante quase toda a década de 1990, o PIB russo teve variação negativa, salvo o ano de 1997. A variação do PIB russo no período foi a seguinte: Em 1991 - 5%, em 1992 - 14,5%, em 1993 - 8,7%, em 1994 - 12,6%, em 1995 -4,1%, em 1996 -3,5%, em 1997 0,8%, em 1998 - 4,8%. Fonte: World Economic Outlook 1999.

integração russa após a Guerra Fria. Entretanto, os fatores econômicos nunca foram realmente o foco da política do Kremlin naquele período. A Rússia apenas se aproximou das grandes potências ocidentais e dos organismos econômicos internacionais porque precisava de empréstimos para pacificar suas questões internas. Pode ser alegado que a restauração pela qual passou a Rússia não permitia que a economia fosse uma prioridade. Contudo, o Kremlin não buscou efetivamente a integração com as economias dos países do espaço pós-soviético, ou mesmo acordos com a União Européia que fossem valorizados de fato, por exemplo¹⁶³. As questões políticas e de segurança sempre dominaram a política externa russa durante os anos 1990, sobretudo na sua segunda metade, quando Primakov era o Primeiro-Ministro.

A relevância concedida por Putin à economia na política externa da Rússia vai ao encontro do conceito de Grande Potência Normal antes referido, o qual pressupõe que um Estado aspirante a tal status deve conseguir projetar poder por intermédio de suas potencialidades econômicas. Conhecedor desta realidade, o governo de Vladimir Putin elegeu o poder econômico como o principal meio de a Rússia recuperar prestígio no sistema internacional e ser reconhecida como grande potência¹⁶⁴. Bobo Lo denomina a diretriz adotada por Putin de *economização* da política externa russa (LO, 2005, p. 51). Por certo, a escolha feita pelo Kremlin está lastreada no aumento dos valores dos recursos energéticos, sobretudo o petróleo e o gás natural, no comércio internacional, fator que possibilitou à Rússia encontrar um nicho no qual poderia se inserir na economia internacional com grande ascendência¹⁶⁵. Como afirma Celeste Wallander, ainda que os objetivos russos no longo prazo sejam a diversificação de sua economia e o investimento em setores que envolvam tecnologia avançada, no presente momento, a Rússia precisa vender

¹⁶³ As relações econômicas com a União Européia servem como demonstração do peso dado por Yeltsin e Putin à economia na política externa. Enquanto o primeiro assinou o Acordo de Parceria e Cooperação com o bloco regional, mas não fez grande esforço para o mesmo avançasse, Putin sempre procurou integrar sua economia à da União Européia, o que resultou na criação do Mapa para a Integração Econômica entre Rússia e União Européia, assinado em 2005.

¹⁶⁴ A visão de Putin acerca do sistema internacional vai ao encontro das palavras de José Luís Fiori, o qual asseverou que “não há possibilidade de que algum Estado se transforme numa nova potência sem dispor de uma economia competitiva, valorosa e inovadora. Foi assim desde o início da história desse sistema, e hoje é rigorosamente impossível conceber um processo sustentado de acumulação de poder sem que esteja apoiado por uma economia dinâmica, expansiva e ganhadora (FIORI, 2004, p. 50).

¹⁶⁵ É inegável que a conjuntura internacional influenciou a escolha do presidente russo, tendo em vista que o aumento exponencial do preço do petróleo e do gás natural, artigos dos quais a Rússia é uma grande produtora e exportadora. Todavia, é impossível retirar de Putin pelo menos o mérito de conseguir analisar a situação da economia mundial e descobrir uma forma de inserir novamente a Rússia no concerto das grandes potências.

algo que, ao mesmo tempo, seja uma herança dos tempos soviéticos e detenha forte demanda internacional. Os recursos energéticos se encaixam com perfeição nas duas definições (WALLANDER, 2004, p. 74). A conjuntura se tornou ainda mais favorável para Moscou diante das sucessivas crises no Oriente Médio, o que transformou em verdadeiras incógnitas as possibilidades de alguns dos países da região de continuarem sendo fornecedores confiáveis de tais produtos. Ademais, a crescente demanda por energia da União Européia, bem como o acelerado desenvolvimento econômico da China e, em menor escala, da Índia configuram perspectivas reais de aumento do poderio econômico russo. Na visão do Kremlin, correta, aliás, a ascendência econômica russa no cenário internacional lhe permite angariar respeito e pleitear aceitação em organizações multilaterais como a Organização Mundial do Comércio¹⁶⁶.

Em função de seus objetivos regionais sistêmicos de poder, Moscou constantemente declara que sua política externa econômica é baseada no princípio da objetividade e nas leis do comércio internacional. Efetivamente, não se pode negar que a Rússia tem procurado resolver as disputas econômicas com seus parceiros com base nas leis de mercado¹⁶⁷, nem que ela deixou de lado o fator militar como modo de fazer valer os seus interesses. Todavia, principalmente no tocante ao espaço pós-soviético, resta bastante claro que o uso das potencialidades econômicas russas possui conotações estratégicas, cujo objetivo central é o de manter, de acordo com a forma que se mostra disponível, o poder hegemônico na região (LO, 2003, p. 68). Ao fortalecer sua posição econômica perante os países da CEI, a Rússia consegue mantê-los numa condição de dependência, o que lhe permite angariar poder político. Robert Legvold assim definiu os efeitos indiretos da dependência econômica:

¹⁶⁶ Até agora, o acesso da Rússia na Organização Mundial do Comércio não foi implementado. As políticas internas russas de centralização estatal do poder político e econômico servem como entrave à aceitação do país. Além disso, alguns países antes pertencentes à Cortina de Ferro e agora integrantes da União Européia, como a Polônia e os países bálticos, procuram retardar ao máximo o ingresso da Rússia na organização. Os interesses russos com o ingresso na OMC passam pelo aumento de competitividade das indústrias russas, mediante o implemento de regras internacionais, a aceitação do país como parceiro comercial e a busca de novos mercados para os produtos do país.

¹⁶⁷ O respeito aos valores do mercado internacional foi o principal argumento da Rússia nas disputas que manteve com Belarus e Ucrânia acerca do fornecimento de gás natural subsidiado para estes países, as quais serão abordadas no capítulo seguinte. Moscou alegava que não poderia mais fornecer o produto com preços subsidiados a países que não eram mais parte de uma mesma federação, e que por isto deveriam, pagar o mesmo valor despendido pelos outros Estados europeus.

O efeito indireto da economia é ainda mais fundamental. Obviamente, a economia está no centro daquelas dependências que ameaçam confinar a soberania estatal [de um país], pois dá a outros uma alavanca por intermédio da qual se pode cutucar ou forçar concessões que os líderes nacionais [daquele país] em outra situação não aceitariam fazer (LEGVOLD, 2004, p. 193).

Houve, portanto, uma alteração nos meios (do geopolítico para o geoeconômico), mas os fins almejados por Moscou continuam sendo aqueles remanescentes dos tempos da Rússia czarista e da União Soviética. Eles apenas não são declarados.

4.2.3. A Importância de Ucrânia e Belarus na *Economização* da Política Externa Russa

A retomada da importância russa na arena internacional, a partir de seu crescimento econômico, passa pela manutenção da influência de Moscou sobre os países do espaço pós-soviético e, principalmente, sobre Ucrânia e Belarus, o que torna os dois Estados fundamentais para os planos de política externa da Rússia. Tal importância pode ser dividida em duas esferas, a regional e a global. No plano regional, ou seja, aquele estritamente relacionado com a permanência da Rússia como centro do Complexo Regional de Segurança do qual faz parte, os dois parceiros eslavos são importantes para os interesses geoeconômicos russos. Quando se toma como base de observação o nível global, vem a lume o fato de que Belarus e Ucrânia são os países localizados a oeste da Rússia, o que os qualifica como rotas de escoamento natural dos seus produtos para a União Européia. Dentre estes produtos, merece destaque a energia, que para ser levada ao seu destino exige um sistema de transporte peculiar, via gasodutos e oleodutos. Ocorre que estas estruturas indispensáveis à venda dos recursos energéticos para a Europa foram construídas sobre os territórios que hoje pertencem a ucranianos e bielorrussos.

A assimetria entre a economia da Rússia e as dos países que compõem a CEI é considerável. Assim sendo, é natural que a sua participação na economia dos Estados em voga seja maior do que a participação destes na economia da Rússia. Outros fatores a serem considerados nas relações entre o Estado pós-imperialista e os pós-imperiais citados são a integração entre as cadeias produtivas de todos eles,

já referida, e a pouca competitividade dos artigos produzidos pelas ex-repúblicas soviéticas nos mercados externos à região onde se encontram¹⁶⁸. Conforme o esperado por Moscou, desde o momento em que houve a recuperação do PIB russo e da economia do país como um todo, foi verificado um aumento do volume de negócios realizado com os membros da CEI, o que tonificou a atração da economia russa perante esses Estados¹⁶⁹. Tais elementos possibilitam à Rússia utilizar o poderio de sua economia (quando comparado com as economias dos demais Estados que a circundam) com o objetivo de ganhos políticos.

Dentre os países da CEI, ucranianos e bielorrussos são os principais parceiros comerciais da Rússia. No ano de 2006, as exportações para a Ucrânia e Belarus representaram 35,42% e 30,94%, respectivamente, do total de produtos exportados pela Rússia aos membros da organização. Tomando como base todos os países para quem a Rússia exportou, as médias citadas caem para 5% (Ucrânia) e 4,3% (Belarus)¹⁷⁰. O painel das importações não é muito diferente, pois a Ucrânia é responsável por 41,24% das importações russas provenientes dos países da CEI, enquanto no mesmo universo, Belarus é responsável por 30,65% das importações. Novamente abrindo o foco para a integralidade dos países de quem a Rússia adquiriu produtos em 2006, temos que a Ucrânia respondeu por 6,7% e Belarus por 5% das importações¹⁷¹. Tais números demonstram que no comércio com os países do espaço pós-soviético, Ucrânia e Belarus são economicamente muito relevantes para a Rússia. Dada a extensão proporcional desta relevância, a projeção de um domínio econômico regional que seja significativo aos interesses de Moscou deve

¹⁶⁸ Cabe frisar que tal afirmação não engloba os recursos energéticos que existem em abundância em alguns dos países pertencentes à CEI.

¹⁶⁹ Desde 2000, o volume de trocas comerciais realizadas entre a Rússia e os países da CEI vem aumentando ano a ano. Em 2006, as exportações russas para tais Estados atingiram US\$ 42 bilhões. Em relação ao ano anterior, houve um acréscimo de quase US\$ 10 bilhões. No tocante as importações, em 2006 elas atingiram US\$ 22 bilhões, o que representou um acréscimo de US\$ 3,5 bilhões em relação ao ano anterior. Fonte: http://www.gks.ru/wps/portal!/ut/pl.cmd/cs/.ce/7_0_A/s/7_0_3SA/_th/J_0_9D/_s.7_0_A/7_0_2BD/_me/7_0_2BC-7_0_A/_s.7_0_A/7_0_3SA. Acessado em 29/01/2008.

¹⁷⁰ A parcela das exportações russas para a Ucrânia considerando-se apenas os países da CEI é estável, tendo variado entre 36,13% (em 2001) a 38,01% (em 2005) entre 2000 e 2006. Já as exportações russas para Belarus, consideradas dentro do mesmo grupo de países, sofreu leve queda a partir de 2005, quando o volume de exportações representou 31,01% ante uma média de 38,06% verificada entre 2000 e 2004. Fonte: Serviço de Estatísticas Federal Russo. Endereço eletrônico:

http://www.gks.ru/wps/portal!/ut/pl.cmd/cs/.ce/7_0_A/s/7_0_3SA/_th/J_0_9D/_s.7_0_A/7_0_2BD/_me/7_0_2BC-7_0_A/_s.7_0_A/7_0_3SA. Acessado em 29/01/2008.

¹⁷¹ As importações russas de produtos ucranianos dentro do universo da CEI cresceram de uma média de 33,15% (entre 2000 e 2004) para 41,16% em 2005. Já as importações russas de Belarus sofreram um pequeno decréscimo percentual a partir de 2005. Fonte: Serviço de Estatísticas Federal Russo. Endereço eletrônico: http://www.gks.ru/wps/portal!/ut/pl.cmd/cs/.ce/7_0_A/s/7_0_3SA/_th/J_0_9D/_s.7_0_A/7_0_2BD/_me/7_0_2BC-7_0_A/_s.7_0_A/7_0_3SA. Acessado em 29/01/2008.

passar pela manutenção dos laços comerciais com ucranianos e bielorrussos, posto que sem estes, o volume russo de trocas com os países da CEI diminuiu muito. Uma eventual minoração de tamanho porte dificultaria a integração econômica regional, a qual é importante para Moscou porque facilitaria a implementação em todo o espaço pós-soviético da estratégia de economização de sua política externa. Além disto, as conexões econômicas da Rússia com Kiev e Minsk e seus efeitos são importantes como exemplo aos demais Estados da CEI. Explica-se: Ucrânia e Belarus eram considerados os países de maior potencial econômico entre os novos Estados surgidos com o fim da URSS (excetuando-se os países bálticos). Logo, se mesmo com tais prerrogativas eles não conseguiram se afastar da influência político-econômica proveniente da Rússia, aos demais Estados da região, via de regra e salvo exceções, as chances puramente econômicas de conseguirem escapar do poderio russo são bem menores.

Todavia, já foi asseverado anteriormente que os objetivos russos são direcionados para o sistema internacional como um todo, posto que o país é uma grande potência, e não meramente uma potência regional. O alargamento do objeto de análise do Espaço Pós-Soviético para todo o sistema demonstra que Ucrânia e Belarus têm uma participação discreta no balanço de pagamentos russo. Isto ocorre devido à assimetria entre as economias dos países em epígrafe. Mas, ainda assim, no plano global é possível dizer que Kiev e Minsk possuem intensa relevância para Moscou no aspecto comercial. Tal destaque reside na localização geográfica dos dois países, que se encontram entre a Rússia e sua principal parceira econômica, a União Européia.

O pragmatismo de Putin, que, em poucas palavras, significa a disposição da Rússia em negociar com qualquer Estado que quiser se tornar seu parceiro econômico, não alterou a realidade de que a União Européia continua sendo a potência com quem Moscou mantém os mais estreitos laços comerciais¹⁷². Seja como fonte de investimentos externos, seja como compradora dos seus produtos, o

¹⁷² Segundo dados do Banco Federal Russo, em 2006 as exportações russas para a União Européia representaram 56,6% do total das exportações de bens russos, ante um percentual de 55,3% no ano anterior. Os principais países compradores de produtos russos neste período foram Holanda (11,9%), Itália (8,3%) e Alemanha (8,1%). A participação da União Européia nas importações de bens russos se manteve estável entre 2005 e 2006, na faixa de 44% do total. No tocante aos serviços, a União Européia representou 38,59% do total exportado pela Rússia e 41,89% do montante de serviços importados. Fonte: Annual Report of Central Bank of Russian Federation, 2006.

bloco regional é indispensável para o crescimento da economia russa¹⁷³. A imbricação econômica entre Rússia e União Européia é uma das razões pelas quais vários autores apontam a aproximação do bloco regional como o melhor caminho a ser seguido por Moscou no futuro¹⁷⁴. O Kremlin reconhece a importância da União Européia no crescimento sustentável de sua economia, por este motivo, a manutenção dos liames comerciais com o bloco regional é essencial para Moscou. Na medida em que Ucrânia e Belarus são sua "janela da Europa", ambos se tornam fundamentais à permanência e, quiçá, ao fortalecimento dos laços econômicos russos com os países europeus.

Ainda que a União Européia compre produtos russos que não os recursos energéticos, estes constituem o elemento-chave da ligação da Rússia com a grande potência européia. As disparidades econômicas entre Rússia e União Européia são consideráveis. Enquanto a última possui uma economia diversificada e produz artigos de tecnologia avançada e com alto valor agregado, a primeira, apesar de deter conhecimento tecnológico em alguns setores industriais, como o de armamentos, ainda é bastante dependente da exportação de matérias primas. Paradoxalmente, é uma destas matérias-primas, a energia, que concede vantagem em potencial à economia russa¹⁷⁵. No capítulo dedicado aos recursos energéticos, tal questão será avaliada com maior profundidade, mas vale agora mencionar que a manutenção dos atuais índices da economia do bloco regional citado depende da obtenção de um fornecedor confiável de recursos energéticos. Atualmente e, ao que tudo indica, a curto e médio prazo, este fornecedor será a Rússia¹⁷⁶. A crescente dependência européia da energia exportada pelos russos confere a estes uma paridade no relacionamento com aquela. O fato de o Kremlin conseguir falar de igual para igual com a União Européia, e não mais na posição de um Estado falido e suplicante, como ocorria há quinze anos, é um sinal de que seus objetivos de

¹⁷³ Em 2003, 62% dos investimentos externos na Rússia foram realizados pelos países da União Européia. (WALLANDER, 2004, p. 76).

¹⁷⁴ Alexander Zhebit (2005) e Zgbiniev Brzezinski (1997) são exemplos de autores que, ainda que seguindo motivações diversas, apontam a União Européia como a escolha possível para a Rússia se esta deseja retomar um papel de destaque no cenário internacional.

¹⁷⁵ A exportação de gasolina e produtos energéticos representou 65,3% do total das exportações russas em 2006. Fonte: Annual Report of Central Bank of Russian Federation, 2006.

¹⁷⁶ Nas próximas duas ou três décadas, a Europa importará por volta de 70% da energia que consumirá, pela qual pagará um alto preço, devido ao crescimento previsto de 60% no consumo mundial de energia. O gás natural hoje representa 24% da energia consumida pelos países da União Européia, e as importações desse produto aumentarão 80% nos próximos vinte e cinco anos. Fonte: Green Paper.

recuperar prestígio no cenário internacional certamente estão sendo atingidos¹⁷⁷, o que justifica a atual estratégia de política externa russa. Cabe aqui frisar que uma ascendência da Rússia sobre a União Européia acabaria por fortalecer a própria posição de Moscou frente aos países do espaço pós-soviético, pois o avanço dos países europeus sobre as ex-repúblicas soviéticas poderia ser de algum modo debelado pelo poder político russo advindo de tal situação. Diante do quadro apresentado, pode-se afirmar que as relações russas com a União Européia resumem a posição e os objetivos de Moscou perante o sistema internacional desde a ascensão de Vladimir Putin à presidência do país.

A Rússia possui uma chance de se modernizar, dinamizar e incrementar sua economia e, com isto, angariar poder político. Depende, para tanto, da venda de seu produto mais desejado no comércio internacional, os recursos energéticos. No estágio atual da infra-estrutura russa, a comercialização de energia, tão cara aos ambiciosos objetivos do país, depende de sua capacidade de entregar tal produto aos seus consumidores finais. Aqui retornam à cena, e com mais força, Ucrânia e Belarus, tendo em vista que ambos são os países transportadores dos recursos energéticos russos. Por volta de 80% de todo o gás natural exportado pela Rússia aos países da União Européia passa pela Ucrânia, e quase 30% de todo o petróleo vendido para o bloco regional é comercializado pelo oleoduto Druzhba, que atravessa o território de Belarus (PEROVIC, 2008, p. 03). Como se observa, mesmo uma breve apresentação de alguns dados já demonstra que Ucrânia e Belarus, por serem os principais países transportadores dos recursos energéticos russos para a União Européia, são essenciais ao sucesso da política externa econômica traçada por Moscou.

Explicados os motivos econômicos que acarretam a Minsk e Kiev importância ímpar no processo de economização da política externa russa, cabe verificar alguns métodos pelos quais Moscou exerce tal pressão. Registre-se, desde logo, que o uso dos recursos energéticos para fins políticos, estratégia amplamente usada por Moscou, será abordado no capítulo seguinte, razão pela qual pouco destaque será dado ao assunto nesta seção.

¹⁷⁷Em artigo denominado *Em Direção a Uma Aliança Estratégica*, Timofei Bordachev assevera que Rússia e União Européia são mutuamente dependentes, pois cada uma precisa da outra política e economicamente para levarem a cabo seus interesses no sistema internacional (BORDACHEV, 2006, p. 113).

Como se verificará a seguir, a economia de Belarus é amplamente dependente da economia russa. Os governos bielo-russos não lograram realizar as reformas estruturais necessárias a um crescimento econômico do país pautado pela desvinculação da ex-metrópole. Ao invés disto, procuraram alguma espécie de união com a Rússia, na qual fosse mantida sua soberania. Com a chegada de Putin ao poder, o Kremlin adotou a tática de manter o discurso no sentido de uma união econômica, sem contudo acelerar o processo. No cálculo russo, assumir o pobremente desenvolvido Belarus, com sua corrupção e alta taxa de desemprego, não vale a pena no presente momento. Mais frutífera para os interesses russos é a utilização dos instrumentos corriqueiros de pressão econômica, decorrentes da grande diferença entre as economias dos dois países. Assim, Moscou incentivou o seu setor produtivo a investir nas empresas bielo-russas (não somente as ligadas ao transporte de energia), com o intuito de adquirir vantagens econômicas e atrelar ainda mais as políticas dos dois países (WALLANDER, 2004, p. 87).

Outro elemento que favorece o uso dos fatores econômicos pela Rússia nas relações que mantém com Belarus é o tipo de governo mantido por Lukashenko. O presidente bielo-russo necessita de empréstimos e investimentos diretos da Rússia em sua economia, bem como do fornecimento de recursos energéticos a preços subsidiados¹⁷⁸, pois somente assim pode manter sua política populista de distribuição de renda à população sem que necessite implementar as reformas que fortaleceriam a economia e a sociedade civil no país. O Kremlin é ciente de tal fato e não se furta em utilizá-lo para garantir que o Estado mais leal dentre todos as ex-repúblicas socialistas assim se mantenha.

No concernente à Ucrânia, a pressão econômica não é tão facilmente exercida por Moscou, uma vez que na comparação com Belarus a economia ucraniana é mais desenvolvida e possui menor grau de dependência da economia russa. Ademais, Kiev exerce maior poder de atração na União Européia, o que lhe possibilita usar o vetor ocidental de sua política externa como instrumento de negociação quando as demandas russas se tornam mais incisivas. Todavia, de forma alguma isto quer dizer que a Ucrânia está livre da influência russa baseada em fatores econômicos. Além da evidente dependência dos recursos energéticos russos, que será abordada no capítulo seguinte, o país também se mostra vulnerável

¹⁷⁸ Calcula-se que por volta de 10% do Produto Interno Bruto bielo-russo é derivado dos vários subsídios fornecidos pela Rússia (WALLANDER e LEGVOLD, 2004, p. 45).

ao poderio da economia russa em outros setores, tais como os débitos ucranianos perante a Rússia e a necessidade que as empresas da Ucrânia têm de investimentos externos.

Devido às dificuldades enfrentadas durante a década de 1990, a Ucrânia acumulou débitos perante a Rússia, cuja origem principal é o não pagamento pela energia recebida¹⁷⁹. Sob o comando de Putin, a Rússia desvinculou a dívida de seu nascedouro, usando-a como forma de adquirir vantagens no comércio mantido entre os dois países, sem que necessariamente seja vislumbrada uma relação direta com a questão energética. Impende frisar, neste ponto, a contínua dependência que um país devedor sofre em relação aos seus credores, os quais volta e meia exigem algumas benesses em função do débito acumulado. Esta é uma forma tipicamente capitalista de um Estado exercer domínio sobre outro no campo político-econômico, manobra denominada por Ellen Wood de “arma da dívida” (WOOD, 2005, p. 12). A história das dificuldades da economia brasileira por causa de sua contínua subjugação à dívida externa é salutar como exemplo da ligação que se estabelece entre Estado-devedor e Estados-credores.

A falta de reformas estruturais, a instabilidade política e a incerteza quanto à aplicação das leis vigentes na Ucrânia dificultam o acesso do país a investimentos estrangeiros produtivos, indispensáveis para qualquer país em desenvolvimento nas suas metas de crescimento. Enquanto europeus e norte-americanos ainda vêm com alguma desconfiança o destino de eventuais aplicações na Ucrânia, os investidores russos, beneficiados pelo revigoramento da economia de seu país, não têm tanto pudor em aplicar nas empresas ucranianas. Quando se observa que as mesmas dificuldades vislumbradas na Ucrânia existem na Rússia, não é de se estranhar a falta de receio dos investidores russos. Partindo do princípio que os fundos cipriotas que despejam capital no país pertencem, na verdade, a empresas russas, essas foram as maiores investidoras estrangeiras na economia ucraniana em 2002, com 17,6% do total dos investimentos¹⁸⁰. Somado a este capital a parcela de empresas localizadas no leste ucraniano que são de propriedade direta de russos, a participação russa nos investimentos na iniciativa privada na Ucrânia sobe

¹⁷⁹ Após muitas discussões acerca do valor total do débito decorrente do uso de energia, os governos de Rússia e Ucrânia selaram acordo em 2001, no qual foi reconhecida a dívida de 1,34 bilhões de dólares (ABDELAL, 2004, p. 120).

¹⁸⁰ Muitos autores referem que o dinheiro investido na Ucrânia, via bancos do Chipre, é de origem russa, por isso nas estimativas que fazem sempre somam os investimentos cipriotas aos russos quando se referem ao capital russo investido na Ucrânia.

em expressão (WALLANDER, 2004, p. 94). O fato de que grande parte destes investimentos seja feita pelo capital privado não impede Moscou de utilizar esta dependência ucraniana como instrumento de pressão econômica, pois ao fim e ao cabo as aplicações russas no país vizinho acabam por solidificar os laços industriais entre os dois países, com ampla desvantagem do lado ucraniano da balança.

Em suma, pelo exposto, pode-se dizer que Ucrânia e Belarus são cruciais para a estratégia russa baseada na economização de sua política externa, seja no âmbito regional do espaço pós-soviético, seja no nível global. Repise-se que dados os objetivos últimos do Kremlin e o papel que a União Européia possui em tais planos, no nível sistêmico a importância dos dois parceiros eslavos para a Rússia é ainda mais clara e inegavelmente maior do que a de qualquer outro Estado surgido com o fim da União Soviética. Assim sendo, ao se vislumbrar os contatos que a Rússia mantém com Belarus e Ucrânia, tendo como foco o elemento econômico, fica comprovado que este gera particularidades às relações em questão.

4.3. UCRÂNIA: A VINCULAÇÃO HERDADA

No capítulo dedicado à influência dos elementos culturais nas relações russo-ucranianas foi visto que a Ucrânia está entre as ex-repúblicas socialistas soviéticas que não desenvolveu plenamente uma identidade nacional diversa da russa, sendo esta uma razão que a mantém vinculada à vizinha do leste. Guardadas as proporções, fenômeno semelhante ocorreu com a economia ucraniana. Desde a dissolução da URSS, o país não conseguiu se libertar da interdependência assimétrica existente entre a sua economia e a economia russa. Essa situação tem impedido a concretização do desejo recorrentemente manifestado por Kiev, ainda que com intensidade variável, de se aproximar cada vez mais do ocidente e da União Européia. As razões para as dificuldades ucranianas estão relacionadas tanto com fatores internos do país, quanto com eventos provenientes do exterior, protagonizados pela Rússia e por potências estranhas ao Complexo Regional de Segurança pós-soviético, em especial a União Européia. Conforme se verificará, a partir da questão econômica ucraniana é possível identificar interconexões entre os níveis unitário, regional, inter-regional e global, referidos no capítulo anterior.

4.3.1. O Fracasso da Opção pelo *Caminho Báltico*

A Ucrânia era considerada uma das mais ricas repúblicas socialistas soviéticas. Fatores puramente geográficos e naturais como a posse de substanciais reservas minerais¹⁸¹, um solo fértil e uma posição estratégica para a comercialização de produtos na Europa (WILSON 2002, p. 53), somados a elementos sócio-econômicos, como uma mão-de-obra relativamente qualificada e a capacidade industrial da região leste do país¹⁸², concediam um bom potencial à economia ucraniana¹⁸³. Essas características levaram a elite política ucraniana a acreditar que uma vez liberto o país das amarras do governo centralizado da União Soviética, sua ascendência econômica fatalmente ocorreria e o novo Estado se integraria com naturalidade aos fluxos comerciais europeus¹⁸⁴.

Os nacionalistas da região oeste ucraniana se encarregaram de difundir no país inteiro dados e projeções positivas quanto ao futuro de uma Ucrânia independente¹⁸⁵. Tal campanha ajuda a explicar o alto índice de ucranianos (90,3%) que responderam sim à independência no plebiscito realizado em dezembro de 1991¹⁸⁶. Fortalecidos politicamente com o resultado do referendo, os partidos

¹⁸¹ A Ucrânia possui por volta de 5% das reservas minerais do mundo, incluindo o maior suprimento de titânio. Além disso, o país detém a terceira maior reserva de ferro e 30% das reservas mundiais de manganês (WILSON, 2002, p. 267).

¹⁸² A indústria ucraniana era responsável pelo grosso da produção soviética de metais, maquinário industrial, motores a diesel e equipamentos de transporte (WILSON e RONTROYANNI, 2004, P. 32).

¹⁸³ Os dados apresentados por V. Pokshishevski ilustram o peso da indústria e dos recursos naturais ucranianos na economia soviética. Em 1969, a República Socialista Soviética da Ucrânia foi responsável por um terço do carvão extraído, por 30% do gás e por 56% do ferro extraído e por quase metade do total de ferro fundido na URSS. Além disso, produziu 47% dos equipamentos metalúrgicos, quase um terço dos tratores, mais da metade dos arados de tração mecânica e 27% das escavadoras fabricadas no Estado Comunista naquele ano (POKSHISHEVSKI, 1974, p. 185).

¹⁸⁴ Rawi Abdelal lembra que os nacionalistas ucranianos chegaram a divulgar o entendimento de que a União Soviética explorava os ucranianos e que estes na verdade subsidiavam o crescimento da República Socialista Russa. Cabe frisar que este sentimento não era novo entre os ucranianos. Ainda em 1920, o economista Mykhailo Volobuiev assegurava que a Ucrânia era uma colônia interna explorada pela União Soviética (WILSON, 2002, p. 253).

¹⁸⁵ Cabe ressaltar que o sentimento de que a estrutura política e econômica da União Soviética era um fardo a ser carregado era bastante difundido entre as suas repúblicas na época da dissolução da superpotência comunista. Portanto, a elite ucraniana não divergia muito das demais (GRIGORIEV e SALIKHOV, 2006, p. 66).

¹⁸⁶ Este argumento é repetido por vários autores que estudam a Ucrânia, tais como Rontoyanni e Wilson (2004),

nacionalistas apoiaram o ex-dirigente comunista Leonid Kravchuk nas primeiras eleições nacionais¹⁸⁷.

Dentre as duas opções de rumo econômico e político que eram postas aos novos Estados surgidos com o final da União Soviética, o governo de Kravchuk, muito em função dos grupos que o apoiavam, escolheu o que se pode denominar de “caminho báltico”. A opção implicava em procurar reorientar a economia nacional para o ocidente, buscando novos parceiros com vistas a diminuir a dependência em relação à Rússia, assim como fizeram Lituânia, Estônia e Letônia. O sucesso da empreitada dos três Estados bálticos foi fortemente lastreado na comunhão entre os movimentos políticos e nacionais de cada um deles, que enfrentaram com galhardia o desafio proposto¹⁸⁸. A mesma união política, porém, era impossível de ser reproduzida na Ucrânia, devido às diferenças regionais do país, o que parece ter sido ignorado pelos nacionalistas ucranianos. Outro grave erro de cálculo por eles cometido foi no tocante à suposta pujança econômica do novo Estado.

A realidade bateu à porta do governo ucraniano logo nos primeiros anos de independência. Já em 1991 o PIB sofreu uma queda de 10,6%, o que foi seguido por quedas de 17%, 14,2% e 22,9% nos anos de 1992, 1993 e 1994 (ano eleitoral), respectivamente¹⁸⁹. A inflação de 91,2% do ano de 1991 subiu para 1.210% em 1992 e atingiu impressionantes 5.371% em 1993. O rompimento do comércio com os países vizinhos, com quem, afinal de contas, estavam estabelecidas as principais rotas de comércio ucranianas, gerou um déficit comercial constante¹⁹⁰.

O colapso da economia ucraniana não era muito diferente daquele enfrentado pelos demais Estados surgidos com o fim da União Soviética¹⁹¹, no entanto, foi suficiente para que a classe industrial, localizada nas regiões leste e sul do país, se

¹⁸⁷ A conversão de ex-dirigentes comunistas em ferrenhos nacionalistas a fim de manterem-se perto do poder foi uma constante na Ucrânia após a independência.

¹⁸⁸ As repúblicas bálticas sempre estiveram na dianteira do processo de desintegração da URSS. Foi na Lituânia, na Letônia e na Estônia que os movimentos nacionais se organizaram primeiro, bem como foram essas as repúblicas que antes das demais declararam soberania em relação ao governo central soviético, em 1989, e, depois, a independência da URSS, em 1990 (SEGRILLO, 2000a, p. 166 e 167).

¹⁸⁹ O PIB ucraniano continuou em declínio nos anos seguintes (-12,2% em 1995, -10% em 1996, -3% em 1997, -1,7% em 1998, -0,2% em 1999). Apenas em 2000 experimentou variação positiva de 5,9%, tendência que se manteve nos anos seguintes (9,2% em 2001, 5,2% em 2002, 9,6% em 2003, 12,1% em 2004, 2,7% em 2005, 7,1% em 2006 e 7,3% em 2007). Fonte: World Economic Outlook de 1999, 2007 e 2008. Sobre o PIB da Ucrânia, ver anexo.

¹⁹⁰ A dívida externa ucraniana, tendo partido do zero em 1991, chegou a 3,5 bilhões de dólares em apenas um ano. Todo o período de encolhimento do PIB ucraniano foi marcado pelo aumento da dívida externa do país, que chegou a 12,4 bilhões de dólares em 1999 (WILSON, 2002, p. 256).

¹⁹¹ Leonid Grigoriev e Marsel Salikhov asseveram que durante o período de 1990 a 1994 todos os países do Espaço Pós-Soviético sofreram acentuado declínio em seus indicadores econômicos, o que foi seguido por hiperinflação e desemprego (GRIGORIEV e SALIKHOV, 2006, p. 68).

insurgisse contra a ineficiência governamental e apoiasse Leonid Kuchma nas eleições de 1994, o qual venceu o pleito. O novo presidente ucraniano revogou o extremismo do caminho báltico trilhado até aquele momento. Houve uma reaproximação econômica com a Rússia, sendo reativado o comércio entre os dois países¹⁹². É importante frisar que no governo Kuchma não ocorreu uma virada de rumo radical na política econômica externa ucraniana, com o país se voltando integralmente para o leste e esquecendo as potências ocidentais. O que houve foi a busca de um equilíbrio entre as facções políticas do país, que resultou em uma maior aproximação com a Rússia, mas sem que isto significasse o abandono do desejo de integração com os organismos econômicos ocidentais, e, principalmente, com a União Européia¹⁹³.

Os eventos até aqui narrados, assim como o equilíbrio necessário entre os interesses das regiões ucranianas, dão vazão à teoria de Rawi Abdelal de que a condução dos interesses econômicos de um Estado pode ser influenciada por fatores culturais e identitários. No caso ucraniano, as diferentes regiões do país possuem visões diversas acerca dos interesses nacionais, e, conseqüentemente, de como deve ser conduzida a política externa econômica. Fiéis à sua concepção de que ser ucraniano obrigatoriamente implica em ser europeu e não russo¹⁹⁴, os nacionalistas do oeste acreditavam que o afastamento da esfera de influência econômica russa era algo natural para um país de raízes européias que havia se libertado de uma dominação imperial (ABDELAL, 2001, p. 112). Por seu turno, os ucranianos residentes nas regiões industriais do leste e do sul não consideram a Rússia uma ameaça à segurança nacional, entre outros fatores porque a comunhão de costumes, traços culturais e fatos históricos faz com que a identidade nacional russa não seja encarada como oposta à identidade ucraniana, não sendo, portanto, necessário que esta se afaste daquela para sua auto-afirmação. Na verdade, a cultura russa seria um dos elementos misturados no caldeirão do qual emerge uma

¹⁹² O governo ucraniano de Kravchuk chegou a criar taxas, barreiras comerciais e outras medidas para dificultar a troca de produtos com a Rússia.

¹⁹³ A complicada situação política ucraniana obriga a qualquer governo na Ucrânia a tentar atingir alguma espécie de equilíbrio entre os diferentes grupos do país, caso deseje se manter no poder. Nem as massas do leste e do sul que advogam a aproximação com a Rússia, nem os nacionalistas que desejam o contrário conseguem governar sozinhos, como a história política da Ucrânia desde 1991 tem demonstrado. Assim, um governo de centro é o que tem maiores chances de sucesso no panorama da política doméstica ucraniana (WILSON e RONTROYANNI, 2004, p. 30).

¹⁹⁴ Vale aqui lembrar que somente no final da II Guerra as regiões de Galícia (1939), Volhynia (1940) e Ruthênia (1945) foram integradas ao império soviético. Antes disto, nunca haviam sido parte de nenhum outro império russo.

Ucrânia multi-étnica¹⁹⁵. A visão conflitante entre os segmentos de sua sociedade pode ser considerada uma das causas pelas quais, até o presente momento, a Ucrânia não conseguiu desenvolver políticas econômicas que lhe propiciem uma maior liberdade política no espaço pós-soviético e no sistema internacional, sem a sombra russa pairando sobre sua cabeça.

Todavia, explicar os rumos da economia ucraniana tão-somente a partir das diferenças regionais do país quanto à concepção que possuem acerca do que é ser ucraniano é contraproducente, pois resulta em uma análise incompleta. Várias características estruturais da economia da Ucrânia acarretaram a impossibilidade de que esta trilhasse o caminho báltico com o sucesso inicialmente desejado¹⁹⁶. Impende que sejam verificadas quais são estas características e porque elas emperram o projeto ucraniano de se afastar da Rússia e rumar em direção ao eldorado da União Européia.

4.3.2. A Interdependência Assimétrica Ucraniana em relação à Rússia

A principal fonte das dificuldades enfrentadas pela Ucrânia na busca de sua autonomia econômica em relação à Rússia é a interdependência assimétrica existente entre as economias dos dois países, situação herdada dos tempos soviéticos. A interdependência econômica assimétrica é verificável quando dois países possuem economias vinculadas entre si, mas a economia de um deles é muito mais dependente da economia do outro do que ocorre em sentido inverso¹⁹⁷. Ressalte-se que no caso de Rússia e Ucrânia, a desproporcionalidade da dependência econômica entre ambas é o elemento que melhor explicita o motivo

¹⁹⁵ Rawi Abdelal, citando Dominique Arel lembra que os ucranianos destas regiões devem ser vistos primeiro como “*não anti-russos*” ao invés de “*pró-russos*”, na medida em que não desejam reunificar seu país a um eventual império russo redivivo, nem querem perder a condição de Estado independente (ABDELAL, 2001, p. 116).

¹⁹⁶ Vale lembrar que o argumento utilizado pelas elites industriais ucranianas para mudar a condução econômica ucraniana era puramente econômico. Elas alegaram que o país não estava preparado para sofrer as consequências drásticas que adviriam com o afastamento total da Rússia, sendo muito mais palatável e inteligente passar pelo processo de transformação econômica com os menores custos possíveis.

¹⁹⁷ Robert Gilpin denomina de interdependência vulnerável a situação em que as interdependências de mercado entre dois países possibilitam a que um deles exerça a exploração política sobre o outro (GILPIN, 2001, p. 82). A definição do autor é muito próxima do conceito de interdependência assimétrica utilizado no presente trabalho.

pelo qual os fatores econômicos acarretam especificidade às relações russo-ucranianas.

Conforme já referido, os países que formam o espaço pós-soviético surgiram em sua conformação atual a partir de pedaços de uma única unidade, a URSS. Tal fato lhes onerou uma herança complicada de se desvencilharem. Emanada de Moscou, a política econômica soviética especializou as repúblicas na produção de determinado tipo de produto, interligando as cadeias produtivas e distributivas de todos a partir do centro. Grande parte da energia que fomentava a indústria soviética era oriunda da República Socialista Federativa Soviética Russa, que a distribuía de forma barata para as demais repúblicas. Com a dissolução do império comunista, os novos Estados precisaram lidar com o fato de estarem economicamente imbricados com as outras ex-repúblicas socialistas e, especialmente, com a Rússia. A situação era inglória, pois em função disto, cada um deles possuía uma interdependência econômica para com Moscou extremamente assimétrica, com o pêndulo da balança favorecendo aos russos. Ou seja, a Rússia, que naturalmente já seria a maior economia entre os novos Estados, devido ao seu tamanho, recursos naturais e capacidade econômica de que dispõe, teve esta posição reforçada por ser a maior compradora em potencial dos produtos vendidos pelos demais países da região, por servir de elo entre os mercados nacionais de muitos desses¹⁹⁸ e por deter os recursos energéticos indispensáveis para o funcionamento das economias de seus vizinhos.

A Ucrânia é um dos novos Estados surgidos com o fim da URSS que ainda sofre com os efeitos nefastos desta herança de natureza imperial, pois a interdependência assimétrica entre as economias russa e ucraniana concede munição ao Kremlin para que mantenha influência sobre Kiev. Munição que se revelou muito eficiente ao longo dos anos, tendo em vista que a imposição de poder mediante fatores econômicos é mais discreta e palatável aos olhos da comunidade internacional do que a coerção exercida por intermédio de ameaça militar. Ellen Wood sustenta que o capitalismo estendeu largamente a abrangência da dominação colonial, mediante imposição e manipulação das operações do mercado capitalista. Nas palavras da autora: “Assim como a classe dos donos do capital não precisa do

¹⁹⁸ A venda de gás natural do Turcomenistão à Ucrânia via Rússia, que será tratado no Capítulo cinco, é um exemplo do papel de elemento de ligação entre economias nacionais que Moscou desempenha em função do sistema de distribuição de bens e produtos construída no período soviético.

domínio político direto sobre os trabalhadores que não são proprietários, os impérios capitalistas podem confiar nas pressões econômicas para explorar as sociedades subordinadas” (WOOD, 2005, p. 21). A economização da política externa russa sob o comando de Putin vai ao encontro dessa realidade.

Na mesma proporção que confere poder de influência ao governo russo, a interdependência assimétrica gera fragilidades à Ucrânia. A primeira a ser mencionada é a mais séria de todas, qual seja, a ampla dependência que o país possui dos recursos energéticos russos. A forma como o petróleo e o gás natural se imiscuem na relação estudada será objeto de capítulo isolado, mas convém, por ora, mencionar que os recursos energéticos constituem o principal instrumento de pressão à disposição do Kremlin nas relações que mantém com Kiev, devido ao alcance econômico, político e geoestratégico que eles detêm.

Um segundo efeito da interdependência assimétrica entre Rússia e Ucrânia é a parcela que a primeira ainda ocupa no comércio exterior da última, o que também pode ser analisado à luz do passado soviético. O sistema comunista na União Soviética empreendeu um surpreendente processo de industrialização nas primeiras décadas de sua existência, transformando um país quase agrário em uma potência industrial. Entretanto, devido à própria estrutura de funcionamento político e econômico do sistema soviético, em que as ordens obedeciam a um fluxo vertical e havia uma rigorosa hierarquização, o país não conseguiu acompanhar o desenvolvimento das potências ocidentais a partir da Revolução Científico-técnica, que funcionava com fluxos horizontais de informação e utilizava uma hierarquia menos férrea. Além disto, os países do ocidente passaram a enfatizar a qualidade de seus produtos, ao invés da quantidade e da produção em escala, priorizadas pelos soviéticos¹⁹⁹. O resultado disto foi a crescente perda de qualidade dos produtos do bloco comunista em comparação com seus pares produzidos nos países capitalistas.

Com o fim da Guerra Fria, os Estados surgidos a partir da dissolução da URSS se viram produzindo artigos qualitativamente defasados, situação que antes era mascarada pelo comércio no bloco comunista e pelas demandas criadas pelos próprios governos do Campo Socialista. Assim, após décadas nas quais o isolamento do comércio mundial os impediu de desenvolver laços comerciais com os

¹⁹⁹ Sobre a diferença de funcionamento entre o modo *fordista* e o modo *toyotista* de produção, apontada por Ângelo Segrillo, ver capítulo II, pág. 35.

Estados ocidentais, quando desejaram (e precisaram) construir tais ligações, os países do espaço pós-soviético encontraram-se em desvantagem, devido à falta de mercado para os seus produtos. Este era um considerável empecilho aos Estados que procuraram criar rotas comerciais diversas daquelas que possuíam com as demais ex-repúblicas soviéticas.

A Ucrânia sentiu o peso de tais dificuldades. Como percebeu no período entre 1991 e 1993, o rompimento de ligações comerciais com a Rússia era impossível, não somente por causa da questão energética, mas também porque a vizinha do leste era a maior adquirente dos produtos ucranianos²⁰⁰, os quais não eram competitivos para atraírem compradores ocidentais. Entretanto, nem esta dificuldade, nem a retomada do comércio com a Rússia impediram a Ucrânia de continuar tentando colocar seus produtos no mercado europeu, pois sabia que somente com a diversificação de seu comércio exterior, poderia escapar da dependência da economia russa. Isso resultou no crescimento paulatino da parceria comercial entre Ucrânia e União Européia.

Curiosamente, foi uma alteração na política econômica russa após a crise cambial de 1998 que permitiu à Ucrânia intensificar a diversificação de sua pauta de importações e exportações. O privilégio dado pelo Primeiro-Ministro russo, Primakov, à indústria nacional foi sentido pela Ucrânia e pelos demais países da região. Leonid Grigoriev e Marsel Salikhov afirmam que este foi um ponto de virada nas relações econômicas entre Ucrânia e Rússia, uma vez que as fracas empresas ucranianas precisaram evoluir para atingirem novos mercados, em especial o europeu (GRIGORIEV e SALIKHOV, 2006, p. 69).

A posição de destaque da Rússia nas relações comerciais ucranianas, foi, no entanto, mantida nos anos seguintes. Contribuiu para tanto a retomada acentuada do crescimento econômico russo a partir da virada do século, circunstância que aumentou a sedução russa como pólo de atração para os artigos industrializados da Ucrânia. Assim, desde meados da primeira década do século XXI, as indústrias ucranianas reconquistaram espaço no mercado russo, o que aumentou o volume das exportações de seus artigos para o país vizinho²⁰¹.

²⁰⁰ Cabe lembrar que a política macroeconômica russa da década de 1990 favorecia os países da CEI, pois a valorização do rublo e a abertura do mercado interno russo facilitavam a entrada de produtos oriundos dos países vizinhos.

²⁰¹ Alguns dados demonstram a evolução das importações russas de artigos ucranianos. Em 1995, as importações atingiram 6,6 bilhões de dólares. Em 2000, o volume caiu para 3,6 bilhões, tendo minorado ainda mais em 2002,

Os dados estatísticos revelam a dualidade entre uma crescente importância da União Européia e a manutenção da relevância russa no comércio exterior ucraniano. No ano de 1994, 10% do total de exportações ucranianas foi para países da União Européia e 40% para a Rússia. No ano da crise cambial russa, 1998, as exportações ucranianas para a Rússia caíram para 23%, ao passo que as destinadas à União Européia aumentaram, chegando a 15%. No tocante às importações, em 1994, 10% dos produtos comprados pela Ucrânia provinham da União Européia ao passo que 59% eram originários da Rússia. Em 1998, do total de produtos importados, 17% importados vieram da Europa e 48% da Rússia²⁰². A tendência do final da década de 1990 se manteve nos anos seguintes, mesmo com o crescimento econômico russo. No ano de 2005, a União Européia já aparece como principal compradora dos bens exportados pela Ucrânia (26,9% do total), ultrapassando a Rússia (21,9% do total). No tocante às importações, em 2005 a Rússia ainda era a maior fonte de bens comprados pela Ucrânia (35,6% do total), seguida da União Européia (32,9% do total). No ano seguinte, a situação no referente às exportações continuou praticamente idêntica, com a União Européia na liderança (28,3%) e a Rússia com o segundo posto (22,5%). Quanto às importações, a União Européia se tornou a principal fonte de bens para a Ucrânia (34,7% do total), seguida pela Rússia (30,6% do total)²⁰³.

Os números citados indicam que a política ucraniana voltada para a diversificação de seus parceiros comerciais tem obtido relativo sucesso no concernente à União Européia, tendo em vista o destaque que essa possui no comércio externo ucraniano. Todavia, quando se analisa a capacidade deste fato servir de causa para o afastamento da influência econômica e política russa sobre a Ucrânia, dois fatores devem ser suscitados.

O primeiro é a diferença entre os aspectos econômicos e políticos da União Européia. A força da economia do bloco geralmente contrasta com as suas indefinições políticas, naturais em uma organização supranacional composta por diversos países de tamanhos e poderes diferentes, que ainda não conformou por completo uma estrutura de comando que possibilite a formulação de uma política

quando foram de apenas 3,2 bilhões de dólares. A partir de 2003, entretanto, houve um aumento significativo para 4,4 bilhões. Desde então se firmou uma tendência de alta nas importações ucranianas para a Rússia: 6,6 bilhões de dólares em 2004, 7,8 bilhões em 2005 e 9,2 bilhões em 2006. fonte: http://www.gks.ru/free_doc/2007/b07_12/25-06.htm, acessado em 11 de fevereiro de 2008.

²⁰² Fonte: Interstate Statistical Commission of the Commonwealth of the Independent States.

²⁰³ Fonte: Organização Mundial do Comércio.

externa una e coerente²⁰⁴. Assim sendo, o exercício de influência política que poderia advir da grande potência européia em relação à Ucrânia, sustentada na dependência econômica desta, é menos provável de ocorrer do que semelhante tipo de pressão proveniente do Kremlin, ainda que a grande potência russa tenha perdido o posto de principal parceira econômica da Ucrânia.

O outro ponto a ser frisado é que mesmo com esta perda, a Rússia continua detendo uma parcela considerável do comércio exterior desenvolvido por Kiev. Considerando os países isoladamente, e não na qualidade de pertencentes a blocos regionais, a Rússia continua sendo o parceiro comercial mais efetivo da Ucrânia. Há estabilidade na proporção de exportações ucranianas para a Rússia desde, pelo menos, 1998. A taxa de 23% de 1998 quase que se repete em 2005 (21,9%) e em 2006 (22,5%), o que denota que uma parte mais ou menos fixa da indústria ucraniana depende do mercado russo para sobreviver. Além disso, ao se desconsiderar os recursos energéticos, a balança de pagamentos ucraniana é positiva em relação à Rússia, sendo que alguns setores da economia, como a metalurgia, por exemplo, são muito competitivos na comparação com as empresas russas (GRIGORIEV e SALIKHOV, 2006, p. 159)²⁰⁵. Tudo isso faz com que a Ucrânia precise do mercado russo, pois devido ao crescimento deste, e à forma como isto atualmente se dá, mediante a exportação de energia, a tendência é que os produtos ucranianos mantenham, e talvez até aumentem, o seu rol de compradores situados na Rússia.

Um terceiro fator decorrente da interdependência econômica a mitigar a autonomia ucraniana é a sua dívida perante a Rússia. A origem do débito é o não pagamento pelos recursos energéticos russos recebidos. Na medida em que a malha de fornecimento e transporte dessa espécie de bem é fruto do planejamento econômico soviético, pode-se afirmar que a existência da dívida externa ucraniana em relação à Rússia origina-se da interdependência assimétrica entre as economias dos dois países. Como o Kremlin não consegue atingir seu objetivo principal de utilizar tal débito para se tornar proprietário dos gasodutos localizados em território

²⁰⁴ A posição conflitante entre países antigos no bloco, como a Alemanha e a Itália, e novos integrantes, como os Estados bálticos e a Polônia, no pertinente à Rússia, retratam a dificuldade da União Européia de firmar posicionamentos políticos uníssonos.

²⁰⁵ Em 2007, a exportação de metais para a Rússia cresceu 14,7% em relação a 2006, subindo para 3.02 toneladas. A participação russa nas exportações ucranianas desses produtos subiu de 8,3% para 9,4% no mesmo período. Fonte: portal do Governo da Ucrânia. Endereço eletrônico: http://www.kmu.gov.ua/control/en/publish/article?art_id=110530164&cat_id=40154203.

ucraniano, até o presente momento ele tem se contentado em usá-lo para buscar outros interesses na Ucrânia, de cunho econômico, político ou estratégico. Um exemplo disto é o Tratado assinado pelos dois países em 1997, no qual ficou acertado que o pagamento russo pelo uso da base naval de Sebastopol seria compensado dos débitos energéticos ucranianos (ABDELAL, 2004, p. 120). Do lado ucraniano, o governo não pode negar que o país é devedor. Como pretende evitar que a Rússia tome conta de sua infra-estrutura energética, fica na posição ingrata de ter de aceitar acordos com Moscou nem sempre compatíveis com os seus interesses.

4.3.3. Os Investimentos Russos

Assim como qualquer outro país em desenvolvimento com problemas econômicos, a Ucrânia necessita de investimentos externos para fomentar o seu crescimento. Durante a primeira década de independência, o capital proveniente das potências ocidentais não chegou na quantidade esperada pelo governo ucraniano. A razão disto são os problemas internos do país, tais como a falta de um sistema judiciário confiável, um sistema político instável devido às divergências regionais, e, destacadamente, a falta de implementação das reformas estruturais na economia nacional²⁰⁶. A conjunção destes fatores gerou um clima de incerteza que afastou os investidores estrangeiros.

A dificuldade ucraniana em captar recursos possibilitou o acréscimo da participação russa na sua economia, pois os investidores russos, sobretudo após a recuperação econômica de seu país, enxergaram no Estado vizinho nichos lucrativos para aplicarem seu capital. A indústria privada ucraniana aceitou de bom grado a ajuda oferecida, pouco se importando se algumas empresas de setores

²⁰⁶ Andrew Wilson aponta três políticas levadas a cabo pelo presidente Leonid Kravchuk que ao invés de reestruturarem a economia ucraniana acabaram por trazer prejuízos ao país. São elas: a impressão desmedida de dinheiro cujo objetivo era manter a produtividade industrial, mas que gerou enorme inflação; a falta de políticas para a construção de uma economia nacional, o que deixou o governo nas mãos das lideranças regionais e o erro de cálculo acerca dos custos inerentes à independência do sistema soviético. O autor lembra que em 1994 o então presidente Leonid Kuchma lançou um programa nacional de reformas que obteve algum sucesso em controlar a inflação e criar disciplina fiscal e monetária. Entretanto, já no ano seguinte, após as eleições, o passo das mudanças diminuiu o ritmo (WILSON, 2002, p. 257 e 258).

importantes da economia porventura passassem ao controle de investidores russos²⁰⁷.

Como visto alhures, a Rússia utiliza a necessidade ucraniana de investimentos externos para auferir vantagens econômicas e políticas. Por este motivo, o Kremlin viu com bons olhos o relacionamento estabelecido entre as iniciativas privadas dos dois países e incentivou seus aplicadores a continuarem com o fluxo de capital para a Ucrânia. A situação configurada reforça a essencialidade que a Rússia ainda hoje ocupa na economia ucraniana, o que acaba por atar ainda mais os nós que unem os dois Estados.

4.3.4. Ucrânia e os Processos de Integração

De acordo com o observado até agora, alguns elementos de natureza econômica, como a interdependência assimétrica entre as economias russa e ucraniana e os investimentos diretos russos nas empresas do país vizinho, se inserem com força nas relações mantidas pelos dois Estados. Poucos anos bastaram para que os governos ucranianos chegassem à conclusão de que o caminho a ser percorrido para a liberdade política de fato, ou seja, sem estar sob o guarda-chuva russo, era muito árduo, e talvez nem fosse possível que um país tão menor que o seu ex-dominante pudesse alcançá-la. Uma das estratégias adotadas por Kiev a partir desta conclusão foi a de utilizar os processos de integração que se tornaram a tônica do espaço pós-soviético, e do sistema internacional em geral, desde os anos 1990 para atingir seu objetivo. A tentativa de ingressar na União Européia pode ser encarada sob este prisma, assim como a criação da GUUAM. O único desvio de rota observado na trajetória política ucraniana relacionada aos processos de integração é a assinatura do tratado do Espaço Econômico Comum. Sinale-se que é possível traçar um paralelo entre as tentativas ucranianas de obter ajuda externa para fugir da órbita russa, vislumbradas na esfera econômica, com aquelas de igual fim empregadas no campo estratégico, as quais foram abordadas no capítulo anterior.

²⁰⁷ Um exemplo que pode ser citado é a *Ukrainian Aluminium*, empresa cuja sócia majoritária, com 75% do controle acionário, é a empresa russa Sibéria Aluminium (WILSON, 2002, p. 269).

Antes de verificar as atitudes de Kiev no tocante a cada um dos movimentos de integração citados, cabe discorrer um pouco sobre a posição do país quanto à Comunidade dos Estados Independentes. Na qualidade de uma das primeiras integrantes da organização, desde o princípio, a Ucrânia sempre a encarou como a forma disponível de selar o fim da União Soviética e, com isto, sedimentar sua independência recém alcançada. Com o passar dos anos, a Ucrânia manteve uma atitude negligente no pertinente à CEI, a qual decorre de seu temor de que a organização seja utilizada pela Rússia como instrumento de solidificação de sua hegemonia na região. Ressalte-se que o entendimento ucraniano não está equivocado, eis que o objetivo russo não era outro na época da fundação da CEI, nem se alterou com o passar dos anos.

Na qualidade de segundo maior Estado da região e principal parceiro econômico de Moscou entre todas as ex-repúblicas socialistas (em volumes totais de trocas comerciais), a Ucrânia sabe que sua falta de entusiasmo no processo de integração mina os planos do Kremlin de constituir um bloco regional forte no qual sua liderança seria indiscutível. A leitura correta que a Ucrânia faz da CEI baliza a sua postura de sentar em mesas de negociação bilaterais com a Rússia, ao invés de sessões multilaterais, com a participação de alguns ou vários países da CEI²⁰⁸. O desinteresse ucraniano é um dos fatores que mais contribui para que o processo de integração entre todos os países do Complexo Regional de Segurança dominado pela Rússia não tenha avançado significativamente ao longo dos anos, para desgosto russo.

4.3.4.1. União Européia

É inegável que o desejo reiterado da Ucrânia de se tornar membro da União Européia visa ao crescimento econômico e social do país, tendo em vista as melhorias sócio-econômicas experimentadas pelos Estados do leste europeu que

²⁰⁸ A Ucrânia assinou diversos Tratados no âmbito da CEI, em sua maioria relativos a acordos de livre comércio bilaterais com os demais membros da organização, enquanto não é acertado um acordo de livre comércio regional. A falta de interesse ucraniano em negociar tratados gerais é um dos motivos pelos quais a CEI não consegue avançar como bloco regional. Cumpre frisar, ainda, que em nenhum momento a Ucrânia assinou tratados que envolvessem política monetária, como deseja a Rússia, pois entende que isto a levaria à perda de uma parcela de sua soberania.

foram beneficiados pelas rodadas de alargamento do bloco regional. Todavia, é igualmente impossível desconsiderar o fundo geoeconômico e geoestratégico da intenção ucraniana, uma vez que a União Européia é a melhor opção à disposição na sua luta para sair da dependência econômica em relação à Rússia e, conseqüentemente, da esfera de influência desta.

A Ucrânia foi o terceiro país da CEI a assinar um Acordo de Parceria e Cooperação com a União Européia, no dia primeiro de março de 1998²⁰⁹. Ao contrário do que ocorre com a maioria dos Estados da CEI, o acordo selado entre Kiev e Bruxelas envolve compromisso oficial de buscar integração (BURAKOVSKI, 2004, p. 163). A particularidade é justificada pelo fato de que em seus termos atuais, a parceria mantida pela Ucrânia com a União Européia não satisfaz o projeto de autonomia daquela. Por certo, alguns avanços na estratégia ucraniana já foram obtidos, como, por exemplo, uma tendência de aumento do comércio entre o país eslavo e o bloco regional, o que já serve de poder de barganha para Kiev no trato com Moscou, pois ao contrário de muitos países da CEI, a Ucrânia possui certa abertura comercial com a União Européia e com o ocidente. Contudo, mesmo que significativas, até o presente momento, estas conquistas se mostraram insuficientes para reduzir drasticamente a dependência econômica da Ucrânia para com a Rússia, deste modo, o ingresso formal e definitivo na União Européia é uma questão fundamental na política externa ucraniana.

Cabe, portanto, avaliar quais as reais chances da inclusão ucraniana no bloco europeu. Tanto um lado quanto o outro já emitiram diversas declarações posicionando-se positivamente quanto a tal adesão. No entanto, nenhum movimento concreto foi feito e os sinais emitidos não permitem projeções em sentido contrário. A última rodada de inclusão de países do leste europeu já rendeu a Bruxelas questões delicadas de adaptação ainda não resolvidas, o que dificulta a abertura para novos Estados nos futuro próximo. A dificultar a situação pode ser citada a indefinição quanto à Constituição Européia, não aprovada até o presente momento. Também há de ser referido como fator complicador a dependência européia da energia fornecida pela Rússia, fato que gera receio no bloco regional diante da esperada insatisfação russa em caso de eventual adesão ucraniana.

²⁰⁹ O primeiro país a assinar acordo desta espécie foi Belarus, em 1995. Entretanto, até hoje tal acordo não entrou em vigor. O segundo país foi a Rússia, no dia primeiro de dezembro de 1997.

Destarte, a “escolha européia” do governo ucraniano se mostra correta do ponto de vista teórico quanto às benesses que o país receberia na hipótese de ser aceito na União Européia, entretanto, para a infelicidade de Kiev, sua escolha não se mostra concretizável nos próximos anos, ao menos não na intensidade desejada.

4.3.4.2. GUUAM

A formação da organização sub-regional GUUAM, capitaneada pela própria Ucrânia, não possui apenas conotações geopolíticas²¹⁰. Se a economia é uma relevante fonte de poder no mundo atual, é natural que uma organização formada com o intuito de rebater o poderio russo no Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético detivesse interesses econômicos. Igor Burakovski sustenta que na esfera econômica a GUUAM possui como principais objetivos estabelecer laços de cooperação entre seus integrantes e, dadas as limitações destes, atrair investimentos estrangeiros diretos, sobretudo de União Européia e dos Estados Unidos. A capacidade de captação de recursos residiria no potencial que os Estados da organização têm de transportar os recursos energéticos da região do Mar Cáspio para os mercados mundiais (BURAKOVSKI, 2004, p. 168).

Conforme se constata, mesmo unidos, os membros da GUUAM não possuem condições de fazer frente à grande potência russa na região, necessitando de ajuda econômica de potências externas para que atinjam seu intento. Até agora, a organização em si não recebeu o auxílio almejado, apesar de alguns de seus integrantes nutrirem boas relações com os Estados Unidos (Geórgia) e a União Européia (Ucrânia). A falta de apoio econômico externo impediu a decolagem da organização sub-regional, o que obriga os países que dela fazem parte, entre eles a Ucrânia, a buscarem soluções individuais para suas fraquezas perante a Rússia. Como se observa, a criação da GUUAM também foi uma escolha ucraniana que não rendeu os resultados esperados.

²¹⁰ Sobre a data de formação de GUUAM e seus Estados membros, ver capítulo anterior, pág. 137.

4.3.4.3. Espaço Econômico Comum

Na cidade de Yalta, em 19 de setembro de 2003, o presidente Leonid Kuchma assinou o tratado para a criação do Espaço Econômico Comum, juntamente com Rússia, Belarus e Cazaquistão. O gesto causou surpresa, pois até então a Ucrânia tinha se mantido fora de qualquer tratado que implicasse em integração econômica que fosse além de meros acordos bilaterais de livre comércio.

O parlamento ucraniano ratificou o tratado sub-regional em 20 de abril de 2004, debaixo de grande polêmica. A aliança que garantiu 265 votos para a ratificação era composta pelos deputados aliados do presidente Kuchma e pelos representantes do Partido Comunista. Naquela ocasião, o Primeiro-Ministro ucraniano, Viktor Yanukovich²¹¹ declarou que o tratado “pavimentaria o caminho para levar a economia ucraniana a um novo nível de desenvolvimento”. Sobre a possibilidade de o ato prejudicar a adesão ucraniana à União Européia, Yanukovich disse que a entrada no Espaço Econômico Comum “aumentaria a competitividade da Ucrânia no mercado mundial e proviria o acesso à União Européia sob novas condições”²¹². A oposição não concordava com o entendimento governamental. A então deputada Yulia Tymoshenko sustentou que votar contra a ratificação era defender a soberania nacional. Outro deputado, um expoente oposicionista, alegou que o acordo era, na verdade, político, pois não resolveria os problemas econômicos ucranianos, nem mesmo os da Rússia²¹³.

Apesar de o governo ucraniano declarar que seu objetivo último era o de criar uma zona de livre comércio plena com os demais partícipes do acordo, a oposição temia que o Espaço Econômico Comum levasse à integração monetária dos Estados. Os oposicionistas estavam corretos, pois a criação de uma política monetária comum era o projeto russo para o futuro do tratado, situação que lhe daria ainda mais capacidade de intromissão na economia ucraniana.

No final de 2004, as forças contrárias ao tratado venceram as eleições presidenciais. Por certo, a modificação das relações de poder na política ucraniana

²¹¹ Conforme narrado anteriormente, neste mesmo ano de 2004, Yanukovich viria a ser o candidato derrotado nas conflituosas eleições presidenciais vencidas por Viktor Yushchenko.

²¹² Fonte: Radio Free Europe. Endereço eletrônico: <http://www.rferl.org/featuresarticle/2004/04/b33e6524-6826-44dc-adbf-ce9cb9496d71.html>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2008.

²¹³ Fonte: <http://www.ukrweekly.com/Archive/2004/170401.shtml>.

contribuiu para que o Espaço Econômico Comum nunca fosse devidamente implementado. A aceitação da Ucrânia na Organização Mundial do Comércio, processo que apenas depende da ratificação parlamentar no dia 04 de julho de 2008, provavelmente inviabilizará de uma vez por todas o Espaço Econômico Comum, pois devido às regras da OMC, novas tratativas teriam de ser feitas com Rússia, Belarus e Cazaquistão para que o tratado fosse adaptado.

De qualquer sorte, o acordo de criação do Espaço Econômico Comum e sua ratificação podem ser considerados uma exceção na política externa ucraniana no tocante aos processos de integração liderados pela Rússia. As causas dessa exceção não são claras; mas provavelmente tenham advindo da política doméstica e do foro externo. Internamente, nas eleições parlamentares de 2002 o grande vencedor havia sido Viktor Yushchenko, o que pavimentava seu caminho à presidência em 2004. Sem vislumbrar meios de evitar a vitória de seu desafeto, talvez Kuchma tenha acordado com Moscou a criação do Espaço Econômico Comum em troca de apoio ao candidato da situação nas eleições presidenciais. No plano externo, é possível a pressão do Kremlin sobre Kiev para a assinatura do tratado tenha sido muito forte. Seja qual for a razão que levou o presidente ucraniano a firmar o acordo, a exceção foi “corrigida” assim que o grupo político pró-ocidente tomou o poder na Ucrânia.

Portanto, uma vez analisadas as relações econômicas entre Ucrânia e Rússia sob o ponto de vista da primeira, é forçoso concluir que o fator econômico efetivamente acarreta singularidades às interações entre os dois países.

4.4. BELARUS E A FIDELIDADE À EX-METRÓPOLE

Os desafios herdados pela República de Belarus na qualidade de Estado independente que necessitava constituir uma economia nacional após o fim da União Soviética eram, em sua essência, idênticos aos postos à frente da Ucrânia, com o agravante de que a economia bielo-russa era menos desenvolvida em comparação com a ucraniana. Apesar das situações parecidas, as escolhas dos dois países foram diferentes. Enquanto a Ucrânia tentou trilhar o caminho báltico, Belarus se manteve fiel à Rússia, a tal ponto que durante quase toda a década de 1990 o assunto mais abordado nas discussões russo-bielo-russas era a possibilidade de

reunião dos dois Estados. Impende destacar que a política doméstica bielo-russa é uma relevante fonte de explicação para a escolha do país de não enfrentar os desafios herdados do passado de dominação imperial.

A atitude bielo-russa refletiu na sua política econômica externa, posto que quase nenhum esforço foi empreendido no sentido de desfazer os fortes laços que unem as economias de Belarus e da Rússia. Em função de tal posicionamento, as fragilidades econômicas bielo-russas frente à Rússia, tais como a interdependência assimétrica e a necessidade de empréstimos e investimentos russos, são elementos constantes e de grande importância nas relações mantidas entre os dois países.

4.4.1. O Governo de Alexander Lukashenko

No caso de Belarus, a política interna é um bom ponto de partida para o estudo sobre as causas da opção bielo-russa por firmar aliança com a ex-metrópole. Ao contrário do que ocorreu na Ucrânia, os nacionalistas bielo-russos do partido Frente Popular do Belarus não possuíam uma penetração na sociedade que lhes permitisse disputar o poder quando da formação do Estado bielo-russo. A inexistência de uma identidade nacional própria, bem definida e diversa da identidade russa, refletia no apoio popular às plataformas políticas que mantivessem o país próximo da Rússia, sem contudo, abrir mão da independência nacional (WALLANDER e LEGVOLD, 2004, p. 26). Assim, desde as primeiras eleições, os rumos do Estado se mantiveram sob as rédeas de políticos egressos do Partido Comunista.

Como mencionado no capítulo dois, Alexander Lukashenko foi eleito presidente do país em 1994, em pleito que na época não foi contestado pela comunidade internacional. A aceitação da validade da eleição que deu o poder a Lukashenko não foi seguida pela aprovação dos atos do novo presidente depois que este assumiu o cargo. O novo mandatário do país estabeleceu um governo autárquico, no qual a virtual eliminação da oposição, por intermédio de perseguição política e controle da mídia, é a tônica. Com o poder centralizado em suas mãos,

Lukashenko foi reeleito duas vezes²¹⁴, em pleitos considerados suspeitos, cujos resultados não foram reconhecidos pelos órgãos internacionais de observação eleitoral.

O apoio do Kremlin é um dos importantes instrumentos de Lukashenko na sua perene luta pela manutenção do poder na política bielo-russa. Sem a ajuda russa, concedida sob a forma de subsídios, investimentos diretos e empréstimos, seria impossível ao presidente de Belarus manter os índices macroeconômicos favoráveis do país. Mais importante para Lukashenko do que os números da economia são os programas sociais de seu governo, tais como a manutenção de baixos índices de desemprego e a formação de sistemas de saúde e de educação universais e gratuitos. Sem eles, o apoio popular que lhe permite continuar no poder não existiria, portanto, não é exagero afirmar que a Rússia fornece relevante sustentáculo econômico para o governo autoritário bielo-russo. Cumpre, então, verificar o grau de penetração do dinheiro enviado, ou indiretamente concedido, pela Rússia na economia bielo-russa.

4.4.2. Os Empréstimos e os Subsídios Russos

Na comparação com Ucrânia e Rússia, Belarus foi o primeiro entre os três Estados a alcançar uma variação positiva de seu Produto Interno Bruto, o que ocorreu em 1996, quando cresceu 2,8% em relação ao ano anterior. A partir de então, o PIB do país sempre apresentou taxas de crescimento contínuas, sendo que a recuperação econômica acumulada na década de 1990 levou o PIB do ano 2000 a representar 88% do PIB de 1990²¹⁵. Apenas a título de comparação, o PIB russo de 2000 representava apenas 64% do PIB de 1990, ao passo que o desempenho

²¹⁴ Em 2001, Lukashenko venceu as eleições com 75,65% dos votos, ao passo que em 2006 sua vitória foi alcançada com 83% dos votos válidos, segundo informações constantes no site da presidência de Belarus. Endereço eletrônico: <http://www.president.gov.by/en/press10003.html>.

²¹⁵ a evolução do PIB de Belarus desde 1997 a 2007 é a seguinte: 11,4% (1997), 8,4% (1998), 3,4% (1999), 5,8% (2000), 4,7% (2001), 5% (2002), 7,% (2003), 11,4% (2004), 9,4% (2005)e 9,9% (2006). Fonte: Ministério das Estatísticas e Análises da República de Belarus. Endereço eletrônico: <http://belstat.gov.by/homep/en/indicators/gross.php>. Sobre o PIB de Bearus, ver anexo.

ucraniano foi ainda pior nos anos 1990, pois seu PIB do ano 2000 correspondia a meros 43% do PIB de dez anos antes (SEGRILLO, 2004, P. 328)²¹⁶.

Os números positivos de Belarus em relação aos Estados vizinhos poderiam indicar que a economia bielo-russa havia encontrado um caminho que possibilitasse o desenvolvimento de um Estado estável e efetivamente autônomo, capaz de andar com suas próprias pernas. A verdade, porém, se encontrava em uma situação antípoda, pois tais indicadores já refletiam a ajuda russa, fornecida mediante empréstimos e subsídios, os quais se tornaram cada vez mais essenciais para Belarus nos anos que se seguiram.

Os subsídios russos são repassados a Belarus de várias formas. As mais comuns são os perdões²¹⁷ ou as renegociações da dívida bielo-russa acumulada em função do fornecimento de energia russa e do balanço de pagamento entre os dois países; o estabelecimento de termos de negociações e trocas favoráveis a Belarus e o fornecimento de energia a preços abaixo da média do mercado²¹⁸. De acordo com cálculos feitos pelo FMI, no ano de 2000, os subsídios para a economia bielo-russa atingiam 1,2 bilhão de dólares por ano, o que representava por volta de um décimo do PIB do país (WILSON e RONTROYANNI, 2004, p. 45). Em 2002, a situação agravou-se, pois somente os subsídios mascarados nos preços por recursos energéticos mais baixos do que os praticados no comércio mundial já significavam 13,5% do PIB bielo-russo (ABDELAL, 2004, p. 117).

A dependência que a economia bielo-russa tem do capital russo continuou no decorrer dos primeiros anos do século XXI. Em julho de 2007, os primeiros-ministros de Rússia e Belarus sentaram para conversar acerca de um empréstimo emergencial de 1,5 bilhão de dólares, a ser repassado da primeira para a segunda, que serviria para cobrir os gastos que o governo bielo-russo teve de suportar com o aumento do preço de gás em janeiro de 2007. O empréstimo não foi concedido

²¹⁶ É imperioso ressaltar que alguns analistas, entre eles David Marples, sustentam que o crescimento da economia bielo-russa a partir de 1996 é fruto de números distorcidos pelo governo. Segundo o autor, Lukashenko estava ávido para demonstrar ao povo de seu país que suas políticas resultaram em uma célere retomada econômica. Marples cita duas fontes de dados reconhecidamente extra-oficiais para fortalecer sua posição (MARPLES, 1999, p. 40-43). Na medida em que as fontes de David Marples não são oficiais e que os números apresentados pelo governo bielo-russo são utilizados por organismos internacionais como o Banco Mundial e a OMC e pela ampla maioria dos autores que efetuam pesquisas sobre Belarus, no presente trabalho, serão utilizados os números oficiais apresentados pelo governo bielo-russo.

²¹⁷ Em 1996, a Rússia, como agradecimento à participação de Belarus no tratado de União Aduaneira assinado em 1995, perdoou uma dívida no valor de 1,2 bilhão de dólares (ABDELAL, 2004, p. 114).

²¹⁸ Ainda que Belarus não pague mais o baixíssimo valor pela energia recebida que pagava durante a década de 1990, ainda hoje, o preço que a Rússia lhe exige pelo petróleo e gás natural que recebe é menor do que o demandado dos outros Estados do espaço pós-soviético, conforme se verá no capítulo seguinte.

naquele momento, o que gerou novas reclamações de Lukashenko quanto à política russa referente à comercialização de recursos energéticos (BABICH, 2007). O governo russo não demonstrou preocupação quanto à retórica do presidente bielorrusso, pois sabe que não há alternativas viáveis ao país vizinho de conseguir ajuda econômica. No mês de dezembro, em encontro presidencial, foi declarado que a Rússia emprestaria 1,5 bilhão de dólares anuais a Belarus por quinze anos, como forma de compensar o aumento dos preços dos recursos energéticos, planejado para os anos vindouros. Na mesma ocasião, Lukashenko aproveitou para reiterar seu apoio a Moscou no caso da instalação de mísseis anti-balísticos norte-americanos na Europa Central. Este episódio demonstra com clareza a necessidade do governo bielorrusso dos subsídios e empréstimos russos, pois no fundo Minsk desejava receber dinheiro russo para que o mesmo fosse utilizado na cobertura de um buraco criado justamente pela diminuição de outro tipo de subsídio também fornecido pela Rússia.

Os fatos revelam que o governo de Lukashenko acabou por colocar o país em uma situação muito desvantajosa em relação à Rússia, onde a economia bielorrussa está encerrada num ciclo vicioso de dependência do capital russo. As potências ocidentais não parecem dispostas a investir seu dinheiro em Belarus, tendo em vista a natureza autoritária do governo de Lukashenko²¹⁹ e da situação bielorrussa diante da Rússia. Juntando a isto a necessidade que o governo de Minsk tem de investimentos externos russos para manter os programas sociais que lhe dão sustentação, temos uma realidade na qual não parece haver saída possível para Belarus a não ser uma subordinação cada vez maior aos empréstimos, subsídios e financiamentos russos. Por certo, tal cenário capacitará cada vez mais a Rússia a exercer influência sobre a vida política e econômica bielorrussa. O fato de que, logo após o acerto do empréstimo, Lukashenko tenha manifestado apoio aos russos em assunto geopolítico delicado para o Kremlin revela como funcionam os vínculos entre o elemento econômico e a política externa nas interações entre os dois países.

²¹⁹ Estados Unidos e União Européia procuraram isolar politicamente o governo de Lukashenko, almejando a implementação da democratização política e de reformas em direção à abertura dos mercados (LEGVOLD, 2004, p. 2004).

4.4.3. A Interdependência Assimétrica

Na qualidade de ex-república socialista soviética, quando adquiriu sua independência Belarus também foi jogado às dificuldades de possuir uma interdependência econômica assimétrica em relação à Rússia. O caso bielo-russo era ainda mais grave que o da Ucrânia, retratado anteriormente, pois sua economia era menos diversificada do que a ucraniana, além de ser um país substancialmente menor.

Algumas condições peculiares bielo-russas também lhe geravam problemas. Na especialização industrial comandada por Moscou, coube a Belarus a produção de muitos artigos militares. Com o fim da União Soviética, e o declínio do exército vermelho, várias indústrias bielo-russas se viram sem compradores para seus produtos, o que exigiu das mesmas grande esforço de adaptação de suas condições para que pudessem produzir outros artigos (MARPLES, 1999, p. 32). Por causa de sua alta taxa de industrialização entre as repúblicas socialistas, a produção de Belarus não estava, entretanto, limitada aos componentes militares. Além destes, os bielo-russos produziam têxteis, maquinário agrícola, componentes eletrônicos, fertilizantes veículos de transporte e bens de consumo durável (WILSON e RONTROYANNI, 2004, p. 32). Contudo, pelos motivos já expostos, tais produtos não possuíam mercado fora dos países do espaço pós-soviético.

Outra semelhança entre a situação de Ucrânia e de Belarus é que este também é um país extremamente dependente da importação de recursos energéticos²²⁰. Da mesma forma como ocorre com os dados de produção industrial, apesar de parecida, a situação bielo-russa em comparação com a ucraniana também é pior no pertinente aos recursos energéticos, pois além de Belarus deter uma dependência maior de energia, o seu rol de possíveis fornecedores alternativos à Rússia é menor, em função de sua posição geográfica. Ressalte-se que quando o assunto dos subsídios russos para a economia bielo-russa foi abordado, alguns dados que denotam os efeitos da interdependência econômica acentuadamente desigual entre Rússia e Belarus, no tocante aos recursos energéticos, já foram

²²⁰ Como será verificado no capítulo a seguir, Belarus importa por volta de 90% da energia que consumida pelos lares e pelas indústrias do país. Fonte: www.eia.doe.gov.

apresentados. Outros serão abordados e analisados no capítulo dedicado ao papel dos recursos energéticos nas relações russo-ucraniano-bielo-russas.

Como já dito, a similitude das situações das economias ucraniana e bielorrussa frente à Rússia não geraram atitudes parecidas. Em nenhum momento, Belarus cogitou seguir o caminho báltico. Apenas os grupos nacionalistas defendiam esta opção, mas eles não detinham nenhuma força efetiva na política bielorrussa. Os custos da reformulação da economia e da diversificação da política externa econômica, o que implicava em afastamento da Rússia, sempre pareceu às elites bielorrussas um preço muito alto a ser pago por uma autonomia econômica e política de resultado incerto. Por causa das limitações e da estrutura econômica do país herdada da União Soviética, no cálculo bielorrusso era muito mais lucrativo manter-se fiel à Rússia e procurar estabelecer com esta o maior nível de integração econômica possível. A compreensão das elites políticas bielorrussas acerca dos rumos que o país deveria escolher demonstra que consideravam a interdependência econômica assimétrica como um fato normal, decorrente do passado compartilhado pelos dois países, ou seja, algo que não era um problema a ser resolvido, mas sim um impulso ao aprofundamento da cooperação econômica russo-bielorrussa (ABDELAL, 2004, p. 112).

O governo bielorrusso não esperou muito tempo para colocar em prática sua estratégia de política externa, eis que o projeto de unificação econômica com a Rússia teve início no ano de 1993, gerando a assinatura do Tratado de Unificação Monetária no começo de 1994, poucos meses após o colapso da zona do rublo, ocorrido no final do ano anterior (WILSON e RONTROYANNI, 2004, p. 44).

As políticas empreendidas pelas lideranças bielorrussas, com destaque para Lukashenko, intensificaram a interdependência da economia do país em relação à economia russa, com evidente vantagem para Moscou. Os dados macroeconômicos fornecidos pelo próprio governo bielorrusso revelam o elevado nível de participação russa no comércio exterior de Belarus e, como isto causa um débito crescente a ser suportado pelos bielorrussos. Vejamos alguns destes indicadores.

No ano de 2005, 35,8% dos produtos exportados por Belarus tiveram como destino a Rússia, ao passo que 60,4% das importações bielorrussas vieram do país vizinho²²¹. No ano seguinte, as exportações para a Rússia representaram 34,68% do

²²¹ Fonte: Organização Mundial do Comércio.

total de bens e serviços exportados por Belarus, sendo que as importações de produtos russos representaram 58,60% do total das importações bielo-russas. Em 2007, 36,50% das exportações bielo-russas foram enviadas para a Rússia, e no tocante às importações, 59,93% do total proveio do país vizinho. É importante ressaltar que entre 2006 e 2007 houve um acréscimo da participação russa no comércio exterior bielo-russo na ordem de 30,7% em relação a 2006²²². Este aumento foi proporcionalmente maior do que o verificado no comércio exterior bielo-russo com países fora da CEI, que foi de 20,1%. Ou seja, além de aumentar em si mesma, a participação da Rússia no comércio exterior bielo-russo foi elevada em comparação com a parcela desfrutada no mesmo universo pelos países estrangeiros à CEI. Logo, não se pode afirmar que haja um declínio quantitativo ou qualitativo da participação russa nas trocas comerciais internacionais estabelecidas por Minsk. Pelo contrário, a importância russa no comércio exterior de Belarus demonstra uma tendência de alta.

Outro dado que vale ser frisado é que o comércio realizado com a Rússia gerou para Belarus um déficit na balança de pagamentos entre os dois países que cresceu de 1,2 bilhão de dólares em 2000 para 6,1 bilhões de dólares no ano de 2006²²³.

O nível de inserção da Rússia no comércio exterior bielo-russo possibilita a Moscou exercer enorme pressão sobre Belarus na busca de seus interesses políticos e estratégicos. Ao assumir o comando do Kremlin, Vladimir Putin implementou, no concernente a Belarus, seu projeto de economização da política externa russa. As conversas entre as lideranças dos países que giravam em torno da unificação de ambos mudaram de tom. Balizada na interdependência assimétrica entre as duas economias (e também na necessidade bielo-russa por empréstimos e subsídios), a Rússia passou a exigir mudanças na política interna bielo-russa, principalmente no que toca à privatização de empresas estatais, em especial aquelas relacionadas ao transporte de energia. Com isto, Putin adotou a utilização de meios estritamente econômicos para adquirir vantagens políticas e econômicas de Minsk, ao invés de usar a tática de Yeltsin, que dava destaque ao apoio político como forma de alcançar o apoio de Belarus nos planos regional e global. O

²²² Todos os dados referentes ao comércio exterior bielo-russo em 2006 e 2007 foram obtidos no site do Ministério de Estatísticas e Análises da República de Belarus. Endereço eletrônico: <http://belstat.gov.by>.

²²³ Fonte: Banco Nacional da República de Belarus. Endereço eletrônico: <http://www.nbrb.by/eng>.

resultado é deletério para Lukashenko, que ao longo dos anos fez algumas críticas à política russa. Contudo, apesar das ameaças verbais, tanto o presidente bielorusso quanto o Kremlin sabem que, justamente, devido à dependência econômica de Belarus perante a Rússia, o governo daquele se vê amarrado e obrigado a atender os interesses russos.

4.4.4. A Participação nos Organismos de Integração do Espaço Pós-Soviético

Fiel à sua política de aproximação econômica com a Rússia, Belarus esteve presente em quase todos os processos de integração promovidos por Moscou no espaço pós-soviético. Por conseguinte, pode ser dito que, se a Ucrânia viu as tentativas de Moscou como estratégias de dominação russa e delas se manteve afastada, Belarus as vislumbrou como oportunidades de aproximação econômica e política e delas fez questão de fazer parte.

Há de ser mencionado que Minsk também procurou participar de acordos bilaterais com Moscou, não ficando circunscrito aos acordos multilaterais regionais. Desde 1994, os dois países assinaram os seguintes tratados: Tratado de União Monetária, assinado em 12 de abril de 1994 e abandonado pela Rússia um ano depois; Tratado de União Aduaneira, firmado em 06 de janeiro de 1995, mas ainda não implementado; Tratado de Formação de uma Comunidade, assinado em abril de 1996 e ainda pendente de harmonização das políticas econômicas; Tratado para a Formação de uma Comunidade de Repúblicas Soberanas, assinado em abril de 1997, o qual é passível de reiteração; Tratado de Direitos Iguais aos Cidadãos, firmado em dezembro de 1998 e Tratado de Formação de uma União entre os Estados, assinado em dezembro de 1999 e que também não foi implementado.

Como se depreende, até o fim do Governo Yeltsin, a Rússia assinou vários tratados com Belarus, com diferentes níveis de integração propostos. Após 1999, a única tentativa de união entre os dois países partiu da Rússia, que em 2002 lançou a idéia de antecipar em um ano, para 01 de janeiro de 2004, o uso de uma única moeda entre os dois países, previsão constante no Tratado de Formação de uma União entre os Estados. Lukashenko foi contrário à proposta, declarando que este deveria ser o último passo da integração, e não o primeiro. A divergência de opiniões

levou ao fracasso do estabelecimento de uma moeda única (VERPOEST, 2007, p. 157). Conforme se observa, a subida de Putin ao poder alterou a política externa russa, o que refletiu na escassez de tratados entre os dois países desde 2000. Até mesmo a proposta que fez em 2002 foi mais uma forma de pressão do que um desejo real russo, uma vez que Putin sabia que Lukashenko não admitiria que o Banco Central Russo controlasse a política monetária de Belarus, o que fatalmente ocorreria a partir da adoção de uma moeda única.

Aliás, ao mencionar a proposta feita por Putin em 2002, vale lembrar um ponto já abordado, mas que pela sua importância deve ser reforçado: os governos bielo-russos, sobretudo o de Lukashenko, nunca concordaram ou não levaram adiante acordos nos quais a autonomia política interna do país fosse de alguma forma afetada. Uma suposta união com a Rússia apenas poderia ser concretizada em termos nos quais a elite política mantivesse em suas mãos o poder sobre a sociedade bielo-russa. Por este motivo, nenhum dos tratados que visavam à formação de uma união aduaneira ou a integração monetária foi efetivamente posto em funcionamento pelo governo de Belarus, apesar de ocasionais pressões russas. A intransigência de Lukashenko quanto a esta questão é outro dos fatores que levou a Rússia a alterar sua estratégia para com Minsk, pois o atraso da economia e a pobreza da sociedade bielo-russa tornavam desinteressante para a Rússia uma união com o país vizinho na qual não usufruísse o poder sobre a política doméstica deste, e, em função disto, não pudesse implantar as reformas necessárias ao crescimento bielo-russo.

Diante dos acontecimentos recentes, é pouco provável que haja uma união de Belarus e Rússia em um único país, ou mesmo em uma federação, uma vez que os interesses dos dois países quanto ao assunto, hoje, são conflitantes. Todavia, os acordos regionais constituem campo no qual ambos convergem, do lado russo porque almeja instrumentalizar sua liderança regional, e do lado bielo-russo porque o desenvolvimento de sua política econômica desde a sua independência o encaminhou para uma crescente dependência da economia russa, o que impele o Estado a participar e apoiar os projetos de integração liderados por Moscou.

A observação do atual estágio da economia bielo-russa, da ligação desta com a economia russa, e de como tais fatores influenciam nas políticas externas mantidas entre si pelos dois Estados eslavos deixa bem claro que o elemento

econômico é um fator que concede importância única para a Rússia nas relações internacionais bielorrussas.

CAPÍTULO V: O PAPEL DOS RECURSOS ENERGÉTICOS NAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E BELARUS

O desenvolvimento sustentado da economia da Rússia no curto prazo deve ser baseado no crescimento sistemático de seus setores econômicos desenvolvidos e, acima de tudo, no potencial de seus recursos minerais. A este respeito, desenvolvimento sustentado baseado em recursos naturais significa garantir a segurança econômica do país por intermédio da criação de uma base de recursos naturais confiáveis que vá ao encontro das atuais e futuras necessidades da economia da Rússia, levando em consideração os fatores ecológico, sociais, demográficos, de defesa, entre outros (PUTIN, 2006, p. 49).

A citação que abre o presente capítulo foi retirada de um artigo escrito pelo presidente russo Vladimir Putin intitulado “Os Recursos Naturais Minerais na Estratégia para o Desenvolvimento da Economia Russa”, o qual é um resumo da tese por ele defendida para alcançar o grau de Candidato das Ciências em Economia no St. Petesburg Mining Institute. Sua publicação original ocorreu em 1999, na revista anual da entidade²²⁴. Na época em que Putin escreveu sua tese, em 1997, nem ele, nem ninguém no Kremlin cogitava a sua indicação para Primeiro-Ministro russo, o que aconteceu somente em agosto de 1999. O artigo é de suma importância na compreensão do papel desempenhado pelos recursos energéticos na política externa russa desde 2000, tendo em vista que muitas das práticas adotadas por Putin enquanto presidente refletem posicionamentos expostos neste seu trabalho acadêmico.

A idéia principal do artigo de Putin é a de que os recursos minerais russos, dadas as condições do país, constituíam o mais importante fator de desenvolvimento do Estado no seu futuro próximo. Desenvolvimento este que permitiria à Rússia sair

²²⁴ Após a indicação de Putin para Primeiro-Ministro em agosto de 1999, o acesso à tese em voga foi bloqueado. Somente em 2006 a revista Problems of Post-Communism conseguiu permissão para publicar a versão em inglês do artigo de Putin originalmente difundido na Revista Anual do St. Petersburg Mining Institute (BALZER, 2006, p. 48).

da grave crise na qual se encontrava²²⁵, bem como restaurar o seu poder em bases qualitativamente novas (PUTIN, 2006, p. 54). No texto, há algumas indicações de como se daria o processo utilização de tais recursos para os fins propostos.

Baseado em dados da época, Putin sustentou que as empresas envolvidas com o complexo industrial de recursos minerais do país representavam 50% do PIB russo; a extração e a comercialização de tais recursos respondiam, direta ou indiretamente, por 70% do total de receitas obtidas com a exportação de bens e serviços. O quadro era compatível com a extensão das riquezas naturais russas. Em função de tais fatores, durante boa parte do século XXI, a exploração e comercialização de recursos minerais continuaria sendo a principal orientação da economia russa.

Contudo, a utilização deste setor econômico como base de sustentação ao desenvolvimento nacional de longo prazo precisaria ultrapassar algumas limitações, entre elas a necessidade de investimentos em infra-estrutura, tendo em vista a baixa efetividade da atividade extrativa e o desgaste dos dutos usados no transporte dos recursos minerais²²⁶. A “mais promissora” solução apontada pelo futuro presidente para recondicionar os ramos de extração e transporte de recursos minerais e, com isto, reestruturar a economia nacional era criar “fortes corporações financeiro-industriais”, as quais receberiam todo o apoio do Estado a fim de que pudessem atuar com força no mercado doméstico e reunissem condições de competir em termos iguais com as corporações transnacionais do ocidente²²⁷. Aqui pode se verificar que Putin já vislumbrava a forte participação do Estado na economia russa, e, principalmente, no lucrativo ramo energético. Todavia, a atuação dos conglomerados nacionais na economia não bastava para que o controle dos recursos minerais ficasse nas mãos do governo. A aquisição e o uso dos recursos minerais deveriam ser regulados por normas governamentais, válidas tanto para a iniciativa privada quanto para as empresas públicas. A política intervencionista seria necessária porque somente o Estado age visando ao bem-estar da coletividade social, ao passo que os proprietários privados procuram atender apenas aos seus

²²⁵ Ressalte-se que a tese foi redigida ainda antes da crise cambial de 1998, portanto em uma época na qual a economia russa estava à deriva.

²²⁶ Putin mencionou que 60% dos gasodutos do país já estavam em uso há 20 anos, sendo que a regra é de que sejam usados durante 33 anos, em média (PUTIN, 2006, p. 51).

²²⁷ Conforme se verificará adiante, a estatal russa do gás, Gazprom é o melhor exemplo do desejo do governo de construir empresas de grande porte que pudessem competir com as empresas norte-americanas e européias do setor energético.

próprios interesses. A atuação incisiva de órgãos estatais resolveria esta discrepância a contento, pois ajudaria àqueles proprietários a chegarem a um compromisso com a sociedade (PUTIN, 2006, p. 51). A obediência por parte das corporações estatais e das empresas privadas do setor energético às normas ditadas pelo Kremlin seria garantida pela atividade regulatória do Estado.

Ainda no tocante às corporações estatais imaginadas por Putin, vale observar que o autor faz imediata ligação entre a reestruturação do setor mineral do país e a política externa russa, ao mencionar a atuação exterior daquelas empresas. Também é possível ressaltar em seu discurso um componente competitivo intrínseco no relacionamento russo com as potências ocidentais, as quais, no final das contas, são as principais sedes das corporações transnacionais.

A importância das poderosas empresas estatais russas a serem criadas não estava conectada apenas à competição econômica internacional. Segundo Putin, tais complexos financeiros e industriais seriam também um fator de integração entre os países da CEI (PUTIN, 2006, p. 52). A menção aos Estados do espaço pós-soviético não é gratuita, pois se um dos objetivos da Rússia, segundo Putin, era retomar a proeminência no sistema internacional, isto envolvia recuperar o status hegemônico regional. Os recursos minerais russos, e sobretudo petróleo e gás natural, inegavelmente tornavam factível a tarefa, posto que a dependência energética de quase todos os países da CEI está na raiz da conexão assimétrica de suas economias com a economia russa. Portanto, a “integração” a ser fortalecida pela comercialização da energia russa é menos do tipo cooperativo e mais do estilo que forneceria inegáveis vantagens econômicas e políticas à Federação Russa.

As palavras escritas por Putin revelam que o papel dos recursos minerais no planejamento estratégico russo se espraiava para além do âmbito doméstico, possuindo destaque também nos níveis regional (países da CEI), inter-regional (União Européia) e global (Estados Unidos e continente asiático) de atuação do Kremlin. Partindo-se do pressuposto de que Vladimir Putin estava certo em sua análise e que uma vez conduzido ao cargo de presidente ele colocou suas idéias em prática, estudar o uso que a Rússia faz dos seus recursos energéticos possibilita compreender com maior clareza algumas das diretrizes da política externa do país desde meados da década de 1990. Na medida em que Ucrânia e Belarus possuem fortes elos com a Rússia, os quais são justificados por motivos econômicos, geopolíticos e culturais, como visto nos capítulos precedentes, nada mais natural

que uma marcante presença da questão energética na política externa russa se reproduza solidamente na dinâmica entre os três países estudados. Aliás, é possível inverter o foco e dizer que a energia está presente nas relações mencionadas não somente como reflexo dos fatores econômicos, geopolíticas e culturais que mantêm próximos os Estados referidos; antes disso, ela é um componente de grande ajuda na explicação do porquê de estes fatores serem tão relevantes nas ligações ímpares mantidas entre Rússia, Ucrânia e Belarus no atual estágio de suas existências como Estados independentes.

Assim sendo, o objetivo do presente capítulo é analisar o nível de penetração dos recursos energéticos russos nas relações russo-ucraniano-bielo-russas e como esta penetração está imbricada com os elementos econômicos, geopolíticos e culturais que unem os três países observados. Cumpre desde logo assinalar que em função de suas características, bem como das preocupações e efeitos que ocasionam, os recursos energéticos são mais reveladores das dimensões geopolítica e econômica das relações interestatais estudadas. As questões identitárias guardam com tais recursos uma relação menos direta, conforme se verá.

A fim de atingir o desafio proposto, o presente capítulo inicia com a estratégia russa quanto ao uso de seus recursos energéticos na política externa. Primeiro será feita uma breve apresentação das atuais condições do setor de petróleo e gás natural na Rússia. Estes dados colaboram no entendimento acerca da importância da União Européia nos planos de Moscou, o que leva à necessidade de se analisar as relações mantidas pela Rússia e o bloco regional no tocante à energia.

O enfoque nas relações russo-européias traz à tona Belarus e Ucrânia, tendo em vista serem estes países as principais rotas de comercialização dos recursos energéticos russos para a União Européia. Todavia, a importância das duas ex-repúblicas socialistas para a Rússia não se subsume ao fato de serem países transportadores de energia. Além de se inserirem nos contatos inter-regionais entre as grandes potências russa e européia, Belarus e Ucrânia atuam com frequência e destaque nos assuntos regionais do espaço pós-soviético, o que suscita questões geopolíticas, culturais e econômicas vislumbradas nos contatos entre os três países. Por isso, o passo seguinte do capítulo será verificar de que maneira os recursos energéticos trazem à tona e, concomitantemente, reforçam a presença de tais fatores nas relações entre os Estados em epígrafe, sempre tendo em consideração que isto ocorre em diferentes graus de intensidade.

5.1. A ESTRATÉGIA RUSSA

Conforme mencionado nos capítulos precedentes, as dificuldades econômicas e políticas enfrentadas pela Rússia durante a década de 1990 levaram-na à brusca perda de status no cenário internacional. De superpotência na época da Guerra Fria, a Federação Russa passou a ser tratada como uma parceira menor no arranjo de forças da Nova Ordem Mundial²²⁸. Os russos acusaram o golpe na sua auto-estima de país historicamente imperialista.

Surgiu então o desafio de retomar o espaço perdido. Mas numa época em que o poder econômico de um Estado ganhava cada vez mais proeminência em detrimento da capacidade militar, o seu arsenal nuclear não era mais o elemento de persuasão de outrora, lição aprendida no próprio processo de dissolução da União Soviética. E o que restava de relevante para a Rússia no campo econômico depois de décadas de planejamento centralizado comunista? Basicamente indústrias de armamentos convencionais e de satélites, uma planta industrial nuclear, além de bens de exportação como metais e energia. Destes, apenas o último possuía demanda crescente no mercado internacional naquela época (WALLANDER, 2004, p. 74). Logo, a recuperação da economia russa passava pela exploração de seus recursos energéticos, como analisara Putin.

Ocorre que a turbulência dos anos 1990 também afetou a produção de energia da Rússia. A exploração de petróleo constitui um bom exemplo disto. Durante o período soviético, com a subida dos preços do petróleo devidos às crises mundiais dos anos 1970, o Kremlin elevou as taxas de produção do produto para 12 milhões de barris por dia (mb/d), nível muito acima dos padrões russos atuais. Havia duas razões por trás do alto patamar da produção russa. A primeira era econômica, eis que no começo dos anos 1980, 60% das rendas soviéticas provinha da venda de petróleo, enquanto de 15% a 20% eram oriundas do gás natural (GRACE, 2005, p. 67). A segunda estava relacionada com a lógica de competição da Guerra Fria, pois a União Soviética detinha a posição de maior produtora de petróleo do mundo, e

²²⁸ O termo Nova Ordem Mundial foi largamente utilizado pelo governo dos Estados Unidos para simbolizar a entrada de uma era na qual os conflitos seriam deixados para trás e a cooperação entre os Estados floresceria. O multilateralismo pregado nos discursos não correspondia à prática, pois baseados no neoliberalismo econômico e no fato de que eram a única superpotência militar do mundo, os norte-americanos desejavam afeiçãoar o sistema internacional de acordo com os seus interesses.

mantê-la era fonte de orgulho. O problema é que a exploração desenvolvida pelos soviéticos não obedecia a critérios de racionalidade econômica. O objetivo do governo era conseguir a maior produção possível, o que até poderia ser justificado quando os preços estavam em alta, porém, quando eles sofreram uma baixa acentuada em meados dos anos 1980 não houve mudança na política extrativa, com o volume de produção virando um fim em si mesmo (GRACE, 2005, p. 86). Inexistia preocupação com o futuro dos campos de petróleo, nem com a manutenção de sua infra-estrutura. Além disso, no mercado interno, o produto era praticamente dado à população, que não pagava às refinarias, que por sua vez não pagavam às companhias exploradoras. A manutenção dos preços baixos domesticamente ocasionou crise no setor petrolífero soviético, pois os lucros provenientes do exterior foram sensivelmente minorados. Em consequência, a produção decaiu.

Se por um lado o setor energético soviético foi uma herança que possibilitou à Rússia manter vários dos países da CEI sob seu controle, por causa da interdependência assimétrica que ele fortalecia, por outro, foi um legado de difícil administração nos seus primeiros anos. Os preços domésticos não podiam ser majorados imediatamente pela simples razão que isto geraria ainda mais prejuízos a uma indústria encolhida e a uma população empobrecida que vivia em um país gélido. Os valores do mercado internacional não eram altos²²⁹, mas mesmo assim as empresas energéticas russas mantinham um recebimento de capital que permitia ao governo equilibrar de alguma forma as altas taxas de importações, resultantes da política monetária imposta pelo FMI. A partir de 1995, a produção de petróleo se estabilizou em 6 milhões de barris ao dia, o que era pouco em comparação com os tempos soviéticos, mas era um avanço em relação à crise do começo da década. Neste período, aconteceu grande parte das privatizações das empresas ligadas ao setor energético²³⁰, as quais passaram para o controle dos chamados oligarcas por meio do esquema de empréstimos por ações²³¹. Devido às suas relações com as potências ocidentais, os oligarcas procuraram implantar medidas administrativas baseadas nas experiências das multinacionais européias e norte-americanas.

²²⁹ Entre 1991 e 1998, o preço do petróleo cru não ultrapassou a marca de 20,67 dólares por barril, atingida em 1996. Fonte: British Petroleum.

²³⁰ A participação geral das companhias estatais na produção de petróleo na Rússia caiu de 80% em 1995 para 38% em 1996. Fonte: Russian Analytical Digest nº 01, p. 08.

²³¹ Os oligarcas emprestavam dinheiro de seus bancos ao governo, recebendo, em troca, ações de empresas ligadas a vários setores da economia, inclusive o energético. Como o governo não tinha capacidade de pagar o valor emprestado ao final do prazo acordado, os bancos se tornavam proprietários das empresas (SEGRILLO, 2000b, p. 104). Foi assim, por exemplo, que o banco Menatep, de Mikhail Khodorkovski, adquiriu a Yukos, em 1996.

Portanto, foi diante do quadro de grande potencial energético, de produção estagnada nas mãos de poucos bilionários que não investiam no país os lucros que recebiam com a venda dos recursos russos e leis de mercado extremamente liberais, que Putin escreveu o artigo anteriormente citado.

No ano de 1998, a crise fiscal que levou à desvalorização do rublo perante o dólar foi benéfica para o setor petrolífero pelo simples fato de que as exportações eram pagas em dólar. Por causa disto, mesmo sem um aumento das vendas no mercado exterior, cada dólar recebido permitia às empresas pagarem mais taxas, obrigações e impostos em rublos ao governo. No ano de 1999, pela primeira vez desde 1992, as empresas experimentaram lucro na exploração do petróleo (GRACE, 2005, p. 82), mas a grande virada do setor energético russo ocorreu no ano seguinte, quando o aumento significativo do preço do petróleo cru no mercado mundial gerou lucros fabulosos à indústria petrolífera²³².

Quando Putin assumiu a presidência, em março de 2000, as medidas de Primakov de valorização das empresas nacionais e a alta dos preços do petróleo (a qual puxava a alta dos preços do gás natural) eram indicativos de que sua estratégia de balizar o crescimento da economia russa nos recursos minerais, com o foco centralizado na energia, estava correta. Porém, faltava colocar em prática a ação incisiva do governo no mercado doméstico, ainda desregulado e sob o controle dos poderosos oligarcas²³³. Desde o seu primeiro mandato, Putin deixou claro que as concessões quanto à exploração do petróleo e do gás natural russo seriam prioritariamente fornecidas às empresas estatais. As companhias privadas e estrangeiras que pretendiam manter suas operações na Rússia deveriam seguir a cartilha do Kremlin, sob pena de retaliações e limitações diversas.

O caso notório da Yukos e de seu proprietário Mikhail Khodorkovski foi um exemplo claro da política do presidente. De imediato, Khodorkovski não concordou com as decisões de Putin e decidiu enfrentá-lo munido de seu poder econômico, que

²³² O preço do petróleo cru em 2000 foi de 28,50 U\$/barril. Em 1999 o preço tinha sido de 17,97 U\$/barril e em 1998 de 12,72 U\$/barril. Fonte: BP.

²³³ Impende lembrar que os oligarcas não detinham apenas empresas energéticas. Suas fortunas foram construídas pela compra de estatais soviéticas dos mais variados ramos. O fato de também possuírem bancos concedeu muitas vantagens na política econômica russa dos anos 1990. Segundo Segrillo, menos de dez oligarcas dominavam, direta ou indiretamente, cerca de 80% das empresas do país (SEGRILLO, 2000, p. 100-103). A variedade de suas empresas explica porque enriqueciam muito mesmo na época em que a indústria do petróleo não era lucrativa na Rússia.

almejava transformar em poder político efetivo²³⁴. Além das ambições políticas de Khodorkovski, o Kremlin não apreciava os projetos que a Yukos detinha com empresas petrolíferas internacionais, os quais, se fossem implementados, diminuiriam o poder do governo de centralizar as decisões referentes ao setor energético russo (OLCOTT, 2004, p. 14). Putin venceu a batalha, cujo golpe final foi a prisão de Khodorkovski em outubro de 2003, oficialmente acusado por operações ilegais de seu banco, Menatep, em 1996. Com os direitos políticos cassados, o ex-oligarca se encontra em uma prisão da Sibéria, cumprindo pena de oito anos²³⁵. O recado dado por Putin foi bem entendido pelos demais oligarcas e empresas estrangeiras que operavam na Rússia, o que facilitou a reorganização da economia russa nos moldes expostos no artigo escrito pelo presidente.

O controle da situação no setor energético do país habilitou o Kremlin a pôr em prática os objetivos destinados ao sistema internacional. O renascimento do poder russo “em bases qualitativamente novas”, expressão usada por Putin em seu trabalho acadêmico, certamente referia-se ao sistema internacional, tendo em vista que o presidente russo nunca escondeu que a sua concepção de Rússia era a de uma grande potência no âmbito global. Cumpre ponderar que nos planos de Moscou a dinâmica regional é essencial, pois a eventual perda da hegemonia do Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético diminui a capacidade russa de ser uma grande potência na ordem mundial.

As novas bases do poderio russo estão ligadas à concepção de grande potência moderna, cujas características já foram explicitadas. Uma destas características é, justamente, conseguir exercer influência e angariar respeito às suas posições a partir de uma economia forte, que possa conferir o mais alto nível de independência política possível em um mundo de aprofundada interconexão econômica. Sem uma indústria de alta tecnologia, identificada por Putin como um elemento de crescimento econômico dos Estados desenvolvidos²³⁶, o elemento à disposição da Rússia é sua riqueza em recursos energéticos. Por tal razão, petróleo e gás natural se tornaram os maiores aliados russos na tentativa de restaurar seu

²³⁴ A inserção de políticos ligados aos oligarcas na Duma era prática usual. Após a eleição de Putin, Khodorkovski investiu grandes somas nas eleições parlamentares de 2003, com o intuito de barrar as reformas de Putin (OLCOTT, 2004, p. 13).

²³⁵ A prisão de Khodorkovski foi fortemente criticada pela mídia internacional, sobretudo a norte-americana. Putin foi acusado de gerenciar um governo autoritário que almejava retomar as reservas de petróleo russas utilizando meios escusos e obscuros típicos do período soviético.

²³⁶ Putin alega em seu artigo que o crescimento anual de 2% a 3% dos países desenvolvidos tem como base uso de alta tecnologia em suas economias (PUTIN, 2006, p. 49).

prestígio internacional, o que os alçou à condição de elementos centrais da política externa russa nos primeiros anos do século XXI.

A focalização dos recursos energéticos como arma estratégica primordial de Moscou nas suas relações com os demais membros da comunidade internacional suscita diversas questões quanto à sua viabilidade em longo prazo. Questionamentos esses que aqui não merecerão mais do que uma breve menção, em que pese sua importância, devido às limitações do objetivo do presente trabalho. A dúvida mais comum é quanto à capacidade que a Rússia tem de escapar da “doença holandesa”, que vem a ser o risco de o país depositar toda a sua força no volúvel mercado energético e com isto gerar problemas de aglutinação de lucro em determinado setor da sociedade, causando desigualdades sociais que acabam por enfraquecer sua posição com o tempo. Putin deu a entender, no artigo citado, que se preocupa com tal questão ao mencionar que os recursos energéticos são a base para o crescimento atual russo, mas que eles devem ser encarados como um elemento basilar que servirá de trampolim para reformas estruturais na economia, as quais envolvem o desenvolvimento da indústria de alta tecnologia e a produção de bens de grande valor agregado²³⁷. Após os oito anos do governo Putin, os analistas divergem quanto à efetividade, e até mesmo à existência, de transformações econômicas que possam futuramente diminuir a dependência hoje vislumbrada entre o crescimento da economia russa e a comercialização de recursos energéticos.

Outra dúvida comum diz respeito à centralização do setor energético russo pelo Kremlin, e se tal fato não pode gerar ineficiência que minaria a capacidade de aproveitamento de suas potencialidades. A resposta a esta questão é complicada, pois a Rússia tem um histórico de burocracia e corrupção considerável. Até agora, os passos dados por Moscou não permitem conclusões definitivas, pois se por um lado o Kremlin tem parecido agir de modo um tanto desleixado quanto a assuntos importantes, como a renovação da infra-estrutura de gasodutos e oleodutos, por outro, suas atitudes quanto ao gerenciamento do setor não dão a entender que estejam totalmente erradas ou que levarão a Rússia a novo colapso no futuro, tendo

²³⁷ Uma das medidas mais efetivas de Putin no sentido de diversificar a economia russa foi a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE). A lei aprovada em 2005 prevê a criação de dois tipos de ZEE, um no qual se estabelecem indústrias de bens manufaturados e outro que serve como pólo de tecnologia, com centros de pesquisa e comunidades científicas. Nos primeiros anos, tais empresas não seriam taxadas. Os bens que adquirissem em prol de suas pesquisas e produção não pagariam impostos de importação. A contrapartida é que tais empresas são obrigadas a investir ao menos 10 milhões de euros em suas operações, sendo que 1 milhão já no primeiro ano. Um dado importante é que empresas dos ramos de gás natural, exploração mineral e metalurgia não poderiam se estabelecer nas ZEE (KULIKOVA, 2005, p. 14-15).

em vista que muitas vezes elas são reativas a situações ainda indefinidas, como, por exemplo, a liberalização do mercado energético europeu.

Independentemente da capacidade do Kremlin de efetuar as reformas econômicas necessárias e de gerenciar com sucesso um setor complexo como o energético, a escolha de Moscou foi feita. Os dados referentes aos recursos energéticos russos ajudam a compreender o porquê da opção realizada. Vale ressaltar que o comércio do gás natural e o do petróleo possuem vicissitudes próprias, o que obriga que seja apresentado um painel separado de cada um. Começemos pelo gás natural.

A Rússia detém 26,6% das reservas comprovadas de gás natural do mundo²³⁸, tendo sido calculadas em 47,7 trilhões de metros cúbicos (tmc³) no ano de 2005, volume que representa quase o dobro das reservas do segundo colocado, o Irã²³⁹. A produção russa em 2005 foi de 640 bilhões de metros cúbicos (bmc³)²⁴⁰, número que representou um avanço em relação a 2004, quando a produção russa foi de 634 bmc³²⁴¹.

A maior empresa que opera no mercado de gás natural russo é a estatal Gazprom²⁴², a qual é detentora de reservas de gás natural estimadas em 29,10 tmc³, o que equivale a 60% do total das reservas provadas em solo russo. No ano de 2005, sua produção de gás natural foi de 547,9 bilhões de metros cúbicos (bmc), o que representou uma alta de 2,8 bmc³ em relação ao ano anterior²⁴³. Sozinha, a produção da Gazprom abarca 20% do total de gás natural produzido no mundo e 85% da produção de gás da Rússia.

As empresas independentes, com destaque para a Itera, Novatek e Nortgaz respondem por volta de 6,50% da produção de gás natural da Rússia e as empresas petrolíferas que atuam no ramo do gás natural são responsáveis por 6,60% do total da produção. Em números absolutos de 2004, tais porcentagens equivalem a 44,7 bmc e 44,9 bmc, respectivamente²⁴⁴.

²³⁸ Segundo o Ministério da Energia Russo, suas reservas do produto correspondem a 1/3 do total mundial. Fonte: Sumário da Estratégia Energética para a Rússia depois de 2020.

²³⁹ Fonte: Gazprom. Endereço eletrônico: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article20150.shtml>.

²⁴⁰ Fonte: Gazprom. Endereço eletrônico: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article24063.shtml>.

²⁴¹ Fonte: Tabela criada por Jonathan Stern baseada em dados do Serviço Russo de Estatísticas (STERN, 2005, p. 28).

²⁴² Após uma reformulação societária em 2004, o governo russo passou a controlar 50,002% das ações da Gazprom, segundo divulgado no próprio site da empresa.

²⁴³ Fonte: Gazprom. Endereço eletrônico: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article20151.shtml>.

²⁴⁴ Fonte: Tabela criada por Jonathan Stern, com base no World Energy Outlook de 2004 realizado pela International Energy Agency.

A diferença no volume de produção da Gazprom e das demais operadoras é significativo, o que permite afirmar que o governo russo possui o controle sobre o mercado de gás natural do país. A crescer o poder do Kremlin no setor, há a circunstância de que, no tocante à distribuição doméstica, a Gazprom, por intermédio do Sistema Unificado de Fornecimento de Gás na Rússia controla 148 companhias de distribuição regional de gás, totalizando 463.400km de gasodutos, o que representa 75% do sistema russo de distribuição de gás²⁴⁵. No mercado exterior, a Gazpromexport, subsidiária da Gazprom, exerce o monopólio da distribuição do produto, situação criticada por parte da União Européia, como se verá adiante.

A atual produção da Gazprom está centralizada em seis campos, três maiores localizados todos no oeste da Sibéria e outros três menores, dos quais um também se encontra no oeste da Sibéria. Desde o começo dos anos 2000, os campos maiores entraram em declínio acentuado, diminuindo sua produção em 22 bmc ao ano. Os níveis de produção da Gazprom vem sendo mantidos em função de um enorme campo de gás natural localizado na Sibéria (STERN, 2005, p. 58). A longo prazo, a compensação da perda de produção dos grandes campos exige que a Gazprom escolha entre duas alternativas: explorar com maior intensidade os campos menores, mas de baixo custo de produção, ou desenvolver os campos gigantes da Península de Yamal²⁴⁶, a qual tem potencial de, no futuro, representar para a Rússia o que as grandes reservas de gás da Sibéria significaram. O problema da segunda escolha é o dinheiro que precisa ser investido no projeto (STERN, 2005, p. 58). Ressalte-se que somente se a exploração do campo de Yamal começar antes de 2011 será possível à Gazprom manter no final da década de 2010 o nível de produção de 2004 (STERN, 2005, p. 33). Um dado interessante é que apesar da Gazprom fazer previsões positivas quanto ao aumento de sua produção²⁴⁷, o governo russo trabalha com a hipótese de que já em 2010 a Gazprom não consiga manter a porcentagem que ocupa no total da produção de gás natural russo, uma vez que a tendência percebida pelo Kremlin é que as empresas independentes e petrolíferas atinjam a parcela de 17% do gás natural produzido na Rússia²⁴⁸.

²⁴⁵ Fonte: Gazprom. Endereço eletrônico: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article23898.shtml>.

²⁴⁶ A península de Yamal pertence ao distrito autônomo de Yamal-Nenets, localizado a noroeste da Sibéria.

²⁴⁷ A empresa prevê que produzirá entre 550-560 bmc³ em 2010, entre 580-590 bmc³ em 2020 e 610-630 bmc³ em 2030. Fonte: Gazprom. Endereço eletrônico: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article20151.shtml>.

²⁴⁸ Esta é a previsão do Sumário da Estratégia Energética para a Rússia após 2020.

No concernente ao petróleo, os números da Rússia não são tão expressivos quanto os do gás natural, mas ainda assim impressionam. Segundo diferentes estimativas, a Rússia detém entre 6,2% e 13% das reservas comprovadas de petróleo do mundo. Além disso, é a maior exportadora do produto, posição que divide com a Arábia Saudita (GUSEINOV, DENIDOV e GONCHARENKO, 2007, p. 09). Após a queda da segunda metade dos anos 1980 e a estagnação dos anos 1990, no século XXI a produção petroleira na Rússia cresceu substancialmente. Entre janeiro e outubro de 2007, foram produzidos em média 9,86 milhões de barris de petróleo por dia, o que representa um aumento de 50% em relação a 1997, quando a produção era de 6 milhões de barris ao dia²⁴⁹.

No mercado interno de petróleo, o Kremlin não detém uma empresa do porte da Gazprom, que praticamente exerce o monopólio do setor de gás natural do país. Todavia, após o desmantelamento da Yukos, a empresa estatal Rosneft, que ficou com os campos e reservas da ex-produtora de Mikhail Khodorkovski, se tornou a maior produtora de petróleo do país²⁵⁰. O crescimento da Rosneft gerou o aumento da participação do Estado russo na produção de petróleo, que passou de 13% em 2004 para 34% no ano seguinte²⁵¹. A segunda empresa em importância no setor petroleiro é a independente Lukoil, a qual possui 1,3% das reservas globais de petróleo²⁵².

Além destas, apenas outras duas empresas merecem destaque entre as petroleiras russas. A primeira é a Sibneft, empresa cuja participação majoritária (72,663%) foi adquirida pela Gazprom em 28 de setembro de 2005²⁵³. Ressalte-se que a compra de uma indústria petroleira pela estatal do gás russa pode ser vista como um passo no sentido de concretizar o plano de Putin de criar megacorporações do ramo de energia que pudessem competir com as multinacionais energéticas do ocidente. Antes de comprar a maioria das ações da Sibneft, a Gazprom já havia tentado uma fusão com a também estatal Rosneft, que, na época, ainda não detinha as reservas que eram da Yukos. A junção das empresas não deu certo em virtude das complexidades financeiras da transação e da resistência dos

²⁴⁹ Fonte: Ria Novosti. Endereço eletrônico: <http://en.rian.ru/business/20071217/92281512.html>. Último acesso em 17/12/2007.

²⁵⁰ Em 2007, a Rosneft produziu 100 milhões de toneladas de petróleo, o que representou um acréscimo de 25% em relação a 2006. Fonte: Ria Novosti.

²⁵¹ Russian Analytical Digest nº 01, p. 08.

²⁵² Fonte: Ria Novosti. Endereço eletrônico: <http://en.rian.ru/business/20071212/92143312.html>. Último acesso em 12/12/2007.

²⁵³ Fonte: Gazprom. Endereço eletrônico: <http://www.gazprom.com/eng/news/2005/10/18177.shtml>.

gerentes e colaboradores da Rosneft dentro do governo, os quais desejavam a independência da empresa e a manutenção do foco somente no petróleo (STERN, 2005, p. 219)²⁵⁴. A outra empresa a ser citada é a TNK-BP, que vem a ser uma união entre a empresa russa TNP e a multinacional britânica British Petroleum. A manutenção desta companhia no cenário petrolífero russo é uma experiência interessante, tendo em vista a aversão do Kremlin quanto à intromissão de investidores estrangeiros com posição de comando em empresas energéticas russas.

Como se vê, no campo do petróleo também há uma condensação de poder em torno de poucas empresas, mesmo que menor do que a vislumbrada na indústria do gás. É importante notar que as companhias que operam no ramo petrolífero conhecem os seus limites de atuação, ou seja, jogam de acordo com as regras do Kremlin. A posição do governo russo ainda é fortalecida pelo fato de que a estatal Transneft detém o monopólio da distribuição de petróleo via oleodutos.

Diante de tais dados, não se pode negar que a estratégia traçada por Putin de transformar o Estado na fonte primordial de poder sobre o setor energético da economia russa foi bem sucedida, sendo ela boa ou não a longo prazo. Enquanto a Gazprom é a maior produtora de gás natural do mundo, a Rosneft já é a mais importante produtora de petróleo do país. Cabe agora verificar o impacto do setor energético na economia russa e se as tendências apontadas por Putin em seu trabalho acadêmico estavam corretas.

Um bom indicativo do grau de relevância dos recursos energéticos na economia russa é a pauta de exportações do país. No ano de 2000, combustíveis e produtos derivados de recursos energéticos representaram 53,8% das exportações russas, rendendo ao país 103,1 bilhões de dólares. Em 2006, os mesmos produtos representaram 65,8% do total das exportações russas, o que correspondeu a 301,5 bilhões de dólares. Cruzando os dados referentes à participação dos recursos energéticos nas exportações²⁵⁵ com a evolução do PIB russo²⁵⁶ no período é possível chegar a duas conclusões. A primeira é que, inegavelmente, a estratégia de

²⁵⁴Mais um movimento da Gazprom em direção a se tornar uma corporação com atuação em todos os ramos energéticos foi a *joint venture* que firmou com a Siberian Coal Energy Company (SUEK), empresa que é detentora da sétima maior reserva de carvão do mundo e que fornece mais da metade do suprimento de carvão utilizado no mercado russo. A fusão das duas companhias deu o controle da *joint venture*, com 50% + 1 das ações da SUEK (CROTTY, 2007, p. 15).

²⁵⁵ Ver anexo, tabela 2.

²⁵⁶ Ver anexo, tabela 1.

Putin de conceder destaque inaudito aos recursos energéticos está em curso, pois desde 2000 se observa que tanto a parcela proporcional quanto o valor nominal dos recursos energéticos russos nas exportações russas têm aumentado ano após ano. A segunda é a essencialidade da comercialização de energia com o exterior na recuperação econômica da Rússia, pois dada a sua participação no total das exportações, resta cristalino que o crescimento constante do PIB russo está conectado com a venda de recursos energéticos no mercado internacional²⁵⁷.

O plano doméstico igualmente contribui para que o peso do setor energético seja considerável na economia russa, uma vez que, ao contrário da maioria dos Estados produtores e exportadores de energia, a Rússia possui um vasto mercado interno, composto por um considerável parque industrial e por uma população que depende dos recursos energéticos nacionais para sobreviver aos seus gélidos invernos. Todavia, atualmente este mercado não é explorado em sua plenitude, por razões históricas, sociais e políticas. O fato gera distorções econômicas ao setor energético russo, as quais estão sendo lentamente enfrentadas pelo Kremlin.

Ao presente trabalho, é bastante útil que uma maior atenção seja dispensada às diferenças entre os compradores dos recursos energéticos russos e os efeitos delas decorrentes para as políticas desenvolvidas por Moscou nos planos interno e externo. Isto porque tal aprofundamento ajuda na visualização das questões geopolíticas e econômicas relacionadas aos recursos energéticos russos que envolvem Ucrânia e Belarus. Sinal-se que em função dos fins almejados, a indústria de gás natural receberá um destaque um pouco maior. Isso se explica devido a algumas características do mercado de gás natural, tais como o seu amplo uso na indústria e nos lares russos, o fato de que o preço do produto é acertado em negociações diretas entre comprador e vendedor e o seu sistema de distribuição, que continua muito dependente de gasodutos. Ainda no que toca diretamente à Ucrânia e Belarus, as disputas que os dois países tiveram com a Rússia por causa da comercialização de energia giraram em torno do gás natural, e não do petróleo.

Os compradores do gás natural russo podem ser divididos primeiramente entre consumidores domésticos e estrangeiros. Uma segunda divisão importante há

²⁵⁷ A alta dos preços do petróleo é um fator importante para a correlação entre o PIB e a comercialização de energia russa. Segundo o Ministro das Finanças da Rússia, Alexei Kudrin, o aumento do valor do barril de petróleo verificado entre o ano 2000 (por volta de U\$ 20,00), e o começo de 2008 (superior a U\$ 100,00) significou aos cofres russos um rendimento extra de U\$ 475 bilhões, o qual permitiu que as reservas internacionais russas atingissem a marca de U\$ 500 bilhões. Fonte: <http://en.rian.ru/russia/20080401/102669349.html>. Acesso em: 01/04/2008.

de ser feita entre os últimos, colocando de um lado os países da CEI e de outro os Estados membros da União Européia. Começamos pela primeira repartição efetuada.

Como dito alhures, parte não-negligenciável do gás natural vendido em solo russo é endereçada aos consumidores residentes na própria Rússia. Nos tempos do planejamento centralizado do comunismo soviético, a população e as empresas russas recebiam energia virtualmente gratuita, tendo em vista os objetivos políticos e estratégicos do Kremlin. Com o final da União Soviética, durante a conturbada e, sob o aspecto econômico, caótica década de 1990, o governo russo simplesmente não podia aumentar o preço da energia fornecida aos consumidores privados porque isto significaria a paralisação da indústria e a morte de milhões de russos. Assim, os preços continuaram fortemente subsidiados. Desde a subida de Putin ao poder, houve uma crescente escalada dos preços da energia consumida no país, mas ainda hoje eles se encontram em patamares muito abaixo dos valores do mercado mundial²⁵⁸. Atualmente, este fato causa graves distorções na economia russa, pois o seu setor mais rentável é obrigado a ceder a maior parte de sua produção para o mercado interno, a valores subsidiados, quando no exterior a demanda por gás natural é crescente e os preços desses produtos sobem exponencialmente. A própria Gazprom admite que a prática dos atuais valores no mercado doméstico afeta a indústria do gás, pois os gastos com produção, transporte e custos de venda do gás natural não são cobertos²⁵⁹.

Analisando o mercado do gás natural russo, Jonathan Stern fez interessante levantamento que explicita a situação. No ano de 2002, o volume de gás natural vendido no mercado russo foi de 298 bmc³, o que rendeu à Rússia 142,8 bilhões de rublos. No mesmo ano foram exportados para a União Européia 128,6 bcm³ de gás natural, sendo recebidos pelo governo russo 335,1 bilhões de rublos. Em 2003, a situação se repetiu. Foram vendidos 308,2 bcm³ aos consumidores domésticos, o que rendeu aos cofres russos 186,7 bilhões de rublos. As exportações à União Européia foram de 144,7 bmc³, e o rendimento por elas foi de 422,4 bilhões de

²⁵⁸ O gás natural na Rússia é cobrado de acordo com um zoneamento estabelecido pelo governo. Uma das medidas adotadas para aumentar os valores do produto no país foi substituir, em 2005, as então sete zonas de preços existentes por onze zonas. A partir de então, os preços do gás no mercado doméstico subiram, em média, 3% em 2005, 11,9% em 2006 e 15% em 2007, segundo informa a Gazprom. Fonte: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article20159.shtml>.

²⁵⁹ Fonte: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article20159.shtml>.

rublos (STERN, 200, p. 128)²⁶⁰. Os números revelam com muita clareza a distorção mercadológica e as perdas que os preços subsidiados causam à economia russa. Mesmo vendendo à União Europeia menos da metade do gás natural que comercializa no seu mercado interno, as exportações ao bloco regional renderam mais do que o dobro do auferido com as vendas locais.

Com o intuito de diminuir os prejuízos sofridos, a Gazprom anunciou em novembro de 2006 a decisão de continuar o aumento paulatino dos preços de gás natural no mercado doméstico até que, em 2011, o valor pago pelas indústrias russas seja equivalente aos valores de mercado, permanecendo subsídios apenas aos consumidores residenciais e do varejo e órgãos públicos. A decisão foi endossada pelo Kremlin (STERN, 2007)²⁶¹. Caso isto venha finalmente a ocorrer, será uma grande transformação no mercado russo. A indústria nacional será obrigada a suportar o impacto da subida de preços, o que diminuirá seus lucros e aumentará ainda mais a preponderância do setor energético na economia. Contudo, no presente momento, o fornecimento de gás natural para os consumidores domésticos continua sendo uma fonte de perda econômica para o governo russo, em comparação com o que poderia ganhar caso exportasse a parcela do produto que vende localmente.

Entre os destinos estrangeiros dos produtos energéticos russos, a União Europeia aparece como a grande compradora. Uma vez que a estrutura de exportação de energia da Rússia construída na época soviética está voltada para a Europa, tal fato não causa espécie. Em comparação com os países da CEI e da Europa Central (que não integram o bloco regional), os Estados da União Europeia ganham destaque por serem mercados mais desenvolvidos e porque pagam preços de mercado, ao contrário do que ocorre com alguns dos países do Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético, que ainda recebem petróleo e gás natural a preços subsidiados²⁶². Esta é a grande diferença que justifica a separação

²⁶⁰ No ano de 2005, as vendas para o mercado doméstico foram de 307 bmc³. Fonte: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article20159.shtml>. No mesmo ano, as exportações para a Europa atingiram 156,1 bmc³. Fonte: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article20160.shtml>.

²⁶¹ Na sua última coletiva anual para a imprensa como presidente russo, ocorrida em fevereiro de 2008, Vladimir Putin disse que o governo decidiu que o consumidor interno pagará pela energia os preços de mercado, o que seria atingido paulatinamente. O presidente russo, contudo, lembrou que mesmo assim os preços internos serão menores do que os cobrados dos consumidores externos, pois neles não estão incluídos impostos e taxas de exportação, os custos de distribuição, entre outros (PUTIN, 2008).

²⁶² Ucrânia e Belarus constituem dois exemplos de Estados que ainda pagam valores muito abaixo do mercado pelo gás natural que recebem da Rússia, ou por intermédio desta.

dos compradores estrangeiros da energia russa entre países da CEI e membros da União Européia.

A mesma comparação que se fez entre a venda doméstica de gás natural e a comercialização com a União Européia pode ser realizada colocando lado a lado o bloco regional e a maioria das ex-repúblicas socialistas soviéticas. No ano de 2002, a Rússia recebeu 45 rublos por cada mil metros cúbicos de gás natural fornecidos aos países da CEI, enquanto que as exportações para a União Européia renderam 112 rublos por mil metros cúbicos. Em 2003, a diferença aumentou, pois a Rússia recebeu 41 rublos por cada mil metros cúbicos do produto vendido aos Estados da CEI e 126 rublos a cada mil metros cúbicos de gás natural vendidos aos países do bloco regional (STERN, 2005, p. 128).

Assim como ocorre com os preços do gás natural vendido no mercado doméstico, o governo russo pretende cortar os subsídios existentes no fornecimento de energia para todos os membros da CEI. As disputas com Ucrânia e Belarus, que serão objeto de apreciação no decorrer do capítulo, são exemplos de tentativas russas de cobrar dos países vizinhos preços de mercado pelo gás natural que fornece. Todavia, o processo de aumento dos valores cobrados pela energia ainda não foi totalmente implementado, o que mantém a exportação do produto para a União Européia com o título de destino de exportações mais lucrativo para as companhias russas do ramo energético.

Cumprе ressaltar que os países asiáticos, sobretudo Japão e China, estão nos planos russos de expansão de sua pauta de exportações de energia, o que significaria ao Kremlin não somente uma soma considerável de dividendos, mas também a diversificação de seus consumidores. Diversificação esta que fortaleceria a posição russa perante a União Européia nas negociações mantidas entre ambas quanto ao fornecimento e transporte de energia. Entretanto, os projetos voltados para o aumento da comercialização de recursos energéticos para o leste dependem de pesados investimentos e de tempo para que seja construída a infra-estrutura de transporte necessária.

Portanto, hodiernamente Moscou precisa vender gás natural, assim como petróleo, ao mercado europeu. Caso isto não ocorra, haverá sensível diminuição do crescimento econômico russo, o que acarretará a perda de poder político no sistema mundial e o conseqüente abalo do projeto da Rússia de ser considerada e respeitada como uma grande potência moderna.

Esta dependência nem sempre é lembrada quando são analisadas as suas relações com a União Européia. Muitas vezes o assunto é abordado a partir de um ângulo no qual é destacada a necessidade que vários países do bloco regional têm de importar energia russa para manter suas economias em funcionamento. Fala-se, então, de uma interdependência assimétrica entre União Européia e Rússia que pende para a última²⁶³. Não resta dúvida de que a importação de energia hoje é fonte de preocupações econômicas e geopolíticas para a União Européia, tendo em vista que as reservas do continente estão se esgotando ao mesmo tempo em que a disputa na arena internacional por energia se acirra. A Comissão das Comunidades Europeias admitiu esta fragilidade europeia quando redigiu o *Green Paper*. Neste documento são feitas algumas previsões alarmantes quanto ao futuro da Europa no tocante aos recursos energéticos. No ano de 2006, as importações abasteciam 50% do total da energia consumida pela União Européia. Em vinte ou trinta anos, esta porcentagem deve ser acrescida para impressionantes 70%. No concernente ao gás natural, seguindo a tendência mundial de aumento de consumo de energia, a importação europeia do produto crescerá 80% nos próximos vinte e cinco anos. O quadro se torna ainda mais sombrio porque o preço a ser pago pelo produto será mais caro, por causa do crescimento da demanda. O Green Paper aponta como parte da solução do dilema europeu manter diálogo estrito com os maiores fornecedores de energia, grupo no qual a Rússia se sobressai. Impende frisar que o diálogo proposto não envolve assimetria alguma, os dois pólos são considerados como iguais. O motivo disto é o reconhecimento de que a União Europa é o segundo maior mercado mundial de energia, com quatrocentos e cinquenta milhões de consumidores²⁶⁴. Assim, por mais debilitada que seja a posição da União Européia no concernente à produção de energia, a demanda e o poder aquisitivo de seus membros mais proeminentes, como Alemanha, França e Itália, lhe conferem atributos de peso nas negociações empreendidas com os países fornecedores de energia.

A leitura feita pela Comissão das Comunidades Européia é pertinente. A correlação entre a pujança do mercado consumidor europeu e a necessidade russa

²⁶³ James Hugues é um dos autores que conclui que a União Européia se relaciona com a Rússia em bases desiguais, pois depende desta como fornecedora de energia (HUGUES, 2006). Segundo Jonathan Stern, boa parte da mídia e dos líderes europeus pensam da mesma forma que Hugues, e por isto consideram a dependência dos recursos energéticos russos uma ameaça (STERN, 2005, p. 144).

²⁶⁴ Green Paper, p. 04.

de divisas estrangeiras que fomentem seu crescimento econômico, e, em última instância, possam ser aplicadas na própria indústria energética, gera uma balança cujos pratos estão mais ou menos equilibrados. E é justamente esta paridade que proporciona a cada um dos lados adotar políticas que visem à obtenção de vantagens no relacionamento entre ambos²⁶⁵. A estratégia comum é a busca de diversificação; de fornecedores, por parte da União Européia, e de consumidores por parte da Rússia. Porém, existem as táticas próprias²⁶⁶.

Pelo lado europeu, há a tentativa de introduzir leis de mercado no setor energético russo, o que diminuiria a ingerência atual do Kremlin em tal segmento. O *Energy Charter Treaty* (e o seu Protocolo de Trânsito) constitui um exemplo disto. Assinado em 1994, ele entrou em operação em 1998. A Rússia assinou o documento, mas nunca o ratificou. Após quase uma década esquecido, o *Energy Charter Treaty* voltou à pauta européia em função da crise russo-ucraniana por causa do preço do gás natural em janeiro de 2006 (ROMANOVA, 2007, p. 37). A intenção européia é internacionalizar o setor energético russo e quebrar o monopólio da Gazprom na distribuição do gás natural extraído pela Rússia e do proveniente da Ásia Central. Bruxelas acredita que poderá alcançar a segurança energética que almeja caso consiga diminuir o poder do Kremlin sobre o complexo industrial de energia da economia russa, pois assim não ficaria tão sujeita aos interesses nacionais russos. Os anseios europeus até o presente momento não se tornaram realidade, posto que em repetidas ocasiões Moscou se recusou a permitir que empresas estrangeiras obtivessem acesso às rotas russas de distribuição e exportação de energia para a Europa. Desta forma, o governo russo continua a desempenhar papel monopólico no setor.

Por seu turno, um das táticas russas que merece menção é a de incentivar suas companhias estatais a realizar *joint ventures* com empresas energéticas

²⁶⁵ Viacheslav Morozov argumenta que o relacionamento entre Rússia e União Européia, no que toca à questão energética, dá a impressão de ser considerado pelas partes como um jogo de soma zero, onde o ganho de um lado necessariamente representa a perda do outro (MOROZOV, 2005, p. 08).

²⁶⁶ Jonathan Stern ponderou que a principal preocupação européia quanto a sua segurança energética no pertinente à Rússia não deve ser a eventual formação de um cartel do gás aos moldes da OPEP. O crescimento da demanda interna russa, aliada a eventual cobrança de preços de mercado para o seu suprimento, é uma ameaça muito mais palpável, pois isto pode acarretar a inversão da relação custo-benefício que hoje leva a Rússia a priorizar a venda de energia à Europa. A justificativa para tanto é que a venda do mercado doméstico será finalmente lucrativa, não somente pelos preços em si, mas também em função da eliminação das taxas de transporte pagas aos países-corredor (STERN, 2007, p. 03).

européias ou mesmo adquirir participação societária destas²⁶⁷. Com isto, além de se imiscuir no mercado europeu e abocanhar a lucrativa parte da distribuição da energia aos consumidores finais, as empresas russas, Gazprom notadamente, caminham no sentido de se tornarem corporações mundiais do ramo energético, como imaginado por Putin²⁶⁸.

Em que pesem as tentativas de alterar a correlação de forças existente, atitude que é esperada nos relacionamentos entre duas grandes potências do sistema internacional, atualmente não há preponderância nem da Rússia, nem da União Européia quando o assunto em pauta é a questão energética. Os projetos de diversificação de parceiros intentados por russos e europeus não devem render frutos rapidamente. No tocante à União Européia, mesmo se bem sucedida a celebração de contratos com Estados produtores de energia localizados no Oriente Médio e na região do Mar Cáspio, deve demorar pelo menos trinta anos para que resultados concretos sejam atingidos. Isto descontando possíveis instabilidades políticas de tais fornecedores e dos eventuais países-corredor (STERN, 2007, p. 04). No concernente à Rússia, o aumento dos lucros no mercado doméstico e a venda de energia aos países do leste também são perspectivas de médio e longo prazo, o que resulta na manutenção de sua dependência do mercado europeu como fonte de recursos indispensáveis às suas ambições de poder mundial. Destarte, a tendência é que a equanimidade nas relações russo-européias atinentes à energia continue a vigorar por um tempo bem razoável.

A necessidade de Moscou de vender energia à União Européia obrigatoriamente envolve Ucrânia e Belarus, pois, como já referido anteriormente, estes são os dois principais países que os recursos energéticos russos atravessam para chegarem aos consumidores europeus. Todavia, afóra a questão das exportações russas para a União Européia, os recursos energéticos igualmente

²⁶⁷ As parceiras internacionais da Gazprom, segundo ela mesma divulga, são as seguintes: E.ON, Wintershall AG, Verbundnetz Gas e Siemens AG (Alemanha); Gaz de France and TotalFinaElf (França); Eni (Itália); Botas (Turquia); Fortum (Finlândia); Gasunie (Holanda); Hydro and Statoil (Noruega); CNPC and PetroChina (China); PGNiG (Polônia); ExxonMobil, ChevronTexaco and ConocoPhillips (EUA); e a Royal Dutch Shell. Fonte: <http://www.gazprom.com/eng/articles/article20160.shtml>. Um exemplo que pode ser citado de parcerias da Gazprom é o projeto de construção do gasoduto *Nord Stream Gas Pipeline*. O projeto é levado adiante por uma *joint venture* entre a Gazprom (com 50% das ações), as alemãs BASF (20,5%) e E.ON (20,5%) e a holandesa Gasunie, que adquiriu 9% de participação em novembro de 2007.

²⁶⁸ Na lista das maiores empresas do mundo da conceituada revista Forbes, a Gazprom aparece no décimo nono lugar em 2008. No ano anterior, a empresa estava na quadragésima quarta posição. Fonte: <http://www.kommersant.com/page.asp?id=-12294>. Último acesso em 05/04/2008.

realçam fatores geopolíticos, econômicos e até mesmo culturais latentes na dinâmica tripartite estudada. Cumpre verificar porque e de que forma isto ocorre.

5.2. A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA

Como já referido, os recursos energéticos podem ser estudados a partir de uma perspectiva geopolítica, posto que suas características intrínsecas encerram relações entre poder e geografia. As reservas de gás natural e petróleo, para ficarmos apenas nos recursos abordados no presente trabalho, estão localizadas em determinados países do mundo. Não há forma de transportar as reservas inteiras de um Estado a outro, muito menos de produzir industrialmente gás natural e petróleo cru sem a matéria prima básica. Logo, é correto afirmar que os recursos citados estão geograficamente distribuídos, e que esta realidade não pode ser alterada. Contudo, eles podem ser extraídos das reservas e dos campos onde se encontram para serem transportados e comercializados. Aqui entram no cálculo a política e o capital.

A energia é um bem indispensável para todo e qualquer Estado do sistema internacional, pois sem ela as economias nacionais não funcionam e, dependendo do clima local, muitas pessoas podem vir a falecer. Portanto, obter acesso ao gás natural e ao petróleo por parte dos países que não foram agraciados com sua posse originária, ou cujas reservas não cobrem integralmente suas necessidades, é um interesse nacional perene. Ocorre que são poucos os Estados dotados de recursos energéticos que superam a demanda doméstica e, assim, podem ser exportados. O sistema internacional é baseado na lei de mercado, ou seja, quando um produto é escasso e a procura por ele é alta, há um aumento de sua importância, que geralmente vem acompanhada da elevação de seu preço²⁶⁹. Em um ambiente por natureza competitivo, o acesso a bens com tais características gera disputas políticas entre os Estados. Disputas que podem se dar entre Estados fornecedores e Estados consumidores ou entre Estados consumidores pelos bens de um terceiro fornecedor. Em cada caso haverá uma balança de poder própria, que poderá pender

²⁶⁹ No caso do petróleo, a fixação do valor do produto obedece a uma lógica bem mais complexa, o que não invalida o fato de ser um recurso desejado pelos motivos expostos.

para um ou outro contendor. E geralmente ela revelará a vitória do Estado (ou da aliança entre Estados) mais forte globalmente, ou, em algumas situações, daquele mais poderoso em determinada região²⁷⁰.

Outro fator que necessariamente há de ser lembrado é o transporte de tais bens. Oleodutos e gasodutos ainda são meios de distribuição de energia largamente utilizados no mercado mundial. Muitas destas estruturas ultrapassam as fronteiras do país-produtor e continuam o seu caminho atravessando um, dois, ou mais Estados, até chegar ao mercado consumidor final. Mais uma vez a dimensão espacial ganha realce, posto que as rotas de comercialização via gasodutos e oleodutos levam em consideração a distância entre produtor e consumidor, os territórios de Estados que existem entre um e outro, além dos acidentes geográficos, como montanhas, lagos, rios, etc. A política também se insere no transporte de energia, pois entre o país-produtor e o país-corredor surge uma nova relação de poder, já que ambos precisam negociar para que ocorra a distribuição do produto ao país consumidor.

Pelo exposto, pode-se concluir que o tema da energia encerra relações entre poder e espaço, entre política e geografia. Destarte, a geopolítica é uma ferramenta útil para entender as conexões surgidas em torno dos recursos energéticos. Ademais, não será exagero dizer que, devido à importância delegada à energia nas relações internacionais contemporâneas, é possível vislumbrar uma geopolítica própria dos recursos energéticos, a qual detém alianças, conflitos, protagonistas e potências próprias.

As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus retratam duas das configurações de balanço de poder acima citadas. A Rússia é fornecedora de energia para os seus parceiros, ao passo que estes são países-corredor dos recursos energéticos russos até o mercado europeu. As duas configurações se interconectam, assim como se misturam as considerações geopolíticas tradicionais do espaço pós-soviético com o aspecto específico da geopolítica dos recursos energéticos referida.

Como visto no capítulo terceiro, os três países têm objetivos geopolíticos distintos. Enquanto para a Rússia manter o Complexo Regional de Segurança que domina como uma zona de influência majoritariamente sua (sem grande intromissão

²⁷⁰ Esta observação tem em foco justamente o caso da Rússia, que mesmo não sendo uma superpotência como os Estados Unidos, é a grande potência do complexo regional de segurança que comanda. Por tal razão, consegue levar vantagens políticas e econômicas com os países da região, sobrepujando alguns interesses norte-americanos.

das grandes potências ocidentais) é um pré-requisito ao poder global que sonha, o interesse ucraniano é inverso, pois almeja sair da órbita russa e usufruir sua independência de modo pleno. Já Belarus prefere seguir o caminho de fidelidade a Moscou, até porque não lhe parece visível nenhuma outra opção no futuro imediato. Os recursos energéticos servem de instrumento na busca dos anseios geopolíticos dos Estados em voga.

5.2.1. A Rússia Produtora *versus* Ucrânia e Belarus Consumidores

Ucrânia e Belarus são países importadores de energia. No ano de 2005, quase metade da energia consumida na Ucrânia foi composta de gás natural (49%). O carvão ocupou a segunda posição (24%), a energia nuclear a terceira (14%) e o petróleo a quarta (12%). Somados, gás natural e petróleo representaram 61% do consumo total de energia no país²⁷¹. O consumo total de gás natural em 2006 foi de 65,9 bmc³, sendo que a produção nacional no período foi de 20,7 bmc³ (31,41% do total)²⁷², ou seja, hoje a Ucrânia importa mais de dois terços do gás natural que consome²⁷³. Além do fornecimento do recurso russo, uma parte do gás consumido pelos ucranianos vem de países da Ásia Central (Casaquistão, Uzbesquistão e principalmente Turcomenistão), porém os gasodutos que entregam o produto estão localizados em solo russo. Desta forma, a Rússia está envolvida na compra ucraniana de gás, mesmo quando não é ela a produtora do bem. No tocante ao petróleo, a imagem não é muito diversa, pois apesar de ter diminuído drasticamente o consumo do produto durante os anos 1990 e 2000, a Ucrânia importou, em 2006, 267.000 barris de petróleo por dia (bbl/d) de um total de 343.000 bbl/d consumidos²⁷⁴.

²⁷¹ EIA Country Analysis Brief: Ukraine.

²⁷² A produção própria ucraniana de gás natural é remanescente dos tempos soviéticos. Nos anos 1960, antes do descobrimento das reservas da Sibéria Ocidental, a República Soviética da Ucrânia supria um terço do gás natural consumido pela União Soviética. Devido à exploração ostensiva e irresponsável praticada pelo regime comunista, nas décadas seguintes a participação do gás natural proveniente da Ucrânia caiu drasticamente, não ultrapassando 12,4% em 1980 (PIRANI, 2007, p. 17).

²⁷³ Segundo dados levantados por Simon Pirani na revista *Energobiznes*, que utilizou fontes do Ministério da Energia ucraniano (PIRANI, 2007, p. 28).

²⁷⁴ EIA Country Analysis Brief: Ukraine.

A situação de Belarus é pior. O país importa por volta de 98,70% do gás natural que consome (YAFIMAVA e STERN, 2007). Até 2004, o fornecimento era realizado pela Gazprom e pela companhia russa independente Itera, todavia, a partir de 2005, o governo russo adotou medidas que afastaram a Itera das exportações a Belarus²⁷⁵. Assim, naquele ano, os 19,8 bcm³ importados por Belarus foram entregues pela estatal russa. O consumo de petróleo segue semelhante linha, pois Minsk importa mais de 90% do total do produto consumido no país (ABDELAL, 2004, p. 101).

A alta dependência que Ucrânia e Belarus possuem da energia russa desequilibram a balança em favor da fornecedora Rússia, uma vez que a paralisação do fornecimento de gás natural aos dois países lhes é extremamente prejudicial. Assim sendo, em teoria, a Rússia tem no gás natural, e, em menor extensão, no petróleo, uma ferramenta valiosa para conservar Minsk e Kiev em sua esfera de influência.

5.2.2. Rússia - País-produtor *versus* Ucrânia e Belarus - Países-corredor

Apesar de o Kremlin possuir o poder de utilizar eventuais cortes de fornecimento de energia para Belarus e Ucrânia como instrumento de pressão, com o intuito de auferir vantagens políticas e econômicas, ele não pode utilizá-lo ao seu bel-prazer, pois há o risco concreto de que os consumidores do mercado europeu acabem por sentir os efeitos da medida. Houve exemplos que geram precaução a Moscou.

Quando a Gazprom cortou o fornecimento de gás para Belarus em janeiro de 2004, por causa de desentendimento russo-bielo-russo acerca do preço a ser pago pelo bem, sendo seguida nos meses seguintes pelas companhias independentes, o fornecimento do produto para a Alemanha, países bálticos, Polônia e Kaliningrado foi interrompido. Esta foi a primeira vez que a Gazprom tomou uma medida tão extrema. Os alemães não sentiram tanto o choque devido aos estoques de gás natural que mantém, atitude semelhante à vivenciada pelos países bálticos. Os

²⁷⁵ No ano de 2006 foi aprovada lei na qual foi garantida à Gazprom a posição de única exportadora do gás natural russo.

poloneses sofreram mais, pois 70% do gás que recebem chega via Belarus. A fim de debelar eventual corte drástico no fornecimento de gás aos países citados, o governo russo autorizou o envio do produto por intermédio dos gasodutos ucranianos. Sem dúvida, foram os bielo-russos os maiores prejudicados, pois a situação do país se tornou crítica, todavia, o pequeno abalo dos países da Europa central e ocidental bastou para que a condição russa de fornecedora sofresse arranhões.

Nos últimos dias de 2005, Rússia e Ucrânia iniciaram as negociações acerca dos novos preços do gás natural a ser pago pela última e das taxas de transporte do produto até a Europa a serem suportadas por parte da primeira. A Gazprom desejava cobrar entre U\$ 160,00 e U\$ 230,00 por mil metros cúbicos de gás natural, preço de venda para os países da Europa Central e Ocidental, enquanto a estatal ucraniana Naftogaz afirmava que não podia pagar mais de U\$ 80,00 por mil metros cúbicos do produto. As partes não chegaram a um acordo, razão pela qual no mês de janeiro de 2006 o governo russo permitiu que a Gazprom cortasse por quatro dias o fornecimento de gás ucraniano. A medida do Kremlin foi severamente criticada na mídia europeia. Duas foram as razões: a primeira é que o momento do corte, pouco tempo após a Revolução Laranja, deu a entender que a Rússia agia com sentimento de vingança pelas manifestações vindas do governo de Yushchenko e Tymoshenko, que davam conta de uma aproximação ucraniana com a OTAN e a União Europeia. A segunda está relacionada com o fato de que a maioria do gás natural russo vendido na Europa é exportada via Ucrânia. Quando a Rússia cortou o suprimento dos ucranianos, estes se apropriaram do gás natural que deveria chegar aos mercados europeus. Logo, houve interrupção no fornecimento de vários países da União Europeia²⁷⁶. Mesmo que a Rússia tenha afirmado na época que a quantidade destinada aos Estados do bloco regional era religiosamente enviada, o que evidenciaria o roubo ucraniano, a culpa pelo episódio recaiu sobre Moscou. Não faltaram políticos e jornais europeus que questionaram a validade russa como fornecedora confiável de recursos energéticos. As partes chegaram a um acordo em 04 de janeiro de 2006. Os principais pontos do mesmo são os seguintes: a empresa

²⁷⁶ No dia 02 de janeiro de 2006, vários países reclamaram de queda no volume de gás natural russo recebido. Alguns dos países que anunciaram redução foram a Hungria (perda de 40% do total recebido), França (entre 25% e 30%), Áustria (um terço), Eslováquia (um terço), Romênia (um terço) Polônia (14%). A Alemanha também reportou queda no fornecimento, mas não foram divulgados maiores detalhes (STERN, 2006, p. 08).

*RosUkrEnergó*²⁷⁷ seria a responsável pela entrega de gás na Ucrânia, ao preço de U\$ 95,00 por mil metros cúbicos; a *RosUkrEnergó* e a *Naftogaz* criariam uma *joint venture* para comercializar o gás recebido da Rússia; a exportação do gás entregue pela Rússia não poderia ser feita pela *Naftogaz* e a tarifa de trânsito do gás para a Europa passaria a ser de U\$ 1,60 por mil metros cúbicos por cem quilômetros percorridos (STERN, 2006, p. 09).

Um terceiro exemplo a ser citado são as negociações travadas entre Rússia e Ucrânia nos primeiros meses de 2008, cujo assunto era o fornecimento e a distribuição de gás natural. Após alguns dias de conversas, em 12 de fevereiro de 2008, os presidentes Vladimir Putin e Victor Yushchenko chegaram a um acordo quanto ao preço do gás natural recebido pela Ucrânia (U\$ 179,5 por mmc³), o qual é proveniente da Rússia e dos países da Ásia Central antes mencionados, mas é entregue somente pela primeira. Na mesma ocasião foi acertado o valor a ser pago pela Rússia pelo transporte do gás natural até os países europeus (U\$ 1,79 por mmc³ por cem quilômetros percorridos). Outras duas importantes decisões foram tomadas: a primeira era a substituição das empresas *UkGazEnergó* e *RosUkrEnergó*, que atuavam como intermediárias entre a *Gazprom* e a *Naftogaz*, por outras a serem criadas pelas duas estatais²⁷⁸. A segunda era o reconhecimento por parte de Kiev de uma dívida de U\$ 1,5 bilhão, oriunda do não pagamento de gás natural.

A primeira parcela do débito deveria ser paga até 14 de março de 2008. A Primeira-Ministra Tymoshenko não gostou do acordo, principalmente porque continuaria a haver empresas que intermediariam os negócios entre *Gazprom* e *Naftogaz*. Segundo Tymoshenko, a *Naftogaz* perdia muito dinheiro ao lidar com a *UkrGazEnergó*, pois era capaz de importar e comercializar sozinha o produto em solo ucraniano. Assim, em sua visita à Rússia nos dias 20 e 21 de fevereiro, decidiu retomar as conversas com a *Gazprom* e o governo russo. A indefinição irritou o Kremlin, que ameaçou cortar parte do suprimento para a Ucrânia no começo de março, caso uma parcela do débito não fosse paga até 27 de fevereiro. Yushchenko pressionou Tymoshenko a efetuar o pagamento, mas a Primeira-Ministra se manteve

²⁷⁷ Empresa com sede na Suíça, da qual a *Gazprom* é a principal acionária.

²⁷⁸ O complicado mercado de gás natural ucraniano funcionava da seguinte forma: a *Gazprom* carregava o produto em solo russo até a fronteira com a Ucrânia. A exportação do produto era feita pela *RosUkrEnergó*, empresa com sede na Suíça. Do lado ucraniano, a importação do produto era feita pela *UkrGazEnergó*, que o repassava para a *Naftogaz*, que distribuía o gás de uso doméstico e separava a parte a ser exportada para a Europa.

impassível, alegando que a devedora não era a Naftogaz, mas sim a intermediária UkrGazEnergo. No dia 03 de março, a Gazprom cortou 25% do suprimento de gás natural endereçado à Ucrânia e ameaçou outro corte de igual proporção até as 20h00min do dia seguinte se não houvesse pagamento. O governo ucraniano não cedeu, e a estatal russa cumpriu a promessa. A redução de mais da metade do gás natural normalmente enviado à Ucrânia (de 156 milhões de metros cúbicos para 69,3 milhões de metros cúbicos diários²⁷⁹) não atingia o fornecimento aos países europeus. Ainda assim, a Comissão Européia para a Energia solicitou que os dois países chegassem a um acordo e marcou uma reunião extra para o dia 11 daquele mês. No dia 05 de março, mesmo sem o pagamento de nenhum valor por parte da Ucrânia, a Gazprom retomou o fornecimento integral de gás natural para o país vizinho. Um dia depois a Naftogaz admitiu pagar U\$ 1 bilhão a Gazprom.

O acordo final entre as partes foi acertado em 12 de março de 2008. Em suma, seus termos foram os seguintes: de 1º de abril até o final de 2008, a Ucrânia receberá 49,8 bmc³ de gás natural oriundo da Ásia Central, ao preço de U\$ 179,50 por mil metros cúbicos. O produto será entregue no lado russo da fronteira pela Gazprom, ou por alguma intermediária por esta escolhida, e será importado pela estatal Naftogaz. A Gazprom possuirá o direito de fornecer não menos que 7,5 bmc³ de gás natural diretamente aos consumidores industriais ucranianos. Quanto aos débitos de janeiro e fevereiro, a Naftogaz pagará o preço acima referido pelo gás natural que recebeu da Ásia Central e acertará contratos de compra pelo gás natural russo recebido, ao preço de U\$ 315,00 por mil metros cúbicos. Um ponto importante do acordo é a definição de que as negociações de preço do gás natural importado pela Ucrânia em 2009 deverão levar em consideração os preços praticados pelos países da Ásia Central²⁸⁰. Turcomenistão, Cazaquistão e Uzbequistão já declararam que a partir de 2009 cobrarão o valor de mercado pelo gás natural que vendem à Rússia e à Ucrânia, o que representará um significativo aumento de preço, pois as estimativas são de que em 2009 o produto será vendido a U\$ 400,00 por mil metros cúbicos aos consumidores europeus. Os analistas ucranianos calculam que a

²⁷⁹ Fonte: Ria Novosti. Endereço eletrônico: <http://en.rian.ru/world/20080305/100734837.html>. Acesso em: 05 de março de 2008.

²⁸⁰ Fonte: Gazprom: Endereço eletrônico: <http://www.gazprom.com/eng/news/2008/03/27422.shtml>. Acesso em: 13/03/2008.

indústria do país deve se preparar para pagar algo em torno de U\$ 320,00 por mil metros cúbicos de gás natural a partir de 2009 (TOMBERG, 2008)²⁸¹.

Os três episódios trazem à baila a segunda balança de poder típica da geopolítica dos recursos energéticos, aquela que se estabelece entre um país-produtor (Rússia) e um ou mais países-corredor (Ucrânia e Belarus). Ressalte-se que o acréscimo deste enfoque permite ver com maior clareza como os recursos energéticos podem ser utilizados pelos três como meio de alcançarem seus objetivos geopolíticos primaciais. A dinâmica fornecedor *versus* consumidor concede à Rússia uma posição muito vantajosa em relação a Belarus e Ucrânia, não se podendo falar sequer em interdependência porque a indústria energética russa não precisa dos mercados ucraniano e bielo-russo para obter lucro, da forma como necessita dos consumidores europeus, por exemplo. Contudo, ao se analisar conjuntamente as relações entre fornecedor e consumidor e aquelas vigentes entre país-produtor e país-corredor a situação modifica-se, pois em contrapartida à necessidade ucraniana e bielo-russa da energia russa, há a dependência de Moscou dos gasodutos e oleodutos situados em território ucraniano e bielo-russo. Surge, então, uma interdependência, na qual a Rússia necessita que Ucrânia e Belarus transportem os recursos energéticos para a União Européia, ao mesmo tempo em que Kiev e Minsk continuam atadas ao fato de que sem a energia russa suas economias simplesmente não sobrevivem.

A Rússia sabe que a interdependência faz com que perca seu poder de pressão sobre os países vizinhos, pois cancelar a entrega de energia por falta de pagamento aos mesmos quase que certamente acarretará corte de fornecimento aos consumidores do bloco regional europeu, os quais, ao fim e ao cabo, hoje são a fonte de lucro do setor energético russo. Além disto, há o problema sério de mácula da imagem russa como parceiro comercial leal e confiável. Mesmo que isto não coloque Ucrânia e Belarus em pé de igualdade com a Rússia, eis que a interdependência não é por natureza completamente simétrica, pois, em última

²⁸¹ Há uma diferença entre o preço a ser pago pelos Estados da Europa Central e Ocidental e a pela Ucrânia devido à localização geográfica de ambos. Quanto menor a distância percorrida pelo produto, menor é quantidade de taxas e impostos cobrados por países-corredor.

instância, os países-produtores são os proprietários dos recursos energéticos, é inegável que Minsk e Kiev adquirem certo poder de barganha perante Moscou²⁸².

A Ucrânia é a rota de exportação de 80% do gás natural vendido pela Rússia ao mercado europeu²⁸³. Kiev efetivamente procura utilizar sua condição de principal exportadora do gás natural russo para a Europa para aliviar a pressão política exercida pelo Kremlin. O último dos exemplos citados é um exemplo claro disso. O corte de mais da metade do gás fornecido à Ucrânia por dois dias não foi suficiente para dobrar o governo ucraniano. A Gazprom foi obrigada a retomar o suprimento integral do produto mesmo sem ter recebido o pagamento que exigia, pois a União Europeia já demonstrava preocupação quanto ao recebimento de gás natural russo. Esta foi uma vitória inegável do país-corredor diante do país fornecedor, a qual surtirá efeitos nas futuras negociações russo-ucranianas relacionadas com a compra e distribuição de recursos energéticos.

O tabelamento dos preços do gás natural importado pela Ucrânia é outra demonstração de sucesso obtido por Kiev, uma vez que, nas negociações bilaterais empreendidas, a Rússia consegue avançar apenas muito lentamente no seu projeto de equiparar os valores pagos pelos países da CEI pela energia recebida aos patamares de mercado. Entre 1998 e 2005, os ucranianos pagaram apenas U\$ 50,00 por mil metros cúbicos de gás. Somente após o fim da crise do gás de janeiro de 2006 a Ucrânia passou a pagar U\$ 95,00 por mil metros cúbicos do produto. No acordo de 2007, o valor subiu para U\$ 130,00 por mil metros cúbicos e em fevereiro de 2008, o preço a ser cobrado no decorrer do mesmo ano foi estabelecido em U\$ 179,50 por mil metros cúbicos. A evolução do preço pode ser significativa em si mesma, mas está abaixo tanto das demandas russas no início de cada uma das negociações bilaterais ocorridas, quanto dos preços pagos pelos países europeus.

A dependência econômica bielorrussa da economia russa e de políticas do Kremlin que lhe sejam favoráveis não deixa muitas armas nas mãos do presidente Lukashenko. Provavelmente a única que possui é a possibilidade de desviar para o mercado doméstico o gás russo exportado pela Europa, em caso de nova interrupção do fornecimento. Por tal razão, apesar de sua declarada lealdade às

²⁸² Rawi Abdelal sustenta que a Rússia precisa das lucrativas exportações que atravessam a Ucrânia, logo precisa das rotas de trânsito ucranianas, mas não precisa tão desesperadamente como a Ucrânia precisa dos recursos energéticos russos (ABDELAL, 2004, p. 104).

²⁸³ A parcela ucraniana na distribuição de gás russo à Europa era de 90% até 2004. Sua diminuição ocorreu com a entrada em funcionamento do gasoduto Blue Stream, que liga a Rússia à Turquia através do gasoduto de Yamal, que exporta energia russa via Belarus (YAFIMAVA, 2007, p. 70).

posições de Moscou no cenário internacional, o governo de Belarus não se furta de lutar para manter o preço dos recursos energéticos que recebe bem abaixo dos valores pagos pelos países da União Européia. As complicadas negociações de 2004 resultaram em um aumento de preço do gás natural entregue aos bielo-russos, que passaram a pagar U\$ 46,68 por mil metros cúbicos de gás natural. No mês de dezembro de 2006, a Gazprom anunciou que aumentaria o valor do produto para U\$ 200,00 por mil metros cúbicos. Nas rodadas de negociação seguintes, o preço baixou para U\$ 170,00 mil metros cúbicos, U\$ 110,00 mil metros cúbicos, U\$ 105,00 mil metros cúbicos, e finalmente foi fechado em U\$ 100,00 mil metros cúbicos. Vale mencionar que foi só mediante a ameaça russa de cortar o suprimento em 01 de janeiro de 2007, respondida com a ameaça bielo-russa de não entregar do gás aos consumidores europeus, que o acordo foi assinado.

Ou seja, dezesseis anos depois do fim da União Soviética, Ucrânia e Belarus continuam recebendo subsídios indiretos pelo gás natural que recebem da Rússia. A situação desagrada ao Kremlin, porque há evidente perda de capital, tendo em vista os valores recebidos com a exportação de energia aos países que pagam o preço de mercado. Todavia, a Rússia permanece presa ao que Jonathan Stern chamou de “calcanhar de Aquiles” da Gazprom: a dependência das rotas de transporte de energia localizadas em solo bielo-russo e ucraniano. A desconfortável realidade em que a grande potência se vê obrigada a ceder parte de seus interesses a países que antes dominava imperialmente exige atitudes no sentido de alterar o quadro. E é isto que a Rússia vem tentando fazer, mediante a adoção de três táticas que se complementam. Uma é procurar adquirir parcelas das empresas de distribuição de energia bielo-russas e ucranianas. A segunda é construir gasodutos que evitem os territórios dos países-corredor. E a terceira é conseguir firmar posição como parceira dos países da Ásia Central que possuem reservas de gás natural e petróleo.

A tentativa de aquisição da infra-estrutura de transporte de recursos energéticos localizadas na Ucrânia e Belarus é uma estratégia adotada desde longa data por Moscou. Kiev se recusa o quanto pode a ceder parcelas das empresas estatais que controlam o transporte de energia vinda da Rússia e entregue a terceiros. Minsk conseguiu evitar a compra de parte de sua companhia Beltransgaz até 2007. Como se observa, os resultados das pressões russas e da resistência defesas ucraniana e bielo-russa têm sido diferentes.

A Ucrânia encara a permanência da Naftogaz, companhia responsável pelo transporte de gás natural no país, como uma questão de suma importância para os interesses nacionais. Todas as propostas feitas pela Rússia no sentido de utilizar o débito ucraniano gerado pelo não pagamento da energia recebida como moeda de troca por participação na Naftogaz foram recusadas por Kiev. O Parlamento ucraniano já declarou em mais de uma oportunidade que não deve haver empresas estrangeiras envolvidas na rede nacional de transporte de energia (Stern, 2005, p. 87). Até quando a Ucrânia conseguirá manter esta posição é incerto, pois sua estrutura de distribuição de energia está desgastada pelo uso.

Minsk sempre se mostrou mais favorável às ambições russas de controlar parte das empresas bielorrussas encarregadas do transporte de energia pelo país. Vale frisar que até o final dos anos 1990 Belarus era mais importante para Moscou como rota de comércio de petróleo do que de gás natural. A entrada em funcionamento do gasoduto Yamal-Europe, que sai da região homônima na Rússia passa por Belarus e Polônia e depois chega à Europa Ocidental, modificou a situação. Mesmo que a comparação com a Ucrânia seja desigual, o volume de 15 a 19 bmc³ transportados pelo gasoduto em questão não é desprezível (STERN, 2005, p. 96).

Várias foram as tentativas do Kremlin, por intermédio da Gazprom, de estabelecer uma *joint venture* com a companhia transportadora de gás bielorrussa, a Beltransgaz, ou mesmo comprar parte desta. Negociações que abordaram o assunto ocorreram em 1993, 1995 e 2002. Nestas oportunidades foram assinados acordos intergovernamentais que previam a criação de uma *joint venture*, todavia, o Parlamento bielorrusso, influenciado por Lukashenko, nunca ratificava os tratados feitos. Em 2003, Minsk pediu U\$ 5 bilhões pela companhia, proposta que foi recusada pela Gazprom. A imobilidade do governo bielorrusso quanto à venda da Beltransgaz é um dos motivos por trás da crise de 2004. Aliás, em meio às negociações daquele ano, Vladimir Putin declarou que: “Há ainda uma oportunidade de reorganizar a Beltransgaz como uma *joint venture* russa-bielorrussa. Se as partes acordarem em levar adiante a *joint venture*, nós mantermos nossa promessa de entregar gás a preços domésticos [russos]” (STERN, 2005, p. 101). O pronunciamento do presidente russo expôs de modo cristalino os interesses do Kremlin. Finalmente, após nova disputa entre os dois países pelo preço de gás a ser pago pelos bielorrussos, em janeiro de 2007 foi anunciado que a Gazprom

compraria 50% das ações da Beltransgaz por U\$ 2,5 bilhões, a serem pagos em dinheiro em quatro prestações, com vencimentos no período de 2007 a 2010²⁸⁴.

O contraste entre o sucesso obtido pela Rússia em adquirir parte da rede de transporte de energia bielo-russa e o fracasso de tentativas semelhantes dirigidas à Ucrânia explicita os níveis de resistência que Ucrânia e Belarus podem apresentar diante das pressões e dos interesses russos. Ademais, por intermédio de um fato relacionado com os recursos energéticos é possível verificar tanto a estratégia russa de manter sua zona de influência, quanto o desejo ucraniano de sair desta esfera, bem como a falta de alternativa de Belarus.

Outro meio do qual a Rússia lança mão com o intuito de diminuir sua dependência das rotas de transporte de energia bielo-russas e ucranianas é a construção de gasodutos que liguem as regiões produtoras russas aos destinatários europeus sem passar pelos territórios de ambos os países. Três são os principais projetos neste sentido: os gasodutos *Yamal-Europe*, *Nord Stream* (antes denominado *North European Gas Pipeline* e *Nord European Pipeline*) e *Blue Stream*.

O gasoduto Yamal-Europe carrega gás russo desde a região de Yamal passando por Belarus, Polônia até chegar na Alemanha. O objetivo da Rússia com a construção deste gasoduto era diminuir a dependência da Ucrânia como país-corredor. As causas alegadas eram a política ucraniana por vezes hostil à Rússia, o roubo de gás por parte dos ucranianos e os débitos não pagos. Por certo, havia o motivo geopolítico de poder exercer maior influência sobre a Ucrânia na medida em que o poder de barganha de Kiev seria diminuído com a perda da condição de transportador da energia russa²⁸⁵. Inicialmente previsto para possuir dois dutos paralelos, o gasoduto foi concluído em 1999 com apenas um duto, o qual entrou em operação em 1999. As crises entre Rússia e Belarus quanto aos preços de gás obrigaram o Kremlin a enfrentar com os bielo-russos os problemas de dependência dos quais procuraram escapar nas relações com os ucranianos. Isto levou o governo russo a diminuir a intensidade nos esforços de conclusão do projeto, com a construção do segundo duto de exportação. Talvez com a compra de 50% da Beltransgaz o gasoduto Yamal-Europe volte a ser prioridade para Moscou.

²⁸⁴ Fonte: Gazprom. Endereço eletrônico: <http://www.gazprom.com/eng/news/2007/01/22174.shtml>

²⁸⁵ O governo ucraniano ficou muito preocupado com a construção do gasoduto Yamal-Europe, justamente por ele representar uma diminuição do volume de gás russo exportado via Ucrânia. Yevhen Marchuk, secretário titular da pasta do Conselho Nacional da Segurança e da Defesa afirmou em 1999 que “esforços colossais deveriam ser feitos para evitar a construção de gasodutos que não atravessassem o território ucraniano” (ABDELAL, 2004, p. 123).

O North Stream é uma parceria entre a Gazprom, as alemãs *E.ON* e *Basf*, e, mais recentemente, a holandesa *Gasunie*. O gasoduto evita todo e qualquer país-corredor, pois sai da cidade russa de Vyborg, atravessa o Mar Báltico e chega à cidade de Greifswald, na Alemanha. Além de abastecer o mercado alemão, há possibilidade de transportar gás para os países escandinavos, a Holanda e a Inglaterra. O custo para a construção dos dois gasodutos paralelos de 1.200 km é de U\$ 12 bilhões. A previsão é de que um dos gasodutos entre em operação já em 2010, carregando metade da capacidade total de transporte, avaliada em 55 bmc³ ao ano. O projeto foi considerado pela Comissão Européia como sendo de interesse russo e europeu. Tendo em vista as complicações russas com Ucrânia e Belarus durante a primeira década do século XXI, o North Stream passou a ser considerado pelo Kremlin como o mais promissor dos projetos russos na área de exportação de gás natural.

O terceiro gasoduto construído pela Rússia a fim de evitar o trânsito pela Ucrânia é o Blue Stream, que liga a cidade russa de Izobilnoye diretamente à Ancara, na Turquia, via Mar Negro. O comprimento total do gasoduto é de 1.213 km, sendo que 372 km são submersos. Além de escapar dos países-corredor, o objetivo russo com o projeto é o de diversificar seus compradores, com o ingresso no mercado turco e, posteriormente, nos mercados de Israel e Síria. Entretanto, logo após a assinatura do contrato envolvendo a Gazprom, a empresa turca Botas e a italiana ENI, Moscou descobriu que a demanda de gás da Turquia era menor do que a anunciada, o que resultou em menor quantidade do produto exportado e conseqüente prejuízo, dado o montante de capital investido no projeto. As partes chegaram a um acordo apenas em 2004, quando decidiram que, ao invés de receber os 16 bmc³ de gás previstos inicialmente, a Turquia compraria apenas a metade disto.

Quando posta integralmente em prática, a estratégia russa de evitar o transporte de gás natural pela Ucrânia e Belarus realmente diminuirá a sua dependência em relação aos países-corredor citados, porém, não resolverá o problema de modo definitivo. A capacidade máxima de distribuição de gás natural dos três projetos referidos é de 96 bmc³ por ano²⁸⁶, volume que é menor do que os 113 bmc³ exportados para a Europa via Ucrânia em 2006. Quando se leva em

²⁸⁶ Considera-se aqui apenas um dos gasodutos da rota Yamal-Europe.

consideração que a capacidade plena dos gasodutos mencionados não será atingida antes de muitos anos, resta claro que a dependência russa da rede de transporte de recursos energéticos ucranianos continuará influenciando as relações entre os dois países. No tocante a Belarus, a tendência é que as preocupações russas quanto à capacidade bielorrussa de utilizar o fato de ser um país-corredor como trunfo de negociação diminuam com a compra de metade da Beltransgaz.

A Ásia Central tem figurado como uma das regiões nas quais a Rússia vem procurando exercer sua proeminência econômica com o objetivo de adquirir o máximo controle possível sobre os recursos energéticos do local. Há um componente global na manobra russa, pois quanto maior for o seu sucesso em dominar a produção ou o transporte de energia da Ásia Central, menor serão as chances de penetração das grandes potências ocidentais nesta parte do espaço pós-soviético. Assim, Moscou mantém sua posição hegemônica na região, além de engrandecer seu papel de superpotência energética. Neste ponto, a geopolítica da energia se mistura com a geopolítica tradicional.

No concernente à dinâmica tripartite estudada, a inserção russa nos assuntos energéticos da Ásia Central possui ligação com a Ucrânia. Os ucranianos adquirem parte do gás natural que consomem do Turcomenistão (e, em menor extensão, do Casaquistão e do Uzbequistão). As relações entre Kiev e Ashkhabad quanto ao fornecimento de gás natural era direta, e o transporte feito pela empresa independente russa Itera, uma vez que a distribuição do produto obrigatoriamente passa pelo sistema de transporte russo. Tais fatos incomodavam o Kremlin, pois a diversidade de fornecedores de energia por parte da Ucrânia minaria o poder russo sobre este país. Aproveitando-se da circunstância de ser uma grande compradora do gás produzido no Turcomenistão, a Rússia iniciou negociações com o governo turcomano em 1999 com o objetivo de acertar contratos de fornecimento de longa duração. No ano de 2003, finalmente as partes chegaram a um acordo, cuja duração é de vinte e cinco anos. No que diz respeito à Ucrânia, o gás turcomano lhe seria entregue via Gazprom. Além disto, quando terminassem os contratos em vigor, o que estava previsto para ocorrer em 2006, as negociações diretas entre Kiev e Ashkhabad igualmente cessariam (STERN, 2005, p. 77). A Rússia, desta forma, conseguiu assegurar a posição de país-corredor dos recursos turcomanos, ao mesmo tempo em que impediu movimentos ucranianos em direção a uma maior liberdade em relação ao mercado energético russo. Em fevereiro de 2008, novo

acordo entre a Rússia e os países-produtores de gás natural da Ásia Central foi firmado, tendo como partícipes a Gazprom, a turcomana *Turkmengaz*, a cazaque *Kazmunaigaz* e a uzbeque *Uzbekneftegaz*. As quatro empresas de gás decidiram que em 2009 cobrariam os preços de mercado pelo produto que comercializam, o que atinge diretamente a Ucrânia, como já assinalado. O acerto representa a união dos quatro países e uma vitória geopolítica russa, pois sai fortalecida a idéia da construção de um gasoduto que ligue o gás natural do Mar Cáspio até a Europa, passando pelo território russo. Ao mesmo tempo, o projeto norte-americano e europeu de construção do gasoduto Trans-Caspian Nabucco, que partiria do Turcomenistão, atravessaria o Azerbaijão, a Turquia e os Bálcãs até chegar na Europa, perdeu muito de sua viabilidade.

Consideradas em conjunto, as políticas russas empregadas com o intuito de afastar a dependência existente perante os países-corredor Belarus e Ucrânia obtiveram sucesso apenas relativo. No pertinente a Belarus, o avanço russo mais significativo sem dúvida foi a tão sonhada conquista de poder decisório sobre a Beltransgaz. Em menor extensão, a conclusão do gasoduto North Stream, também melhorará a posição russa. Quanto à Ucrânia, a construção de novos gasodutos e o controle do transporte do gás natural proveniente da Ásia Central são ferramentas que dão força a Moscou, mas não na intensidade necessária. Caso o Kremlin não consiga obter acesso à rede de distribuição de energia ucraniana, continuará com a limitação de seu poder de influência causada pela possibilidade da Ucrânia cortar o fornecimento de energia russa à União Européia. E, em virtude das fortes recusas até hoje efetuadas por Kiev, não parece provável que num futuro próximo a Rússia consiga tal intento. De qualquer maneira, a diminuição do poder da Rússia não é significativa a ponto de permitir que a Ucrânia atinja o objetivo de sair da sua zona de influência. A dependência ucraniana da energia russa é muito maior do que a dependência de seus gasodutos por parte da Rússia, correlação que enfraquece Kiev, politicamente, diante de Moscou.

5.3. A DIMENSÃO ECONÔMICA

Conforme referido no capítulo dedicado à presença do fator econômico como elemento que concede singularidade às relações russo-ucraniano-bielo-russas,

atualmente há um fato concreto e uma tendência de política externa que, de certa forma, moldam a dinâmica tripartite observada. O fato concreto é a interdependência assimétrica entre as economias de Belarus e da Ucrânia e a economia russa. A tendência referida é a economização da política externa russa, posta em funcionamento pelo Kremlin a partir da chegada ao poder de Vladimir Putin. Os recursos energéticos estão na base tanto da interdependência quanto da economização e servem de janela para que se vislumbre como ambas determinam o tom das conexões interestatais estudadas.

5.3.1. Os Recursos Energéticos e a Interdependência Assimétrica

Quando da primeira abordagem, no presente trabalho, acerca da interdependência assimétrica entre Rússia e os outros países do espaço pós-soviético, foi mencionado que ela era uma realidade que precisou ser encarada por todos os Estados surgidos com o fim da União Soviética. Igualmente foi referido que, no caso de Ucrânia e Belarus, os recursos energéticos constituem o principal fator que alimenta tanto a interconexão entre suas economias e a russa, quanto a desigualdade patente nos contatos daí surgidos.

Como visto, Ucrânia e Belarus não são auto-suficientes em energia. Muito pelo contrário, dependem enormemente da importação de recursos desta natureza para o funcionamento de suas economias. O Estado fornecedor de grande parte da energia que consomem é a Rússia, que mesmo quando não produz tal energia, a transporta. Tal fato é originado pelo passado de imperialismo que permeou as relações entre os três países até bem pouco tempo. A herança econômica soviética já foi abordada em suas linhas gerais no capítulo quatro, mas a dependência energética possui algumas vicissitudes a serem destacadas.

Belarus nunca possuiu reservas expressivas de petróleo, gás natural ou qualquer outra fonte de energia. Logo, bastou que o projeto do governo comunista de especialização econômica determinasse a industrialização massiva da República Socialista da Bielo-Rússia para que estivesse criada uma acentuada dependência dos bielo-russos em relação aos recursos energéticos russos. Com a Ucrânia, o processo ocorreu de forma um pouco diferente. Enquanto parte da União Soviética,

a República Socialista da Ucrânia era rica em gás natural, como já visto, e em carvão. A partir da década de 1960, os estrategistas da economia soviética passaram a alocar na república ucraniana indústrias pesadas de utilização intensa de energia. Se inserida em um processo de industrialização normal tal circunstância já significaria um aumento de monta no consumo de energia, quando se trata de indústrias soviéticas, que primavam pelo desperdício dos abundantes recursos energéticos do país, o acréscimo foi abissal. Este fato ajuda a explicar porque a partir de meados da década de 1970 a produção ucraniana de gás natural começou a diminuir substancialmente, tendência que se confirmou com o passar dos anos. Quando as companhias ucranianas não conseguiram mais retirar da própria república toda a energia que consumiam, passaram a recebê-la dos campos da Sibéria localizados na República Socialista Russa, a preços módicos. Assim, quando se tornou um país independente, a Ucrânia detinha um parque industrial altamente consumidor da energia russa, que era até aquele momento repassada quase de graça. Ao analisar tais dados, Rawi Abdelal sustenta que os estrategistas soviéticos, que estavam sempre imaginando meios de manter unidas as repúblicas soviéticas, foram brilhantes ao institucionalizarem a dependência econômica ucraniana (ABDELAL, 2004, p. 109).

Há um interessante estudo que corrobora a percepção de que a dependência ucraniana perante a Rússia é fruto do planejamento soviético. O geógrafo Yuriy Lypa alegou em dois livros, *The Division of Ukraine* (1941) e *The Black Sea Doctrine* (1947) que Rússia e Ucrânia pertenciam a espaços econômicos distintos, particularmente em termos de suprimento de energia e minerais (WILSON, 2002, p. 275). A fonte natural de recursos de Moscou estaria localizada nos Urals e na Sibéria Ocidental, enquanto a de Kiev se encontraria na Transcaucásia. Lypa argumenta que esta “verdade” foi alterada quando o Império Russo e a União Soviética combinaram artificialmente os espaços russo e ucraniano. Ele argumentou, na época, que para garantir seus recursos e manter autonomia em relação à Rússia, a Ucrânia deveria sedimentar alianças com os países da Transcaucásia. Impende ser ressaltado que a concepção que Lypa tinha da região transcaucasiana era diversa da que é hoje comumente aceita. Segundo mapa do livro do geógrafo ucraniano reproduzido por Andrew Wilson, a Transcaucásia compreenderia os territórios que atualmente pertencem à Geórgia, Azerbaijão, Armênia, Uzbequistão Turcomenistão, parte do Casaquistão e o Cáucaso do Norte, ou russo (WILSON,

2001, p. 276). Destes países, apenas os três primeiros efetivamente formam a Transcaucásia, ao passo que Uzbequistão, Turcomenistão e Casaquistão pertencem à Ásia Central²⁸⁷. Portanto, quando se lê “Transcaucásia” no argumento de Lypa, convém visualizar um somatório da região transcaucasiana com parte da Ásia Central. Com esta visão em mente, é forçoso admitir que ao fundar a GUUAM e procurar comprar gás natural turcomano, uzbeque e casaque, a Ucrânia está, conscientemente ou não, seguindo os ensinamentos de Lypa.

Artificial ou natural, a dependência energética ucraniana existe e está na raiz da interdependência assimétrica que pauta suas relações econômicas com a Rússia. O mesmo ocorre com Belarus. Constitui ponto pacífico que a economia ucraniana e a bielo-russa, como de resto as economias de todos os Estados, precisam de energia para se manter em funcionamento. Logo, se não produzem os recursos energéticos que consomem são obrigadas a importá-los. Estas sentenças parecem óbvias e já foram explanadas alhures, mas é importante que sejam aqui repetidas porque a necessidade de Ucrânia e Belarus de comprar energia russa gera fraquezas no campo econômico perante a Rússia, sendo, portanto, um componente vital das relações entre os três Estados em destaque.

Caso Kiev e Minsk hoje pudessem (e quisessem) diversificar substancialmente seus fornecedores de energia, isto traria modificações consideráveis nas ligações econômicas que mantêm com a Rússia, principalmente no caso ucraniano. Alguns exemplos podem ser citados. O primeiro deles é o débito ocasionado pelo não pagamento da energia recebida. O inadimplemento deste tipo de obrigação é uma constante por parte de ucranianos e de bielo-russos²⁸⁸. No papel de credora, a Rússia utiliza tais débitos para angariar vantagens econômicas e políticas, sejam elas o arrendamento do uso da armada naval do Mar Negro (no caso ucraniano), sejam elas a aquisição de parte do sistema de transporte de energia estatal bielo-russo. Sem a dependência energética ucraniana e bielo-russa, os débitos de ambos países perante Moscou seriam muito menores, o que não os obrigaria a aquiescer a alguns dos interesses russos, contrariando os seus próprios.

Outro exemplo é a perpetuação de um balanço de pagamentos negativo em relação à Rússia. É bastante provável que Belarus, dadas as suas limitações

²⁸⁷ Além dos países citados, Tadjiquistão e Quirguistão complementam a região conhecida como Ásia Central.

²⁸⁸ Andrew Wilson menciona que em 1998 o débito ucraniano perante a Rússia pelo não pagamento de recursos energéticos era de US\$ 4 bilhões (WILSON, 2002, p. 275). Como visto, no mês de fevereiro, foi assinado acordo entre os presidentes russo e ucraniano no qual este reconheceu uma dívida de US\$ 1,5 bilhão.

econômicas e industriais, não conseguisse em hipótese alguma possuir um balanço de pagamentos positivo com a Rússia. Mas há de ser considerado que a importação de energia que realiza acresce substancialmente o problema para os bielorrussos. No pertinente à Ucrânia, já foi dito que seu balanço de pagamentos com a Rússia é positivo quando os recursos energéticos são afastados da análise²⁸⁹. Ou seja, sem a dependência dos recursos energéticos russos, a Ucrânia usufruiria uma posição econômica menos desconfortável para com a Rússia, o que lhe daria maiores chances de buscar sua autonomia política. Até mesmo seu objetivo de se aproximar da União Europeia seria facilitado, pois sem a importação de energia russa, o bloco regional teria menos pruridos em desgostar a Rússia com as suas atitudes, logo poderia aprofundar seus contatos com Kiev e a sua parcela nas trocas comerciais ucranianas. Se esta hipótese seria boa ou ruim para a Ucrânia, sem que fosse acompanhada do ingresso formal na União Europeia é outra questão.

Há outros fatores econômicos que mantêm atadas Ucrânia e Belarus à Rússia, os quais já foram expostos no capítulo anterior. Portanto, é impossível asseverar que a energia é o único elemento que estabelece laços econômicos indivisíveis entre os países estudados. Nem mesmo a interdependência assimétrica pode ser explicada apenas a partir dos feitos causados pela dependência energética ucraniana e bielorrussa, todavia, não se pode olvidar que sem os recursos energéticos a Rússia não deteria tantas prerrogativas econômicas que lhe autorizam exercer poder político sobre Ucrânia e Belarus.

Um último ponto a ser ressaltado quanto à dependência energética é que no futuro próximo tal situação não se modificará. Construir gasodutos e oleodutos são investimentos muito caros, que não podem ser assumidos nem por Ucrânia, muito menos por Belarus. Aliás, sozinha a Ucrânia nem mesmo consegue reformar sua malha energética. As grandes potências estão preocupadas em conseguir energia para consumo próprio, logo, bielorrussos e ucranianos somente poderiam ser beneficiados em projetos nos quais seus interesses seriam atingidos apenas por ricochete. Um exemplo desestimulador das dificuldades de se reverter a dependência energética perante a Rússia é fornecido pela União Europeia. Ora, se o maior bloco político-econômico do mundo, o qual é uma grande potência do sistema internacional, se vê cada vez mais unida à Rússia em termos que não são os

²⁸⁹ Ver capítulo 4.3.2., pág.170.

ideais, justamente por causa da questão energética, o que esperar Ucrânia e Belarus quanto às chances de atingir a independência dos recursos energéticos russos?

5.3.2. A Economização da Política Externa Russa e os Recursos Energéticos

A primeira sessão deste capítulo foi dedicada a mostrar a importância que os recursos energéticos possuem no processo de economização da política externa russa. O uso dos fatores econômicos como fonte geradora de poder político foi largamente adotado pela Rússia nos seus contatos com os países da CEI, sendo a energia um dos artifícios que melhores resultados rendeu a Moscou. No tocante à Ucrânia e Belarus, os preços que a Rússia cobra pela energia vendida e os que ela paga pelo transporte do produto a terceiros países são um bom exemplo de como a energia serve aos propósitos de economização da política externa.

Antes de se falar em preços de consumo e transporte de energia, é válido mencionar que em algumas negociações entre Rússia, Ucrânia e Belarus, os preços foram conectados. Por este sistema, os valores que ucranianos e bielorrussos pagavam pelo transporte seria abatido do valor que deviam alcançar à Rússia pelo produto recebido. Nas últimas negociações intergovernamentais, esta prática foi abandonada. Assim, Ucrânia e Belarus pagam pela energia que adquirem e a Rússia paga àqueles pela distribuição dos recursos energéticos ao mercado europeu.

A forma mais evidente de se utilizar os recursos energéticos como elemento econômico capaz de gerar poder político é determinar preços baixos pelo produto. O país-produtor cobra pouco pela energia que fornece a fim de garantir a lealdade política do país consumidor. Como o último precisa da energia, e certamente é melhor pagar menos do que mais na sua compra, aceita algumas imposições políticas provenientes do primeiro. As relações russo-bielorrussas até 2007 explicitam tal dinâmica com clareza. O governo bielorrusso depende da energia russa, e, fundamentalmente, de uma energia russa barata, tanto para se manter no poder, quanto para movimentar sua improdutiva economia. Logo, a fim de manter o privilégio de pagar pouco pelos recursos que precisa, ele foi obrigado a ceder diante

de algumas exigências russas, sendo a maior delas a venda de parte da Beltransgaz.

No ano de 2006, a Rússia acenou que até 2011 todos os países da CEI terão de pagar preços de mercado pelo gás natural russo que recebem. A decisão possui objetivos econômicos mais ou menos incontestáveis. Como visto anteriormente, as exportações para os Estados do espaço pós-soviético rendem muito menos lucro do que aquelas destinadas à União Européia. É verdade que não chegam a dar prejuízos como ocorre com a comercialização no mercado doméstico, mas ainda assim não se justificam economicamente num período em que os preços do petróleo e do gás natural aumentam exponencialmente. Tal situação se modificaria substancialmente caso seja implementada a majoração dos valores pretendida pelo Kremlin. A partir de então, vender recursos energéticos para os países da CEI poderia ser até mais lucrativo para Moscou do que negociar com a União Européia, pois o produto viajaria menos, o que representa menos tarifas de trânsito exigidas pelos países-corredor, menos impostos a serem suportados e um número menor de interesses políticos a serem conciliados.

A medida em questão foi saudada com entusiasmo por parte da mídia ocidental. Muito se falou em “despolitização” da política energética russa, pois ao cobrar preços de mercado de seus vizinhos, Moscou perderia a capacidade de negociar subsídios por apoio político. Em que pesem tais análises abordarem corretamente um lado da questão, elas deixam de vislumbrar a outra face, justamente aquela que está relacionada com a economização da política externa russa. As relações de Moscou com Kiev e Minsk retratam isto muito bem.

A dependência energética ucraniana e bielorrussa da Rússia é um fato concreto. As dificuldades de Ucrânia e Belarus de diversificarem seus fornecedores de energia são enormes. Logo, não será a majoração dos preços da energia por parte da Rússia que fará aquelas pararem de comprar o produto. Claro que os governos dos dois países podem implementar reformas em suas economias que diminuam o consumo do gás e do petróleo, mas hoje isto não é uma tendência²⁹⁰ e não se vê nenhum movimento em tal sentido. Portanto, a princípio, Ucrânia e Belarus pagarão bem mais caro pela energia que compram da Rússia a partir de

²⁹⁰ A parcela de consumo do gás natural na economia ucraniana vem aumentando ao longo dos anos após a independência do país. Em 1993, o gás natural representava 43% do total do suprimento de energia do país, percentual que subiu para 49% em 2004. Fonte: EIA Country Analysis Brief: Ukraine.

2011. Uma das conseqüências disto será a exacerbação da posição desfavorável que suas economias guardam em relação à economia russa. Apenas para ficar nos exemplos acima citados, temos as seguintes perspectivas: os inadimplementos pelo uso da energia tenderão a se repetir com valores mais altos dos que os atuais, seja porque dificilmente a economia dos dois países crescerá a ponto de não sentir o aumento do preço da energia importada, seja porque os próprios aumentos serão empecilhos ao crescimento econômico. Via de conseqüência, o balanço de pagamentos de Ucrânia e Belarus com a Rússia será ainda mais favorável a esta. Assim sendo, na medida em que o processo de economização da política externa russa envolve o uso da proeminência de sua economia sobre as economias de Belarus e Ucrânia como instrumento de conquistas econômicas e políticas, a partir do momento em que estes passarem a pagar valores de mercado pela energia que compram, o estrategema russo ganhará em eficácia.

Há de ser ponderado que o aumento do preço da energia consumida traz consigo o acréscimo dos valores exigidos pelo transporte. Entretanto, isto não chega a diminuir consideravelmente a vantagem russa com a cobrança dos preços de mercado, pois seu lucro será proporcionalmente maior do que as quantias a serem auferidas por Belarus²⁹¹ e Ucrânia.

Destarte, a “despolitização” da política energética russa para com Ucrânia e Belarus em verdade manterá a capacidade do Kremlin de exercer influência política sobre os dois Estados do espaço pós-soviético. Ressalte-se que este tipo de poder político é até mais vantajoso para a Rússia, por duas razões. Em primeiro lugar porque é uma forma de projetar poder muito mais sutil do que fornecer subsídios mediante rebaixamento de preços, além de ser tão ou mais eficiente, uma vez que vai ao encontro da prevalência atual dos fatores econômicos como fontes de poder no sistema internacional. A segunda razão está ligada à imagem russa no cenário internacional. Ao demandar pagamento de dívidas e compensações por eventuais débitos geradas por contratos que respeitam as leis de mercado, Moscou estará agindo de acordo com as leis que regem o capitalismo do sistema internacional. Assim, não precisará se justificar perante ninguém, e nem diante do seu consumidor, por aplicar este ou aquele preço, pois a taxaçoão básica advirá das regras

²⁹¹ Cabe lembrar que em função da aquisição de parte da Beltransgaz, o aumento dos preços de transporte é menos sentido pela Gazprom nas relações com Belarus.

mercadológicas da oferta e da procura²⁹². Nem mesmo poderá ser acusada de utilizar seus imensos recursos energéticos com fins políticos, mesmo que na verdade o faça. E isto ocorre justamente por causa da discrição intrínseca e da disseminação hodierna do poder gerado pela força econômica.

A constatação de que os recursos energéticos estão intrinsecamente ligados com a interdependência assimétrica entre os países estudados e com a economização da política externa russa indica que eles constituem parte dos motivos que levam os fatores econômicos a singularizarem as relações russo-ucraniano-bielo-russas. E se não chegam a ter toda a razão, mesmo assim eles possibilitam compreender o papel da economia nos laços que unem Rússia, Ucrânia e Belarus.

5.4. A DIMENSÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA

A relação entre os recursos energéticos russos e as questões identitárias e culturais que unem Rússia, Ucrânia e Belarus é bem menos visível do que as existentes com as questões geopolíticas e econômicas da dinâmica tripartite. Em realidade, salvo algumas declarações do presidente de Belarus, nas quais há alusão ao passado compartilhado por bielo-russos, ucranianos e russos, não é comum se observar as questões identitárias dos países citados virem a lume nas oportunidades em que os recursos energéticos se inserem nas dinâmicas interestatais investigadas. Como a formação das identidades nacionais de Rússia, Belarus e Ucrânia foi abordada individualmente no capítulo dois, cabe seguir o mesmo critério para verificar de que forma os recursos energéticos se relacionam com o elemento identitário.

A princípio, a política do Kremlin de cobrar dos países vizinhos o preço de mercado pelos recursos energéticos que vende seria a antítese do uso da proximidade cultural e identitária com Ucrânia e Belarus para auferir vantagens políticas. Contudo, conforme exposto anteriormente, por trás deste tratamento “objetivo” e puramente “capitalista” há a estratégia de economização da política externa russa, a qual possui como um de seus objetivos a manutenção do Complexo

²⁹² Frise-se que o aumento dos preços da energia vendida no mercado doméstico é importante para que a Rússia não seja acusada de subsidiar suas empresas pelos países vizinhos e pelos outros membros da OMC.

Regional de Segurança do espaço pós-soviético como zona de influência de Moscou. Para além de questões geopolíticas, o desejo de permanência de uma órbita formada por satélites que giram em torno da ex-metrópole, da mesma forma que os planetas circundam incessantemente o sol, desnuda as cores imperialistas da identidade nacional russa. Na essência da meta russa de segurar Belarus e Ucrânia sob suas rédeas há o elemento do poder, da dominação sobre povos eslavos que durante séculos estiveram fisicamente incorporados aos impérios russo e soviético. Na medida em que a influência política que mantém próximos os dois “irmãos menores” do “grande irmão” tem no poder econômico uma de suas fontes principais, e que no cerne do elemento econômico está a necessidade inafastável de ucranianos e bielo-russos dos recursos energéticos russos, é possível vislumbrar a relação indireta entre estes recursos e o aspecto cultural-identitário-histórico que une os países referidos, do ponto de vista russo. Sem o gás natural e o petróleo a se imiscuir nas relações russo-ucraniano-bielo-russas, é provável que o sentimento imperialista que vige na sociedade e na elite política russa não seria alimentado na mesma intensidade que é hoje. Isto porque os meios postos à disposição de Moscou para exercer pressão política sobre Kiev e Minsk não seriam tão eficientes, notadamente no caso ucraniano, o que obrigaria a Rússia a encarar seus vizinhos em termos pelo menos um pouco mais cooperativos e menos coercitivos.

No caso da Ucrânia, como visto, a regionalização do país acarreta dificuldades na formação de uma identidade nacional completamente separada da russa. Na política interna, tal fato gera uma acentuada polaridade e no plano externo, ele dificulta o projeto ucraniano de se desvencilhar da influência russa. As vicissitudes da identidade nacional ucraniana não são diretamente refletidas ou reforçadas quando se observa o papel dos recursos energéticos nas relações estabelecidas por Kiev e Moscou. Talvez a visão das regiões leste e sul do país de que inexiste um componente intrinsecamente nefasto na dependência econômica ucraniana perante a Rússia pudesse ser considerada como um indício de uma possível ligação entre a questão identitária e a energia russa, a qual está na base das desigualdades entre as economias dos dois Estados. Porém, isto seria uma conexão analítica um tanto quanto distante, e nunca uma correlação direta. Ademais, em nenhum momento o governo ucraniano utilizou a proximidade cultural com a Rússia como argumento para desfrutar de preços menores que os de mercado na compra da energia proveniente da vizinha do leste. Aliás, nenhuma

razão plausível é usada por Kiev para justificar que Moscou deve lhe vender gás natural a valores irrisórios. De qualquer sorte, os recursos energéticos espelham com muito maior intensidade as dimensões geopolíticas e econômicas das relações russo-ucranianas, não sendo possível dizer o mesmo sobre a dimensão cultural que mantém vinculados os dois Estados.

Belarus é o único dos três países que já estabeleceu uma conexão direta entre elementos históricos e identitários russo-bielo-russos e os recursos energéticos. Durante algumas negociações envolvendo empréstimos russos e os preços de gás natural, o governo bielo-russo trouxe à tona o fato de que o complexo industrial do setor energético da Rússia, incluindo seus gasodutos e oleodutos, foi historicamente construído com o suor de russos e bielo-russos enquanto pertencentes a uma mesma unidade estatal. Um exemplo deste tipo de retórica é a seguinte frase de Lukashenko:

Nós, bielo-russos e ucranianos, criamos a Gazprom, junto com os russos, nos tempos da União Soviética, construindo oleodutos na Sibéria. É por isto que temos o direito de obter energia pelo mesmo preço que os russos. Tudo isto é parte de um projeto de União Estatal, o qual a Rússia destruiu (LUKASHENKO, apud BABICH, 2007).

A declaração de Lukashenko apela para fatos históricos inegáveis pelos russos, os quais remetem a uma irmandade entre os dois povos. Irmandade, aliás, que é ressaltada pelo próprio presidente bielo-russo. O tom de amargura nas palavras transcritas deixa a entender que a união entre os povos citados não deveria ter sido desfeita, e se o foi, isto deve ser debitado na conta dos russos. O argumento de Lukashenko claramente utiliza o elemento de proximidade identitária entre russos e bielo-russos para justificar que ambos povos paguem preços idêntico pelo gás natural pertencente aos primeiros.

Em função deste tipo de pronunciamento do governo bielo-russo é que se pode afirmar que, no caso de Belarus, o fator identitário em algum grau se relaciona com o assunto dos recursos energéticos russos. Porém, é imprescindível reiterar que a análise dos vínculos entre Rússia e Belarus que tem como elemento central a venda, compra e distribuição da energia russa é muito mais profícua quando balizada nas dimensões geopolíticas e econômicas do relacionamento mantido pelos dois países. Por óbvio, o mesmo ocorre nas relações russo-ucranianas, tendo em vista que, no concernente à Ucrânia, o elemento cultural quase não se manifesta

quando o foco de atenção de seus contatos com a Rússia é a comercialização de recursos energéticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um bom caminho para começar a apresentação dos resultados finais da pesquisa desenvolvida é verificar se os elementos selecionados efetivamente confirmam a existência de um caráter distintivo às relações mantidas por Rússia, Ucrânia e Belarus. Uma vez comprovada a singularidade pressuposta quando do início deste trabalho, cabe analisar se os recursos energéticos realmente corroboram as particularidades identificadas e se, dada a sua importância na dinâmica interestatal em voga, eles aprofundam-nas. Contudo, as conclusões a que se chega no final da jornada empreendida podem ir um pouco além da problemática proposta, pois o levantamento de dados realizado permite que se trace um panorama geral das interações atualmente estabelecidas pelos três Estados em destaque, e que se faça a confrontação de tais metas com os objetivos que cada um deles detém no tocante aos demais partícipes deste pequeno grupo. Para fins de objetividade e clareza, os resultados serão expostos em duas seções; a primeira tratará especificamente dos fatores cultural, geopolítico e econômico e de como eles se inserem e conferem singularidade às relações interestatais estudadas. Na segunda parte serão abordados o estágio hodierno destas interações e a influência que tal estado de coisas possui nas possibilidades de cada um dos países enfocados de atingirem seus principais objetivos concernentes aos outros dois parceiros.

A Singularidade das Relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus

A conexão entre os fatores culturais, o passado compartilhado e a formação da identidade nacional de Rússia, Ucrânia e Belarus e como tais fatores se inserem

na interação mantida entre os três países foi o primeiro dos elementos observados. A perspectiva construtivista, enquanto teoria de relações internacionais, suscita alguns questionamentos quanto à sua capacidade de servir de guia para o estudo do comportamento dos Estados no sistema internacional. Quando alguns autores construtivistas pregam que as atitudes dos Estados perante os seus pares possuem como fundamento principal fatores como a cultura e a percepção que os povos possuem de si mesmos e daqueles com os quais se comparam, em detrimento de preocupações concretas que são comuns a todos os países da comunidade internacional, como o poder e a economia política, entre outros, é impossível não reconhecer que os críticos desta teoria possuem razão na inconformidade que manifestam.

Todavia, acreditamos que no presente trabalho o estudo das identidades nacionais foi de grande valia, por duas razões. A primeira é que não se procurou explicar as singularidades da dinâmica tripartite observada tão somente com o instrumental construtivista. Como assinalado desde a introdução, a pesquisa adotou a idéia de que são múltiplas as causas que geram as particularidades dos relacionamentos travados pelos países em foco. Logo, elementos de fundamental relevância em todas as interações entre quaisquer Estados, como as questões de poder, de geopolítica e de economia internacional, também foram analisados. Ou seja, não se partiu do pressuposto inicial, e nem se chegou à conclusão final, de que a questão identitária é o fator determinante das singularidades existentes, mas que ela faz parte de um conjunto de fatores, não sendo dentre estes, necessariamente, o mais destacado. O segundo motivo que justifica o uso da perspectiva construtivista está ligado ao fato de que mesmo que não seja o único, ou até mesmo o principal, no caso específico dos países estudados, o elemento identitário há de ser levado em consideração. A Ucrânia é o melhor exemplo disto. Conforme demonstrado, o processo de formação da identidade nacional ucraniana enfrenta uma dicotomia entre diferentes visões que o oeste nacionalista e as regiões sul e leste detêm acerca do que é ser ucraniano. Em função de várias razões já expostas, entre elas a dominação imperial de séculos sobre parte considerável do território ucraniano, Moscou está no cerne deste debate identitário. Tal divergência leva a ideais de política externa que, em geral, não podem ser postos em prática, e se o são, isto exige relativizações e mudanças de rumo quase imediatas, justamente porque nenhum dos grupos políticos do país pode ignorar por completo os interesses dos

outros, sob pena de instabilidade e eventual perda do poder. A adoção de determinadas diretrizes econômicas da Ucrânia e o padrão de alianças que esta estabeleceu com Estados e organizações internacionais são exemplos de campos da política externa do país que, de uma forma ou outra, em algum momento sofreram influência das disputas internas do país. Portanto, quando vislumbramos a situação da Ucrânia, resta clara a utilidade da perspectiva construtivista na presente pesquisa, pois ela ajuda a compreender porque a Rússia é o Estado que domina as preocupações ucranianas quando da formulação de sua política externa.

Para além da situação ucraniana, quando o foco é centrado em Belarus e na Rússia também é possível ver que os vínculos históricos e as conexões culturais conferem singularidade às interações mantidas com Moscou. Em se tratando de Rússia, a autopercepção imperial que remanesce no imaginário russo e a noção de que bielorrussos e ucranianos são povos irmãos, mas irmãos menores que devem estar sob o comando russo, particularizam estes dois Estados dentre todos os atores do sistema internacional com quem o país estabelece contatos. Já no concernente a Belarus, sua proximidade cultural, étnica e histórica com a Rússia é um dos fatores que singularizam as relações com ela estabelecidas, posto que dificultam a construção de uma identidade nacional própria. E isto é um impedimento concreto de um eventual afastamento de Moscou como centro das atenções de Minsk.

A pesquisa efetuada igualmente demonstrou que algumas questões típicas da geopolítica tradicional permanecem na pauta dos formuladores de política externa dos três Estados. Logo, preocupações com estabelecimento e manutenção, ou mesmo fuga, de zonas de influência; criação de alianças interestatais e balanças de poder regionais são assuntos constantemente em pauta no Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético. A visualização de preocupações geopolíticas nos atos praticados pelos governos dos Estados observados justifica a utilização deste elemento no presente trabalho. E o seu uso demonstrou que este fator não apenas está presente nas interações havidas no sub-complexo regional formado por Rússia, Ucrânia e Belarus, como confere singularidade a tais relações.

Nos planos russos de manter sua condição de Estado central no Complexo Regional de Segurança do qual fazem parte os países da CEI, Kiev e Minsk têm papel destacado. Dentre os motivos pelos quais ucranianos e bielorrussos são considerados em conjunto para os interesses russos, podemos aqui lembrar o pensamento destes, que une territorialidade, poder e segurança, o que faz com que

dominar os irmãos eslavos seja fundamental para os objetivos da Rússia de ser uma grande potência e de evitar eventuais ameaças vindas dos países ocidentais. Outra razão, diz respeito à localização dos dois países. O fato de estarem situados entre a Rússia e os Estados mais ao oriente da União Européia condena Ucrânia e Belarus a estarem presentes nas aflições e metas geopolíticas russas, pois, afinal de contas, após o ingresso dos países bálticos no bloco regional europeu, os dois países são a janela de Moscou para a Europa. A circunstância de serem o elo entre russos e europeus é atestada quando o assunto visado é a comercialização de recursos energéticos da Rússia para os seus principais consumidores, os Estados da Europa Central e Ocidental.

À parte das situações nas quais Ucrânia e Belarus são consideradas conjuntamente, tanto um quanto o outro detém prerrogativas próprias que lhes concede relevância nos cálculos estratégicos russos. Na medida em que o assunto já foi esmiuçado antes, cabe apenas citar algumas destas particularidades. No que toca a Kiev, impende ressaltar o temor do Kremlin de que os ucranianos sedimentem alianças com União Européia e OTAN. Uma vez concretizados tais planos, haverá o ingresso decisivo da grande potência européia e da superpotência norte-americana na região, o que é uma séria ameaça à primazia russa junto aos países da CEI. Quanto a Belarus, sua lealdade a Moscou praticamente elimina as chances de que o país se alie a outra grande potência, sem o aval dado pelo Kremlin. Contudo, isso não afasta o interesse russo em relação ao vizinho, pois o território bielo-russo historicamente é fonte de preocupações no quesito segurança, ao mesmo tempo em que é um eixo comercial importante para Moscou.

Alterando o foco, pode-se afirmar que a Rússia está no centro dos cálculos geopolíticos de ucranianos e bielo-russos. No concernente à Ucrânia, desde 1991 os seus atos de política externa têm demonstrado o objetivo de tentar escapar da zona de influência russa o tanto quanto possível. A fim de atingir tal intento, forjou alianças com países do Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético (GUUAM), bem como procurou, na medida que suas limitações internas e externas permitiram, se aproximar de grandes potências alheias à região. Diante deste quadro, salta aos olhos o fato de que a Rússia está na raiz das estratégias geopolíticas adotadas pela Ucrânia, o que confirma o caráter invulgar das relações ucranianas com sua ex-metrópole.

Moscou igualmente se encontra no centro das considerações geopolíticas de Belarus, mas sob um ângulo completamente oposto. A política externa bielo-russa no tocante às questões estratégicas é reativa à do Kremlin, ou seja, as benesses de uma aliança política e as ameaças sistêmicas percebidas por Moscou são valoradas da mesma forma por Minsk. A única divergência de interesses neste campo diz respeito à condição bielo-russa de país-corredor de recursos energéticos russos.

Por todo o exposto, impende concluir que no aspecto geopolítico, Belarus e Ucrânia são Estados destacados nos cálculos russos, ao passo que a Rússia não pode e não é ignorada por bielo-russos e ucranianos quando estes formulam suas políticas externas. Assim, é correto afirmar que o elemento geopolítico é fonte de distinção às relações mantidas entre os países citados.

A exemplo do que ocorre com os fatores cultural e geopolítico, o elemento econômico também contribui na explicação do porquê das interações interestatais observadas serem especiais aos Estados envolvidos. No caso de Ucrânia e Belarus, a economia de ambos é muito dependente da economia russa, sem que o inverso ocorra em idêntica proporção. Esta situação é uma herança do período soviético, quando os três países pertenciam a um único Estado, do qual Moscou era o centro irradiante de poder político e econômico. Como visto, o termo que define a posição desvantajosa de ucranianos e bielo-russos perante a economia russa é o de interdependência econômica assimétrica.

Belarus nem sequer chegou a tentar desatar os laços que unem sua economia à russa. O resultado foi nefasto, pois hoje o governo bielo-russo de Lukashenko necessita de empréstimos e subsídios russos para continuar os programas sociais populistas que desenvolve, manter a sua economia em funcionamento, e, em última instância, permanecer no poder.

Por sua vez, desde a sua independência, a Ucrânia procurou criar alternativas que lhe permitam diminuir a dependência econômica da Rússia. Nos primeiros anos após o fim da URSS a política econômica de Kiev, embebida do ideal nacionalista do oeste do país e iludida por potencialidades que não detinha, foi direcionada a um afastamento radical da economia russa. Em função de motivos variados, tais como suas diferenças regionais, a dependência que possuem dos recursos energéticos russos e a falta de reformas estruturais que pudessem modernizar sua economia, tal política não obteve sucesso e a Ucrânia teve de reconhecer suas limitações econômicas perante Moscou. Não obstante, os

ucranianos continuaram tentando o afastamento da ex-metrópole, mediante a aproximação com a União Européia e a criação da GUUAM, por exemplo. Porém, apesar dos esforços empreendidos, ainda hoje a Ucrânia tem na Rússia um indispensável parceiro econômico, sobretudo porque o país é amplamente dependente da energia russa, e, ressalte-se, do subsídio que ainda recebe ao pagar pelo produto que compra preço bem inferior ao valor de mercado. Cabe também lembrar que a indústria ucraniana precisa do mercado para vender seus produtos nem tão competitivos na Europa.

A Rússia, por seu turno, vê os dois vizinhos eslavos orientais como Estados indispensáveis na sua política de obter poder econômico com o intuito de recuperar seu status de grande potência. No decorrer do trabalho foi dito que na percepção do Kremlin, no sistema internacional de hoje, a capacidade econômica de um país é uma das fontes primordiais de poder. Isto o levou a adotar a estratégia de economização da política externa russa. Ucrânia e Belarus têm importância ímpar neste processo, seja na esfera regional, seja na esfera global. Nesta última, a relevância dos dois Estados eslavos está relacionada com a localização de ambos, posto que são as principais rotas de comércio dos recursos energéticos russos, bens que estão no cerne da recuperação econômica da Rússia.

No presente trabalho, foi possível verificar que os recursos energéticos se inserem com profundidade nas relações entre Rússia, Belarus e Ucrânia. A análise desta penetração permite concluir que eles estão ligados com os temas geopolíticos e econômicos que cercam a interação entre os Estados em voga. Pode se dizer que o mesmo ocorre no tocante às questões culturais e identitárias, mas em expressão bem menor. Além de comprovarem a presença dos fatores selecionados nas dinâmicas observadas, tais recursos reforçam tal incidência, eis que elevam a outro patamar as situações colocadas diante dos países citados. No tocante à dimensão econômica das dinâmicas estudadas isto resta cristalino, pois é a comercialização de energia russa e a necessidade ucraniana e bielo-russa deste bem que estão no núcleo tanto da economização da política externa proveniente de Moscou, quanto da interdependência assimétrica das economias de Ucrânia e de Belarus frente à economia russa. Claro que os dois fenômenos não se explicam tão-somente em função do gás natural e do petróleo russo, pois há outros fatores que incidem sobre os mesmos. Contudo, ao se retirar os recursos em epígrafe da equação, as relações russo-ucranianas e russo-bielo-russas se modificariam. Isto porque nem a

economização da política externa russa seria tão bem sucedida, nem as dependências econômicas possuiriam a desigualdade que detêm. Por certo, a Rússia continuaria com um grau considerável de poder econômico sobre Ucrânia e Belarus, mas ele seria menor do que é hoje.

Quanto à dimensão geopolítica, foi visto que é possível identificarmos uma geopolítica dos recursos energéticos, a qual possui atores, distribuição de poderes e alianças próprias. Apesar de o que denominamos de “geopolítica da energia” ser um recorte de análise e, como tal, estar inserida na geopolítica, digamos, “geral”, esta pode vir a sofrer os efeitos daquela. No Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético a conexão entre as duas é visível. Rússia, Ucrânia e Belarus detêm objetivos geopolíticos mais ou menos claros, os quais foram apontados acima. A fim de atingirem tais metas, utilizam os poderes que resultam de suas posições perante os recursos energéticos russos, ou seja, usam prerrogativas cujas origens são os arranjos da “geopolítica da energia”. Deste modo, Moscou usa a dependência ucraniana e bielo-russa de importar energia para mantê-las na sua zona de influência. Kiev utiliza o poder de barganha que sua condição de país-corredor do gás natural russo lhe confere como meio de não se submeter a todos os interesses políticos e econômicos da Rússia. No concernente a Minsk, sua posição como país inserto na órbita russa foi ainda mais salientada com a venda da estatal bielo-russa Beltransgaz a Gazprom. Ressalte-se que tal dado é importante também porque o único assunto que possui um cunho geopolítico em que há certa divergência entre russos e bielo-russos é a distribuição de energia russa à Europa, via Belarus.

Uma conexão entre as questões relacionadas à história, à cultura e à identidade nacional e os recursos energéticos também pode ser vislumbrada, ainda que, via de regra, apenas de forma indireta. A exceção fica por conta de alguns discursos proferidos pelo presidente bielo-russo, Lukashenko, já citados no capítulo cinco. Apesar de ser tênue, a ligação em voga existe e deve ser citada, nem que seja unicamente por causa de determinada posição que Belarus por vezes adota no concernente à energia russa.

Na introdução do trabalho foi afirmado que a busca do peso relativo de cada um dos elementos analisados sobre as relações estudadas não seria o objetivo principal da pesquisa. Todavia, também foi dito que se diferenças de relevância fossem observadas, elas seriam objeto de menção. Isto ocorreu. Os dados

levantados e o cruzamento dos fatores investigados permitem concluir que o elemento econômico atualmente incide com maior força nas relações mantidas entre Rússia, Ucrânia e Belarus, muito em função da importância que os recursos energéticos russos detêm nesta equação. Antes de justificar tal afirmativa, convém repisar que o elemento cultural identitário e o geopolítico inegavelmente influenciam as políticas externas dos países em voga e tornam singulares as interações que os mesmos mantêm entre si. Como mencionado alhures, o vínculo entre poder e geografia é uma questão que se mantém muito viva nos cálculos russos, ucranianos e bielorrussos, ao passo que, no caso específico dos países estudados as identidades nacionais e a proximidade cultural são aspectos que devem ser levados em consideração.

A primazia do elemento econômico deve-se ao fato de ele ser o fator que melhor expõe as potencialidades e as limitações de Moscou, Kiev e Minsk quanto aos objetivos que possuem no âmbito regional e global. Além disto, ele acaba por interferir nas outras duas esferas estudadas (identitária e geopolítica) com maior peso do que o vislumbrado no sentido inverso. Conforme referido durante a pesquisa, foi o crescimento econômico russo que permitiu ao Kremlin almejar a recuperação do status de grande potência no sistema internacional, após a complicada década de 1990. Outrossim, foi o poder econômico gerado a partir de tal situação que possibilitou à Rússia um efetivo aumento de sua influência sobre os países da CEI em geral, e de Ucrânia e Belarus em especial. Não que outros fatores, como, por exemplo, a proximidade cultural e questões militares e de segurança não sejam sentidos, pois o são, mas o salto de qualidade da pressão política exercida pelo Kremlin sobre Kiev e Minsk ocorreu a partir da economização da política externa russa.

Quando analisamos a situação a partir do ângulo de ucranianos e bielorrussos, a conclusão é a mesma. Sem as fragilidades estruturais que suas economias possuem e livres da dependência econômica perante a Rússia, em grande parte decorrente do fato de precisarem importar energia, é possível que Belarus e Ucrânia tivessem conseguido ao longo dos anos um pouco mais de liberdade de ação diante de sua ex-metrópole. É crível que até mesmo a situação interna relacionada à formação das identidades nacionais dos dois países tivesse transcorrido de forma diversa caso os laços econômicos que os aproxima da Rússia não fossem tão presentes. Pelo menos é o que se pode concluir do episódio envolvendo a

derrocada econômica do governo de Leonid Kravchuk e a conseqüente eleição de Leonid Kuchma na Ucrânia. Ressalte-se que é no campo econômico, tendo como pano de fundo o transporte de recursos energéticos, que a Ucrânia tem conseguido algumas vitórias importantes em embates com Moscou, posto que as alianças realizadas com países da CEI e as almejadas com União Européia e OTAN não surtiram os efeitos desejados. Aliás, cumpre frisar que alguns dos fracassos nesta seara se devem justamente à dependência que os países do bloco regional europeu possuem das exportações de energia russas. Podemos citar as discussões em torno dos preços do gás natural importado da Rússia em janeiro de 2006 e março de 2008 como exemplos de sucessos relativos obtidos pela Ucrânia. Nas duas ocasiões, a Rússia teve de ceder aos interesses ucranianos e retomar o fornecimento integral do produto, sob pena de interrupção da entrega aos valiosos consumidores europeus.

Da mesma forma, as únicas vezes em que Belarus conseguiu fazer frente à Rússia tiveram como ponto de discussão o transporte de recursos energéticos, analisado sob a dimensão econômica.

Pelo exposto, acreditamos que na atual conjuntura das relações mantidas entre Rússia, Ucrânia e Belarus, o elemento econômico é o que maior detém maior peso relativo no sentido de conferir importância ímpar a tais contatos nas políticas externas dos países estudados.

O Panorama Geral e os Objetivos de Rússia, Ucrânia e Belarus

Ao longo do trabalho, os objetivos principais dos Estados em voga no concernente ao Complexo Regional de Segurança do qual fazem parte e quanto ao sistema internacional foram explicitados. Cabe recordá-los: a Rússia tem como meta regional continuar com a hegemonia do espaço pós-soviético em suas mãos e evitar a intromissão de outras grandes potências neste seu “domínio”. No nível global, deseja ser reconhecida como a grande potência que acredita ser, sem descartar o sonho de retomar o posto de superpotência. Na esfera regional, a Ucrânia pretende aumentar sua autonomia política de fato em relação à Rússia, mediante tentativas de minorar o poderio russo e de sua afirmação como uma potência da região formada pelos países da CEI. No plano global, o país não possui grandes

aspirações de poder, ou seja, ela não tem planos de se tornar uma grande potência. Sua meta maior no nível sistêmico é se integrar cada vez mais ao ocidente, por intermédio do ingresso na União Européia, na OTAN e em organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, por exemplo. Belarus arrefeceu seu ímpeto de se unir à Rússia, pois percebeu que com Vladimir Putin na presidência russa, seria impossível consegui-lo e ao mesmo tempo manter o poder de Minsk quanto às decisões da política doméstica bielo-russa.

O panorama geral da situação dos três países favorece os interesses russos, mas não na medida desejada pelo Kremlin. O crescimento econômico do país, como visto, lhe possibilitou renovar sua influência política sobre Kiev e Minsk. A constante fidelidade bielo-russa praticamente livra a Rússia de preocupações relacionadas com um Estado importante econômica e geopoliticamente para Moscou. O único senão que poderia ser suscitado para os interesses de Moscou era a condição bielo-russa de país-corredor dos recursos energéticos russos. Porém, como visto, o caráter preocupante desta situação diminuiu bastante com a aquisição de parte do sistema bielo-russo de transporte de energia.

Pelas razões expostas durante a pesquisa, a Ucrânia sempre representou maiores dores de cabeça para o Kremlin. As divisões internas da política ucraniana beneficiam Moscou uma vez que significam um óbice constante ao desejo manifestado pelos governos ucranianos de se afastarem da hegemonia regional russa. Mas por outro lado, a porção da sociedade ucraniana que advoga por uma aproximação de Moscou não possui força política suficiente para tornar o país aliado incondicional da Rússia, como ocorre com Belarus. Nesta seara, a vitória da coalizão pró-ocidente nas eleições presidenciais de 2004 parecia significar um risco maior do que realmente se configurou posteriormente. Negando a previsão geral de que a Ucrânia se voltaria definitivamente para a Europa e a OTAN, os acontecimentos posteriores desembocaram no racha entre Yushchenko e Tymoshenko e no ressurgimento da figura de Yanukovich, um político mais próximo da Rússia do que era Kuchma. No final de 2007, os dois líderes da Revolução Laranja retomaram a aliança vitoriosa, mas ela hoje é muito menos coesa do que um dia já foi.

A inserção de outras grandes potências no Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético, via Ucrânia, tem sido encarda pelo Kremlin como um foco de preocupação, mas que no futuro próximo não deve se materializar em um problema real. Quanto a isto, o último encontro da OTAN é paradigmático. O fato de

a organização não aceitar incluir imediatamente a Ucrânia e a Geórgia no seu Plano de Filiação, preferindo declarar que o assunto será novamente revisto no futuro, já é representativo, mas talvez mais simbólicas sejam as fontes da negação do pedido ucraniano: França e Alemanha. As duas potências que estão no centro político e econômico da União Européia demonstraram receio em contrariar tão diretamente os interesses russos, manifestados de forma clara e veemente por Vladimir Putin. Isto pode ser um indicativo de que os planos ucranianos referentes ao ingresso na União Européia possuem complicadores mais intensos do que as dificuldades do bloco regional em adaptar-se aos seus novos membros do leste europeu.

Assim sendo, o problema que parece ser o de maior gravidade para Moscou, no caso de Kiev, é a impossibilidade russa de evitar por completo o território ucraniano como meio de transporte de gás natural à Europa. A partir de 2009, quando o gás natural comprado pela Ucrânia dos países da Ásia Central e transportado via Rússia atingirá o preço de mercado, e de 2011, quando a Rússia planeja que todos os países da CEI paguem os preços europeus pelos recursos energéticos recebidos, talvez a situação venha a mudar em favor do Kremlin. Contudo, as últimas negociações russo-ucranianas referentes ao comércio de gás natural têm gerado surpresas balizadas em uma força insuspeita que o papel de país-corredor dá a Kiev, o que prejudica qualquer previsão que se possa fazer quanto ao assunto.

A primeira consideração que deve ser feita quanto à situação da Ucrânia é a de que sua independência é um fato consolidado. Todavia, a independência formal não é acompanhada de “liberdade de ação” ou “autonomia de movimentos” ucraniana perante a Rússia nos cenários regional e global. Os fatores que fortalecem a manutenção da influência russa sobre o Estado vizinho são aqueles que enfraquecem a posição ucraniana. A polarização política do país, amplamente baseada em visões divergentes quanto à identidade nacional ucraniana, tem minado as tentativas de Kiev de promover alianças e de tomar medidas que afastem a Ucrânia da Rússia. Repise-se que tal desejo é uma constante nos governos ucranianos, o que se verificou mesmo durante a presidência de Leonid Kuchma, político eleito com uma plataforma pró-Rússia. Por conseguinte, o que a divisão interna da sociedade faz não é modificar o objetivo geral da política externa ucraniana, mas sim dificultar a sua obtenção. Assim, na medida em que, devido a tais fatores, um governo ucraniano deve obrigatoriamente se situar numa posição de

centro entre as duas correntes políticas do país, os passos em direção a uma afirmação da Ucrânia como Estado fora da sombra russa são lentos, e, até o momento, quase ineficazes. Em favor dos propósitos ucranianos, cabe salientar que uma sutil mudança na política interna do país vem se operando. Desde 2004, ocorreram sucessivas eleições parlamentares que resultaram em alternâncias de grupos no poder e alianças entre políticos rivais. Isto revela um início de maturidade política do país em direção à democracia, fato que pode ajudar a sociedade a criar uma identidade própria, pois as tendências autoritárias vislumbradas na política russa estariam sendo abandonadas na Ucrânia. Além disso, é possível que com o tempo isto leve a um apaziguamento da polarização política, o que fortaleceria o país como um todo. Os efeitos desta incipiente transformação sobre a sociedade e os governos ucranianos ainda não podem ser sentidos, e talvez nem o possam ser no curto prazo, mas sem dúvida é um fato positivo para os desígnios da Ucrânia.

No plano exterior, conforme já frisado, a colaboração advinda das grandes potências que poderiam rivalizar com a Rússia é reticente e, até certo ponto, desestimulante. Assim, resta à Ucrânia utilizar as poucas capacidades de que dispõe para tentar fugir do controle russo. Entre elas podemos referir a anteriormente citada condição de país-corredor, bem como a própria existência da possibilidade de ingresso na União Européia e na OTAN, pois, por mais claudicantes que atualmente elas sejam, já bastam para gerar receios na Rússia, o que é visível no forte teor de algumas declarações oficiais proferidas pelo governo russo. Em suma, a Ucrânia continua com sua condição híbrida, representando oposição à Rússia dentro da CEI, mas sem poder afastar-se em definitivo da ex-metrópole, e almejando o ingresso nos blocos e organizações europeus, mas sem consegui-lo devido às suas divergências internas e à pressão russa.

No concernente a Belarus, sua dependência econômica perante a Rússia deve aumentar, seu isolamento internacional por causa de seu regime autoritário deve continuar e a formação de uma identidade nacional própria, diversa da russa, não é visível no horizonte. Somando estas circunstâncias ao fato de que, finalmente, o Kremlin conseguiu acesso ao sistema de transporte bielo-russo de energia, pode-se afirmar que Belarus provavelmente permanecerá como um parceiro leal de Moscou. Tendo em vista que este parece ter se tornado seu objetivo principal após as negativas explícitas e implícitas do governo russo quanto à eventual reunião dos

dois países, é forçoso concluir que Belarus o está atingindo, por pior que seus resultados possam ser para si mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, Daniel. *A Rússia e os Desafios Políticos Atuais*. In: QUINTELLA, Thereza Maria Machado (org.) *Brasil – Rússia Fortalecimento de uma Parceria*. Brasília: Funag, 2005.

ABDELAL, Rawi. *Interpreting Interdependence: National Security and the Energy Trade of Russia, Ukraine and Belarus*. In: LEGVOLD, Robert; WALLANDER, Celeste. *Swords and Substance: The Economics of Security in Belarus and Ukraine*. Massachusetts: American Academy of Arts and Sciences, 2004.

_____. *National Purpose in the World Economy*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

AGNEW, John. *Geopolitics: Re-visioning World Politics*. New York: Routledge, 2003.

ARBATOV, Alexander; BELOVA, Maria; FEYGIN, Vladimir. *Russian Hydrocarbons and World Markets*. Moscow: *Russia in Global Affairs*, vol. 04, n° 01, p. 118-131, january-march, 2006.

ARBATOV, Alexander; FEYGIN, Vladimir; SMIRNOV, Victor. *Unrelenting Oil Addiction*. Moscow: *Russia in Global Affairs*, vol. 03, n° 02, p. 142-155, april-june, 2005.

ARBATOVA, Nadhezda. *Russia-EU Quandary 2007*. Moscow: *Russia in Global Affairs*, vol. 04, n° 02, p. 100-111, april-june, 2006.

AREL, Dominique. *The Hidden Face of the Orange Revolution: Ukraine in Denial Towards Its Regional Problem*. Ottawa: Nationalities Papers, 2006.

_____. *The "Orange Revolution": Analysis and Implications of the 2004 Presidential Election in Ukraine*. Cambridge: Cambridge University, 2005.

ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo: Unesp, 2003.

BABICH, Dmitry. *Russia Refuses to Bail Out Lukashenko*. Moscow: Russia Profile, 2007. Disponível em:

<http://www.russiaprofile.org/page.php?pageid=Politics&articleid=a1185881141>.

BALMACEDA, Raúl C. Rey. *Geografía Regional: Teoría Y Aplicación*. Buenos Aires: Editorial Estrada, 1977.

BALZER, HARLEY. *Vladimir Putin on Russia Energy Policy*. Washington: Georgetown University, 2004. Disponível em: www.internationalinterest.com. Acesso em: 17 de novembro de 2005.

BALZER, HARLEY. Vladimir Putin Academic Writings and Russian Natural Resource Policy. Washington: Problems of Post Communism, vol. 53, nº 01, January-february, p. 48-49, 2006

BILLINGTON, James H. *Russia in Search for Itself*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2004.

BLACK, J. L. *Russia Faces NATO Expansion: Bearing Gifts or Bearing Arms?* New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2000.

BORDACHEV, Timofei. *Toward a Strategic Alliance*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, n° 02, p. 122-123, april-june, 2006.

BRIDGE, Robert. *Ukraine: Chek or Checkmate?* Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 03, n° 01, p. 42-50, january-march, 2005.

BROWN, Archie; SHEVTSOVA, Lilia (orgs.) *Gorbachev, Yeltsin e Putin A Liderança Política na Transição Russa*. Brasília: UNB, 2004.

BRUCE, Chloë. *Friction or Fiction? The Gas Factor in Russian-Belarusian Relations*. London: Chatham House, 2005. Disponível em:

<http://www.chathamhouse.org.uk/pdf/research/rep/Russiawest.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2007.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

BURAKOVSKI, Igor. *Economic Integration and Security in Post-Soviet Space*. In: LEGVOLD, Robert; WALLANDER, Celeste. *Swords and Substance: The Economics of Security in Belarus and Ukraine*. Massachusetts: American Academy of Arts and Sciences, 2004.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers – The Structure of International Security*. London: Cambridge University Press, 2006.

CALABUIG, Erlends. *La Crimée, au Centre des convoitises*. Paris: Le Monde Diplomatique, p. 78-82, 1994.

CADERNOS ADENAUER 5: *A Rússia no início da Era Putin*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

CARR, Edward Hallett. *História da Rússia Soviética: A Revolução Bolchevique, volume 1*. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

CERVO, Amado; BERVAM Pedro A. *Metodologia Científica*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHEW, Allen F. *An Atlas of Russian History*. New Haven: Yale University Press, 1967.

COHEN, Saul B. *Geography and Politics in a World Divided*. New York: Oxford University Press, 1973.

COLOMB, Gregory G.; BOOTH, Wayne C.; WILLIAMS, J. MARK G. *A Arte da Pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSIDINE, Jennifer I.; KERR, William, A. *The Russian Oil Economy*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2002.

CROTTY, Ivor. *A Proposed Coal-Gas Joint Venture Shakes up the Industry*. Moscow: Russia Profile, vol. 04, nº 04, p. 15-17, may, 2007.

DARDEN, Keith. *Nationalisms, Networks and Armed Resistance to Occupation: Lessons from a Natural Experiment*. New Haven: Yale University, 2006.

DEBORIN, G. *La Segunda Guerra Mundial: Ensayo Político-Militar*. Moscou: Editora Progresso, 1977.

DELYAGIN Mikhail. *Assessing Russia's Energy Doctrine*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, nº 04, p. 134-143, october-december, 2006.

DMITRIEV, Mikhail. *Russia's Energy Key Strategy*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, nº 04, p. 120-123, october-december 2006.

DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L. *The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests*. New York: M. E. Sharp, 2005.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF Jr., Robert L. *Relações Internacionais. As Teorias em Conflito*. Lisboa: Gradiva, 2003.

DRAGNEVA, Rilka; DIMITROVA, Antoaneta. *Patterns of Integration and Regime Compability: Ukraine Between the CIS and the EU*. In: MALFIET, Katjlin; VERPOEST, Lien; VINOKUROV (eds.). *The CIS, The UE and Russia: The Challenges of Integration*. New York: Palgrae Macmillian, 2007.

DRAKOKHRUST, Yuri. *Belarus: An Outpost of "Old Europe"?* Moscow: *Russia in Global Affairs*, vol. 05, nº 02, p. 139-147, april-june, 2007.

DUBNOV, Vadim. *The Orange Color of the Bourgeoisie*. Moscow: *Russia in Global Affairs*, vol. 03, nº 01, p. 33-41, january-march, 2005.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: UNB, 2000.

DVORKIN, Vladimir. *Threats Posed by the U.S. Missile Shield*. Moscow: *Russia in Global Affairs*, vol. 05, nº 02, april-june 2007.

DVORKOVICH, Arkady. *The Russian Economy Today and Tomorrow*. Moscow: *Russia in Global Affairs*, vol. 04, nº 03, p. 46-54, july-september, 2006.

ECO, Umberto. *Como se Faz uma Tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

EDWARDS, John. *Russia's Wrong Direction: What United States Can and Should Do*. New York: Council of Foreign Relations, 2006.

FEDOROV, Yury. *'Boffins' and 'Buffons': Different Strains of Thought in Russia Strategic Thinking*. London, Chatham House, 2006. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org.uk/pdf/research/rep/BP0306russia.pdf>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2007.

FEDYASHIN, Andrei. *The Biggest and Most Difficult NATO Summit Lies Ahead*. Moscou, Ria Novosti, 2008. Disponível em: <http://en.rian.ru/analysis/20080311/101080172.html>. Acesso em: 06 de abril de 2008.

FEJTÖ, François. *La Fin des Démocraties Populaires*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

FEYGIN, Vladimir. *Are the Energy Majors in Decline?* Moscow: Russia in the Global Affairs, vol. 05, n° 01, p. 25-31, january-march, 2007.

FIORI, José Luís. *Formação, Expansão e Limites do Poder Global*. In: FIORI, José Luís. *O Poder Americano*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

_____. *Globalização, Hegemonia e Império*. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

FRASER, Derek. *Taking Ukraine Seriously: Western Responses to the Orange Revolution*. In: SCHMIDTKE, Oliver; YEKELCHYK, Serhy. *Europe's Last Frontier? Belarus, Moldova and Ukraine Between Russia and the European Union*. New York: Palgrave MacMillian, 2008.

GÄNZLE, Stefan. *EU-Russian Relations and the Repercussions on the "In-Betweens"*. In: SCHMIDTKE, Oliver; YEKELCHYK, Serhy. *Europe's Last Frontier? Belarus, Moldova and Ukraine Between Russia and the European Union*. New York: Palgrave MacMillian, 2008.

GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: UNB, 2002.

_____. with the assistance of GILPIN, Jean M. *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

_____. *O Desafio do Capitalismo Global: A Economia Mundial no Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDMAN, Marshall I. *Putin and the Oligarchs*. Washington: Foreign Affairs, November-December, 2004. Disponível em:

<http://www.foreignaffairs.org/20041101fessay83604/marshall-i-goldman/putin-and-the-oligarchs>. Acesso em: 20 de março de 2005.

GOUJON, Alexandra. *Nationalisme et Identité en Biélorussie*. Paris: EU Institute for Security Studies, p. 13-24, 2005.

GRACE, John D. *Russian Oil Supply*. London: Oxford University Press, 2005.

GRIGORIEV, Leonid. *Russia's Place in the Global Economy*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 03, n° 02, p. 128-141, april-june, 2005.

GRIGORIEV, Leonid; SALIKHOV, Marsel. *Ukraine – Growth and Gas*. Moscow: Russia in the Global Affairs, vol. 04, n° 02, p. 156-176, april-june, 2006.

GUSEINOV, Vagif; DENISOV, Alexei; GONCHARENKO, Alexander. *The Evolution of Global Energy Market*. Moscow: Russia in the Global Affairs, vol. 05, n° 01, p. 8-24, january-march, 2007.

HALLIDAY, F. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HINGLEY, Ronald. *Rússia: A Concise History*. London, Thames e Hudson, 2003.

HUGHES, James. *EU Relations with Russia: Partnership or Asymmetric Interdependency?* London: LSE Reserach Online. Disponível em:

<http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000651>. Acesso em: 20 de março de 2007.

IOFFE, Grigory. *Undestanding Belarus: Belarusian Identity*. London: Europa-Asia Studies, vol. 55, n° 08, p. 1241-1272, december, 2003.

IVANENKO, Vlad. *The Kremlin at the G8's Helm: Choosing the Right Steps*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, n° 03, p. 22-35, july-september, 2006.

IVANOVA, Katsiaryna. *Press Coverage of Belarus: A Newly Independent Country in Transition*. Cambridge: Harvard College, 1998.

JACK, Andrew. *Inside Putin's Russia*. New York: Oxford, 2004.

KALIUZHNYI, V. *The International Oil and Gas Market and Russia*. International Affairs. Disponível em:

http://www.ciaonet.org/olj/iarj/iarj_03_04/iarj_03_04b.html. Acesso em: 20 de novembro de 2006.

KARAGANOV, Sergei. *Dangerous Relapses*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, n° 02, p. 76-91, april-june, 2006.

_____. *New Countours of the New Order*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 03, n° 04, p. 08-22, october-december 2005.

KARATNYCKY, Adrian. *Thermidor in Ukraine*. Washington: Foreign Affairs, 2005. Disponível em:

<http://www.foreignaffairs.org/20050928faupdate84578/adrian-karatnycky/thermidor-in-ukraine>. Acesso em: 05 de outubro de 2005.

_____. *Ukraine's Orange Revolution*. Washington: Foreign Affairs, march-april, 2005. Disponível em:

<http://www.foreignaffairs.org/20050301faessay84205/adrian-karatnycky/ukraine-s-orange-revolution>. Acesso em: 21 de maio de 2005.

KEEP, John. *A History of Soviet Union 1945-1991*. New York: Oxford, 1995.

KEMAN, Hans; KLEINNIJEH, Jan; PENNINGGS, Paul. *Doing Reserach in Political Science*. London: Sage, 2003.

KOSACHEV, Konstantin. *A Dictatorship Of Incompetence*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, n° 02, april-june, 2006, p 92-99.

KROPATCHEVA, Elena. *Russian Foreign Policy towards Ukraine: a Case of New Imperialism?* Hamburgo: Institute for Peace Research and Security Policy, 2006.

KUROMIYA, Hiroaki. *The Donbas – The Last Frontier of Europe?* In: SCHMIDTKE, Oliver; YEKELCHYK, Serhy. *Europe's Last Frontier? Belarus, Moldova and Ukraine Between Russia and the European Union*. New York: Palgrave MacMillian, 2008.

KULIKOVA, Nina. *Diversification Incubation: New Law Calls for Special Economic Zones*. Moscow: Russia Profile, vol. II, n° 08, p.14-15, october, 2005.

KUZIO, Taras. *History, Memory and Nation Building in the Post-Soviet Colonial Space*. London: Nationalities Papers, vol. 30, n° 02, 2002.

_____. *Identity and National-Building in Ukraine: Defining the Other*. London: SEGE Publications, 2001.

KUZNETSOVA, Yekaterina. *The Near Abroad: Increasingly Far Away From Russia*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 03, n° 01, p. 17-31, january-march, 2005.

LACOSTE, Yves. *De l'Étrange fin d'un Empire et des Grands Dangers qu'elle Estraîne*. Paris: Heródote n° 64, p. 03-19, janviers-mars, 1992.

LAVROV, Sergei. *The Present and The Future of Global Politics*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 05, n° 02, p. 8-21, april-june, 2007.

_____. *The Rise of Asia, and the Eastern Vector of Russia's Foreign Policy*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, n° 03, p. 68-80, july-september, 2006.

LEGVOLD, Robert. *The United States, the European Union, NATO, and the Economics of Ukrainian and Belarussian Security*. In LEGVOLD, Robert;

WALLANDER, Celeste. *Swords and Substance: The Economics of Security in Belarus and Ukraine*. Massachusetts: American Academy of Arts and Sciences, 2004.

LIEVEN, Anatol. *Ukraine and Russia: A Fraternal Rivalry*. Washington: United States Institute for Peace, 1999.

LIEVEN, Dominic. *Empire: The Russian Empire and Its Rivals*. New Haven: Yale University Press, 2002.

LO, Bobo. *Evolution or Regression? Russian Foreign Policy in Putin's Second Term*. London, 2005. Disponível em:

<http://www.chathamhouse.org.uk/pdf/research/rep/R0506Lo.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2007.

_____. *Russia and the West: Problems and Opportunities*. Madrid: Unisci, 2005. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org.uk/pdf/research/rep/Russiawest.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2007.

_____. *Vladimir Putin and the Evolution of Russia Foreign Policy*. London: Chatham House Papers, 2003.

LUKYANOV, Fyodor. *Ukraine and Georgia: What Are Their Chances with NATO?* Moscou, RIA NOVOSTI, 2008. Disponível em: <http://en.rian.ru/analysis/20080307/100944628.html>

MAKARKIM, Alexei. *An Orange-Tinged Revolt*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 03, n° 02, p. 104-111, april-june 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2006.

MARGELOV, N. *Russian-Chinese Relations: At Their Peak?*. International Affairs, 2003. Disponível em:

http://www.ciaonet.org/olj/iarj/iarj_03_06/iarj_03_06b.html. Acesso em: 22 de novembro de 2006.

MARPLES, David. R. *Belarus A Denationalized Nation*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1999.

_____. *The Failed Revolution: Reflections in the 2006 Elections in Belarus*. In: SCHMIDTKE, Oliver; YEKELCHYK, Serhy. *Europe's Last Frontier? Belarus, Moldova and Ukraine Between Russia and the European Union*. New York: Palgrave MacMillian, 2008.

MAU, Vladimir. *A Política Econômica da Rússia Atual: O Balanço do Desenvolvimento Pós-Comunismo, Problemas Correntes e Novos Desafios*. In: QUINTELLA, Thereza Maria Machado (org.) *Brasil – Rússia Fortalecimento de uma Parceria*. Brasília: Funag, 2005.

McEVEDY, Colin. *Atlas de l'Histoire du Moyen Age*. Paris: Éditions Robert Laffont, s.a., 1985.

MEYER, Jean. *Rusia y sus Imperios 1894-1991*. Toluca: Fondo de Cultura Economica, 1999.

MIGRANIAN, Andranik. *Why Rússia Won the Ukrainian Elections*. Moscow: Russia in the Global Affairs, vol. 03, n° 02, p. 95-103, april-june, 2005.

MILNER-GOULAND, Robin; DEJEVSKY, Nicolai. *Cultural Atlas of Russia and the Former Soviet Union*. New York: Checkmark Books, 1998.

MIJAILOVICH, Mikhail. *Ocupación, Resistencia y Liberación en Bielorrusia*. Foro Segunda Guerra Mundial, 2006. Disponível em:

<http://www.forosegundaguerra.com/viewtopic.php?t=2658&highlight=bielorrusia>. Acesso em 28 de fevereiro de 2007.

MONAGHAN, Andrew. *Prospects for Developing NATO-Russia Relations*. London: Russian Analytical Digest nº 26, p. 14-16, september, 2007.

_____. *Russia, NATO and the EU: A European Security Triangle or Shades of a New Entente?* Paris: Institute Français des Relations Internationales, 2006.

MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MORIN, Edgar. *Da Natureza da União Soviética: Complexo Totalitário e Novo Império*. Portugal: Edições Europa-América LDA, 1983.

MOROZOV, Viatcheslav. *Russia's Role in a New Europe: The Russian-EU Energy Dialogue*. Ohio: Ohio State University, 2005.

MOSHES, Arkady. *Changing in the Air in Ukraine*. Moscow: Russia in the Global Affairs, vol. 04, nº 02, p 142-155, april-june, 2006.

MUNRO, Neil. *Which Way Does Ukraine Face? Popular Orientations Toward Russia and Western Europe*. Washington: Problems of Post-Communism, vol. 54, nº 06, p. 43-58, november-december, 2007.

MYCHAJLYSZYN, Natalie. *From Soviet Ukraine to the Orange Revolution: European Security Relations and the Ukrainian Identity*. In: SCHMIDTKE, Oliver; YEKELCHYK, Serhy. *Europe's Last Frontier? Belarus, Moldova and Ukraine Between Russia and the European Union*. New York: Palgrave MacMillian, 2008.

NAROCHNISTSHAIA, N. *Russia in The New Geopolitical Context*. International Affairs. Disponível em: http://www.ciaonet.org/olj/iarj/iarj_04_01/iarj_04_01b.html.

NYE JR., Joseph. *O Paradoxo do Poder Americano: Porque a Única Superpotência do Mundo não Pode Prosseguir Isolada*. São Paulo: UNESP, 2002.

O'LOUGHLIN, John; TALBOT, Paul F. *Where in the World is Russia? Geopolitical Perceptions and Preferences of Ordinary Russians*. Columbia: Eurasian Geography and Economics, vol. 46, nº 01, p. 23-50, 2005.

OLCOOT, Martha Brill. *The Energy Dimension on Russian Global Strategy*. Houston: Rice University, 2004.

PAIN, Emil. *Will Russia Transform Into a Nationalist Empire?* Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 03, nº 02, p. 71-80, april-june, 2005.

PEROVIC, Jeronim. *Russia Energy Power Abroad*. Zurich: Russian Analytical Digest, nº 33, p. 02-04, january, 2008.

PIFER, Steven. *European Mediators and Ukraine's Orange Revolution*. Washington: Problems of Post-Communism, vol. 54, nº 06, p. 28-42, november-december, 2007.

PIPES, Richard. *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin, 1995.

_____. *Flight From Freedom: What Russians Think and Want?*. Washington: Foreign Affairs, may-june, 2004. Disponível em:
<http://www.foreignaffairs.org/20040501facomment83302/richard-pipes/flight-from-freedom-what-russiansn-think-and-want>. Acesso em: 20 de março de 2005.

PIPUVAROV, Iu. *Russian's Political History and Foreign Policy*. International Affairs, 2004. Disponível em: http://www.ciaonet.org/olj/iarj/iarj_02_04b.html. Acesso em: 20 de novembro de 2006.

POKSHISHEVSKI, V. *Geografia de la Union Sovietica*. Moscou: Editora Progresso, 1974.

POPOV, Vladimir. *Russia Redux?* London: New Left Review, vol.44, p. 37-52, march-april, 2007.

PORTIAKOV, Vladimir. *Russia, China and India in the World Economy*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, n° 02, p. 124-141, april-june, 2006.

PRIMAKOV, Y.E. *Russian Economy and The World Affairs*. International Affairs, 2005. Disponível em: http://www.ciaonet.org/olj/iarj/iarj_05_03/iarj_05_03a.html. Acesso em: 20 de novembro de 2006.

PUTIN, Vladimir. *Annual Adress to the Federal Assembly of the Russian Federation: 2001*. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2001. Disponível em: http://kremlin.ru/eng/speeches/2001/04/03/0000_type70029type82912_70660.shtml. Acesso em 27 de abril de 2007.

_____. *Annual Adress to the Federal Assembly of the Russian Federation: 2002*. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2002. Disponível em: http://kremlin.ru/eng/speeches/2002/04/18/0000_type70029type82912_70662.shtml. Acesso em: 27 de abril de 2007.

_____. *Annual Adress to the Federal Assembly of the Russian Federation: 2003*. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2003. Disponível em: http://kremlin.ru/eng/speeches/2003/05/16/0000_type70029type82912_44692.shtml. Acesso em: 27 de abril de 2007.

_____. *Annual Adress to the Federal Assembly of the Russian Federation: 2004*. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2004. Disponível em: http://kremlin.ru/eng/speeches/2004/05/26/1309_type70029type82912_71650.shtml. Acesso em: 27 de abril de 2007.

_____. *Annual Adress to the Federal Assembly of the Russian Federation: 2005*. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2005. Disponível em: http://kremlin.ru/eng/speeches/2005/04/25/2031_type70029type82912_87086.shtml. Acesso em: 26 de abril de 2005.

_____. *Annual Adress to the Federal Assembly of the Russian Federation: 2006*. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2006. Disponível em:

http://kremlin.ru/eng/speeches/2006/05/10/1823_type70029type82912_105566.shtml
Acesso em: 11 de maio de 2006.

_____. *Annual Adress to the Federal Assembly of the Russian Federation: 2007*. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2007. Disponível em: http://kremlin.ru/eng/speeches/2007/04/26/1209_type70029type82912_125670.shtml
Acesso em: 27 de abril de 2007

_____. *Mineral Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy*. Washington: Problems of Post Communism, vol. 53, nº 01, January-february, p. 49-54, 2006.

_____. *Transcript of Annual Big Press Conference*. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2008. Disponível em: http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/2008/02/14/1011_type82915_160266.shtml.
Acesso em: 18 de agosto de 2008.

_____. *Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy*. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2007.

QUIVY, Raimond; CAMPENHOUDT, LucVan. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2003.

ROJO, Raúl Enrique. *La Nación: Forma Histórica de Legitimación del Poder Estatal*. Porto Alegre, artigo inédito, 2007.

ROMANOVA, Tatyana. *Energy Partnership – A Dialog in Different Languages*. Moscow: Russia in the Global Affairs, vol. 05, nº 01, p. 32-45, january-march, 2007.

RONTOYANNI, Clelia. *Belarusian Foreign Policy*. Paris: EU Institute for Security Studies, p. 47-66, 2005.

RUDERS, Per Anders. *Belarus in the Lukashenko Era: National Identity and Relations with Russia*. In: SCHMIDTKE, Oliver; YEKELCHYK, Serhy. *Europe's Last Frontier? Belarus, Moldova and Ukraine Between Russia and the European Union*. New York: Palgrave MacMillian, 2008.

SALMIN, Alexei M. *A Democracia Russa: Da Espontaneidade à Improvisação*. In: QUINTELLA, Thereza Maria Machado (org.) *Brasil – Rússia Fortalecimento de uma Parceria*. Brasília: Funag, 2005.

SAPIR, Jacques. *Les Implications stratégiques de la décomposition de l'URSS*. Paris: Heródote n° 64, p. 20-29, janviers-mars, 1992.

SEGRILLO, Ângelo. *As Transformações URSS/Rússia: Reforma ou Revolução?*, In: QUINTELLA, Thereza Maria Machado (org.) *Brasil – Rússia Fortalecimento de uma Parceria*. Brasília: Funag, 2005.

_____. *O Declínio da URSS: Um Estudo das Causas*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *O Fim da URSS e a Nova Rússia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SELLIER, André; SELLIER, Jean. *Atlas des Peuples D'Europe Centrale*. Paris: La Découverte, 1985.

SERVICE, Robert. *A History of Modern Russia*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

SHEVTSOVA, Lilia. *Putin's Russia*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2005.

SHLEIFER, Andrei; TREISMAN, Daniel. *A Normal Country*. Washington: Foreign Affairs, march-april, 2004. Disponível em:
<http://www.foreignaffairs.org/20040301faessay83204/andrei-shleifer-daniel-treisman/a-normal-country>. Acesso em: 15 de maio de 2005.

SIMONIA, Nodari. *The West's Energy Security and the Role of Russia*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 02, n° 03, p. 101-116, july-september, 2004.

SINGER, David J. *The Level of Analysis Problem in International Relations*. World Politics, John Hopkins University, v. 14, Issue 1, p. 77-92, oct. 1961. (The International System: Theoretical Essays)

SPRINZ, Deflet F.; WOLINSKI-NAHMIAS, Yael. *Models, Numbers and Cases*. Michigan: The University of Michigan Press, 2005.

STARODUBROVSKAIA, Irina. *Reformas da Economia Russa no Pós-Comunismo: Os Resultados e as Perspectivas*. In: QUINTELLA, Thereza Maria Machado (org.) Brasil – Rússia Fortalecimento de uma Parceria. Brasília: Funag, 2005.

STERN, Jonathan. *Gas-OPEC: A Distraction from Important Issues of Russian Gas Supply to Europe*. London: Oxford Institute for Energy Studies, 2007. Disponível em: <http://oxfordenergy.org>.

_____. *Security of European Natural Gas Supplies: The Impact of Import Dependence and Liberalization*. London: The Royal Institute of Foreign Affairs, 2002.

_____. *The Future of Russian Gas and Gazprom*. London: Oxford, 2005.

_____. *The Russian-Ukrainian Gas Crisis of January 2006*. London: Oxford Institute for Energy Studies, 2006. Disponível em: <http://oxfordenergy.org>. Acesso em: 18 de janeiro de 2007.

STRAUS, Ira. *The Wrong MAP for Ukraine and Georgia*. Moscou: Russia Profile, 2007. Disponível em : <http://www.russiaprofile.org/page.php?pageid=CDI+Russia+Profile+List&articleid=a1207148522>. Acesso em: 03 de agosto de 2007.

THUMANN, Michael. *Multiplying Sources as the Best Strategy for EU-Russia Energy Relations*. Paris: Institut Français des Relations Internationales, 2006.

TITARENKO, M.; MIKHEEV, V. *The Asia-Pacific Region and Russia*. International Affairs, 2005. Disponível em: <http://www.ciaonet.org/olj/iarj/tim01.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2006.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império, A Decomposição do Sistema Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *A Queda Final, A Decomposição do Império Soviético*. Rio de Janeiro: Record, 1976.

TOMBERG, Igor. *No More Cheap Gas for Ukraine*. Moscow: Ria Novosti, 2008. Disponível em: <http://en.rian.ru/analysis/20080401/102728337.html>. Acesso em: 04 de abril de 2008.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. *O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana*. In: FIORI, José Luís. *O Poder Americano*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

TRENIN, Dmitri. *Moscow's Relations with Belarus: An Awkward Ally*. Paris: EU Institute for Security Studies, p. 67-78, 2005.

_____. *Reading Russia Right*. Washington: Carnegie Moscow Center, 2005.

_____. *Russia Leaves the West*. Washington: Foreign Affairs, july-august, 2006.

_____. *The End of Eurasia: Russia on the Between Geopolitics and Globalization*. Washington: Carnegie Moscow Center, 2001.

TRENIN, Dmitri.; LO, Bobo. *The Land Scape of Russian Foreign Policy*. Washington: Carnegie Moscow Center, 2005.

TSYGANKOV, Andrei P. *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2006.

_____. *Pathways After Empire: National Identity and Foreign Economic Policy in the Post Soviet World*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2001.

URJEWICZ, Charles. *De l'URSS à la CEI: le Début ou la fin de la Russie?* Paris: Heródote n° 64, p. 30-62, janviers-mars, 1992.

VALOVAYA, Tatyana. *The Post-Soviet Space in the Era of Pragmatism*. Russia in Global Affairs, vol. 03, n° 02, p. 112-125, april-june, 2005.

VERNADSKY, George. *A History of Russia*. New York: New Home Library, 1944.

VERPOEST, Lien. *Parallels and Divergences of Integration in Ukraine and Belarus*. In: MALFIET, Katjlin; VERPOEST, Lien; VINOKUROV (eds.). *The CIS, The UE and Russia: The Challenges of Integration*. New York: Palgrae Macmillian, 2007.

_____. *Russia and Ukraine: Together to Europe?* In: VERPOEST, Lien; KATLIJN, Malfiet. *Russia and Europe in a Changing International Enviroment*. Leuven: Leuven University Press, 2001.

VICTOR, David; VICTOR, Nadejda Marakova. *The Belarus Connection: Exporting Russian Gas to Germany and Poland*. Stanford: Stanford Institute for International Studies, 2004. Disponível em:

http://pesd.stanford.edu/publications/belarus_connection_exporting_russian_gas_to_germany_and_poland_the.

Acesso em: 17 de janeiro de 2007.

VYDRIN, Dimitri. *Les Russes em Ukraine Lors de Référendum sur l'Independence*. Paris: Hérodote, p. 89-101, janvier-mars, 1992.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

WALLANDER, Celeste. *Economics and Security in Russia's Foreign Policy and the Implications for Ukraine and Belarus*. In: LEGVOLD, Robert; WALLANDER, Celeste. *Swords and Substance: The Economics of Security in Belarus and Ukraine*. Massachusetts: American Academy of Arts and Sciences, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. *O Declínio do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. *World System Analysis, An Introduction*. London: Duke University Press, Durham and London, 2004.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. London: Cambridge University Press, 1999.

WILSON, Andrew; RONTROYANNI, Clelia. *Security or Prosperity? Belarussian and Ukrainian Choices*. In: LEGVOLD, Robert; WALLANDER, Celeste. *Swords and Substance: The Economics of Security in Belarus and Ukraine*. Massachusetts: American Academy of Arts and Sciences, 2004.

_____. *The Ukrainians Unexpected Nation*. New Haven: Yale Nota Bene, 2002.

_____. *Ukraine's Orange Revolution*. London: Yale University Press, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. *Empire of Capital*. London: Verso, 2005.

WOOD, Tony. *The Putin Era*. London: New Left Review, vol. 44, p. 53-70, march-april, 2007.

YAFIMAVA, Katja. *Post Soviet Russian-Belarusian Relationships: The Role of Transit Pipelines*. Stuttgart: Ibidem, 2007.

YEKELCHYK, Serhy. *Out of Russia's Long Shadow: The Making of Modern Ukraine, Belarus and Moldova*. In: SCHMIDTKE, Oliver; YEKELCHYK, Serhy. *Europe's Last Frontier? Belarus, Moldova and Ukraine Between Russia and the European Union*. New York: Palgrave MacMillan, 2008.

ZAIKO, Leonid. *Russia and Belarus: Between Wishing and Reality*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, n° 01, p. 108-116, january-march, 2006.

ZATULIN, Konstantin. *Fighting For Ukraine: What's Next?*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 03, n° 02, p. 82-94, april-june, 2005.

ZAZHIGAYEV, Boris. *The Evolution of the Russia Diaspora in Independent Ukraine*. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 04, n° 03, p. 176-189, july-september, 2006.

ZHEBIT, Alexandre. *A Rússia na Ordem Mundial: Com o Ocidente, com o Oriente ou um Pólo Autônomo em um Mundo Multipolar?* Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, Int. 46, p. 151-183, 2003.

ZVEREV, Yuri. *Kaliningrad: Problems and Paths of Development*. Washington: Problems of Post Communism, vol. 54, n° 01, march-april, p. 09-25, 2007.

ANEXO I – LISTA DE SITES CONSULTADOS

Banco Central da Federação Russa: <http://www.cbr.ru/eng/>

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org/>.

Banco Nacional da República de Belarus: <http://www.nbrb.by/eng/>

Banco Nacional da Ucrânia: <http://www.bank.gov.ua/ENGL/DEFAULT.htm>

Belarusian Review: <http://www.belreview.cz/index.html>

British Petroleum: <http://www.bp.com/home>.

Centro de Pesquisa de Opinião Pública da Rússia: <http://wciom.com/>

Comitê Estatal de Estatísticas da Ucrânia: <http://ukrcensus.gov.ua/eng/>

Comitê Interestatal de Estatísticas da Comunidade dos Estados Independentes:
<http://www.cisstat.com/eng/>

Estatísticas Oficiais de Energia do Governo dos Estados Unidos:
<http://www.eia.doe.gov/>

Fundo Monetário Internacional: <http://www.imf.org/external/index.htm>

Gazprom: <http://www.gazprom.com/>

Institut Française des Relations Internationales: <http://www.ifri.org/>

Instituto Independente de Estudos Políticos e Sócio-econômicos:
<http://www.iiseps.org/eindex.html>

Instituto Internacional de Sociologia de Kiev:
<http://www.kiis.com.ua/index.php?id=4&sp=1&lng=eng>

Kommersant: <http://www.kommersant.com/>

Kyiv Post: <http://www.kyivpost.com/>

Ministério das Estatísticas e Análises da República de Belarus:
<http://belstat.gov.by/homep/en/main.html>

Organização Mundial do Comércio: <http://www.wto.org/>

Rádio Free Europe: <http://www.rferl.org/>

Ria Novosti: <http://en.rian.ru/>

Russia Profile: <http://www.russiaprofile.org/page.php?pageid=MainPage>

Russian and Eurasian Security: <http://www.res.ethz.ch/>

Serviço Estatal Federal de Estatística da Federação Russa:

<http://www.gks.ru/wps/portal/english>

The Moscow Times: <http://www.themoscowtimes.com/index.htm>

The Ukrainian Weekly: <http://www.ukrweekly.com/>

Website do Presidente da Ucrânia: <http://www.president.gov.ua/en/>

Website da União Européia: <http://europa.eu/>

Website do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia:

<http://www.mfa.gov.ua/mfa/en/news/top.htm>

Website do Presidente da Federação Russa: <http://kremlin.ru/eng/>

Website do Presidente de Belarus: <http://www.president.gov.by/en/>

ANEXO II - TABELAS

Tabela 1 – Produto Interno Bruto de Rússia, Ucrânia e Belarus – 1991-2007.

ANO	RÚSSIA	UCRÂNIA	BELARUS
1991	- 5,0	-10,6	-1,2
1992	-14,5	-17,0	-9,7
1993	-8,7	-14,2	-7,0
1994	-12,6	-22,9	-13,2
1995	-4,1	-12,2	-10,4
1996	-3,5	-10,0	2,8
1997	0,8	-3,0	11,4
1998	-4,8	-1,7	8,3
1999	6,4	-0,2	3,4
2000	10,0	5,9	5,8
2001	5,1	9,2	4,7
2002	4,7	5,2	5,0
2003	7,3	9,6	7,0
2004	7,2	12,1	11,4
2005	6,4	2,7	4,0
2006	7,4	7,1	10,0
2007	8,1	7,3	8,2

Fonte: Anos de 1991-1998: World Economic Outlook 1999, may, 1999. Ano de 1999: World Economic Outlook 2007, july, 1997. Anos de 2000-2007: World Economic Outlook 2008, april, 2008. Todos elaborados pelo Fundo Monetário Internacional.

Tabela 2 – O petróleo e o gás natural nas exportações russas – 1992-2007.

Ano	Balanco de Pagamentos -bens e serviços (em milhões de dólares)	Balanco de pagamentos – bens (em milhões de dólares)	Total de bens exportados (em milhões de dólares)	Petróleo e derivados (em milhões de dólares)	Gás natural (em milhões de dólares)	Outros (em milhões de dólares)
1992	-69	-3,700	51,681	15,222	8,757	27,702
1993	9,013	12,605	58,608	14,385	9,591	34,631
1994	7,844	16,927	67,379	14,615	10,591	42,173
1995	6,963	19,816	82,419	18,348	12,122	51,949
1996	10,847	21,592	89,685	23,412	14,683	51,590
1997	-80	14,913	86,895	22,060	16,414	8,421
1998	219	16,429	74,444	14,507	13,432	45,506
1999	24,616	36,014	75,551	19,606	11,352	46,506
2000	46,839	60,172	105,033	36,191	16,644	52,198
2001	33,395	48,121	101,844	34,364	17,770	49,750
2002	29,116	46,335	107,301	40,366	15,897	51,037
2003	35,410	59,860	135,929	53,739	19,981	62,209
2004	59,514	85,825	183,207	78,314	21,853	83,040
2005	84,443	118,364	243,798	116,525	31,671	94,883
2006	94,367	139,269	303,550	146,955	43,806	112,789
2007	78,309	132,043	355,465	121,503	52,228	136,897

Fonte: Banco Central da Rússia.

Tabela 3 – Preço do barril de petróleo cru – 1991-2007

Ano	Preço da época (em dólares)	Preço corrigido para 2007 (em dólares pelo sistema Brent)
1991	20,00	30,57
1992	19,32	28,65
1993	16,97	24,52
1994	15,82	22,37
1995	17,02	23,40
1996	20,67	27,54
1997	19,09	24,97
1998	12,42	16,69
1999	17,97	22,74
2000	28,50	34,92
2001	24,44	29,03
2002	25,02	29,06
2003	28,83	32,51
2004	38,27	42,02
2005	54,52	57,90
2006	65,14	67,03
2007	72,39	72,39

Fonte: British Petroleum

Obs. Segundo o Energy Information Administration, os preços mensais do barril de petróleo cru pelo sistema Brent no ano de 2008 foram os seguintes: janeiro – U\$ 92,18; fevereiro – U\$ 94,99; março – U\$ 103,64; abril – U\$ 109,07; maio – U\$ 122,80 e junho - U\$ 132,32. fonte: <http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/hist/rbrteM.htm>.

Tabela 4 – Preços do gás natural vendido pela Rússia para os países da CEI e países Bálticos e para os países europeus – 2002-2006

Ano	Preço pago pelos países da CEI e países Bálticos (em rublos por mil metros cúbicos)	Preço pago pelos países europeus (em rublos por mil metros cúbicos)
2002	1.126,40	2.446,00
2003	1.056,30	2.938,70
2004	1.046,40	2.926,50
2005	1.415,70	3.964,80
2006	2.077,40	5.238,50

Fonte: Gazprom Annual Report, 2006.

Tabela 5 – Vendas da Gazprom de gás natural para seus principais consumidores – 2006

Comprador	Volume de gás natural vendido (em bilhões de metros cúbicos)	Valor total recebido pela Gazprom (em bilhões de rublos)	Média de preço (rublos por mil metros cúbicos)
Mercado Russo	356,00	316,30	1.125,40
CEI e Países Bálticos	101,00	209,70	2.077,40
Países Europeus	161,50	845,90	5.238,50

Fonte: Gazprom Annual Report, 2006.